

volume 21 • número 1

cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

**MULHERES,
ARQUITETURA E CIDADE
EM TEMPOS DE CRISE**



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

Volume 21 • Número 1

ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

EQUIPE EDITORIAL

Maria Isabel Villac, Editora

Ana Gabriela Godinho Lima, Editora Temática

Maria Augusta Justi Pisani, Editora Temática

Rafael Schmidt, Editor Executivo

Mariana Alves da Silva Nascimento, Assistente Editorial

Redson Pagnan, Assistente Editorial

Ricardo Del Valle, Assistente Editorial

PARECERISTAS ADHOC

Aline Coelho | Universidade de São Paulo

Amália Santos | Escola da Cidade

Ana Albano Amore | PROARQ. Universidade Federal do Rio de Janeiro

Andrea de Oliveira Tourinho | Universidade São Judas Tadeu

Andréa H. Pfutzenreuter | Universidade Federal de Santa Catarina

Any Brito Leal Ivo | Universidade Federal da Bahia

Carlos Leite | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Cíntia Elisa de Castro Marino | Universidade Nove de Julho

Cláudia Piantá Costa Cabral | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Cláudio Silveira Amaral | Universidade São Judas Tadeu

Cristina Rossi | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Débora Sanches | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Dinalva Roldan | Universidade Paulista

Dirceu Piccinato Junior | Faculdade Meridional. IMED

Dolores Pereira Ribeiro Coutinho | Universidade Católica Dom Bosco

Edite Galote Carranza | Universidade São Judas Tadeu

Eliana Rosa de Queiroz Barbosa | Universidade Federal da Bahia

Eliane Alves | Universidade Federal do ABC

Eneida de Almeida | Universidade São Judas Tadeu

Fábio José Martins de Lima | Universidade Federal Juiz de Fora

Geise Pasquotto | Universidade Estadual Paulista

Grace Tibério Cardoso | Faculdade Meridional. IMED

João Soares Pena | Ministério Público do Estado da Bahia. MPBA

José Júlio Ferreira Lima | Universidade Federal do Paraná



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

Junia Mortimer | Universidade Federal da Bahia
Kelly Yamashita | Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos. IAU USP
Ligia Carolina Silva Moura | Universidade Estadual de Campinas
Lizete Rubano | Universidade Presbiteriana Mackenzie
Luciana Brasil | Universidade Presbiteriana Mackenzie
Luciana Sabóia Fonseca Cruz | Universidade de Brasília
Luiz Guilherme Castro | Universidade Presbiteriana Mackenzie
Manuella Andrade | Universidade Federal de Alagoas
Marcelo Sbarra | Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mário Caldeira | Universidade Paulista
Morgana Cavalcante | Universidade Federal de Alagoas
Paula Raquel da Rocha Jorge | Universidade Presbiteriana Mackenzie
Raquel Weiss | Universidade Federal de Santa Maria
Renata Moreira Marquez | Universidade Federal de Minas Gerais
Ricardo Luís Silva | Centro Universitário SENAC
Rossana Brandão Tavares | Universidade Federal Fluminense
Ruth Verde Zein | Universidade Presbiteriana Mackenzie
Simone Helena T. Vizioli | Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos. IAU USP
Taiana Car Vidoto | Universidade Estadual de Campinas
Tania Cristina Bordon Mioto Silva | Universidade Anhembi Morumbi
Terezinha Gonzaga | Centro Univ. de Votuporanga
Viviane Rúbio | Universidade Presbiteriana Mackenzie
Yara Neves | Universidade Federal da Bahia

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

Daisy Pereira Daniel

REVISÃO

Hebe Ester Lucas

LOGOTIPO

Bebé Castanheira

PROJETO GRÁFICO

Marcia Gregory

DIAGRAMAÇÃO FINAL

Redson Pagnan
Ricardo Del Valle



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

SUMÁRIO. Volume 21• Número 1

EDITORIAL

06 CIDADES, MULHERES E COVID-19

ANA GABRIELA GODINHO LIMA

MARIA ISABEL VILLAC

MARIA AUGUSTA JUSTI PISANI

ARTIGOS DE CONVIDADAS

09 MULHERES, POBREZA E ARQUITETURA

NADIA SOMEKH

23 NOTAS PARA UMA NOVA GESTÃO

CATHERINE OTONDO

ARTIGOS

28 A GESTÃO DOS CUIDADOS TEM GÊNERO, RAÇA E CLASSE: AS ZONAS DE SACRIFÍCIO DA COVID-19 NAS CIDADES BRASILEIRAS

DIANA HELENE RAMOS

KAYA LAZARINI

MARIA BEATRIZ ANDREOTTI

44 CARTOGRAFIA DA COVID-19 E AS MULHERES: SEGUINDO O RASTRO DO VÍRUS EM BRASÍLIA-DF

CAROLINA PESCATORI

LEILA SAADS

MARIBEL ALIAGA-FUENTES

63 O PAPEL DAS MULHERES NAS AÇÕES SOLIDÁRIAS NA FAVELA DA ROCINHA, RIO DE JANEIRO, EM TEMPOS DE PANDEMIA

RACHEL COUTINHO MARQUES DA SILVA

FERNANDA SOBREIRO E CRUZ

78 UNFORESEEABLE SITUATIONS: A CONFINED REFLEXION

TÂNIA A. CARDOSO



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

94 A CONTRIBUIÇÃO DA ANÁLISE INTERSECCIONAL E ESPACIAL DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

LUCIANA FUKIMOTO ITIKAWA

114 URBANISMO E EMPODERAMENTO FEMININO: UMA PERSPECTIVA APLICADA ÀS FAVELAS

JÚLIA ROMANO DAIBERT

YARA COELHO NEVES

OUTRAS PESQUISAS

127 REINSERÇÃO DE ÁREAS EM DECLÍNIO À DINÂMICA URBANA: CONCEITOS E INSTRUMENTOS DE APOIO À ELABORAÇÃO DE INTERVENÇÕES URBANAS

ARTUR ROCCI

MARIA DO CARMO BEZERRA

145 ENTRE O PATRIMÔNIO CULTURAL E O DIREITO À MORADIA: DESAFIOS DO PAPEL SOCIAL DA ARQUITETURA E URBANISMO EM ALCÂNTARA-MA

LUÍS FERNANDO DE SOUSA ARAUJO

GRETE PFLUEGER

PROJETOS

162 ESTUDO PRELIMINAR DE REURBANIZAÇÃO DO PARQUE DA GROTA DA BELA VISTA

PAULO A. MENDES DA ROCHA

Editorial

Cidades, Mulheres e Covid-19

Este número da revista *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* traz artigos que se debruçam sobre dois temas que emergiram com força em 2020 e continuam vigentes em 2021. Como é de bom tom deixar a boa notícia para o final, iniciamos apresentando o primeiro tema, que abrange as duras consequências impostas às cidades e, em particular, às mulheres, em decorrência da pandemia da nova Covid-19. No momento da escrita deste Editorial, o vírus já apresenta mutações e segue seu percurso de contaminações e óbitos, principalmente nas populações habitantes de territórios urbanos vulneráveis.

A chamada para este número da revista acenava para o tema das mulheres na arquitetura e no urbanismo. Com o título: **"Mulheres, arquitetura e cidade em tempos de crise"**, apontávamos como, no contexto da emergência da crise sanitária mundial, o protagonismo das mulheres na política e nas ciências da saúde ganhara grande (e merecido) destaque nos meios de comunicação. Mulheres em cargos de liderança, de presidentes a líderes de movimentos sociais, desempenharam um papel crítico para que os efeitos da disseminação do vírus não fossem maiores. Nesse contexto, convidávamos artigos que construíssem perspectivas sobre a realidade de crise que vivíamos, e em que ainda estamos.

Recebemos trabalhos de qualidade.

Três artigos mostram a rapidez com que as mulheres se organizaram para não apenas ajudar nas linhas de frente do combate ao vírus e nos cuidados com grupos de risco e contaminados, mas também na reflexão rigorosa e sistemática sobre o impacto da pandemia, em particular, como apontamos, nos locais mais pobres das cidades e na vida das mulheres.

Em seu trabalho, Ramos, Lazarini e Andreotti sobrepõem informações acerca das taxas de contaminação, localização na cidade e a intersecção gênero e raça e classe, refletindo de modo contundente sobre as razões para as maiores taxas de contaminação e mortalidade nas periferias urbanas. As autoras dão o tom da leitura a partir de seu contundente título: "A gestão dos cuidados tem gênero, raça e classe: as zonas de sacrifício da Covid-19 nas cidades brasileiras". Por sua vez, o Observatório Amar.é.linha, estabelecido na FAU-UnB, realiza uma cartografia da Covid-19, acompanhando o percurso da contaminação por coronavírus no Distrito Federal ao longo do ano de 2020, com foco nas mulheres. As autoras do artigo "Cartografia da Covid-19 e as mulheres: seguindo o rastro do vírus em Brasília-DF" destacam que em territórios urbanos vulneráveis, a vulnerabilidade social, que implica inevitáveis condições de aglomeração e conta com uma rede



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

de saúde saturada para atender aos contaminados, a maioria da população contaminada é de mulheres. Isso pode ser explicado em parte por sua maior exposição no transporte público. Sendo também a maioria das chefes de família nessas regiões, seu papel de cuidadoras tanto na família quanto no trabalho as expõe mais a situações de contaminação. Fechando este conjunto de três artigos, em "O papel das mulheres das ações solidárias na favela da Rocinha, Rio de Janeiro, em tempos de pandemia", as autoras Rachel Coutinho Marques da Silva e Fernanda Sobreiro e Cruz partem do reconhecimento de que, historicamente, as mulheres sempre tiveram um papel importante no ativismo social, político e empreendedor nas favelas, a exemplo da Rocinha. Com a chegada da pandemia, as mulheres tornam-se protagonistas essenciais, articulando-se por meio das redes de solidariedade, coletivas e ONGs das quais já faziam parte, inclusive como fundadoras e principais promotoras.

"Situações imprevisíveis: uma reflexão confinada" é o artigo que arremata a discussão acerca da crise pandêmica. Nele, a autora Tânia Alexandra Cardoso percorre os caminhos da ilustração citadina para, por meio de desenhos, ilustrar estados de espírito seus em situação de confinamento devido à pandemia na cidade de Amsterdã.

Dois outros artigos trazem visões sobre a articulação dos aspectos de gênero, raça e cidade, contribuindo para suprir uma importante lacuna nos estudos, levando em conta a perspectiva das mulheres negras. Luciana Itikawa, no artigo "A contribuição da análise espacial no Município de São Paulo na ausência de interseccionalidade no ODS 5", discute a contribuição de estudos interseccionais de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão nas análises urbanas sob a perspectiva de gênero, demonstrando a importância do georreferenciamento dos dados acerca do uso da infraestrutura urbana, violência e indicadores do Covid-19, por exemplo, permitindo leituras mais reais e consistentes acerca do modo como diferentes grupos de mulheres vivenciam os diferentes eixos de opressão, tendo em vista sua raça, sua classe social e outros marcadores sociais. Por sua vez, Júlia Romano Daibert e Yara Neves analisam, em "Urbanismo e empoderamento feminino", a linha histórica da ocupação dos espaços urbanos brasileiros habitados pelas mulheres negras nas últimas duas décadas, verificando que, em sua maioria, este contingente acomoda-se em favelas. É a partir dessa constatação que desenvolvem sua discussão.

Nesta edição, trazemos na seção "Outras Pesquisas" dois artigos dedicados a temas ligados ao processo de urbanização e patrimônio urbano no Brasil, com foco nas tensões que se criam ao longo da história da instauração de tributos e formulação de leis. Em "Reinserção de áreas em declínio à dinâmica urbana: conceitos e instrumentos de apoio à elaboração de intervenções urbanas", Artur Rocci e Maria do Carmo Bezerra destacam que as intervenções urbanas voltadas à reintegração de espaços degradados à dinâmica urbana têm se atentado ao desenho urbano sem propor amplas alterações de uso e instrumentos de gestão que promovam integração à dinâmica urbana da área. Já no artigo "Entre o patrimônio cultural e o direito à moradia: desafios do papel social da Arquitetura



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

e Urbanismo em Alcântara - MA", Luis Fernando Araujo e Grete Pflueger identificam as contradições presentes em políticas habitacionais brasileiras, como o BNH na década de 1970 ou o Minha Casa Minha Vida, de 2009, ambos de alcance insuficiente para o enfrentamento do déficit habitacional brasileiro. Com base em um estudo de caso no bairro Baixão do Lobato, em Alcântara (MA), em que se configura um conflito fundiário envolvendo a legislação patrimonial e ambiental da cidade, a autora apresenta a Assistência Técnica como alternativa no acesso democrático à moradia.

A boa notícia a que nos referimos no início deste editorial, em contraponto à difícil situação que vivemos em decorrência da pandemia, é a ascensão, histórica e sem precedentes, de um número significativo de mulheres em cargos de representação no Conselho de Arquitetura e Urbanismo em 2020. Dentre elas estão as arquitetas Nádía Somekh, eleita presidente do CAU Brasil, e Catherine Othondo, eleita presidente do CAU São Paulo. É importante conhecer as novas pautas que o olhar feminino se propõe a desenvolver na gestão 2021-2023, neste momento em que os órgãos de representação da categoria incorporam questões "outras". Temos o prazer e a honra de abrir este volume com contribuições dessas duas protagonistas que estão fazendo história e reafirmando a importância da representatividade consistente das mulheres – maioria de estudantes e no exercício da profissão de arquitetura e urbanismo – nos órgãos de classe.

Neste 23 de maio de 2021, faleceu o grande arquiteto Paulo Mendes da Rocha, humanista, desenhador de cidades e arquiteturas que inspiram nosso desejo e nossos projetos para uma sociedade mais justa e uma vida empenhada em ações coletivas e partilhas sensíveis.

Publicamos, neste número do *CadernosPós*, em homenagem ao arquiteto, o projeto de Reurbanização da Sub-região da Grota do Bairro da Bela Vista – São Paulo, SP, 1974 – , que nos traz lições que não podemos esquecer e que deveriam ser substrato para as discussões e propostas para a revisão do Plano Diretor da cidade de São Paulo.

Ana Gabriela Godinho Lima, Maria Isabel Villac e Maria Augusta Justi Pisani

Mulheres, pobreza e arquitetura

Women, poverty and architecture

Mujeres, pobreza y arquitectura

Nadia Somekh, arquiteta e urbanista, doutora em arquitetura e urbanismo, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e professora emérita da FAU Mackenzie.

E-mail: nadia@mackenzie.br

 <http://orcid.org/0000-0003-2906-8271>

Para citar este artigo: SOMEKH, N. Mulheres, pobreza e arquitetura. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n.1, p. 09-22, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p09-22.

Submissão: 2021-04-09

Resumo

O que nosso país precisa dos arquitetos? Como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo pode ajudar a proteger a sociedade e valorizar a arquitetura? Priorizamos duas questões centrais e estruturamos este artigo em três partes. A primeira trata da questão de gênero e equidade inexistente na arquitetura; na segunda parte tratamos da necessidade de valorizar a arquitetura na questão social: um terço das habitações no Brasil é precário. Nós, arquitetos, temos uma missão imensa e importante a cumprir para o desenvolvimento do país. Finalmente, encerramos nosso artigo com as propostas de ação no CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo para o próximo triênio, principalmente para resgatar o prestígio social do arquiteto perante a população carente que mais necessita do nosso ofício.

Palavras-chave: Gênero; Questão Social; Conselho de Arquitetura e Urbanismo; Pautas Emergentes; Gestão Colaborativa.

Abstract

What does our country need from architects? How can the Council of Architecture and Urbanism help protect society and value Architecture? We prioritized two central issues and structured this article into three parts. The first deals with the issue of gender and equity that does not exist in Architecture; in the second part we deal with the need to value architecture in the social issue: one third of the dwellings in Brazil are precarious. We architects have an immense and important mission to fulfill for the development of the country. Finally, we close our article with the proposals for action in the CAU - Council of Architecture and Urbanism - for the next three years, mainly to rescue the social prestige of the Architect to the needy population that most needs our office.

Keywords: Gender; Social issues; Architecture and Urbanism Council; Emerging Agendas; Collaborative Management.

Resumen

¿Qué necesita nuestro país de los arquitectos? ¿Cómo puede el Consejo de Arquitectura y Urbanismo ayudar a proteger la sociedad y valorar la Arquitectura? Priorizamos dos temas centrales y estructuramos este artículo en tres partes. El primero aborda el tema de género y equidad que no existe en Arquitectura; en la segunda parte abordamos la necesidad de valorar la arquitectura en el tema social: un tercio de las viviendas en Brasil son precarias. Los arquitectos tenemos una inmensa e importante misión que cumplir para el desarrollo del país. Por último, cerramos nuestro artículo con las propuestas de actuación en la CAU - Consejo de Arquitectura y Urbanismo - para los próximos tres años, principalmente para rescatar el prestigio social del Arquitecto ante la población necesitada que más necesita nuestra oficina.

Palabras clave: Género; Problemas sociales; Consejo de Arquitectura y Urbanismo; Agendas emergentes; Gestión colaborativa.

INTRODUÇÃO

Começo este artigo na primeira pessoa do singular. Quando me candidatei a conselheira federal do CAU/BR por São Paulo, em 2017, eu tinha três objetivos específicos, além dos rotineiros. O primeiro deles seria aumentar a representatividade feminina: eram apenas seis mulheres entre os 28 conselheiros. O segundo objetivo consistia no apoio ao Congresso UIA2020RIO, para sensibilizar a sociedade sobre a importância do trabalho dos arquitetos. E, finalmente, o terceiro era participar do planejamento do Conselho, explicitando sua relevância.

O balanço que faço de meus três anos como conselheira, na gestão 2017–2020, é positivo. Criamos a Comissão de Equidade de Gênero com a conquista da empatia da maioria dos conselheiros federais. Ampliamos os eventos preparatórios ao Congresso UIA2020RIO, principalmente nos estados brasileiros, interiorizando o debate com a sociedade. Realizamos o seminário “Gestão Inovadora de Bairros Históricos”, na Universidade Mackenzie, com suporte do CAU, palestrantes estrangeiros e ampla participação. Como resultado, tivemos importantes encaminhamentos: Frente de Defesa do Patrimônio, Athis do Patrimônio Cultural e Mobilização Fábrica de Restauro.

Minha participação na CPF (Comissão de Planejamento e Finanças do CAU/BR) apontou a necessidade de maior vinculação entre arrecadação e ações estratégicas. Esse foi o mote da minha disposição em me candidatar ao Conselho Federal por mais três anos.

A pandemia me proporcionou a oportunidade de realizar, desde março de 2020, debates permanentes em vários fóruns verticais sobre a insatisfação dos arquitetos com o Conselho, e construir um projeto de mudança de rumos.

Constituímos a Chapa CAU + Plural, com 156 mulheres, não para excluir os homens, mas para ampliar a participação feminina no Plenário do CAU/SP. Acompanhando a transformação da força do trabalho no país, as mulheres arquitetas hoje são maioria no Brasil: 64% dos 203.062 profissionais registrados no CAU em 2 de fevereiro de 2021 (SICCAU, 2021), segundo dados atualizados do SICCAU (Sistema de Informação e Comunicação do CAU) (SICCAU, 2021). Esse percentual tende a aumentar nos próximos anos, diante da constatação de que atualmente 67% dos graduandos em Arquitetura e Urbanismo são mulheres, conforme o Censo de Educação Superior do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira)¹.

Foi um aprendizado que me permitiu, junto com os debates realizados no âmbito do Conselho Superior do IAB, do qual faço parte, consolidar uma proposta que a partir de agora apresento na primeira pessoa do plural.

O que nosso país precisa dos arquitetos? Como o CAU pode ajudar a proteger a sociedade e valorizar a arquitetura? Priorizamos duas questões centrais e estruturamos este artigo em três partes. A primeira trata da questão de gênero e

¹ Gênero e raça de estudantes do ensino superior no Brasil por curso e área. Censo da Educação Superior do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), portal “Nexo”, 13 de dezembro de 2017.

equidade inexistente na arquitetura; na segunda parte tratamos da necessidade de valorizar a arquitetura na questão social: um terço das habitações no Brasil é precário. Nós, arquitetos, temos uma missão imensa e importante para o desenvolvimento do país. Finalmente, encerramos nosso artigo com as propostas de ação no CAU para o próximo triênio, principalmente resgatar o prestígio social do arquiteto junto à população carente que mais necessita do nosso ofício.

1. A questão de gênero

O CAU/BR assumiu publicamente o compromisso de promover a equidade de gênero em suas instâncias organizacionais, na profissão e no relacionamento com a sociedade, a partir da adesão à plataforma Princípios de Empoderamento das Mulheres da Organização das Nações Unidas (ONU) para as Mulheres (WEP), criada pela ONU Mulheres e o Pacto Global. Estávamos em 2019 e as estatísticas já apontavam que as mulheres representavam 63% dos profissionais da área.

O posicionamento levou à criação da Comissão Temporária de Equidade de Gênero (CTEG). Um de seus frutos foi o 1º. Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo, que constatou uma lacuna enorme entre as condições das mulheres e dos homens, tanto no âmbito profissional quanto no privado. Outro fruto foi a motivação para o surgimento de comissões semelhantes em vários CAU estaduais.

Com tais subsídios e organização em rede foi possível realizar o ciclo de debates Mulheres na Arquitetura em diferentes capitais do país. A Política do CAU para a Equidade de Gênero começou a ser construída nesse ciclo. Com o encerramento da CTEG, devido ao término de seu prazo de funcionamento, foi criada outra Comissão Temporária, agora de Política de Equidade de Gênero, da qual se esperam novos avanços, envolvendo atores em todo o território nacional.

O que defendemos é um tratamento justo entre homens e mulheres no trabalho e nas cidades. “É fundamental que os Arquitetos tenham a capacidade de compreender e responder às diversas necessidades dos Clientes e da comunidade como um todo. Esse objetivo será mais facilmente alcançado quando todas as esferas da profissão refletirem a diversidade da sociedade”, diz a União Internacional dos Arquitetos (UIA) em seu guia da Política de Equidade de Gênero na Arquitetura e Urbanismo, de 2017 (UIA, 2017).

“Corrigir esse quadro não é apenas uma questão de adicionar alguns nomes ou mesmo milhares à história da Arquitetura. Não é apenas uma questão de justiça humana ou precisão histórica, mas uma maneira de entender mais completamente a arquitetura e as formas complexas em que é produzida”, afirma Beatriz Colomina, professora de História e Teoria na Escola de Arquitetura da Universidade de Princeton (COLOMINA, 2010).

Com a pandemia da Covid-19, a visão da mulher se tornou ainda mais necessária. “O mundo pós-pandemia será um mundo mais alinhado aos valores femininos, passando a fazer parte do nosso vocabulário comum”, declarou a antropóloga Débora Diniz, da Universidade de Brasília, em entrevista para a *Folha de S. Paulo*.

Na opinião da antropóloga, “a melancolia que estamos vivendo, da casa, da espera, do medo, da perda, da morte, colocou o desamparo no centro dos debates sobre política e economia. Nunca a economia falou tanto sobre desamparo quanto agora. E não há salvação se não criarmos mecanismos coletivos de amparo”, destacou.

O mundo pós-pandemia também vai ter que falar da sobrevivência e da interdependência das pessoas, segundo avalia Débora Diniz. “Teremos de falar de cuidados, proteção social, saúde. Uma resposta a uma pandemia é uma resposta sobre a reprodução social da vida e ela passa pelas mulheres”, acredita ela.

Após esse período de reclusão teremos de discutir meios de tornar nossas casas e nossas cidades mais democráticas, inclusivas e sustentáveis para todos e todas, incluindo nos espaços de vivência e convivência grupos que não têm sido plenamente contemplados.

O 1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo, realizado pelo CAU/BR em 2020, revelou que quase 90% dos entrevistados acreditam que o CAU deve promover equidade de gênero na profissão e na sociedade.

No âmbito das cidades, as três opções mais votadas como propostas foram: “diretrizes para a oferta universal de serviços essenciais”, “maior representatividade feminina na formulação de políticas públicas” e “campanhas sobre cidades mais inclusivas”.

Uma parte significativa (5%) dos homens, contudo, ainda é contrária a todas as propostas e essa foi a quarta maior inequidade de todo o diagnóstico. De qualquer forma, a maioria reconhece a mulher como agente de mudança fundamental para as cidades (CAU/BR, 2020).

No âmbito profissional, entretanto, há muito que evoluir. Hoje, ainda que as arquitetas sejam a maioria na profissão, dos cerca de 2,4 milhões de RRT (Registros de Responsabilidade Técnica) emitidos pelo CAU, entre 2012 e 2019, um total de 1,3 milhão foi tirado por homens e 1,1 milhão por arquitetas (ROSSETO; OLIVEIRA, 2020).

Para repensarmos esse modelo será fundamental que todos os arquitetos e arquitetas e urbanistas esclareçam clientes, a sociedade e o poder público sobre a importância de se incorporar a sustentabilidade ambiental e social em novos projetos e em readequações. Será também imprescindível que participem mais efetivamente da construção das políticas públicas por compreenderem o impacto que a sua implementação tem na vida das cidades e das pessoas. Importante, também, intensificar as ações em prol do direito universal à moradia, da sustentabilidade dos centros urbanos e das periferias e da assistência técnica à habitação de interesse social.

Nesse contexto, cabe lembrar um ensinamento da arquiteta norte-americana Julie Moskovitz: "Às vezes a coisa mais importante que uma arquiteta pode fazer é se tornar politizada sobre as questões que importam para ela".²

O próprio CAU/BR pode contribuir promovendo a importância de cidades e moradias sustentáveis e inclusivas, da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (Athis) e de uma sociedade mais feminina.

2. A questão social: melhorar as condições habitacionais

A desigualdade social, que se agrava com a pandemia no Brasil, fica explícita em levantamento da Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, datado de 2019. Ele aponta que um terço dos 72,4 milhões de domicílios brasileiros tem condições inadequadas de moradia, o que engloba problemas de construção, falta de infraestrutura urbana e irregularidades fundiárias.³

Como a mulher, a criança e os idosos são os que mais permanecem nas residências. Esse grupo representa os mais vulneráveis.

A ausência de banheiros é mais uma grave precariedade edilícia dos domicílios que necessitam de medidas imediatas, como opinou a arquiteta Angela Maria Gordilho Souza, da Universidade Federal da Bahia, no Seminário Internacional Pesquisa Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil: avanços e desafios, promovido pela Fundação João Pinheiro, em setembro de 2020 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020a). (Inadequação habitacional no Brasil).

A visão da arquiteta foi confirmada, com base em levantamentos do IBGE, por seu diretor adjunto de Pesquisas, Cimar Azeredo Pereira, outro participante do seminário. Segundo ele, a principal inadequação das moradias precárias é a falta de um banheiro de uso exclusivo, ou seja, um cômodo com instalações sanitárias e para banho, cujo uso, no cotidiano, não é compartilhado com outros domicílios.

A segunda precariedade é a utilização de materiais não duráveis nas paredes externas dos domicílios. Outra é o adensamento domiciliar excessivo, definido como uma situação em que a moradia tem mais de três moradores para cada cômodo utilizado como dormitório. A quarta é o ônus excessivo com aluguel, situação em que o valor do aluguel iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020b).

O arquiteto e urbanista Gustavo Givisiez, da Universidade Federal Fluminense, atua em demografia aplicada a políticas públicas e demografia da habitação. Ao participar também do mesmo seminário, ele apresentou exercício preliminar mostrando que em 15% dos domicílios precários todos os cômodos são utilizados como dormitórios, ou seja, não possuem sala e nem mesmo cozinha isolada. Seu

² *Arquitetas Invisíveis*. Disponível em: <https://www.facebook.com/arquitetasinvisiveis/posts/1649138081930373/>. Acesso em: 5 maio 2021.

³ A casa do brasileiro e as mudanças vindas com a pandemia! *O Estado de S. Paulo*, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,a-casa-do-brasileiro-e-as-mudancas-vindas-com-a-pandemia,1134645>. Acesso em: 5 maio 2021.

estudo constatou também que entre 11 milhões e 17 milhões de domicílios têm necessidade de ampliação, conforme o critério que seja utilizado para cálculo do adensamento adequado por dormitório (GIVISIEZ, 2020).

O documentário *Habitação Social: uma questão de Saúde Pública*, produzido pelo CAU/BR em dezembro de 2020, foca os problemas enfrentados por famílias que vivem em assentamentos precários, situação agravada com a pandemia da Covid-19. “Milhões de pessoas têm de cumprir a determinação de ficar em casa, amontoados em espaços pequenos, insalubres, escuros, mal ventilados. Perigosos mesmo. Nesses lugares, quem manda é o vírus” – diz o documentário em sua abertura.

Todos os entrevistados “residem” em moradias autoconstruídas. A maioria das casas não tem pintura ou sequer reboco, tanto internamente quanto externamente. Outras cenas comuns mostradas no filme são infiltrações; falta de circulação de ar, como quartos sem janela, abafados; banheiro junto à cozinha; e umidade, que causa mofo nas paredes. Da mesma forma como o adensamento. “Aqui é um cômodo só. ‘la tá’ contaminado todo mundo aqui se alguém pegasse Covid. [...] Eu já tive pneumonia, perdi uma parte de meu pulmão”, disse uma entrevistada, moradora do bairro Cata Preta, na periferia de Santo André (SP). “Se aqui cair um doente dessa doença, não tem como isolar. Dorme todo mundo um em cima do outro, se tiver que morrer, vai morrer”, disse outra entrevistada moradora da favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro.

O filme apresenta possibilidades de transformação desse quadro, a partir do maior reconhecimento pelos gestores públicos e pela sociedade da necessidade do arquiteto e urbanista e da valorização de seus conhecimentos e habilidades.

A mudança possível é apontada no documentário por arquitetos e urbanistas, empresários e gestores públicos e se dá pela efetiva implementação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (Athis). No entendimento do CAU/BR, o Brasil precisa de um plano nacional de habitação de interesse social equivalente ao SUS na área da Saúde. Ou seja, uma política de Estado, não de governo (CAU/BR, 2020).

“Às vésperas das eleições de 2020 para escolhas de prefeitos (as) e vereadores(as), as 5.570 cidades brasileiras, que deveriam ser territórios do fomento ao conhecimento, da produção econômica, do exercício da cidadania e do usufruto da felicidade de seu povo, são em boa parte ‘campos minados’. A pandemia da Covid-19 escancarou essa triste realidade ao nos impor o refúgio em moradias que, dependendo da localização e condições construtivas e sanitárias, do mesmo modo se transformaram em ‘armadilhas’ (“Carta Aberta à Sociedade e aos(as) candidatos(as) nas Eleições Municipais de 2020 – Um projeto de cidade pós-pandemia, iniciativa conjunta do CAU/BR, Abap, Abea, AsBEA, FNA, IAB e FeNEA, constituintes do Ceau Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas).⁴

4 Carta aberta à sociedade e aos(as) candidatos(as) nas eleições municipais de 2020: um projeto de cidade pós-pandemia. Elaborada pelas entidades do Ceau (Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas). Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/cidades2021/>. Acesso em: 6 maio 2020.

“A crise da Covid-19, ou coronavírus, chegou para todos e todas ao mesmo tempo. Mas não chegou da mesma maneira. Ela amplia e amplifica o impacto das desigualdades socioeconômicas com as quais convivemos há séculos. Desigualdade que desde sempre, como sociedade, varremos para debaixo do tapete coletivo”, chamava a atenção o editorial “O vírus da desigualdade”, de 1º de maio de 2020, da Agência Mural de Jornalismo das Periferias.⁵

Coincidentemente com o mesmo título do editorial da Mural, em 25 de janeiro de 2020, a ONG Oxfam Brasil, parte de uma rede global que atua em cerca de 90 países, divulgou relatório mostrando que mulheres, população negra e integrantes de grupos étnicos minoritários são os que mais sofrem com os reflexos da Covid-19.

Segundo o relatório, “no Brasil, pessoas negras têm 40% mais chance de morrer de Covid-19 que pessoas brancas. Se as taxas de mortalidade da doença nos dois grupos fossem as mesmas, até junho de 2020, mais de 9.200 afrodescendentes estariam vivos”.

“A pandemia afetou muito mais as pessoas que vivem na pobreza do que os ricos e teve impactos particularmente graves sobre mulheres, negras e negros, afrodescendentes, povos indígenas e comunidades historicamente marginalizadas e oprimidas em todo o mundo. As mulheres, e em maior medida as mulheres racializadas, correm mais risco”, afirma a Oxfam Brasil.

O levantamento diz ainda que as mulheres também foram as que mais perderam empregos durante a pandemia em todo o mundo, enquanto a população negra foi a que mais se contaminou e teve o maior índice de mortes.⁶

“Não é difícil deduzir as razões para isso. Afinal, essas populações estão em maior contexto de desigualdades de saúde e qualidade de vida”, afirma Wagner de Alencar, cofundador e diretor de jornalismo da Agência Mural de Jornalismo das Periferias.⁷

Como, por intermédio do Conselho, podemos minimizar os graves problemas nacionais, que extrapolam a questão social e de gênero? É o que apresentamos a seguir. Será um imenso desafio realizar ao menos algumas dessas propostas.

3. Propostas para o CAU Brasil 21-23

Após eleição pelo Plenário do CAU/BR, obtendo 19 dos 28 votos em disputa, iniciamos uma nova gestão. Uma gestão que se propõe diferente sem ser iconoclasta. A experiência das últimas gestões do CAU precisa ser valorizada e

5 Editorial “O vírus da desigualdade”. Agência Mural de Jornalismo das Periferias, 1º maio 2020. Disponível em: <https://www.agenciamural.org.br/editorial-o-virus-da-desigualdade/>. Acesso em: 6 maio 2021.

6 O vírus da desigualdade. Relatório da Oxfam Brasil, jan. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/>. Acesso em: 6 maio 2021.

7 O vírus da desigualdade continua mais evidente do que nunca. Blog Mural, *Folha de S. Paulo*, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2021/01/28/o-virus-da-desigualdade-continua-mais-evidente-do-que-nunca/>. Acesso em: 6 maio 2021.

considerada heroica. Partiremos dos avanços realizados, bem como das propostas apresentadas nas diversas Comissões que estiverem alinhadas com as prioridades e os pontos de convergência que buscaremos construir coletivamente. Vamos avançar e incluir mais ações além da social e de gênero, mas estamos definindo prioridades.

A conjuntura do país e a ameaça em curso às entidades profissionais representativas demandam uma dupla postura.

A primeira, externa, na defesa de uma pauta progressista, pela defesa incondicional da democracia, das instituições democráticas e por ações de reconstrução e consolidação do direito à cidade, a moradias dignas, à saúde e ao trabalho durante e após a pandemia que estamos passando.

A segunda, interna ao Conselho, democrática, participativa e, principalmente, horizontal redistributiva, voltada para o desenvolvimento territorial brasileiro e a coesão do conjunto autárquico do CAU (CAU/BR mais CAU/UFs) e demais entidades do Ceau.

A prioridade junto à sociedade é enfrentar os desafios diante da crise econômica e do trabalho, dando atenção às condições precárias de um terço das moradias brasileiros e às desigualdades sociais e seus reflexos no território, sempre levando em conta a diversidade.

Acreditamos que com a sensibilização dos gestores públicos e estabelecendo e consolidando parcerias com as entidades da sociedade civil, conseguiremos ampliar a percepção da importância e do legado da arquitetura e do urbanismo para a elevação da qualidade de vida de todos. Nesse sentido, a realização do Congresso UIA2021RIO no seu novo formato, boa parte *on-line*, proporcionará uma oportunidade ímpar.

Vamos, também, a partir do CAU, divulgar entre a população carente de condições habitacionais dignas as possibilidades de melhorias, principalmente por meio da assistência técnica. Entendemos que esse será o principal legado do Congresso: além de divulgar nossa reconhecida boa arquitetura para o mundo, conscientizar a população mais pobre da importância do arquiteto para melhorar a saúde da população.

Para enfrentar essa vulnerabilidade da maioria da população brasileira, propomos o desenvolvimento e implementação do programa “Mais Arquitetos”. Composto de projetos de Athis (Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social), o programa seria viabilizado a partir da parceria de recursos públicos, movimentos sociais e apoio dos conselhos estaduais. Por entender que a Athis é um direito fundamental do cidadão, assim como a saúde e a educação, desde 2016 o CAU destina no mínimo 2% de sua arrecadação para, por meio de editais, patrocinar iniciativas na área⁸. Nossa ideia inicial, defendida pelos presidentes dos conselhos estaduais, é de turbinar essas ações por um Fundo

⁸ Plenária 56ª: CAU destinará recursos para projetos e obras de assistência técnica. CAU/BR, 1º ago. 2016. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/56a-plenaria-cau-destinara-recursos-para-projetos-e-obras-de-assistencia-tecnica/>. Acesso em 6 maio 2021.

de Athis com o objetivo de superar as grandes desigualdades existentes no território nacional.

A ideia vai além, devendo representar um programa de arquitetura acessível e popular para a melhoria das condições habitacionais da maioria das moradias nas cidades brasileiras nesse momento de isolamento.

Além disso, defenderemos uma regulação urbana que atenda aos 5.570 municípios brasileiros para que possam contar com pelo menos um arquiteto.

A parceria com a sociedade civil propiciará a concretização de ações visando o desenvolvimento local, reunindo propostas de recuperação econômica, solidárias, de combate às desigualdades socioespaciais, incentivando a geração de trabalho e renda nos próximos meses e anos, projetando o caminho pós-pandemia.

A meta inclui políticas, programas e projetos direcionados à urbanização, à habitação e à universalização do saneamento e do abastecimento, mobilidade e o acesso à terra, entre outras ações que conduzam à saúde urbana e à melhoria das condições de vida, em especial das populações mais vulneráveis.

É preciso pensar nos jovens e nas crianças como garantia de preservação da existência humana. Vamos estimular programas inovadores a exemplo do CAU Educa, programa de educação continuada a longo prazo para a construção de uma consciência urbana e ambiental no ensino fundamental.

O fortalecimento institucional do CAU demandará ações parlamentares, baseadas em diálogo e na criação de pontes complementadas com o debate com os profissionais, que poderá trazer em longo prazo ações de sustentabilidade nas cidades.

As mesas de negociações com outras profissões, objetivando a harmonização de entendimento quanto a atribuições privativas e compartilhadas, devem perseguir resultados concretos.

O protagonismo do Conselho na articulação com outras entidades profissionais deverá ser construído a partir de uma presença mais ativa nos debates da sociedade como um todo, sempre na busca de coesão e defesa técnica das atribuições do arquiteto e urbanista.

No campo político, devemos atuar junto aos diversos setores e instâncias decisórias relativas à gestão das cidades, buscando que a formulação de leis, o planejamento e a atuação pública sejam alinhados aos princípios da reforma urbana.

Nesse contexto, é preciso fortalecer as ações institucionais e parlamentares, com base em articulação sólida, para definir e priorizar as pautas nas quais o CAU deve se posicionar em conformidade com os interesses da profissão.

Pleiteamos a eficiência e transparência nos processos de licenciamento por parte dos órgãos públicos, valorizando a responsabilidade técnica, o direito autoral e reduzindo a burocracia.

Um desafio da comunicação com os profissionais é a criação de mecanismos para ampliar a participação dos colegas em processos decisórios acerca de grandes temas e da destinação dos recursos do CAU, o que pretendemos fazer por meio de consultas públicas, pesquisas e plataformas participativas

Vamos melhorar a divulgação pública das atividades do CAU/BR para a sociedade civil, incluindo campanhas de divulgação, conscientização e debate acerca do papel social do arquiteto e urbanista, abertos à sociedade civil, junto a escolas, órgãos públicos, comunidades, universidades e demais instituições. O Brasil precisa de arquitetos. E nós precisamos conscientizar o Brasil disso.

Os CAU dos Estados e do Distrito Federal devem ser estimulados a mapear comunidades, associações de bairros, coletivos da sociedade civil e outras formas de organização não institucionalizadas, de modo a reconhecer demandas e criar elos cooperativos entre conselho e sociedade.

Precisamos investir na formulação de campanhas e meios de divulgação de trabalhos de arquitetos e urbanistas, cujos projetos não são veiculados na mídia.

É essencial ampliar a compreensão de que formação e ensino são elementos geradores de boas práticas profissionais, éticas e comprometidas com o desenvolvimento e a qualidade de vida da sociedade.

A atuação profissional na área de ensino e pesquisa, reconhecendo e contemplando suas especificidades, precisa ser valorizada.

Queremos levar adiante uma ação abrangente com relação à aproximação de professores, pesquisadores, estudantes e as próprias instituições de Ensino Superior ao Conselho, ampliando as condições de participação desse segmento da profissão na condução das atividades do CAU.

Isso é essencial para podermos dialogar com o Ministério da Educação na busca de atuação articulada em favor da qualidade de ensino e de condições de oferta e financiamento distribuídas de modo mais equilibrado no território nacional.

É preciso valorizar as Diretrizes Curriculares Nacionais e a sua discussão e formulação pelas entidades representativas, de modo a preservar e ampliar a qualidade da formação profissional.

O Ensino a Distância é uma questão premente a ser enfrentada, reiterando decisões já tomadas e ampliando a atuação do Conselho neste tema. Nesse campo é necessário verificar e encarar de forma assertiva o aumento do percentual destinado a EAD no contexto do ensino e sua relação com a precarização das condições de trabalho dos professores.

Outra questão a enfrentar é a dos estágios no processo de formação e de prática profissional.

Os CAU/UFs serão estimulados a criar mecanismos de acolhimento e participação política dos estudantes no Conselho.

É preciso ainda valorizar as atividades de pesquisa nas áreas tecnológicas, científicas e prática profissional.

O CAU precisa se fazer presente no mercado e no campo de atuação e prática profissional, o que faremos criando as condições operacionais para implementar ações que garantam a qualidade do projeto e combatendo formas subdimensionadas de contratação profissional.

Em meio às discussões de legislações que tratam de obras públicas, é o momento de ampliar fortemente a atuação do Conselho no sentido de esclarecer a sociedade da importância do projeto de arquitetura e urbanismo e, em especial, do projeto executivo como instrumento fundamental para a obtenção de qualidade, prazo, preço, eficiência e transparência, em especial em obras públicas.

A sociedade e mesmo a categoria devem ser esclarecidas sobre os processos de fiscalização do pleno exercício profissional nas etapas de projeto, planejamento e execução de obras. É preciso implementar a fiscalização orientativa e entender as transformações da atividade do arquiteto na contemporaneidade.

Os estados serão estimulados a ampliar e consolidar a participação dos profissionais da arquitetura e urbanismo na formulação das normas técnicas relativas às atribuições profissionais, criando fóruns próprios de discussão.

Enfrentaremos a precarização do mercado, apoiando diversas formas de empreendedorismo, cooperativismo, qualificação empresarial e posicionamento comercial dos escritórios de arquitetura.

Pautas urgentes

A nova gestão assume a condução do CAU/BR com diversas pautas urgentes. A prioridade é a atualização das bases de tecnologia, em especial do Siccau (Sistema de Informação e Comunicação do CAU). Vamos resgatar todos os projetos inovadores da administração.

Outra prioridade é articular e compartilhar a agenda com o Fórum de Presidentes, construindo articulação política até agora inexistente, entendendo que somos um **ÚNICO CAU** e que devemos compartilhar ações coordenadas e comuns. O estabelecimento do Colegiado dos Presidentes irá integrar as ações do CAU.

Queremos definir um projeto de gestão colaborativa e compartilhada com o Plenário elaborado por meio de um processo de Planejamento Estratégico baseado nas convergências entre os 28 conselheiros, articulados com seus estados de origem.

É preciso, sobretudo, definir foco, prioridades e responsabilidades no trabalho coletivo para que metas e indicadores integrados, definidos colaborativamente, sejam perseguidos com transparência.

Queremos aproximar ao máximo o arquiteto e urbanista do CAU/BR, implementando com rapidez uma plataforma participativa ágil e de fácil

utilização, que facilite as manifestações dos profissionais quanto ao cotidiano de seu Conselho.

A revisão do sistema de gestão interna ao CAU, de sistemas e pessoas, das comissões, das plenárias e dos fluxos de encaminhamentos se faz necessária, valorizando o trabalho de todos. Plenárias deverão ser objetivas e preparadas devidamente no coletivo diretor, dentro do plano estabelecido, com foco nas metas definidas pelas convergências comuns, seguindo os preceitos regimentais a serem definidos para implementação do plano.

As Comissões, ordinárias e especiais, deverão trabalhar matricialmente, integrando assessorias e trabalhando na obtenção dos resultados constantes num **PROJETO para o CAU**, visando a revisão do Planejamento Estratégico.

Iremos propor a transformação da comissão temporária de equidade de gênero e raça em comissão especial, ressaltando que entendemos perfeitamente que nossos desafios não se limitam à questão de gênero.

Um CAU coeso deve ser estruturado por meio do fortalecimento de uma cultura de confiança e construção coletiva, a partir de um novo modelo de governança, mais eficaz, e de uma nova política de gestão de pessoas, valorizando-as.

É necessário qualificar o CAU como o articulador da comunicação entre profissionais e a sociedade. Assim, será possível melhorar a comunicação entre as instâncias do CAU, entre o CAU e os profissionais e entre o CAU e a sociedade.

Este texto sintetiza, mas não esgota propostas construídas em 2020, ao longo de semanas, por um coletivo de arquitetos urbanistas. A categoria nos depositou confiança, agora nos cabe trazer os resultados esperados no triênio 2021-2023, priorizando principalmente a questão social.

REFERÊNCIAS

CAU/BR. 1º. Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo. Comissão Temporária para a Equidade de Gênero, 2020. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.

CAU/BR. *Habitação Social*: uma questão de Saúde Pública. Documentário. Comissão de Política Profissional, CAU/BR, dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E7dfO5PZsWA>. Acesso em: 6 maio 2021.

COLOMINA, B. With, or without you: the ghosts of modern architecture. *In*: SCHWARTZ, A.; BUTLER, C. *Modern Women: women artists at the Museum of Modern Art*. New York: Museum of Modern Art, 2010.

DINIZ, D. Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum, diz antropóloga Debora Diniz. *Folha de S.Paulo*, 6 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/mundo-pos-pandemia-tera-valores-feministas-no-vocabulario-comum-diz-antropologa-debora-diniz.shtml>. Acesso em: 5 maio 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Seminário Internacional Pesquisa Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil: avanços e desafios. Síntese Grupo de Trabalho 2, "Inadequação habitacional no Brasil: situação atual e novas perspectivas, como mensurá-las?", Subgrupo 2.3 – "Inadequação edilícia". Setembro de 2020a. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/28.9_Sintese_GT.pdf. Acesso em: 5 maio 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Cimar Azeredo Pereira. Seminário Internacional Pesquisa Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil: avanços e desafios. Apuração do déficit habitacional e inadequação de domicílios e nova proposta metodológica, Setembro de 2020b. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/14.9_Cimar-Azeredo.pdf. Acesso em: 5 maio 2021.

GIVISIEZ, G. *et al.* Seminário Internacional Pesquisa Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil: avanços e desafios. Síntese Grupo de Trabalho 1 – "Déficit Habitacional no Brasil", Subgrupo 1.2 – "Ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo em domicílios alugados". Setembro de 2020. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/28.9_Sintese_GT.pdf. Acesso em: 6 maio 2021.

ROSSETO, R.; OLIVEIRA, Q. T. A. de. Seminário Internacional: O perfil e a valorização da mulher na Arquitetura. FAU Mackenzie, mar. de 2020.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO CAU (SICCAU). Quantitativo de registros. Disponível em: <https://transparencia.caubr.gov.br/registros/>. Acesso em: 6 maio 2021.

UNION INTERNACIONALE DES ARCHITECTES. Assembléia em Seoul. Córéia do Sul. 2017. Disponível em: https://www.uia-architectes.org/webApi/uploads/ressourcefile/380/gender_equity_policy_2017_12.pdf. Acesso em: 6 maio 2021.


Notas para uma nova gestão

Notes for a new management

Notas para una nueva gestión

Catherine Otondo. Arquiteta e urbanista, doutora em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, presidente do CAU/ SP, sócia do escritório Base Urbana e professora de Projeto na FAU Mackenzie.

E-mail: catherine.otondo@mackenzie.br

 <http://orcid.org/0000-003-3227-7998>

Para citar este artigo: OTONDO, C. Notas para uma nova gestão. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n.1, p. 23-27, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p23-27.

Submissão: 2021-04-09

Resumo

O texto aborda os antecedentes à formação de uma nova chapa para a eleição do CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Projeto da Chapa do CAU Mais Plural e os princípios – plataforma de ações e valores – que regem esta nova gestão, pensados a partir de experiências que impulsionaram a ocupação das mulheres perante as posições estratégicas de instituições políticas, a fim de mobilizar propostas aderentes às demandas reais da profissão, basenando-se na tecnologia e na comunicação como ferramentas intermediárias entre essas profissionais e a sociedade.

Palavras-chave: Arquitetura; Conselho de Arquitetura e Urbanismo; Legalidade Profissional; Projeto Político.

Abstract

The text addresses the background to the formation of a new ticket for the election of the CAU - Council of Architecture and Urbanism, CAU Mais Plural Plate Project - and the principles - stock and values platform - governing this new management, designed from experiences that boosted the occupation of women in the face of strategic positions of political institutions, in order to mobilize proposals that adhere to the real demands of the profession, based on technology and communication as intermediary tools between these professionals and society.

Keywords: Architecture; Architecture and Urbanism Council; Professional Legality; Political Project.

Resumen

El texto aborda los antecedentes de la formación de una nueva fórmula para la elección de la CAU - Consejo de Arquitectura y Urbanismo, Proyecto de la placa-CAU Mais Plural - y los principios - plataforma de acciones y valores - gobernando esta nueva gestión, elaborado a partir de experiencias que impulsaron la ocupación de mujeres frente a las posiciones estratégicas de las instituciones políticas con el fin de movilizar propuestas que se apeguen a las demandas reales de la profesión, basados en la tecnología y la comunicación como herramientas intermediarias entre las profesionales y la sociedad.

Palabras clave: Arquitectura; Consejo de Arquitectura y Urbanismo; Legalidad profesional; Proyecto Político.

[...] a história humana mudou frequentemente de via. Como? Tudo sempre começa com uma iniciativa, uma inovação, uma nova mensagem de caráter desviante, marginal, com frequência invisível aos contemporâneos (MORIN, 2015, p. 39).

INTRODUÇÃO

Em 2017 organizamos, com o apoio do Centro Cultural São Paulo e de um edital de fomento do CAU/SP, um seminário de quatro dias intitulado: Onde estão as mulheres arquitetas? (2017)¹.

Impulsionadas pelas inquietações e protestos trazidos por nossas alunas e pela leitura do livro de Despina Stratigakos, *Where are the women architects* (STRATIGAKOS, 2016), fizemos um encontro com mais de 300 participantes, com os quais discutimos em forma de palestras, rodas de conversa e *workshops* de projeto, a condição da atuação feminina na profissão.

Uma das conclusões que extraímos do Seminário foi a que as mulheres precisam se dispor a ocupar posições estratégicas dentro de instituições políticas, porque é por meio delas que mudanças mais eficazes poderiam ocorrer e provocar transformações estruturantes.

Com esta motivação, me inscrevi no mesmo ano em uma chapa com vários colegas de profissão, para eleições do CAU SP (2018–2020), e o grupo foi eleito com 18 dos 56 conselheiros à época.

Notas

Confesso que pouco sabia das atribuições e alcance de nosso Conselho. Os primeiros meses me pareceram árdios, as plenárias intermináveis, e, como legado dessa experiência, me convenci de que o único ganho foi conhecer pessoas (sobretudo mulheres) com as quais trabalhei, ampliei por meio de seu olhar minha visão de como nossa profissão é exercida nos quatro cantos do Estado, vi que tínhamos muitas diferenças, mas muitas questões em comum.

Portanto, quando em 2020 terminasse nossa gestão, a maioria de nós não tinha planos de pleitear uma reeleição. Porém, seguimos conversando; formamos um grupo de mulheres, e depois de inúmeros encontros *on-line*, decidimos que não aceitaríamos o convite de participar de nenhuma outra chapa; isso porque o modo como nossa participação estava sendo convocada não tinha para nós mais sentido, uma convocação em torno de pessoas, estratégias de ocupação de um espaço político, no qual a presença das mulheres entrava como um lastro de legitimidade dessa ocupação.

Pensamos, então, que seria oportuno nos mobilizarmos a partir da construção de novos contornos políticos, não mais esquerda, direita, liberal,

¹ O conteúdo deste seminário está publicado na *Revista Monolito*, 36. São Paulo: Editora Monolito, 2017.

conservador, num jogo que no nosso entender tinha pouca aderência às demandas reais da profissão.

E assim decidimos fazer uma ação radical, e montar uma chapa só com mulheres. A ideia rapidamente ganhou força e em poucas semanas já éramos em número suficiente para preencher as 158 vagas necessárias para se concorrer às eleições do Conselho.

Nossa primeira ação foi a de elaborar uma lista de princípios comuns, aos quais todas aderiram. Em seguida, escrevemos nossa plataforma ampla, que cobrisse diversos campos de nossa atuação, a partir dos princípios: equidade de raça e gênero, pluralidade, cooperação, empatia, conectividade, reinvenção, horizontalidade e inclusão. Sobre estes princípios construímos uma plataforma de ações e valores, e com isso configuraram-se as bases do Projeto da Chapa do CAU Mais Plural.

Portanto, nosso pleito se coloca de cara por uma outra forma de fazer política: não somos mulheres vindas de grupos políticos ou institucionais comuns, mas mulheres progressistas, vindas do campo da prática profissional e acadêmica, que se mobilizaram em torno de uma ideia e um modo de agir. Esta ação define de cara uma outra forma de se fazer política, que se opõe aos modos tradicionais praticados até então.

E qual seria este projeto? Qual a potência de alcance desta autarquia, que para muitos de nós está distante da realidade e do cotidiano da prática?

O CAU tem como primeira missão garantir a legalidade da profissão, para que a sociedade receba com segurança técnica e ética nossos serviços. E para isso age por meio da fiscalização e da promoção e informação do nosso fazer. Assim, em princípio o CAU tem que agir para o bem da sociedade.

Nosso Conselho tem apenas 10 anos. Entendemos que os primeiros anos de gestão se definiram por sua formação e estruturação institucional. Agora, estamos em um momento de consolidação, e cabe assim a inserção de um projeto que dê rumo e direção para esta nave que já está na água. Um projeto que atenda, ampare e estructure as necessidades cotidianas de nossos profissionais e também seja capaz de expor as nossas práticas para a sociedade a fim de ampliar o campo profissional dos arquitetos e urbanistas.

A cidade e o território são o nosso campo de atuação e reflexão; nós, arquitetos e urbanistas, somos formados para pensar o espaço urbano e a paisagem, o construído e o natural, não como lugares opostos, mas como instâncias cujo equilíbrio é que garante a habitabilidade no planeta. Daí a importância e atualidade da nossa profissão, pois hoje, sobretudo neste estado de suspensão que a pandemia de Covid-19 nos colocou, e que pudemos perceber a dimensão do desequilíbrio no qual estamos vivendo.

As forças que atuam nesses espaços são inúmeras, vêm de diversas direções e intensidades, desde os movimentos sociais ao mercado imobiliário, poderes executivos, legislativos e judiciários, as forças da natureza, e sobre todas elas nosso Conselho tem a possibilidade de exercer o papel de interlocutor, de

agente informativo, de facilitador da chegada das informações nos seus mais longínquos recônditos.

Para fazer esta gestão, nos moldes do século 21, estamos propondo uma atuação horizontal, em rede, que priorize a escuta e o consenso. Estamos colocando em postos estratégicos profissionais que tenham um compromisso com a implementação de um projeto coletivo, e não do desenvolvimento individual. E isso, sabemos, é novo no Conselho.

Talvez, neste momento que sempre o desmoronou, possamos repensar as nossas ferramentas de agir. Pensar que, por exemplo, à luz da realidade que se impõe, que a estrutura de uma administração pública não pode ser baseada em coisas e as obras que essas coisas geram, mas nas pessoas, em nós, e daquilo que precisamos para viver, em suas diversas dimensões: cuidar, amparar, acolher, nutrir, na escala da vida do dia a dia, do local (comunidade), da vida ligada a movimentos mais amplos (cidade), e a vida ligada aos grandes sistemas, urbanos e ambientais, lideradas, agora sim, por mentes femininas.

Trata-se, apesar do que poderia parecer, pela radicalidade de sua formação primeira, de um projeto inclusivo e colaborativo. Não estamos excluindo os homens, mas estamos reclamando um lugar de liderança o qual ainda não experimentamos. Um projeto baseado em dois pilares: na tecnologia e na comunicação.

A tecnologia, não apenas pensada como uma ferramenta útil, mas como um meio de ampliar novas formas de conhecimento, de tornar acessível a nossa linguagem, que se expressa pela transformação do espaço, a um número cada vez maior de pessoas, para que a arquitetura entre no vocabulário comum dos cidadãos.

A comunicação que fará a mensagem sair de um universo constricto em que estamos atuando e chegar à base da sociedade, às instituições que estão governando, e isso representa talvez um enorme campo de trabalho de ação do qual estamos fora. Nesse sentido, vemos na esfera da arquitetura pública uma oportunidade de expansão ainda não explorada. Criar condições para que os funcionários públicos tenham lugar de destaque no Conselho, que desenvolvam seus saberes e que possam agir de forma propositiva em suas repartições, informando às lideranças de mando sobre a importância de um projeto que se realiza na transformação do espaço de forma justa e equilibrada, para que possamos participar ativamente deste momento histórico de revisão dos valores humanos e de modo de ocupar este pequeno e frágil planeta.

REFERÊNCIAS

- MORIN, E. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p. 39.
- OTONDO, C. Onde estão as mulheres arquitetas? *Revista Monolito*, 36. São Paulo, n. 36, 2017.
- STRATIGAKOS, D. (ed.). *Where are the women in architecture?* New Jersey: Princeton University Press, 2016.


A gestão dos cuidados tem gênero, raça e classe: as zonas de sacrifício da Covid-19 nas cidades brasileiras

Daily care management has gender, race and class: the Covid-19 sacrificial zones in Brazilian cities

La gestión del cuidado tiene género, raza y clase: las zonas de sacrificio Covid-19 en las ciudades brasileñas


Diana Helene Ramos, doutora pelo IPPUR UFRJ, professora na Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: diana.helene@fau.ufal.br

 <http://orcid.org/0000-0002-8455-4814>

Kaya Lazarini, mestra pela Universidade de São Paulo, doutoranda pela Universidade de São Paulo e associada da assessoria técnica USINA-ctah.

E-mail: kaya@usp.br

 <http://orcid.org/0000-0002-3145-9717>

Maria Beatriz Andreotti, mestra pela Universidade Estadual de Campinas, doutoranda pela Universidade de São Paulo.

E-mail: bea.andreotti@usp.br

 <http://orcid.org/0000-0002-3621-9296>

Para citar este artigo: RAMOS, D. H.; LAZARINI, K.; ANDREOTTI, M. B. A gestão dos cuidados tem gênero, raça e classe: as zonas de sacrifício da Covid-19 nas cidades brasileiras. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n.1, p. 28-43, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p28-43.

Submissão: 2020-09-13

Aceite: 2021-01-18

Resumo

O artigo pretende discutir como se organizam as atividades e hierarquias da gestão da vida cotidiana e como essas atividades se refletem e se distribuem no território, a partir da sobreposição da dinâmica imposta pelas restrições da pandemia. Considerando-se a intersecção entre gênero, raça e classe, o trabalho combina informações relativas à conformação urbana atual e letalidade da Covid-19, em que se observam maiores taxas de contaminação e mortalidade nas periferias urbanas. Revela, dessa forma, o estabelecimento de zonas de sacrifício da Covid-19 na morfologia urbana brasileira e uma crise na gestão dos cuidados e da reprodução da vida, nas quais as mulheres têm um papel central. Em contrapartida, a situação atual demonstra a importância das pautas levantadas pelos movimentos de luta por moradia e reforma urbana, como espaços possíveis para repensar as cidades e a organização popular.

Palavras-chave: Cuidado; Covid-19; Gênero; Classe; Raça.

Abstract

The article intends to discuss how activities and hierarchies of daily life management are organized, and how these activities are reflected and distributed in the territory, from the overlapping of the dynamics imposed by pandemic restrictions. Considering the intersection between gender, race and class, this paper combines information related to the current urban conformation and lethality of Covid-19, where higher rates of contamination and mortality are observed in the urban peripheries. Thus, it reveals the establishment of Covid-19 sacrifice zones in Brazilian urban morphology and a crisis in the management of care and life reproduction, in which women play a central role. In contrast, the current situation demonstrates the importance of the guidelines raised by the movements of struggle for housing and Urban Reform, as possible spaces to rethink the cities and popular organization.

Keywords: Care; Covid-19; Gender; Class; Race.

Resumen

A partir de la dinámica de superposición impuesta por las restricciones de la pandemia, el artículo tiene por objeto examinar la forma en que se organizan las actividades y las jerarquías de la gestión de la vida cotidiana, y de que manera esas actividades se reflejan y se distribuyen en el territorio. Teniendo en cuenta la intersección entre género, raza y clase, el documento combina información relacionada con la actual conformación urbana y la letalidad de Covid-19, donde se observan mayores tasas de contaminación y mortalidad en las periferias urbanas. De esa manera, revela el establecimiento de zonas de sacrificio Covid-19 en la morfología urbana brasileña y una crisis en la gestión del cuidado y la reproducción de la vida, en la que las mujeres desempeñan un papel central. En contraste, la situación actual demuestra la importancia de las agendas planteadas por los movimientos de lucha por la vivienda y la Reforma Urbana, como posibles espacios para repensar las ciudades y la organización popular.

Palabras clave: Cuidado; Covid-19; Género; Clase; Raza.

INTRODUÇÃO

"A merendeira desce, o ônibus sai
 Dona Maria já se foi, só depois é que o Sol nasce
 De madrugada que as aranhas tecem no breu
 E amantes ofegantes vão pro mundo de Morfeu
 E o Sol só vem depois
 O Sol só vem depois
 É o astro rei, ok, mas vem depois"

Emicida, "A ordem natural das coisas", Álbum *Amarelo*, 2019

Sentado a uma mesa de jantar, um casal heterossexual branco faz sua refeição. Para que isso aconteça, uma cadeia de serviços normalmente oculta é mobilizada: para além dos garçons e garçonetes, cozinheiros, há ainda faxineiras(os), diaristas, lixeiros, agricultores, entregadores e toda uma série de postos de trabalho e subempregos que esse pequeno momento a dois implica. A imagem de capa do periódico *Le Monde Diplomatique* Brasil (Figura 1), publicada em abril de 2020, demonstra a estrutura estratificada de uma diversidade de atividades que não puderam ser interrompidas durante a pandemia. Para que o casal ilustrado coma em tranquilidade e segurança durante a quarentena, outras dez pessoas de maioria não branca sustentam a cena da capa da revista, de trabalhadores domésticos, como uma babá, a trabalhadores do serviço público, como um policial armado ao fundo. A partir das provocações que esta imagem convoca, pretendemos discutir como se organizam as atividades e hierarquias da gestão da vida cotidiana e sua distribuição no desenho da cidade, dinâmica agora sobreposta pela pandemia do novo coronavírus.



Figura 1: Capa *Le Monde Diplomatique* Brasil - Edição 153, abril de 2020. Fonte: Site da *Le Monde Diplomatique* Brasil. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/edicao/edicao-153>. Acesso em: 1º set. 2020.

Primeiramente, é necessário identificar quais atividades puderam ser realizadas de forma remota, em *home office*, e quais pessoas se viram obrigadas a trabalhar e/ou manter sua rotina “normal”, fora de casa e enfrentando os riscos da pandemia, por realizarem atividades que não puderam “parar”. Para essas últimas, que não tiveram o direito ao isolamento e proteção em suas residências, o risco de contaminação é multiplicado: tanto pelo exercício das próprias atividades como pelo deslocamento indispensável entre a casa e o trabalho.

Nesse contexto, é preciso ressaltar a morfologia clássica de grande parte das cidades brasileiras que se organiza em relações centro-periferia, em que é necessário atravessar longas distâncias entre o local de moradia e o de emprego, normalmente vencidas por meio do uso de transporte público. Pesquisas realizadas nos últimos meses demonstram a relação entre a localidade da moradia e a incidência de casos fatais de Covid-19, na qual se ressalta o grande crescimento da doença em periferias urbanas, bem como implicações entre fatores de gênero, raça e classe. Este ponto é fundamental para pensarmos a questão da moradia e sua relação urbana, isto é, postos de trabalho, equipamentos públicos, acesso a serviços e demais necessidades que implicam deslocar-se pela cidade e o local onde se mora. Veremos adiante que uma maior necessidade de locomoção acarreta uma maior exposição ao vírus.

Ademais, as condições relacionadas à qualidade da infraestrutura urbana, desde a localidade onde mora a maioria dos trabalhadores até as condições de acesso a serviços básicos como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo etc., vinculam-se a circunstâncias prévias de saúde da população que, além de criar vulnerabilidade, são fatores que podem levar a uma aceleração do contágio, já que não é possível realizar minimamente as medidas preventivas de combate à doença. É preciso ainda atentar para as condições da moradia: tamanho, ventilação, iluminação, número de ambientes e acesso à internet, que implicam a possibilidade em se manter ou não em quarentena. É pouco provável que se consiga isolar moradores em um espaço diminuto, que não atenda a condições de saneamento, tampouco de conforto ambiental. Nesse sentido, várias questões se sobressaem. Evidencia-se o pensamento sobre a qualidade habitacional e seu entorno urbano, seja no acesso a serviços ou a postos de trabalho. Questões anteriormente problemáticas se tornaram-se evidentes, e a pandemia trouxe mais um balizador de vulnerabilidade.

Morfologia urbana e letalidade da Covid-19

Dados recentes explicitam que a aceleração da doença e a letalidade são muito maiores em bairros periféricos, populares e negros, demonstrando uma associação entre o impacto da pandemia e a qualidade de vida urbana. No Rio de Janeiro, por exemplo, enquanto no Leblon, bairro de renda alta na zona sul da cidade, a taxa de letalidade por Covid-19 é de 2,4%, no Complexo da Maré, que abriga uma população de baixa renda na zona norte, essa taxa chega a 30% (SCHMIDT, 2020). Isso tem produzido, sobretudo em países de passado escravagista como o Brasil (no qual as relações entre classe e raça se sobrepõem), um índice de letalidade expressivamente maior entre pessoas negras. Em São Paulo, por exemplo, negros têm até 85% mais chance de morrer por Covid-19 ao contrair a doença do que brancos (OBSERVATÓRIO COVID-19 BR, 2020).

Um estudo realizado pelo LabCidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo correlacionou dados do período da pandemia referentes à utilização do transporte público para o trabalho e o local de moradia dos hospitalizados por Covid-19. Empregando os dados da Pesquisa de Origem e Destino da Secretaria Estadual de Transportes (SP) e informações do Sistema Único de Saúde, a pesquisa detectou que há maior incidência de hospitalização em função da Covid-19 entre passageiros cuja origem (moradia) eram bairros periféricos, nos quais a distância do centro é de mais de 15 quilômetros, como Capão Redondo e Brasilândia. Os casos da doença estão concentrados nos locais de moradia de pessoas que não puderam interromper sua movimentação pela cidade, pois são trabalhadores de serviços essenciais ou dependentes de renda informal, e que usaram o transporte coletivo nesse percurso (Figura 2). Segundo os autores da pesquisa, “o que está evidente é que quem saiu para trabalhar e realizou percursos longos de transporte coletivo é quem foi mais impactado pelos óbitos ocorridos” (ROLNIK *et al.*, 2020).

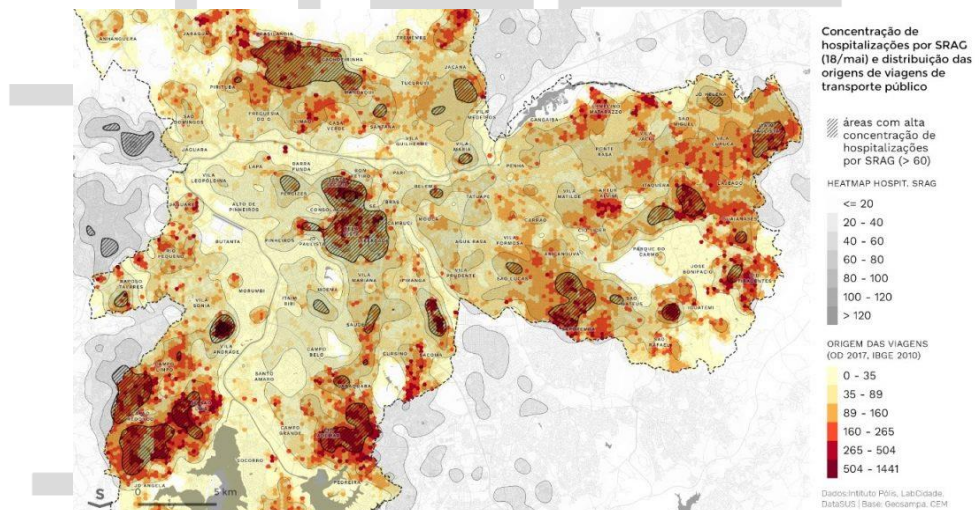


Figura 2: Mapa com a concentração de hospitalizações e distribuição de viagens em transporte público na cidade de São Paulo/SP. Fonte: Pedro Mendonça/LabCidade (ROLNIK *et al.*, 2020). Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19>. Acesso em: 1º set. 2020.

Outro estudo em elaboração pelo Observatório de Conflitos Fundiários do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo corrobora esse argumento, demonstrando ainda que os distritos com maior número de mortes por coronavírus se relacionam a locais com maior presença de autônomos e informais, donas de casa e pessoas que usam o transporte público (RODRIGUES, 2020).

Mortes por Covid-19 têm mais relação com autônomos, donas de casa e transporte público

Relação com trabalho



Estudo da Unifesp cruza dados da pesquisa de origem e destino do Metrô com vítimas da pandemia

1 é o valor máximo do índice. Quanto maior o valor, maior correlação com as mortes



Distritos líderes no uso do transporte público e suas posições no ranking de mortes



Figura 3: Mortes por Covid-19 têm mais relação com autônomos, donas de casa e transporte público. Realizamos grifos em vermelho nos itens de relevância para esse artigo. Fonte: Folha de S. Paulo, 2020 (RODRIGUES, 2020). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/08/mortes-por-covid-19-tem-mais-relacao-com-autonomos-donas-de-casa-e-transporte-publico.shtml/>. Acesso em: 1º set. 2020.

Segundo a pesquisa, a mortalidade é menor nos distritos com maior número de indivíduos que utilizam transporte particular, onde habitam empregadores ou profissionais liberais (RODRIGUES, 2020). Isso demonstra como as enormes desigualdades urbanas se relacionam com a pandemia. Ademais, no gráfico que correlaciona as mortes e a relação com o trabalho, observamos a incidência dos maiores números em profissionais autônomos, trabalhadores com carteira assinada e, curiosamente, em donas de casa. Mas, se essas mulheres estão, teoricamente, em casa, o que explicaria esse índice?

Zonas de sacrifício da Covid-19: a gestão dos cuidados tem gênero, raça e classe

Esse último dado em relação à grande letalidade de donas de casa nos remete à discussão sobre o papel desempenhado pelas mulheres, articulando a discussão a partir das intersecções entre gênero, raça e classe¹. Se voltarmos à figura do Le

¹ A necessária análise dessas intersecções, chamada interseccionalidade, é “uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis heteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí (AKOTIRENE, 2018). Apesar de a advogada estadunidense Kimberlé Crenshaw ter cunhado o termo “Feminismo Interseccional” na década de 1980, muitas mulheres negras abordavam a interseccionalidade de opressões antes dela, como a filósofa brasileira Lélia Gonzalez: “O fato é que, enquanto mulher negra sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais” (1983, p. 225). Nas cidades é visível como formas combinadas de opressão são responsáveis por uma somatória de desigualdades urbanas. Diferentes camadas de opressões se relacionam na formação das cidades, estruturando uma série de hierarquias e injustiças socioespaciais.

Monde e ao questionamento inicial, quais foram os trabalhos mantidos no período de isolamento social? Nas cidades, onde estão os cuidados? Quem são os responsáveis pela limpeza, produção de alimentos, preparo da comida, atenção aos afetos? Quem zela pelas crianças, idosos, doentes e outros dependentes? Dentro e fora das casas, os cuidados foram justamente as atividades que não puderam parar.

Na sociedade cis heteropatriarcal, branca e capitalista, as chamadas tarefas de reprodução da vida – alimentar, limpar, cuidar – são tradicionalmente delegadas às mulheres e pessoas racializadas. Mal pagos ou feitos gratuitamente (“por amor”), os serviços domésticos, de educação, saúde, cuidados e outros serviços comunitários constituem as atividades mais informalizadas, mal remuneradas e desvalorizadas no mundo do trabalho (ITIKAWA, 2015, p. 40; PRONI; GOMES, 2015)². No entanto, nem a pandemia foi suficiente para evidenciar sua importância – ao contrário, expôs a falta de crédito dada a essas atividades e a necessária compreensão dessas tarefas enquanto trabalho.

Denominar essas atividades enquanto tarefas reprodutivas³ é um esforço da epistemologia feminista, conforme tratam autoras como a italiana Silvia Federici (2017), a estadunidense Ângela Davis (2016), as brasileiras Helena Hirata (1998) e Heleieth Saffioti (1988, 2015)⁴, a francesa Danièle Kergoat (1998), entre muitas outras. Denominações cunhadas por movimentos feministas populares também podem ser mobilizadas, como a utilizada pela brasileira Helena Silvestre, idealizadora da Escola Feminista Abya Yala, que realiza encontros de estudo e cuidado coletivo para mulheres periféricas, militante de movimento de luta por moradia e terra, que se utiliza do termo “tarefas do viver” para fazer referência ao trabalho de gerar, parir, alimentar e cuidar para a existência e continuidade da vida, que realizam as mulheres (SILVESTRE, 2020).

Um exemplo de como atua a divisão sexual do trabalho, para pensarmos o contexto atual de pandemia, é como a presença feminina também prevalece nas tarefas de cuidado profissionalizadas, para além daquelas desempenhadas no ambiente doméstico. Se olharmos para os serviços de saúde, 70% são desempenhados por mulheres, chegando, em algumas subáreas como a enfermagem, a um número superior a 85% do total de trabalhadores (ONU MULHERES, 2020; FIOCRUZ, 2015).

2 Apesar de desvalorizados, um relatório da Oxfam quantifica com valores monetários os trabalhos de cuidados não remunerados que as mulheres desenvolvem: se todo esse trabalho fosse feito por uma única empresa, ela teria um faturamento anual de US\$ 10 trilhões (2019, p. 40). Além de visibilizar a riqueza produzida pelas mulheres, é importante frisar que esta riqueza não é redistribuída para as populações vulneráveis, sobretudo para as próprias mulheres cuidadoras, e sim acumulada pelos grandes capitalistas (FEDERICI, 2017).

3 Consideramos a esfera reprodutiva aquela que abrange as atividades realizadas por pessoas de uma unidade de convivência para o cuidado de si, para os membros da sua família ou para de uma outra família; também chamadas de atividades domésticas, aquelas ligadas à reprodução da vida, alimentação/nutrição, cuidado, provisão de habitação, limpeza e cuidados, majoritariamente realizadas por mulheres e pessoas racializadas. Em contrapartida, temos a esfera produtiva, aquela que é reconhecida como trabalho: atividades relacionadas à produção de mercadorias, bens e serviços; normalmente envolve remuneração sob a forma de salários.

4 Heleieth Saffioti foi uma importante feminista brasileira que também trabalhava com uma proposta similar à interseccionalidade, a qual ela chamava de “nó” entre gênero, classe e raça: “o nó formado por essas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão (SAFFIOTI, 2015, p. 115).

Além disso, no Brasil, 95% das pessoas que trabalham como cuidadoras são mulheres (HIRATA, 2014, p. 67). É importante ressaltar ainda que essas tarefas, além de marcadas por gênero, também são marcadas por raça⁵. No Brasil, quanto maior a renda das mulheres, menos elas realizam afazeres domésticos – tarefas terceirizadas a outras mulheres, as trabalhadoras domésticas constituídas, em sua maioria, por mulheres negras (IPEA/ONU, 2015, p. 4). Fraçoise Vergès, cientista política e historiadora francesa, afirma que:

[...] em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, 'abrem' a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. [...] Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilha com o primeiro uma interseção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esporte e fazer compra nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas (VERGÈS, 2020, p. 19).

No contexto brasileiro de uma “crise de cuidados⁶” devido ao crescimento exponencial dessas atividades, temos alguns trágicos exemplos dessa condição. A primeira vítima da pandemia no Rio de Janeiro foi uma empregada doméstica pertencente ao grupo de risco que, não sendo dispensada de seus serviços, contraiu a doença de seus patrões, infectados numa viagem à Europa (MELO, 2020). Ou ainda a morte do menino Miguel, de 5 anos, na cidade do Recife, filho de uma trabalhadora doméstica que também não foi dispensada e, com as escolas fechadas, não houve alternativa senão levar a criança para seu trabalho. O menino foi deixado sozinho por sua patroa no elevador do prédio e caiu do nono andar do edifício, enquanto sua mãe passeava com os cachorros dos patrões (PENA, 2020). Essas perdas são marcadas pela sobrecarga de atividades de cuidado que recaem sobre as mulheres e, no caso do Brasil, sobre mulheres negras.

Outra questão importante é que as tarefas delegadas ao gênero feminino, por serem inerentemente ancoradas aos territórios, estão mais sujeitas às contaminações. Seja por falta de saneamento dos bairros em que vivem, por lidar diretamente com a limpeza e manutenção da residência ou por toda a precariedade urbana que afeta o entorno e a qualidade de sua moradia. Seus pares masculinos geralmente realizam as tarefas produtivas, o trajeto pendular casa-trabalho, e não estão plenamente envolvidos com o entorno desassistido de

5 Angela Davis, filósofa e pensadora do feminismo negro, afirma sobre essa questão: “Enquanto o serviço doméstico fosse a regra para a população negra, a emancipação permaneceria uma abstração conceitual [...] a noção que o fardo das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças seja tirado de seus ombros [das mulheres negras e suas irmãs das classe trabalhadora] e dividido com a sociedade contém um dos segredos radicais da libertação feminina” (DAVIS, 2016, p. 106 e 234).

6 Essa crise na gestão dos cuidados acontece tanto em função dos doentes da pandemia como da interiorização de idosos e crianças ao lar unifamiliar, devido ao fechamento das escolas, creches, refeitórios públicos, restaurantes, espaços e áreas de lazer, e à necessidade de isolamento residencial (HELENE, 2019). Dados da pesquisa “SEM PARAR - o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” confirmam como essa crise acontece e apontam que metade das mulheres brasileiras passou a cuidar de alguém na pandemia (no caso das mulheres rurais, foram 62% delas) e que 72% das mulheres afirmam que aumentou consideravelmente sua necessidade de cuidar, monitorar e fazer companhia dentro do domicílio (BIANCONI *et al.*, 2020, p. 11).

infraestrutura da mesma forma que as mulheres. São elas que, mesmo que exerçam atividades remuneradas fora da casa, levam, trazem e olham as crianças, cuidam dos idosos, doentes e outros dependentes, das hortas e/ou animais de quintal, cozinham, limpam, buscam água e alimentos (GONZAGA, 2011; HELENE, 2019; ITIKAWA, 2015; LATENDRESSE, 2005; TAVARES, 2015; SANTORO, 2008; SILVA, 2003). De acordo com Raquel Rolnik *et al.*, “em muitas comunidades onde falta água, por exemplo, são as mulheres que caminham vários quilômetros diariamente carregando baldes ou latas” (ROLNIK *et al.*, 2011, p. 15).

Um exemplo é o estudo realizado pelas arquitetas, urbanistas e professoras Rossana Tavares e Diana Helene (2019) sobre precariedade socioambiental e gênero, na cidade de Duque de Caxias, reconhecida como uma “zona de sacrifício ambiental”⁷ da região metropolitana do Rio de Janeiro (PEREIRA, 2013). A cidade reúne equipamentos importantes na dinâmica econômica e urbana, como o antigo lixão do Gramacho, considerado por muito tempo o maior lixão da América Latina, e ainda a planta da refinaria de Petróleo Reduc, a mais completa e complexa do sistema Petrobras. A região é uma área de mangue às margens da Baía de Guanabara, com esgotamento que atinge menos de 50% das casas, das quais apenas 5% possuem água tratada (KRONEMBERGER, 2013). A pesquisa demonstrou um maior número de óbitos das mulheres em relação aos homens quando consideradas causas relacionadas à poluição ambiental, tais como câncer, doenças respiratórias, metabólicas e nutricionais⁸. É um exemplo cruel de como a precariedade periférica tem um agravamento generificado⁹. Isso acarreta que, segundo Fabrina Furtado e Cristiane Faustino:

[...] o agravo das condições sanitárias e, com ele, a escassez ou poluição da água e a disseminação de doenças impactam diretamente, e sobretudo, o trabalho e a vida das mulheres, responsabilizadas historicamente pela gestão do cotidiano doméstico (FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 35).

Com base nessas condições, relacionadas à divisão sexual e racial do trabalho e à precariedade urbana, é preciso observar como se evidencia a vulnerabilidade causada pela pandemia marcada por critérios de gênero, raça e classe. O discurso de que a economia não pode parar oculta quem está pagando com sua vida para que essa continuidade aconteça. Nesse contexto, propomos utilizar o termo “zonas de sacrifício” citado anteriormente, para compreender os dados apresentados sobre a incidência urbana da letalidade da doença como a instituição de zonas de sacrifício de Covid-19. Da mesma maneira que o capitalismo distribui de forma desigual os riscos e contaminações nos territórios

7 Zona de sacrifício ambiental é um termo criado por movimentos sociais ambientais para denominar territórios onde se sobrepõem diversas iniciativas poluidoras perigosas à saúde e ao meio ambiente, geralmente áreas de habitação de populações de baixa renda e com baixo valor imobiliário. Fica evidenciado na nomeação dessas zonas que, para além dos aspectos como salubridade da moradia e infra-estrutura urbana, o lugar em que habita a população de baixa renda vincula-se às injustiças ambientais inerentes aos processos produtivos capitalistas. No capitalismo, além da desigualdade no consumo de produtos e serviços, acontece uma distribuição desigual dos riscos e impactos socioambientais dessa produção.

8 Dados do IBGE, de 2015, apontam que as mulheres na cidade morrem em número maior que os homens de doenças respiratórias (relacionadas à poluição atmosférica); de neoplasmas (tumores), doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (relacionadas à toxicidade industrial); e de doenças do trato geniturinário (totalizando 40,99% dos óbitos femininos e 31,02% dos óbitos masculinos).

9 Generificado é um termo utilizado nas teorias feministas para indicar algo que está sendo observado a partir da perspectiva de gênero, apesar de ainda não ter sido reconhecido ou identificado nos dicionários de português brasileiros.

para produção de mercadorias, as cidades atuais estabelecem zonas em que os óbitos acontecem de maneira extremamente desigual para manutenção deste sistema durante a pandemia.

Para corroborar tal argumento, mais um dado importante pode ser mobilizado: conforme colocado no relatório “Quem Paga a Conta?” da OXFAM (2020), os bilionários da América Latina ficaram imunes à crise econômica provocada pelo coronavírus. De acordo com o estudo, no Brasil, a fortuna dos bilionários teve um crescimento de 27% neste período de pandemia. Em contrapartida, segundo a pesquisa *Mercado de Trabalho e Pandemia da Covid-19: Ampliação de Desigualdades já Existentes*, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o percentual de mulheres no mercado de trabalho no último trimestre é o mais baixo dos últimos 30 anos. A situação atual de creches e escolas fechadas e a sobrecarga de tarefas domésticas dentro de casa têm feito com que muitas mulheres abandonem ou sejam demitidas de seus empregos. De acordo com a pesquisa, a taxa de participação de mulheres no mercado de trabalho com filhos de até 10 anos caiu quase 10% se comparado ao mesmo período de 2019 e 2020 (BASILIO, 2020).

O papel das lutas por moradia e Reforma Urbana

Corroborando os dados apresentados anteriormente, a Relatora Especial para o Direito à Moradia Adequada da ONU, Leilani Farha, declarou que “a habitação se converteu na primeira linha de defesa frente ao novo coronavírus. A qualidade da moradia se coloca claramente como um tema de vida ou morte”, em que destaca a importância de pensar soluções focadas nessa problemática (ONU, 2020).

No Brasil, o déficit habitacional alcança 7,9 milhões de moradias (FJP, 2018). Em contrapartida, existem cerca de 6 milhões de imóveis vazios (IBGE, 2010) – para além daqueles que se encontram esvaziados em decorrência da pandemia, como hotéis, imóveis de locação eventual para turismo e salas de escritório. É crucial, portanto, que se considere a urgência da Reforma Urbana¹⁰ para garantir o acesso à moradia adequada e ainda como medida de contenção de propagação da epidemia. Nesse sentido, destaca-se a importância de movimentos sociais de luta por moradia e reforma urbana, que atuam sobretudo ocupando imóveis e terras abandonados, desmascarando a incongruência dos dados apresentados anteriormente. Entre eles, destacam-se movimentos que se articulam em áreas de centralidade e acúmulo de infraestruturas urbanas, como o MSTC (Movimento Sem Teto do Centro) na cidade de São Paulo. Ao ocupar imóveis em áreas centrais, requisitam não apenas o direito ao alojamento, mas questionam sua localização

10 Na luta pela democratização do espaço urbano, pelo combate à especulação imobiliária e pelo reconhecimento dos direitos de posse e da integração à cidade das ocupações populares informais, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana foi iniciado nos anos 1960 como parte das propostas do Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, de 1963, e se fortaleceu na década de 1980 com a redemocratização e o crescimento dos movimentos sociais urbanos. Essa mobilização resultou em conquistas como o capítulo sobre Política Urbana na Constituição de 1988 (artigos 182 e 183), na aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, e na criação do Ministério das Cidades, em 2003 (ROLNIK; CYMBALISTA; NAKANO, 2007, passim), hoje extinto.

na cidade, reivindicando o Direito à Cidade¹¹ na prática, ou seja, um lugar com acesso a infraestrutura, transporte, emprego e equipamentos urbanos qualificados. Um lugar no qual as atividades de cuidados e reprodução da vida podem acontecer de forma mais adequada.

No Brasil, a despossessão da terra e da renda é historicamente feminina e negra (IPEA/ONU, 2015; ITIKAWA, 2015; ROLNIK *et al.*, 2011). Não à toa, os movimentos de luta por moradia, reforma urbana e agrária são, em sua maioria, compostos por mulheres. Embora esse dado não seja precisamente quantificado, esse traço é evidente nas pesquisas e práticas junto aos movimentos e organizações. Além disso, grande parte delas são mães e, entre elas, muitas mães monoparentais (solteiras). É importante também ressaltar como acontece a gestão dos cuidados e a integração entre atividades reprodutivas e produtivas dentro das ocupações. Em geral, o espaço coletivo de gerenciamento cotidiano organizado pelos movimentos sociais congrega de forma compartilhada as tarefas domésticas, como, por exemplo o revezamento dos moradores nas tarefas de limpeza e de cuidado de crianças, facilitando a situação de vida de mães monoparentais e idosos sem família. Mulheres levam seus filhos às assembleias, às atividades de formação, de projeto participativo e nos mutirões autogestionários. Ademais, grande parte dos encontros em grupo se utiliza da criação de um espaço de cuidado coletivo das crianças, chamado ciranda¹². Segundo Helena Silvestre, isso acontece porque:

As mulheres são a força que sustenta os movimentos, não só porque são a maioria nas ocupações em número, mas porque a intensidade da dedicação ao trabalho coletivo que mantém de pé as ocupações nas cozinhas coletivas, nos trabalhos de mutirão, nos trabalhos de limpeza, nos trabalhos de cuidado, na organização cotidiana, são as mulheres que alimentam (SILVESTRE, 2020).

Heleieth Saffioti também afirma, em um texto de 1988, como, desde aquela época, as mulheres traziam questões fundamentais para construir alianças entre atividades produtivas e reprodutivas, para desconstruir as separações entre público e privado e para a “coletivização dos espaços escondidos” nas suas práxis dentro dos movimentos sociais (SAFFIOTI, 1988, p. 174). Isto é, a problemática debatida aqui levanta questões pleiteadas há tempos tanto pelos movimentos feministas quanto nas lutas urbanas. O que se evidencia, ao observar a existência de zonas de sacrifício da pandemia na continuidade de um modo de operar capitalista e predatório, é a necessidade de repensar nossas cidades a partir de

11 O conceito de Direito à Cidade surgiu em 1968, cunhado pelo filósofo francês Henri Lefebvre. A partir de uma análise da obra de Karl Marx com o enfoque nas questões urbanas, o autor discorre sobre a segregação e as diferenças de acesso a direitos dentro das cidades. Para ele, o Direito à Cidade se efetivaria a partir do controle direto sobre a gestão urbana, na qual a cidade seria uma obra coletiva em que cada indivíduo, grupo e/ou comunidade teria espaço para construir, propor e manifestar sua diferença (LEFEBVRE, 1991). No Brasil, esse conceito foi apropriado como uma bandeira das lutas urbanas por moradia, mobilidade, infraestrutura etc., e se tornou um *slogan* em contraposição às nossas desigualdades urbanas extremas. O conceito vem se atualizando para englobar outras formas de opressão para além da classe, como raça, gênero e orientação sexual.

12 Tais observações foram feitas pelas autoras por meio de sua atuação junto a movimentos sociais, e já foram detalhadas em outros trabalhos (HELENE, 2009, 2018; HELENE; LAZARINI, 2018; LAZARINI, 2014). Esses “arranjos de cuidados” (FAZZIONI, 2020) são também parte de uma tradição advinda de experiências variadas de coletivização do cuidado vistas em diversas comunidades populares marcadas pela precariedade urbana. Gabriela Pereira também chama de uma “política de cuidado” o que as mulheres negras estabelecem nas periferias urbanas, uma dinâmica de sobrevivência que envolve e mantém toda uma comunidade ao seu redor (PEREIRA, 2020).

uma perspectiva que parta da análise das intersecções entre gênero, raça e classe, compreendendo os movimentos sociais como protagonistas da mudança. Nesse sentido, o espaço reprodutivo e as tarefas do viver se apresentam como elementos centrais nas lutas e disputas para um outro futuro.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- BASILIO, P. Com creches fechadas na pandemia, participação de mulheres no mercado de trabalho é a menor desde 1990. *G1 Economia*, 5 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/09/05/com-creches-fechadas-na-pandemia-participacao-de-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-a-menor-desde-1990.ghtml>. Acesso em: 6 set. 2020.
- BIANCONI, G. *et al. Pesquisa: SEM PARAR - o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. SOF. SempreViva Organização Feminista e Gênero e Número, 2020.
- DAVIS, A. *Mulheres, classe e raça*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FAUSTINO, C.; FURTADO, F. Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: O Caso do COMPERJ. *Relatório da missão de investigação e incidência*. Plataforma Dhesca – Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, 2013.
- FAZZIONI, N. O que podemos aprender sobre “cuidado” com a epidemia de coronavírus. In: *Blog do Laboratório de Etnografias e Interfaces do Conhecimento – LEIC*, 2020. Acesso em: 12 ago. 2020.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. *Perfil da enfermagem no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. Disponível em: <http://andromeda.ensp.fiocruz.br/perfildaenfermagem/>. Acesso em: 12 mai. 2020.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil 2015*. Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2018.
- GONZAGA, T. de O. *A cidade e a Arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero*. São Paulo: Editora Annablume, 2011.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

- HELENE, D. "Eu quero sair daqui!": do isolamento doméstico a coletivização do cuidado". In: BORGES, A.; MARQUES, L. (orgs.). *Reflexões durante a pandemia: coronavírus e as cidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2020.
- HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, Dec. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962019000300951&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1º set. 2020.
- HELENE, D. A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2009.
- HELENE, D.; LAZARINI, K. Autonomie et émancipation: les femmes dans les mobilisations pour le droit au logement. In: COLLOQUE PERSPECTIVES FÉMINISTES SUR LE LOGEMENT DES FEMMES, 2018. Anais [...]. Montréal: UQAM, 2018.
- HELENE, D.; TAVARES, R. Urbanização Periférica e Problemas Socioambientais na Baixada Fluminense à Luz das Desigualdades de Gênero. *Meu corpo, meu território: Mulheres e direito à cidade a partir das relações interseccionais no espaço urbano*. HELENE, D.; TAVARES, R. (org.) Sessão Livre. Natal, XVII Encontro Nacional de Planejamento Urbano e Regional - ENANPUR, Natal, 2019.
- HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Gênero, Tecnologia e Trabalho: Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho*, Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, Rio de Janeiro, ano 4, n. 7, 1998.
- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo soc.* [on-line], v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Retrato das desigualdades de gênero e raça - 1995/2015*. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tabela 1.16 - Domicílios recenseados, por espécie, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 2010. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=16&uf=00>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- ITIKAWA, L. *Mulheres na periferia do urbanismo - Informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban*. Buenos Aires CLACSO; IDEAs. CODESRIA, 2015.

- KERGOAT, D. La division du travail entre les sexes. *In: KERGOAT, J. et al. (orgs.). Le monde du travail*. Paris: La Découverte, 1998.
- KRONEMBERGER, D. *Análise dos impactos na saúde e no Sistema Único de Saúde decorrentes de agravos relacionados a um esgotamento sanitário inadequado dos 100 maiores municípios brasileiros no período 2008-2011*. Relatório Final. Oscip Instituto Trata Brasil, 2013.
- LATENDRESSE, A. La ville: un espace investi par les femmes et le groupes de femmes. *In: 4 CONGRÈS INTERNATIONAL DES RECHERCHES FÉMINISTES DANS LA FRANCOPHONIE PLURIELLE, 4., 2005. Atas [...]*. Ottawa: Les éditions du remeu-ménage, 2005.
- LAZARINI, K. *Luta por moradia e autogestão em Buenos Aires: da crise à construção popular do hábitat*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, (USP). São Paulo, 2014.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- MELO, M. L. de. *Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon*. UOL Notícias - Rio de Janeiro, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- OBSERVATÓRIO COVID-19 BR. *O impacto da desigualdade na mortalidade por Covid-19*. Página do Observatório Covid-19 BR, 2020. Disponível em: <https://covid19br.github.io/analises.html?aba=aba6#>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- ONU MULHERES. *Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: Dimensões de gênero na resposta*. Brasília: ONU Mulheres Brasil, 2020.
- OXFAM INTERNACIONAL. *Bem público ou riqueza privada?* 2019. Disponível em: https://rdstationstatic.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/15968306152019_bem_publico_ou_riqueza_privada_pt-br.pdf. Acesso em: 18 dez. 2020.
- OXFAM INTERNACIONAL. *Quem paga a conta? Taxar a riqueza para enfrentar a crise da Covid-19 na América Latina e Caribe*. 2020. Disponível em: https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/1595622094Nota_informativa_d_a_Oxfam_Quem_Paga_a_Conta.pdf. Acesso em: 1º set. 2020.
- PENA, J. S. *O quarto de empregada e a morte de Miguel*. Portal Geledés, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-quarto-de-empregada-e-a-morte-de-miguel/>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- PEREIRA, G. L. Cidades, racismo e necropolítica: conversa com Tainá de Paula e Gabriela Gaia. *Corpo, Discurso e Território*. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5P9PgZwoE2hJ2hL1IPt5Hu>. Acesso em: 24 jul. 2020.

- PEREIRA, T. C. G. Sustentabilidade e justiça ambiental na Baixada Fluminense: identificando problemas ambientais a partir das demandas ao Ministério Público. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 339-358, jan./jun. 2013.
- PRONI, M. W.; GOMES, D. C. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. *Estud. Av. [on-line]*. 2015, v. 29, n. 85, p. 137-151, 2015.
- RODRIGUES, A. Mortes por Covid-19 têm mais relação com autônomos, donas de casa e transporte público. *Folha de S.Paulo*. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/mortes-por-covid-19-tem-mais-relacao-com-autonomos-donas-de-casa-e-transporte-publico.shtml/>. Acesso em: 1º set. 2020.
- ROLNIK, R.; REIS, J.; SANTOS, M. P.; IACOVINI, R. F. G. *Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?* Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, 2011.
- ROLNIK, R. et al. Circulação para trabalho explica concentração de casos de Covid-19. *Blog do Labcidade*. 2020. Disponível em <http://www.labcidade.fau.usp.br/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19/>. Acesso em: 1º set. 2020.
- ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R.; NAKANO, K. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. *Revista de Direito da ADVOCEF*, ano VII, n. 13, p. 123-158, 2007.
- SAFFIOTI, H. B. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, N. V. de (org.). *A condição feminina*. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1988. p. 143-178.
- SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SANTORO, P. F. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008. *Anais [...]*. Caxambu: Abe, 2008.
- SCHMIDT, S. No Rio, Covid-19 mata mais na Zona Oeste e em trecho da Zona Norte. *O Globo*, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/no-rio-covid-19-mata-mais-na-zona-oeste-em-trecho-da-zona-norte-veja-numeros-24405711/>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- SILVA, J. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.
- SILVESTRE, H. Vozes invisíveis da periferia - mulheres na pandemia. Evento Educação e Infâncias na pandemia e depois: interlocuções e desafios do extremo da Zona Leste para cidade. Coletivos Infâncias Zona Leste e Faculdade de Educação da USP, 2020.

TAVARES, R. B. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS SPECIAL PROCEDURES. *Housing, the front line defense against the COVID-19 outbreak*. Geneva, 2020. Disponível em <http://unhousingrapp.org/user/pages/07.press-room/CV19%20Press%20Release%20w:%20Letterhead.pdf>. Acesso em: 1º set. 2020.


VERGÈS, F. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Cartografia da Covid-19 e as mulheres: seguindo o rastro do vírus em Brasília-DF


Cartography of Covid-19 and women: following the virus trail in Brasilia-DF

Cartografía de la Covid-19 y mujeres: siguiendo el rastro del virus en Brasília-DF


Carolina Pescatori, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. E-mail: pescatori@unb.br

 <http://orcid.org/0000-0002-4361-2598>

Leila Saads, historiadora pela Universidade de Brasília. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. E-mail: leila.saads@hotmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-6606-1901>

Maribel Aliaga-Fuentes, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília. Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. E-mail: arqmarialiaga@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0001-8244-8412>

Para citar este artigo: PESCATORI, C.; SAADS, L.; ALIAGA-FUENTES, M. Cartografia da Covid-19 e as mulheres: seguindo o rastro do vírus em Brasília-DF. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 44-62, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p44-62.

Submissão: 2020-09-14

Aceite: 2021-01-06

Resumo

Este artigo é parte da pesquisa “Cartografia da Covid-19 e a mulher no DF”, que acompanhou o percurso da contaminação por coronavírus no Distrito Federal em 2020, com especial atenção às mulheres. Em virtude dos resultados desse acompanhamento, este artigo direcionou seu olhar para o eixo oeste de

expansão urbana, área mais populosa do DF, relacionando aspectos do contexto histórico e urbano dessa área, dados socioeconômicos e os números de infecções e óbitos da região a partir da perspectiva de gênero. O período avaliado no estudo foi de março a agosto de 2020, correspondente à primeira onda de Covid-19 no Brasil. Ao evidenciar desigualdades de gênero exacerbadas pela pandemia, esperamos oferecer subsídios e justificativas para apoiar o desenvolvimento de políticas públicas de amparo à mulher durante essa grave crise.

Palavras-chave: Mulheres; Cartografia; Brasília; Covid-19; Feminismo.

Abstract

This paper is part of a larger research entitled “Cartography of Covid-19 and women in DF”, which followed the path of contamination by coronavirus in the Federal District in 2020, with special attention to women. Considering the preliminary results of the monitoring, this article focused on the west axis of urban expansion in Brasília, the most populous area of the Federal District, relating aspects of the historical and urban context of this area with socioeconomic data and the numbers of infections and deaths in the region from the gender perspective. The period evaluated in the study ranged from March to August 2020, corresponding to the first wave of Covid-19 in Brazil. By highlighting gender inequalities exacerbated by the pandemic, we hope to offer subsidies and justifications to support the development of public policies to support women during this serious crisis.

Keywords: Women; Cartography; Brasilia; Covid-19; Feminism.

Resumen

Este artículo es parte de la investigación “Cartografía de Covid-19 y mujeres en el DF”, que siguió la trayectoria de la contaminación por coronavirus en el Distrito Federal en 2020, con especial atención a las mujeres. A la vista de los resultados de este monitoreo, este artículo se centró en el eje poniente de expansión urbana, la zona más poblada del DF, relacionando aspectos del contexto histórico y urbano de esta zona, datos socioeconómicos y el número de contagios y defunciones en la región desde la perspectiva de género. El período evaluado en el estudio fué de marzo a agosto de 2020, correspondiente a la primera o la de Covid-19 en Brasil. Al resaltar las desigualdades de género exacerbadas por la pandemia, esperamos ofrecer subsidios y justificaciones para sostener el desarrollo de políticas públicas de apoyo a las mujeres durante esta grave crisis.

Palabras clave: Mujeres; Cartografia; Brasília; Covid-19; Feminismo.

INTRODUÇÃO¹

A pandemia da Covid-19 desencadeou grandes esforços da comunidade científica mundial, que foi impelida a desvendar o novo coronavírus, sua estrutura, seu modo de disseminação, bem como todos os aspectos da doença respiratória aguda por ele causada, incluindo tratamentos e vacinas. Ainda que existam dúvidas e divergências na comunidade científica sobre algumas das dimensões da pandemia, especialmente no que tange ao tratamento da doença, podemos afirmar que existem protocolos de prevenção da doença que são consensualmente eficazes e recomendados em todos os países: práticas de higiene pessoal, isolamento vertical e isolamento horizontal (WHO, 2020).

No entanto, a exacerbada desigualdade socioeconômica dos países periféricos, dentre eles o Brasil, atuou e continua atuando como um diferenciador na capacidade de autoproteção dos indivíduos e proteção das famílias, que em condições de extrema pobreza têm dificuldade de acesso às condições básicas de higiene, como água encanada e produtos de limpeza. Essas famílias também enfrentam severas restrições à realização do isolamento devido às condições de renda, de trabalho e de habitação: não podem parar de trabalhar e/ou o trabalho que realizam não pode ser adaptado para modalidade a distância; dependem de transporte público para deslocamentos de trabalho, expondo-se a aglomerações; residem em condições de déficit habitacional, incluindo habitações precárias, em situação de coabitação e/ou com adensamento excessivo. Além dessas questões, a pesquisa pretende acrescentar outra camada às leituras sobre as desigualdades na pandemia da Covid-19: a questão do gênero.

Quem cuida de quem cuida? Essa é a pergunta título do relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) elaborado por María Nieves Rico Ibañes e Olga Segovia em 2017 (RICO; SEGOVIA, 2017), ao comentar que mesmo que a mulher seja a responsável pelo sustento da casa, cabe a ela a maior parte das atividades de cuidado. A pandemia colocou uma lente de aumento nas diferenças sociais, territoriais e de gênero. Se, por um lado, ficar em casa foi o grande desafio da mulher de classe média que acumulou casa, filhos e trabalho, ao mesmo tempo e no mesmo ambiente, por outro, o medo da pandemia, a redução dos salários e o desemprego expuseram as fragilidades e a precariedade das relações trabalhistas, colocando as trabalhadoras em uma situação de vulnerabilidade ainda maior. Esse agravamento das diferenças de gênero durante a pandemia também foi percebido e debatido pela pesquisadora feminista Silvia Federeci (2020):

¹ Este trabalho foi desenvolvido por **Amar.é.linha** <@amarelinhaobservatorio>: um observatório de estudos feministas em Arquitetura e Urbanismo, que além da pesquisa, possui um caráter lúdico, propondo um lugar plural para as mulheres e suas resistências. Dentro das pesquisas feministas em arquitetura, temos a "Cartografia da Covid-19 e a mulher no DF", que se propõe a estudar e seguir o rastro da propagação do vírus nas mulheres do Distrito Federal, buscando entender as causas e consequências, seja na propagação, infecção, óbitos e toda a repercussão que a pandemia tem como forma de evidenciar diferenças e vulnerabilidades desse grupo. Liderando esse projeto, temos as professoras da Universidade de Brasília: dra. Maribel Aliaga, dra. Carolina Pescatori e dra. Erondina Lima. A pesquisa trabalha de forma horizontal, como uma coletiva de mulheres pesquisadoras da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Neste artigo também colaborou **Luiza Dias Coelho** (mestranda) e **Julia Bianchi Ferreira** (graduanda). A coletiva também é formada pelas graduandas Helena Santos Brandão, Iriani Jessica Pinto Ganga, Julia Souza Valença, Lorrany Arcanjo, Mariana Bastos e Silva Vaz e Mariana Costa Leite.

Como sempre, as mulheres sofrem mais também agora. Hoje, podemos ver que elas estão na linha de frente como trabalhadores da assistência social e de sanitária, e mesmo nos trabalhos mais precarizados. Há ainda uma carga maior do trabalho em casa: cuidar dos filhos em tempo integral, não lhes transmitir medo, protegê-los dessa ameaça (FEDERICI, 2020).

Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa “Cartografia da Covid-19 e a mulher no DF”, que objetiva analisar a evolução da Covid-19 no DF considerando a desigualdade de gênero como aspecto agravante dos impactos da pandemia. Este trabalho, especificamente, procurou evidenciar aquelas desigualdades observando a evolução dos dados de contaminação e mortes por Covid-19 diferenciados por gênero, tendo como recorte espacial as regiões administrativas do eixo oeste de urbanização do DF, incluindo as cidades-satélites Guará, Águas Claras, Vicente Pires, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. Além de ser o eixo mais antigo de urbanização, o eixo oeste é também o mais populoso, abrigando 1.166.676 pessoas, o que representa 40,5% da população do DF (CODEPLAN, 2018). O período avaliado no estudo foi de março a agosto de 2020, correspondente à primeira onda de Covid-19 no Brasil. Ao evidenciar desigualdades de gênero exacerbadas pela pandemia, esperamos oferecer subsídios e justificativas para apoiar o desenvolvimento de políticas públicas de amparo à mulher durante essa grave crise.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a pesquisa quantitativa, empregando dados sobre a disseminação da Covid-19, associados e comparados a dados socioeconômicos da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Pdad/DF (CODEPLAN, 2018). Quando possível, os dados foram georreferenciados utilizando o software QGIS para a espacialização dos dados em mapas.

Os dados primários sobre infecções foram fornecidos pelo Governo do Distrito Federal no sítio “Painel Covid-19 no Distrito Federal” (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2020b). A metodologia de compilação dos dados seguiu esta classificação: 1) casos confirmados de Covid-19 são aqueles com resultado positivo RT-PCR em tempo real por protocolo validado; teste sorológico validado positivo (IgG e/ou IgM); ou teste rápido positivo; 2) casos ativos, aqueles com até 14 dias de início de sintomas e que não evoluíram a óbito; 3) casos recuperados, aqueles com mais de 14 dias de início de sintomas e que não evoluíram a óbito; 4) óbitos confirmados, aqueles com resultado positivo RT-PCR em tempo real por protocolo validado e clínica compatível; ou com teste sorológico positivo com clínica compatível; ou com teste rápido positivo com história clínica-epidemiológica compatível e exame de imagem com achado compatível com Covid (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2020c). Os dados foram estratificados por gênero e faixa etária, o que permitiu o debate sobre as diferenças de gênero na pandemia.

Ao longo de seis meses de pesquisa (março a agosto de 2020), a forma de apresentação e as informações disponibilizadas foram se alterando, sendo a

mudança mais impactante a eliminação do número de identificação de cada infectado e o acréscimo da data de apresentação dos primeiros sintomas. Devido à rápida disseminação do vírus e alteração nos dados, a coleta dos microdados no Painel Covid-19 do DF foi feita duas vezes por semana, com divisões quinzenais para construção das análises e divulgação de pesquisa a partir do primeiro caso registrado no DF. Importante ressaltar que a cada nova coleta dos dados abertos, a base anterior foi comparada para identificação de discrepâncias e complemento de informações em relação aos infectados.

O rastro

O primeiro caso de coronavírus no Distrito Federal foi registrado em 5 de março de 2020: uma mulher de 52 anos, moradora de uma região nobre da cidade, o Lago Sul. Segundo a notícia do portal G1 (ALVES, 2020), "a paciente desembarcou em Brasília há oito dias, vinda do Reino Unido. Segundo os relatos, ela também esteve na Suíça e começou a apresentar os sintomas no dia 26 de fevereiro".

Do primeiro registro no mês de março até fim de agosto (figura 1) – 11ª quinzena, o DF somou 20 mil mulheres contaminadas e 762 casos de óbitos de mulheres confirmados oficialmente pela Secretaria de Saúde do GDF. Desde então, a pesquisa “Cartografia da Covid-19 e a mulher no DF” acompanhou e mapeou os casos de contaminação e óbitos, divulgando alguns resultados nas redes sociais do Observatório de Estudos Feministas em Arquitetura e Urbanismo – Amar.é.linha².

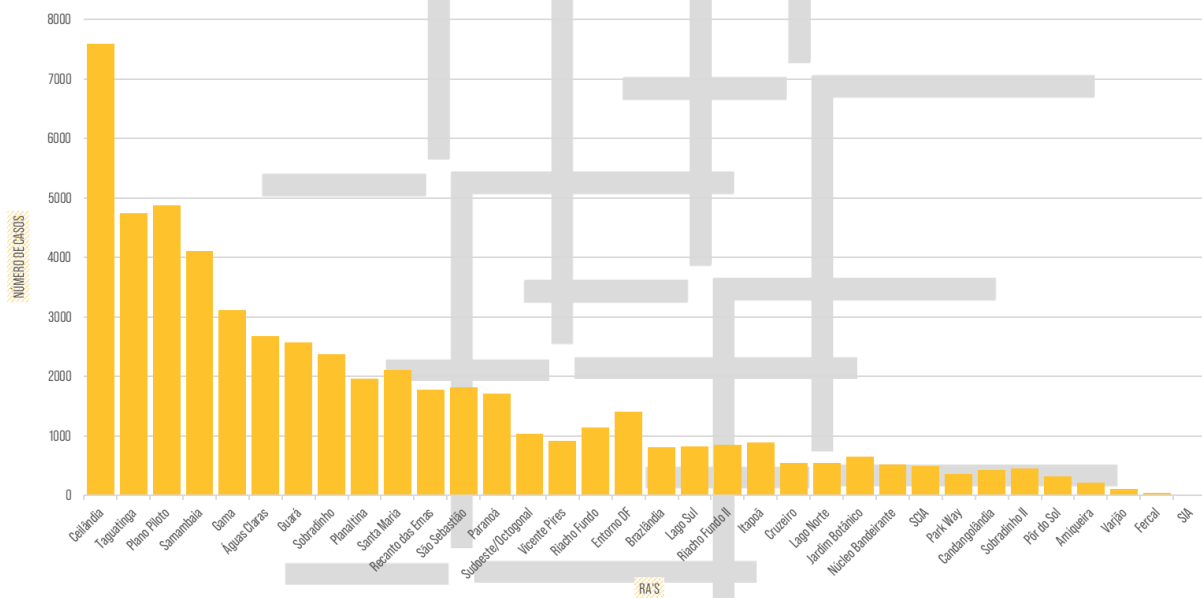


Figura 1: Gráfico – Total das mulheres infectadas no DF de março a agosto de 2020. Fonte: Observatório Amar.é.linha, 2020.

² Amar.é.linha: observatório de estudos feministas em Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <https://www.instagram.com/amarelinhaobservatorio/>. Acesso em: 3 maio 2021.

A curva de mulheres infectadas se mostrou ascendente na maior parte do tempo, com exceção do mês de abril, provavelmente porque naquele mês o Governo do Distrito Federal (GDF) lançou o Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020, com medidas de enfrentamento ao novo coronavírus (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2020a), que, obedecendo às normas da Organização Mundial da Saúde – OMS, retomou o Plano de Contingência Distrital de fevereiro de 2020, que propôs medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, visando evitar a disseminação da doença no Distrito Federal. Entre as medidas, a suspensão temporária de eventos públicos com aglomeração de pessoas, atividades educacionais presenciais em instituições públicas e privadas e o distanciamento mínimo em bares e restaurantes.

Em 13 de março de 2020, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal começou a divulgação diária dos boletins de acompanhamento dos casos de Covid-19 no DF. As medidas de isolamento tiveram reflexos nos números da contaminação feminina nas 2ª, 3ª e 4ª quinzena, ou seja, em todo o mês de abril e o começo do mês de maio.

Uma onda de solidariedade estimulou diversas campanhas de doação e cuidados aos menos favorecidos na cidade. Ao mesmo tempo, a Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020 (BRASIL, 2020), estabeleceu as medidas antidesemprego, com flexibilização da carga horária e redução de salários. O medo do coronavírus junto com as medidas de isolamento, mantiveram muitas trabalhadoras afastadas das escolas, do transporte e do trabalho. As mulheres, além de cuidadoras domésticas, de crianças e de idosos, são também a grande maioria das trabalhadoras da Saúde, representando aproximadamente 74% da força de trabalho do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (BRAÇO, 2020).

Inicialmente, houve maior contaminação entre homens. No entanto, na 4ª e 5ª quinzena, a curva de número de casos por gênero começou a inverter e, depois disso, seguiu uma nova relação, com o aumento dos casos entre mulheres. Outro aspecto importante que os dados demonstram é que, apesar de o vírus ter entrado na cidade a partir de pessoas ricas que viajaram ao exterior, a diferença entre homens e mulheres contaminadas se acentuou à medida que acompanhamos o rastro do vírus se espalhando na cidade, especialmente nas áreas mais populosas ao longo do eixo oeste, como podemos perceber no mapa de número de casos acumulados (Figura 2) e no gráfico com os números de casos nas cidades estudadas (Figura 3).

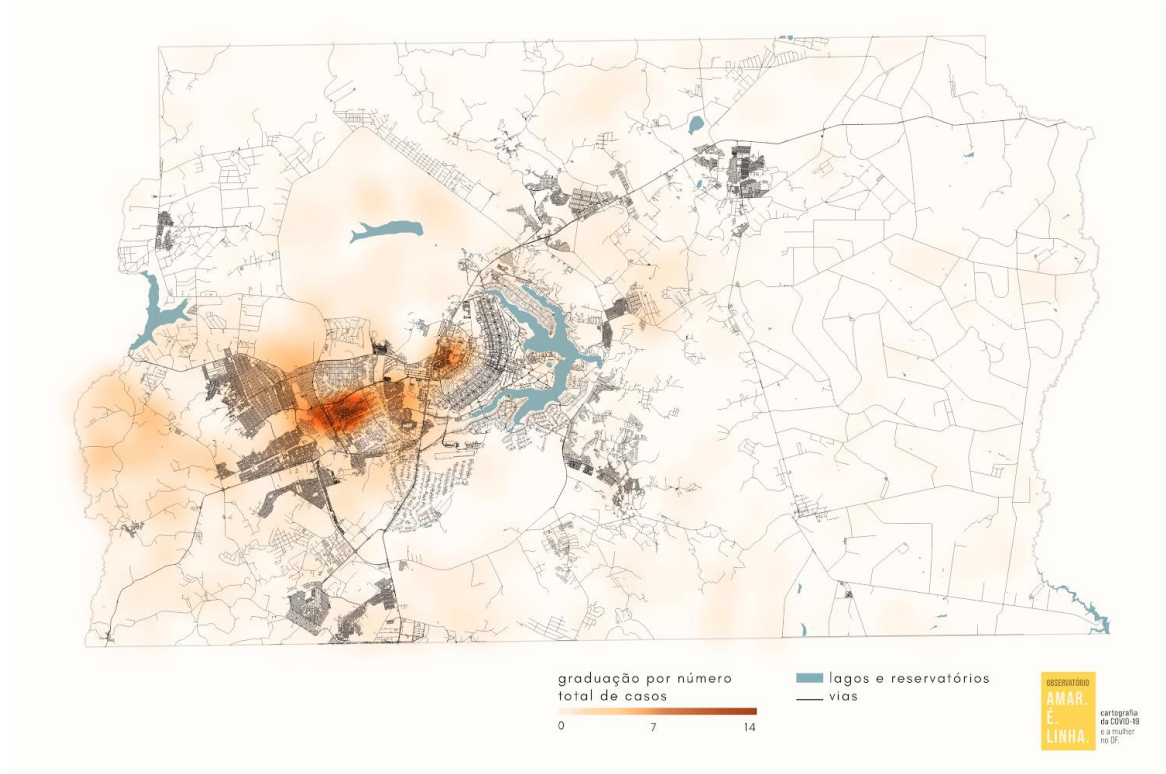


Figura 2: Mapa da Contaminação no DF - número de casos acumulados até agosto de 2020. Fonte: Observatório Amar.é.linha, 2020.

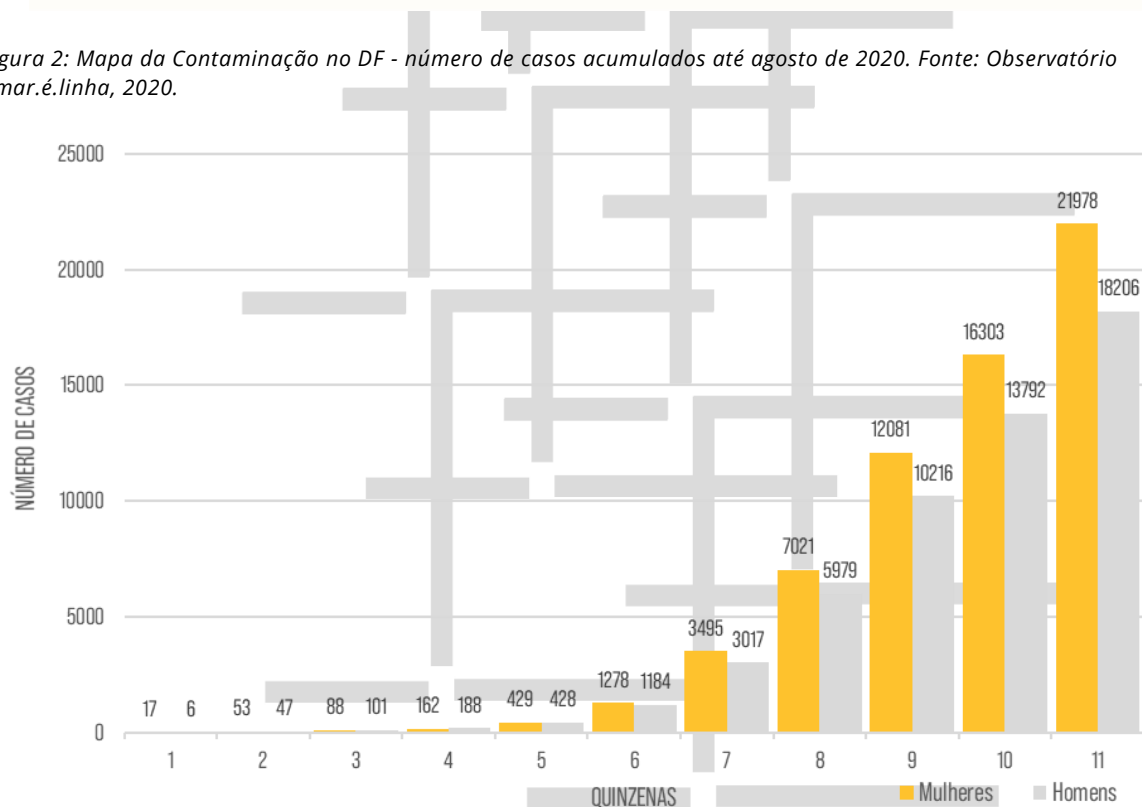


Figura 3 – Total de casos de Covid-19 acumulados por quinzena, por gênero, nas cidades: Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia – março a agosto de 2020. Fonte: Observatório Amar.é.linha, 2020.

A relevante quantidade de casos de Covid-19 na população residente no eixo oeste de expansão urbana de Brasília, especialmente nas cinco cidades Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, somado à maior quantidade de casos em mulheres, foram os principais motivos do desenvolvimento de um estudo específico sobre a área. Como o eixo oeste é o mais populoso do DF, não é surpreendente que ele tenha concentrado o maior número de casos. Porém, as características urbanísticas e sociais dessa região do DF, estreitamente relacionadas ao histórico de urbanização da área, precisam ser consideradas em suas especificidades para o melhor entendimento do rastro do vírus e do seu impacto desigual na vida das mulheres.

À beira da estrada - um pouco da história das cidades do eixo sudoeste

Brasília foi pensada e planejada para se tornar capital do Brasil, sede do Governo Federal e moradia, fundamentalmente, de pessoas ligadas ao serviço público. No entanto, desde antes de sua inauguração, em 21 de abril de 1960, a cidade extrapolou em muito os objetivos para os quais foi construída. Operários e suas famílias, além de outras pessoas ligadas à construção da capital, se estabeleceram no território do Distrito Federal – DF ainda nos momentos iniciais de ocupação da região. A cidade, que já foi conhecida como “capital da esperança”³, também exerceu – e exerce – um forte poder de atração para migrantes de diversas regiões do país. Esses fluxos migratórios e a fixação não esperada de operários e familiares no território exerceram uma forte pressão habitacional na cidade, que acompanha a história de Brasília desde sua gênese, ou seja, as dinâmicas sociais e econômicas complexas do Brasil superaram a capacidade ordenadora preconizada pelo Estado (SILVA, 2014, p. 185).

Com o intuito de proteger o planejamento inicial da cidade e seu centro, conhecido como Plano Piloto, a ocupação habitacional do DF foi orquestrada por meio de uma incorporação diferenciada (HOLSTON, 2010, p. 201). Enquanto a burocracia federal foi recrutada para trabalhar e residir na capital, os trabalhadores da construção civil eram chamados para erigir a cidade, mas destituídos do direito de morar nela (HOLSTON, 2010, p. 205). No entanto, as intenções dos planejadores e órgãos reguladores do Estado se alteraram diante da realidade. A criação de Taguatinga, primeira cidade-satélite, em 1958, antes mesmo da inauguração de Brasília, iniciou o processo de fixação de populações não previstas. As/Os candangas/os de baixa renda, sem opção de moradia em Brasília, erigiram seus barracos em vários pontos do DF, dando origem a ocupações irregulares como as vilas Iapi, Amaury, Telebrasília enquanto acampamentos operários, como a Vila Planalto, também vieram reivindicar seus direitos de permanência e consolidação.

O papel do Estado na condução de políticas habitacionais no DF merece aqui especial atenção. Por intermédio de um intenso processo de expropriação de terras na região que viria a ser o DF, o Estado, ao menos inicialmente, tornou-se

³ Expressão proferida, em 1959, pelo ministro da Agricultura do governo do presidente Juscelino Kubitschek, André Malraux (BRAGA; KON; WISNIK, 2010, p. 11).

proprietário único das terras (PAVIANI, 2010, p. 71). Já no início da década de 1960, no entanto, iniciaram-se as vendas de terrenos a particulares, abrindo espaço na arena econômica para o mercado imobiliário e descaracterizando os planos originais para a cidade, nos quais as terras urbanas possuíam fins predominantemente sociais (PAVIANI, 2010, p. 71). A alta demanda por habitação tinha como efeitos o surgimento de periferias legais criadas pelo Estado a grandes distâncias do Plano Piloto (causando uma alta crescente nos preços dos terrenos regulares nas então chamadas cidades-satélites e no entorno), e o aumento de ocupações irregulares no território do DF, em uma dinâmica econômica bastante semelhante à de outras cidades brasileiras.

O conjunto urbano formado no DF não foi impactado apenas pelo aumento populacional, mas também pela rapidez com a qual esse fenômeno se deu⁴. Nesse contexto, a Estrada Parque Taguatinga – EPTG⁵ tornou-se um elemento fundamental de articulação entre o Plano Piloto a as localidades que constituem a maior conurbação urbana do DF: Guará, Águas Claras, Vicente Pires, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia (Figura 4) (SILVA; SABOIA, 2016, p. 303).

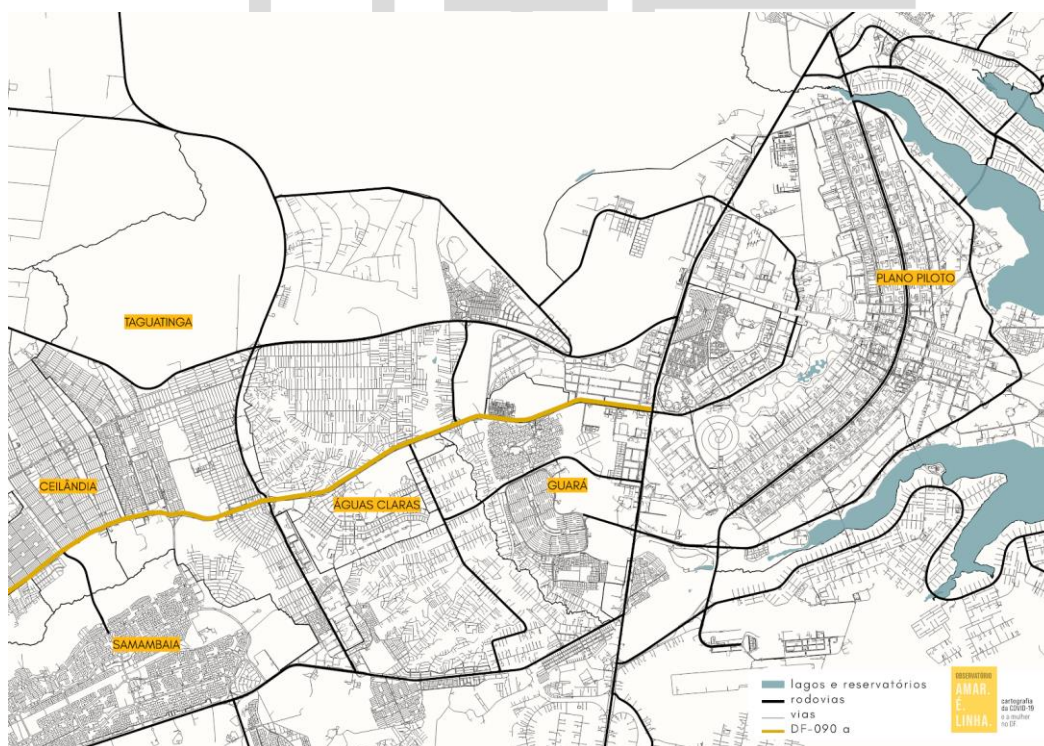


Figura 4: Mapa do eixo oeste, destacando as cidades: Guará, Águas Claras, Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. Fonte: Observatório Amar.é.linha, 2020.

4 De acordo com dados apresentados por Aldo Paviani, a população estimada do DF cresceu de 127.204 habitantes em 1960 para 1.495.815 habitantes em 1985 (2010, p. 90). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por sua vez, revelam que no último censo (2010) a população do DF tinha saltado para 2.570.160 pessoas, sendo a estimativa atual de 3.015.268 habitantes. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>. Acesso em: 23 ago. 2020.

5 Criada em 1960, a EPTG tem uma extensão aproximada de 12,7 km. Inicia na Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA e termina na Estrada Parque do Contorno – EPTC, adjacente à Avenida Central de Taguatinga. Continua até Ceilândia através da Avenida Elmo Serejo.

Antes de prosseguir para a análise dos dados sobre a evolução da Covid-19 no DF, é importante compreender minimamente o contexto histórico de formação do eixo oeste de expansão urbana de Brasília, bem como o cenário socioeconômico das cidades que fazem parte deste importante território, altamente impactado pela pandemia. Apresentamos essas informações de maneira sucinta na próxima parte do artigo, com o perfil das cidades ordenado conforme sua localização ao longo da Estrada Parque Taguatinga (EPTG). Apresentamos dados sobre população, população por gênero, raça, idade, renda domiciliar e *per capita*, população empregada, uso de transporte público e população com plano de saúde particular. Esses dados foram considerados importantes pela correlação que estabelecem com a Covid-19 em três dimensões: 1) condições socioeconômicas de provimento de habitação adequada sanitariamente (renda domiciliar e *per capita*); 2) condições de autoproteção durante a pandemia, especialmente no que tange ao isolamento social recomendado (uso de transporte público); 3) garantia de acesso a tratamento de saúde (plano de saúde particular).

Guará

O Guará foi criado em 1966, a 10 km de distância do Plano Piloto, para atender à demanda habitacional de trabalhadores do Setor de Indústria e Abastecimento – SIA, e de funcionários públicos recém-chegados à capital. Em 1967, parte do território do SIA foi cedido para dar lugar ao Guará I, inaugurado em 21 de abril de 1969 (SILVA, 2018, p. 150). Seus primeiros moradores eram funcionários da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, que construíram suas próprias casas em mutirão. Em 1972 foi inaugurado o Guará II, abrigando funcionários públicos de menor renda transferidos para Brasília com os últimos ministérios (CODEPLAN, 2018, p. 10). A Região Administrativa X, Guará, foi criada em 1989, por meio da Lei nº 49 e seu Decreto nº 11.921. Em 1984, foi criado o Setor de Oficinas do Guará. Em 1986, iniciou-se a construção das Quadras Econômicas Lúcio Costa - QELC, pensadas a partir do plano “Brasília Revisitada”, de Lúcio Costa. Em 1997, começou a ser construída a Área de Desenvolvimento Econômico – ADE do Guará, conhecida como Polo de Moda. Sua proximidade com o Plano Piloto estimulou que o Guará se consolidasse como importante polo de comércio, lazer e serviços no DF (CODEPLAN, 2018, p. 11).

De acordo com os dados apresentados pela Codeplan em 2018, a Região Administrativa (RA) Guará tinha 134.002 habitantes, sendo 53,8% do sexo feminino. A média de idade era de 35,6 anos, 52,3% de seus moradores se identificavam como brancos e 45,6% como negros e 1,4% amarelo. A renda domiciliar estimada era de R\$ 9.305,9, com valor médio por pessoa de R\$ 3.688,6. Cerca de 64.038 pessoas possuíam trabalho e, destas, 26,5% utilizavam transporte público (ônibus ou metrô) para se locomover. No Guará, em 2018, 58,8% da população possuía algum plano de saúde.

Águas Claras

A implementação de Águas Claras, assim como a de Samambaia, foi fruto de diretrizes estabelecidas no Plano Estrutural de Organização Territorial – Peot, de 1977. Esse primeiro plano de ordenamento territorial já apontava, então, para uma ênfase na urbanização no sentido Taguatinga-Ceilândia, com a intenção de estimular e criar centralidades complementares à do Plano Piloto, reduzindo a dependência de outros núcleos urbanos em relação a este (MOREIRA, 2015, p. 65). A intenção inicial era absorver a demanda por habitações para a população de baixa renda do DF, no entanto, o primeiro projeto, denominado “Águas Claras I”, não foi implementado. Em 1991, no governo de Joaquim Roriz (1991-1995), o projeto de ocupação da região foi retomado sob o nome de “Projeto Águas Claras 2”. A nova proposta foi uma forma de viabilizar demograficamente as instalações do metrô, visto como recurso fundamental para a racionalização da ocupação do uso do solo e para a expansão urbana ordenada em Brasília (MOREIRA, 2015, p. 69). Águas Claras tornou-se uma Região Administrativa do DF (RA XX) em 2003, por meio da Lei nº 3.153, e se divide em três núcleos de povoamento: Águas Claras Vertical; Areal; Arnieiras (MOREIRA, 2015, p. 76). O primeiro deles é composto por condomínios habitacionais verticais – que chegam a até 30 andares –, comércios, e tem uma população com perfil socioeconômico mais alto. Já o Areal foi o primeiro núcleo urbano na região, formado por ocupações irregulares de moradores de baixa renda no final da década de 1980 (MOREIRA, 2015, p. 68). Arnieiras era originalmente uma colônia agrícola; as chácaras passaram por parcelamentos informais para fins urbanos, a maior parte em forma de condomínios fechados (CODEPLAN, 2018). Dessa forma, a RA Águas Claras possui uma configuração urbana complexa, com grandes desigualdades socioeconômicas entre os núcleos que a integram.

De acordo com os dados apresentados pela Pdad, em 2018 a RA Águas Claras tinha 161.184 habitantes, sendo 52,2% do sexo feminino. A média de idade era de 31,3 anos, 58,6% de seus moradores se identificavam como brancos e 39,7% como negros⁶. A renda domiciliar estimada era de R\$ 10.580,7, com valor médio por pessoa de R\$ 4.418,1.⁷ Cerca de 80.010 pessoas possuíam trabalho e, destas, 31,2% utilizavam transporte público (ônibus ou metrô) para se locomover.⁸ Em Águas Claras Vertical, em 2018, 82,8% da população possuía algum plano de saúde, sendo que em Arnieiras, essa taxa caía para 47,9% e no Areal, para 26,6%.

⁶ A média geral esconde grandes diferenças na composição racial dos três núcleos urbanos que formam Águas Claras. Em Águas Claras Vertical, 63,8% da população se considera branca e 34,5%, negra. No Areal, 42,6% da população se autodeclara branca e 56,1%, negra. Finalmente, em Arnieiras, 48,5% se declaram brancos, enquanto 49,7%, negros (CODEPLAN, 2018).

⁷ Em Águas Claras Vertical, 8,5% tinham renda familiar de até 5 salários-mínimos em 2018. No Areal, esse número era de 61,7%. Em Arnieiras, 50,6% tinham renda familiar de até 5 salários-mínimos (CODEPLAN, 2018).

⁸ Em Águas Claras Vertical, 29,6% dos habitantes usavam transporte público para ir ao trabalho em 2018. No Areal esse número era de 46,3%, e em Arnieiras ficava em 23,3% (CODEPLAN, 2018).

Taguatinga

Primeira cidade-satélite do DF, Taguatinga foi criada em 5 de junho de 1958 para receber moradores de uma ocupação irregular chamada Sarah Kubitschek. Em dez dias, foram transferidas cerca de 4 mil pessoas, em sua maioria pessoas fugindo da grande seca que assolou o Nordeste naquele ano (CODEPLAN, 2018). Sua criação serviu como modelo para a política habitacional que passou a ser implementada pelo Estado no DF, afastando a população pobre da área central do Plano Piloto (SOUZA *et al.*, 1996, p. 60). Devido à urgência, Taguatinga foi planejada e implementada simultaneamente. Seis meses após a chegada dos primeiros habitantes, Taguatinga já era uma realidade urbana, com comércio, escolas etc. Foi criada formalmente por meio da Lei nº. 4.545, de 10 de dezembro de 1964, que dividiu o Distrito Federal em oito Regiões Administrativas, sendo Taguatinga a III (CODEPLAN, 2018). Hoje, Taguatinga é uma das cidades mais dinâmicas do DF, atuando como um polo econômico, comercial e cultural na região (CODEPLAN, 2018).

De acordo com os dados apresentados pela PDAD, em 2018 Taguatinga tinha 205.670 habitantes, sendo 54% do sexo feminino. A média de idade era de 36,2 anos e 54% de seus moradores se identificavam como negros, 44,2% como brancos e 1,4% como amarelo. A renda domiciliar estimada era de R\$ 5.464,7, com valor médio por pessoa de R\$ 2.211,6. Cerca de 92.179 pessoas possuíam trabalho e dessas, 38,2% utilizavam transporte público (ônibus ou metrô) para se locomover. Em Taguatinga, em 2018, 39,8% da população possuía algum plano de saúde.

Ceilândia

A próxima cidade é Ceilândia, que foi criada em 1971 a partir de uma iniciativa governamental de remoção de ocupações irregulares em Brasília, a Campanha de Erradicação de Invasões – CEI, que deu origem ao seu nome (RESENDE, 1991, p. 218). Ela materializa em sua organização espacial profundas desigualdades socioeconômicas: enquanto alguns de seus setores são urbanizados e possuem mais equipamentos públicos, outros são ocupações irregulares extremamente precárias. É o caso dos bairros Sol Nascente e Pôr do Sol que, juntos, já foram considerados a maior favela da América Latina, em 2013, e que atualmente possuem 87.746 habitantes.

Ceilândia é a Região Administrativa IX do DF e também a mais populosa. De acordo com os dados apresentados pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, em 2018 tinha 432.927 habitantes, sendo 52,1% de mulheres. A média de idade era de 31,9 anos e 65% de seus moradores se identificavam como negros, 33,2% como brancos e 1,2% como amarelo. A renda domiciliar estimada era de R\$ 3.171,7, com valor médio por pessoa de R\$ 1.125,1. Conforme os dados do levantamento, cerca de 173.582 pessoas possuíam trabalho e, dessas, 56% utilizavam transporte público (ônibus ou metrô) para se locomover. Na porção tradicional de Ceilândia, 20% da população possuía algum plano de saúde, enquanto no Sol Nascente e Pôr do Sol essa proporção caía para 8,6%.

Samambaia

O projeto urbanístico de Samambaia foi formulado em 1978, tendo sido previsto no Plano Estrutural de Organização Territorial – Peot, a aproximadamente 32 km do Plano Piloto (SILVA, 2014, p. 189). Em 1984, foram realizados os primeiros leilões de lotes, organizados pela Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, atendendo, inicialmente, as demandas por habitação de servidores públicos de classe média. Em 1985, no entanto, famílias pobres foram removidas de ocupações irregulares em Brasília para a nova cidade (SILVA, 2014). Tornou-se a Região Administrativa XII do DF em 1989, por meio da Lei nº 49/1989, que permitiu seu desmembramento da RA III – Taguatinga.

De acordo com os dados apresentados pela Pdad, em 2018, Samambaia tinha 232.893 habitantes, sendo 51,6% do sexo feminino. A média de idade era de 30,8 anos e 65% de seus moradores se identificavam como negros, 33,1% como brancos e 1% como amarelo. A renda domiciliar estimada era de R\$ 2.553,9, com valor médio por pessoa de R\$ 997,1. Cerca de 94.260 pessoas possuíam trabalho e, dessas, 56,7% utilizavam transporte público (ônibus ou metrô) para se locomover. Em Samambaia, em 2018, 20,5% da população possuía algum plano de saúde.

A última parte do artigo é dedicada à comparação do perfil socioeconômico das cidades selecionadas perante os dados sobre a contaminação e número de óbitos, com foco especial nas mulheres.

Mulheres, jovens, trabalhadoras - o rastro do vírus

A pesquisa “Cartografia da Covid-19 e as mulheres: seguindo o rastro do vírus no DF” começou a observar os dados da Secretaria de Saúde em abril de 2020, buscando entender como o vírus se comportava em relação ao gênero. Ao acompanhar os dados sobre a Covid-19 no DF, percebemos que, apesar de a contaminação ser expressiva na região central de Brasília (Plano Piloto e adjacências), foi nas regiões mais afastadas e populosas que o vírus atingiu de forma mais grave as mulheres mais jovens. Já no fim de abril de 2020, houve o registro do primeiro óbito de uma mulher na faixa de 20 a 29 anos, na região administrativa de Samambaia. Paralelamente, houve um deslocamento do vírus em direção às cidades do eixo oeste de urbanização e a ampla disseminação nas regiões com maior índice de vulnerabilidade.

Acompanhar o percurso do vírus foi como revisitar o passado, ou seja, uma tragédia anunciada por uma ocupação territorial segregacionista. Como podemos observar (Figura 5), das sete cidades com mais casos de coronavírus, exceto o Plano Piloto, cinco delas estão no eixo oeste e são cortadas pela EPTG. A situação fica ainda mais discrepante quando olhamos a incidência de óbitos, que se destacam as cidades de Ceilândia, Taguatinga e Samambaia. Apesar de o Plano Piloto apresentar um alto índice de infecção, como é possível observar no gráfico, é no percentual de óbitos que as diferenças territoriais se acentuam.

Segundo a Pdad de 2018, as mulheres são a maioria da população, encontram-se na faixa do 30 a 36 anos e, principalmente no caso de Ceilândia e Samambaia, possuem uma renda domiciliar menor que nas outras cidades, bem como menos acesso a planos de saúde.

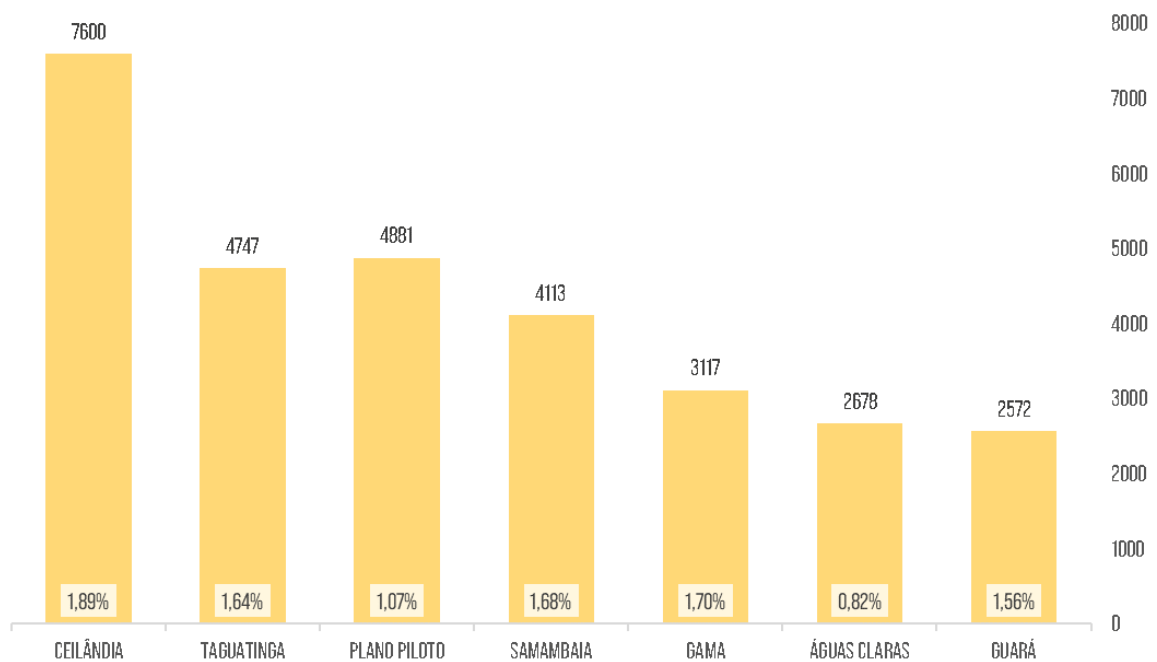


Figura 5: As sete cidades com maior número de mulheres infectadas no DF e os percentuais de óbitos. Fonte: Observatório Amar.é.linha, 2020.

Na chegada do vírus ao país, imaginava-se que apenas os idosos e, posteriormente, pessoas com comorbidades seriam afetadas gravemente. Com o passar do tempo, percebemos que o rastro do vírus é extremamente cruel no que tange às mulheres. Nas cidades estudadas, 54,7% das pessoas infectadas são mulheres. Dentre elas, a contaminação se concentra em mulheres jovens, com aproximadamente 70% na faixa etária de 20 a 50 anos, em plena idade produtiva e laboral, sendo que mais de 50% estão na faixa de 30 a 49 anos.

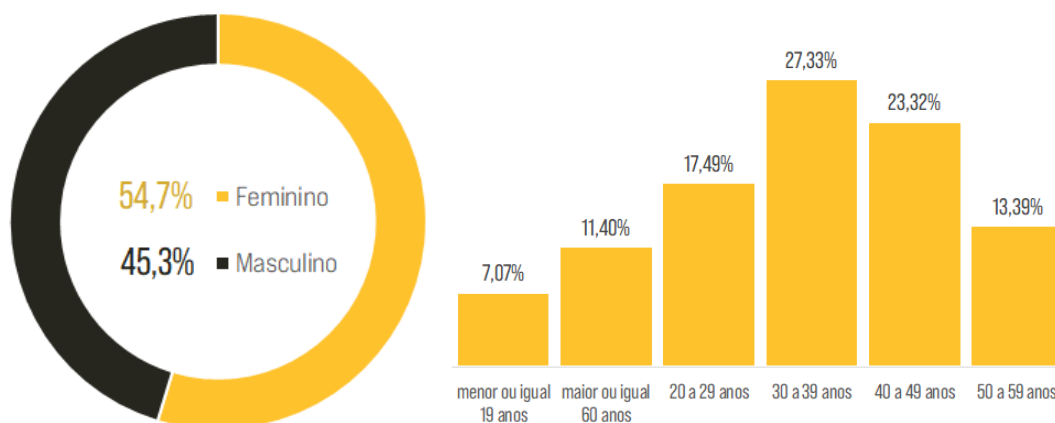


Figura 6: Casos de Covid-19 em mulheres por idade nas cidades selecionadas. Fonte: Observatório Amar.é.linha, 2020.

Os perfis das cidades estudadas demonstraram que o eixo oeste é heterogêneo tanto demograficamente quanto em termos de renda. Guará e Águas Claras têm as rendas domiciliares e *per capita* mais altas, típicas de classe média. Também são as cidades com menores porcentagens de população utilizando transporte público e com maior acesso a plano de saúde. Taguatinga apresenta um perfil intermediário de renda domiciliar e *per capita* (R\$ 5.464,70 e R\$ 2.211,60, respectivamente), de uso de transporte público (38,2%) e acesso a plano de saúde (39,8%). As cidades com rendas menores, maior uso de transporte público e menor acesso a plano de saúde são Ceilândia e Samambaia. No caso de Ceilândia, é importante destacar a precariedade dos bairros Sol Nascente e Pôr do Sol, que concentram rendas baixas, alto uso de transporte público e pouco acesso a plano de saúde. De fato, quando comparamos esses dados demográficos e socioeconômicos com os dados de contaminação por Covid-19, observamos uma correlação com as maiores porcentagens de casos nas cidades selecionadas.

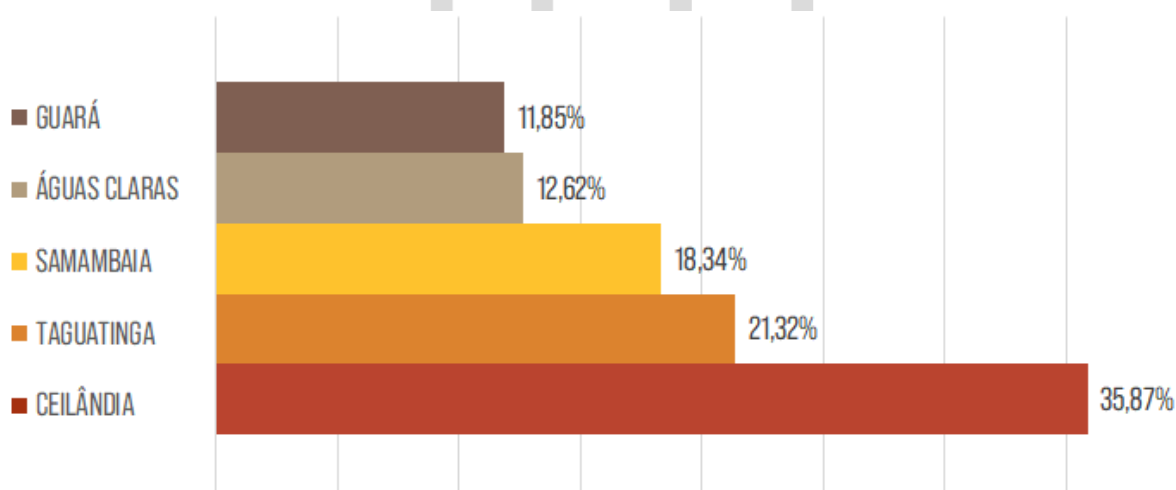


Figura 7: Distribuição dos casos de Covid-19 em mulheres nas cidades selecionadas. Fonte: Observatório Amar.é.linha, 2020.

Em todas as cidades, as mulheres são a maioria dos casos de Covid-19. Ainda que as mulheres sejam a maioria da população em todas essas cidades, a porcentagem de casos positivos em mulheres é superior a sua representação populacional, com exceção do Guará, onde as mulheres representam 53,8% da população e concentram 52,8% dos casos.

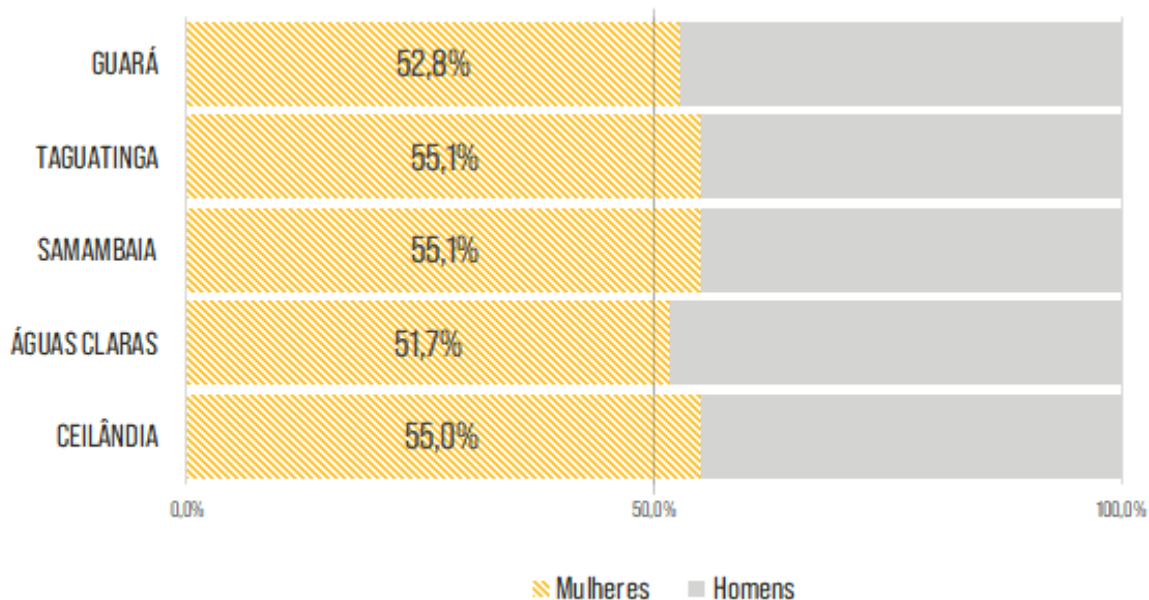


Figura 8: Proporção de infectados por gênero nas cidades selecionadas. Fonte: Observatório Amar.é.linha, 2020.

A Covid-19 não é o único problema de saúde nessas cidades. Em fevereiro de 2020, antes da pandemia, Ceilândia sofria com um surto de dengue. A pandemia encontrou nas cidades do DF o cenário perfeito, vulnerabilidade social, aglomeração, precariedade trabalhista e uma rede de saúde saturada. Assim como no resto do país, a contaminação começa pelo centro e se espalha pelas cidades rumo ao interior. Hoje, todo o DF tem notificações de casos.

Outro fator importante na contaminação e disseminação do vírus é o transporte público e, no DF, são as mulheres suas principais usuárias. Os dados sobre a mobilidade separados por gênero e raça no Distrito Federal foram divulgados em setembro de 2020 no documento "Como anda Brasília: Um recorte a partir dos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios" (CODEPLAN, 2020). Nele podemos observar que as mulheres utilizam mais o ônibus no seu deslocamento para o trabalho, principalmente se considerarmos as trabalhadoras na faixa etária entre 19 e 59 anos, ou seja, em plena idade produtiva. A utilização do transporte público pelas mulheres se concentra nas faixas de renda mais baixas, concentradas entre 1 e 2 salários mínimos. E é nesta faixa que se concentram também as famílias chefiadas por mulheres. A relação do uso de transporte público entre as mulheres das cidades aqui estudadas e as mulheres do Plano Piloto é também desigual, como mostra o relatório; Ceilândia e Samambaia, as

idades mais afetadas, usam transporte público 3,5 vezes mais que o Plano Piloto, seguidas de Taguatinga (2,3x), Águas Claras (1,9x) e Guará (1,6x).

Apesar das diferenças sociais atingirem tanto homens como mulheres, destacamos em nossa pesquisa como o percurso do vírus vai atingindo as mulheres de forma diferente nos distintos lugares, nas distintas idades e na diferença das condições de moradia. No Distrito Federal, as mulheres já são a maioria como chefes de família e a proporção aumenta nas camadas mais pobres da população. Está destinado às mulheres, ainda hoje na sociedade, o papel de cuidadoras como mães, filhas ou até mesmo nos trabalhos. Não há espaço ou apoio para substituições, o que, combinado com o conjunto de vulnerabilidades, falta de informação e assistência à saúde, retardam a procura por tratamento médico, piorando ainda mais a situação. Este artigo lança um olhar geral sobre a situação das mulheres na região, e a partir dele buscaremos compreender, em trabalhos futuros, cada território na sua especificidade.

Recentemente, a pesquisadora Ester Sabino (2020) esteve em conferência na UnB, onde explicou que há muitos casos de síndrome respiratória aguda. No decorrer do tempo, sem confirmação, ela argumenta que “não tem por que não achar que todos esses casos são Covid, o mais provável é que eles sejam Covid e que nossos números estejam subdimensionados”. Ao longo dos meses de acompanhamento dos números, nos demos conta das falhas na divulgação das informações e de que a notificação oficial está longe de chegar perto da realidade. Porém, neste nosso recorte feminista de olhar a cidade e a pandemia, a precisão dos dados não compromete a análise crítica.

REFERÊNCIAS

- ALVES, P. Primeiro caso de coronavírus no DF: o que se sabe e o que falta saber. Portal G1. Brasília, 8 mar. 2020. Ciência e Saúde. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/03/08/primeiro-caso-de-coronavirus-no-df-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- BRAÇO forte: mulheres são 74% da força de trabalho do IGESDF. *Jornal de Brasília*. Brasília, 6 mar. 2020. Cidades. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/braco-forte-mulheres-sao-74-da-forca-de-trabalho-do-igesdf/>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- BRAGA, M.; KON, N.; WISNIK, G. *O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital*. São Paulo, Cosac Naify: Imprensa Oficial: Museu da Casa Brasileira, 2010.
- BRASIL. *Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020*. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

- CODEPLAN. *Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílios – PDAD 2018*. Brasília: CODEPLAN, 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- CODEPLAN. *Como anda Brasília: um recorte a partir dos dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios*. Brasília: CODEPLAN, 2020. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-COMO-ANDA-BRAS%C3%8DLIA-Um-recorte-a-partir-dos-dados-da-Pesquisa-Distrital-por-Amostra-de-Domic%C3%ADlio.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- FEDERICI, S. *Capitalismo, reprodução e quarentena*. São Paulo: Editora Elefante, 2020. Disponível em: <https://www.editoraelefante.com.br/capitalismo-reproducao-e-quarentena/>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020*. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências. Brasília: GDF, 2020a. Disponível em https://www.google.com/url?q=http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto-corona-virus-40509_11mar20.pdf&sa=D&ust=1598734435127000&usg=AFQjCNFCsmQ_FLTQcfqo2WdnJlCO4JAABA. Acesso em: 30 ago. 2020.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Painel Covid-19 do Distrito Federal*. Brasília: Diretoria de Vigilância Epidemiológica/SVS/SESDF; Subsecretaria de Vigilância em Saúde; Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal, 2020b. Disponível em: <https://covid19.ssp.df.gov.br/extensions/covid19/covid19.html#/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Nota técnica com parâmetros de produção e apresentação do painel Covid-19 da Secretaria da Saúde do DF*. Brasília: Diretoria de Vigilância Epidemiológica/SVS/SESDF; Subsecretaria de Vigilância em Saúde; Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal, 2020c. Disponível em: <http://www.coronavirus.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/FONTE-E-METODOLOGIA-DOS-DADOS-DO-PAINEL-1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- HOLSTON, J. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MOREIRA, P. K. *Produção do espaço, qualidade de vida urbana e percepção dos moradores em Águas Claras, Distrito Federal*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- PAVIANI, A. *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- RESENDE, M. Movimentos de moradores: a experiência dos inquilinos de Ceilândia. In: PAVIANI, A. (org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

- RICO, I. M. N.; SEGOVIA, O. *¿Quién cuida en la ciudad?: aportes para políticas urbanas de igualdad*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), 2017. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42424/1/S1700617_es.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.
- SABINO, E. C. *Webinário do Comitê de Pesquisa, Inovação e Extensão de combate à Covid-19 (Copei/UnB)*. Universidade de Brasília: [s.n.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e5SQ2TbYdu4>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- SILVA, R. *Expansão territorial e segregação socioespacial urbana: o caso de Samambaia-DF*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
- SILVA, S.; SABOIA, L. Paisagens em trânsito: o caso da Estrada Parque Taguatinga. *Labor & Engenho*, v. 10, n. 3. p. 302-312, jul./set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8646182>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- SOUZA, N.; MACHADO, M.; JACCOUD, L. Taguatinga: uma história candanga. In: PAVIANI, A. (org.). *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996, p.51-79.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Transmission of SARS-CoV-2: implications for infection prevention precautions: scientific brief, 09 July 2020*. World Health Organization, 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/333114>. Acesso em: 28 ago. 2020.


O papel das mulheres nas ações solidárias na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, em tempos de pandemia

The role of women in solidarity actions in the Rocinha slum, Rio de Janeiro, in times of pandemic

El papel de la mujer en las acciones solidarias en la chabola de Rocinha, Rio de Janeiro, en tiempos de pandemia


Rachel Coutinho Marques da Silva, Ph.D. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGARQ/PUC-Rio).

E-mail: rachelcms@puc-rio.br

 <http://orcid.org/0000-0001-7537-6430>

Fernanda Sobreiro e Cruz, mestranda, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGARQ/PUC-Rio).

E-mail: sobreiro.fe@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8963-2845>

Para citar este artigo: SILVA, R. C. M. da; CRUZ, F. S. e. O papel das mulheres nas ações solidárias na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, em tempos de pandemia. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 63-77, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p63-77.

Submissão: 2020-01-09

Aceite: 2021-01-12

Resumo

Este artigo busca explorar o papel protagonista das mulheres nas ações solidárias de ONGs e coletivos na favela da Rocinha, durante a pandemia da Covid-19. Ele parte da premissa de que a produção do espaço da favela sempre teve uma liderança e atuação marcantes das mulheres, seja na produção do espaço doméstico, seja na produção dos espaços coletivos, ou mesmo na militância política ativa nos bastidores das Associações de Moradores, ONGs e coletivos. Personagens esquecidos na história da favela, as mulheres não somente atuaram nas lutas diárias do cotidiano em creches, postos de saúde, mas também na preservação da memória da comunidade. Atualmente, elas continuam a exercer um papel primordial nas lutas e resistências contra a violência, os riscos e a vulnerabilidade social, especificamente na luta contra as remoções, e também podemos observar neste momento a atuação das mulheres nas redes de ação solidária que se desenvolveram em vários grupos comunitários e coletivos durante a pandemia. Nosso artigo está estruturado em quatro seções, a saber: primeiramente abordamos o contexto histórico da Rocinha e a atuação feminina nos vários espaços e fóruns coletivos. Em seguida, faremos um breve histórico dos principais problemas que enfrentam as mulheres no cotidiano da favela, como violência e risco de remoção. Depois falaremos da atuação das mulheres nos movimentos sociais e coletivos na Rocinha na atualidade para, finalmente, trabalhar a atuação específica nas redes de ação solidária durante a pandemia.

Palavras-chave: Assentamentos Informais; Favela da Rocinha; Mulher; Ações solidárias; Pandemia Covid-19.

Abstract

This article seeks to explore the leadership role of women in solidarity actions within NGOs and collective groups in Favela da Rocinha during the Covid-19 pandemic. The basic assumption is that women always had a fundamental role in the production of the favela space, whether in the domestic or in the collective spheres, or even in active political activism backstage in neighborhood associations, NGOs and collectives. Characters forgotten in the history of the favela, women acted not only in the daily struggles in daycare centers or health centers, but also in preserving the community's memory. Currently, they continue to play an important role in the struggles and resistance to violence, risks and social vulnerability, specifically in the fight against forced evictions. We can observe at this moment the performance of women in the solidarity networks that have developed in various communities and collective groups during the pandemic. Our article is structured in 4 sections. Firstly, we approach the historical context of Rocinha and of women's performance in different collective spaces and forums. Next, we will give a brief history of the main problems faced by women in the daily life of the favela, such as violence and the risk of forced evictions. Then, we will talk about the performance of women's social and collective movements in Rocinha today to finally work on specific actions in solidarity networks during the pandemic.

Keywords: Squatter Settlements; Favela Rocinha; Women; Solidarity Actions; Covid-19's Pandemic.

Resumen

Este artículo busca explorar el papel protagónico de las mujeres en las acciones solidarias de ONG y colectivos en la favela de Rocinha durante la pandemia de Covid-19. Parte de la premisa de que la producción del espacio de la favela siempre ha tenido un marcado liderazgo y desempeño por parte de las mujeres, ya sea en la producción del espacio doméstico, ya sea en la producción de espacios colectivos, o mismo incluso en la militancia política activa tras bastidores de Asociaciones de Vecinos, ONG y colectivos. Personajes olvidados en la historia de la favela, las mujeres no solo actuaron en las luchas diarias de la vida cotidiana en las guarderías, centros de salud, sino también en la preservación de la memoria de la comunidad. Actualmente, continúan jugando un papel importante en las luchas y resistencias contra la violencia, los riesgos y la vulnerabilidad social, específicamente en la lucha contra las expulsiones, y podemos observar en este momento el desempeño de las mujeres en las redes de acción solidaria que se han desarrollado en varios grupos comunitarios y colectivos durante la pandemia. Nuestro artículo está estructurado en cuatro secciones, a saber. En primer lugar, abordamos el contexto histórico de Rocinha y la *performance* femenina en los distintos espacios y foros colectivos. A continuación, daremos una breve historia de los principales problemas que enfrentan las mujeres en la vida diaria de la favela, como la violencia, el riesgo de expulsión etc. Luego hablaremos sobre la actuación de los movimientos sociales y colectivos de mujeres en Rocinha hoy para, finalmente, trabajar en acciones específicas en redes de acción solidaria durante la pandemia.

Palabras clave: Chabolos; Favela Rocinha; Mujer; Acciones solidarias; Pandemia Covid-19.

INTRODUÇÃO¹

As mulheres sempre tiveram um grande protagonismo na produção do espaço urbano e socioeconômico nas favelas brasileiras. Um perfil da importância delas nas favelas é a cifra de que 40% das famílias residentes nessas comunidades são mantidas por mulheres, as quais mobilizam uma arrecadação total de recursos nessas áreas da ordem de R\$ 24 bilhões (FROIO, 2015)². Segundo o Censo do IBGE 2010, a população feminina residente em favelas no Brasil é de cerca de seis milhões. A condição de risco e vulnerabilidade das famílias e das próprias mulheres residentes em favelas, as quais têm que lidar com um cotidiano de violência, as impelem para o ativismo político e para a luta por melhores condições de vida nesses territórios (FROIO, 2015). Por outro lado, as mulheres também marcam presença no quesito de empreendedorismo social, no qual observa-se o papel delas na criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e de negócios cooperativados ou privados em favelas cariocas. A presença feminina se dá também em veículos de comunicação independente nas favelas, nos quais atuam como repórteres e redatoras³.

Com este histórico de ativismo social e político e de empreendedorismo das mulheres faveladas, com vários exemplos na favela da Rocinha, verifica-se que no momento em que se inicia a pandemia da Covid-19 no Rio de Janeiro, as mulheres passam a ter um papel fundamental nas redes de solidariedade das ONGs e coletivos em várias ações nas favelas. O foco deste artigo é a favela da Rocinha, por conta das pesquisas que vimos desenvolvendo nesse bairro. O artigo procura recuperar o papel histórico que as mulheres sempre tiveram nas lutas por melhores condições de vida na favela, atuando muitas vezes nos bastidores das Associações de Moradores, trabalhando nas creches e postos de saúde, mas também na preservação da memória da comunidade. É de se destacar o papel que exerceram e continuam a exercer na luta contra as remoções.

Um breve histórico do surgimento e da atuação feminina na construção da favela

Localizada na zona sul do Rio de Janeiro, a Rocinha surgiu no início do século XX, quando Gávea e São Conrado ainda eram parte de grandes fazendas. Com a construção da Avenida Niemeyer, em 1916, e os primeiros lotes sendo vendidos para pessoas de baixa renda, em 1920, o assentamento irregular começa a crescer e são demarcadas as primeiras ruas, numeradas de 1 a 4 (SEGALA, 2013; SEGALA; FIRMINO, 2010). Segundo a página Memória Rocinha, do Museu da Rocinha

1 Este artigo é resultante do trabalho de pesquisa "Urbanismo pelo avesso: práticas urbanísticas, inclusão social e autonomia em favelas cariocas", com apoio de CNPq, Capes e Faperj.

2 Esta informação foi retirada do livro de Renato Meirelles e Celso Athaide, *Um país chamado favela*. Embora o IBGE aponte mais de 50% de lares chefiados por mulheres, optamos por trabalhar com o número mais conservador.

3 Um exemplo é o jornal independente *Voz das Comunidades*, fundado em 2005 por Rene Santos no Morro do Adeus, Complexo do Alemão. Jornal atuante até hoje nas reportagens sobre diversos acontecimentos nas favelas cariocas, tem sede agora na favela do Vidigal. A coordenação de jornalismo e a coordenação de comunicação ficam a cargo de duas mulheres, Melissa Canabrava e Gabi Coelho. Foi este jornal que custeou as despesas do enterro da menina Agatha Felix, morta em ação policial, em setembro de 2019. Durante a pandemia de Covid-19 o jornal lançou a campanha Pandemia com Empatia.

Sankofa – Memória e História, em 1933 foi feito o primeiro censo predial, que contabilizou 1.447 casebres na região da favela, que ainda tinha aspecto rural, com construções de madeira e taipa (MUSEU SANKOFA, [s.d.]).

A Rocinha, que a partir de 1993 é reconhecida oficialmente como bairro, segue ocupando o posto de maior favela do país, com aproximadamente 70 mil habitantes, segundo dados oficiais do IBGE 2010⁴. Este número, no entanto, pode não corresponder à realidade: organizações comunitárias dentro da favela estimam que a população residente seja em torno de 200 mil, pois dizem que foram poucas as pessoas que receberam visitas dos recenseadores do Censo Demográfico de 2010 (TABAK, 2011). A presença das associações de moradores, que intercedem politicamente pelos que residem na Rocinha, é forte e atuam desde 1961, quando foi fundada a primeira associação – a União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR) (SEGALA, 1991; SEGALA; FERREIRA, 1983)⁵.

Embora as atividades dessa associação tenham sido encerradas durante o período da ditadura militar, foram logo retomadas, em 1977, por um grupo de mulheres que passaram a liderar movimentos de melhorias no bairro. As campanhas lideradas por elas tiveram grande impacto no cenário da favela e geraram melhorias no saneamento e no acesso, como a construção de uma passarela na autoestrada Lagoa-Barra, que foi conquistada pela UPMMR, em 1978.

A luta pela criação de creches e alfabetização das crianças da Rocinha foi longa, começando em 1980 com a participação da moradora Francisca Elisa Medeiros Piroso, que se tornou uma das figuras principais para que o projeto se concretizasse. Segundo dona Francisca, as mulheres trabalharam em colaboração para que fossem implantadas treze creches, já que as escolas públicas eram escassas e não contavam com vagas suficientes para as crianças (VIVA FAVELA, 2014). Em entrevista, Dona Francisca conta, inclusive que, juntas, as mulheres buscaram criar um curso noturno de formação de professores, para que pudessem ensinar de maneira adequada.

Francisca foi uma das primeiras dentre milhares de mulheres que trabalham para trazer serviços e qualidade de vida para a Rocinha, enquanto enfrentam os desafios constantes que fazem parte do viver na favela.

Os desafios das mulheres moradoras da favela

Como já comentado, as mulheres são chefes de família em cerca de 40% dos domicílios em aglomerados subnormais em todo o Brasil (FROIO, 2015). Na favela da Rocinha, na zona sul do Rio de Janeiro, por exemplo, este número é de 46,49%,

4 Em 2017, o IBGE estimou em 100 mil habitantes a população da Rocinha.

5 Hoje em dia, além da UPMMR, existem outras quatro associações de moradores na favela da Rocinha: a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Barcelos (Amabb), a Associação de Moradores e Amigos da Vila Laboriaux (Amavl), a Associação de Moradores da Rua Capuri e Adjacências (Amocad) e a Associação de Moradores da Rua Nova e Adjacências.

embora a renda média dessas mulheres seja mais de R\$ 200,00 inferior à dos homens⁶.

De acordo com Tavares, é importante ressaltar que dados separados por gênero não são sequer levantados nos diagnósticos sociais que precedem a implementação de projetos sociais, de urbanização e moradia. Além disso,

[...] é fundamental destacar que o fato de as mulheres se tornarem chefes de família não necessariamente modifica a estrutura valorativa das relações de gênero. Pelo contrário, as mulheres são mais pressionadas a 'dar conta' de múltiplas responsabilidades agregadas (TAVARES, 2015, p. 40).

Segundo Tavares, no contexto da favela, as mulheres acabam residindo em áreas mais precárias e sujeitas ao risco ambiental, por serem áreas mais baratas (TAVARES, 2015, p. 40); e morar nesses locais mais vulneráveis vem acompanhado de um aumento da possibilidade de remoção.

Ao final de 2019, o governador Wilson Witzel anunciou um ambicioso projeto de urbanização, o Comunidade Cidade, que investiria R\$1,5 bilhão em três favelas do Rio, incluindo a Rocinha. Entre as promessas do projeto estavam a melhoria da infraestrutura e saneamento, no entanto, junto a elas vem a iminente remoção de 7.400 famílias – aproximadamente 30 mil moradores – de suas casas para dar espaço às obras (PICOLLO, 2019). Este número é crítico quando comparado ao número total de habitantes da Rocinha que, segundo organizações comunitárias, gira em torno dos 200 mil: em uma matemática aproximada, 15% de todo o bairro da Rocinha estaria ameaçado de remoção. Embora não estejam disponíveis dados quantitativos, a presença de famílias comandadas por mulheres dentre as que serão removidas é certa, e as dificuldades para elas se somam. No acompanhamento das reuniões do coletivo Rocinha Sem Fronteiras, do qual o nosso grupo de pesquisa participa, ouvimos as preocupações de muitas mulheres que vão às reuniões em busca de maiores informações e de apoio da comunidade e da Defensoria Pública para resistir às remoções.

As políticas públicas costumam considerar a dimensão de gênero apenas quando são reforçados os papéis sociais tradicionais, da visão da mulher como mãe: os programas associados às mulheres, principalmente quando se trata dos assentamentos informais, são as creches, pracinhas e postos de saúde.

A identidade que as mulheres da favela recebem, intimamente ligada à maternidade, vem dessa visão tradicional do papel feminino, além de fatores particulares das mulheres pobres que reforçam esse *status*: a substituição das mães da cidade formal, no papel de babás e empregadas domésticas, ou as mães dos jovens que morrem pelo tráfico e pela violência policial, como as Mães de Acari⁷.

⁶ Sistema de Assentamentos de Baixa Renda, Sabren.

⁷ Mães dos desaparecidos da Chacina de Acari em 1990, quando 11 jovens moradores da favela de Acari foram retirados do sítio em que passavam o dia por um grupo que se identificou como sendo policiais. Os corpos nunca foram encontrados, e as mães ainda lutam por justiça.

Ser mãe na favela é um trabalho que muitas vezes vem acompanhado da dor da perda. Nas favelas, onde a segurança é desafiada continuamente e a violência se materializa no território, as mulheres são impulsionadas a lutar pela liberdade e dignidade negada aos seus filhos. E além da violência policial e do tráfico, as mulheres enfrentam ainda agressões contra seu corpo, e dentro da favela isso é acentuado.

Segundo dados do Dossiê Mulher 2019 do Instituto de Segurança Pública, 57,4% das vítimas de estupro no Estado do Rio de Janeiro foram mulheres pardas e negras, 80,6% solteiras e, em sua maioria (68,5%), eram crianças ou adolescentes.

Em 2019, mais da metade dos casos de violência contra a mulher na Rocinha ocorreram dentro da residência, pelas mãos de conhecidos. Os dados do dossiê revelam que, dentro da favela, em 66,7% dos casos de estupro, o agressor era desconhecido; mas filtrando os dados para agressões físicas e tentativas de homicídio, esses dados disparam para 71,5% de agressores companheiros ou ex-companheiros.



Figura 1: Dados de violência contra a mulher na área da Rocinha, retirados do Dossiê Mulher 2019, realizado pelo Instituto de Segurança Pública. Fonte: Instituto de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/Mulher.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

Na lógica das cidades, a mulher que anda na rua está fora de seu espaço. A ideia de que o masculino é dono do espaço público e o feminino do privado cria um ambiente no qual cabe ao homem o domínio do corpo da mulher. Dentro da favela, território onde o tráfico e as milícias fazem as vezes de polícia local, o corpo da mulher fica sujeito a qualquer tipo de invasão, física ou psicológica, dado o pouco respeito que lhe é atribuído. No entanto, viver em um território onde o corpo está constantemente ameaçado não faz das mulheres da Rocinha apenas vítimas da cidade, mas justamente o contrário: a participação feminina na luta para reconceber a cidade e desafiar os limites da violência e do patriarcado é intensa e notável.

Mulher e coletividade: a participação feminina na criação da comunidade

O projeto de pesquisa “Urbanismo pelo avesso: práticas urbanísticas, inclusão social e autonomia em favelas cariocas”, sob a coordenação da professora Rachel Coutinho Marques da Silva, busca investigar a participação comunitária nos projetos urbanos em favelas cariocas, a partir de políticas públicas oficiais e a partir das relações entre as equipes de capacitação, organizações não governamentais e moradores locais para avaliar os impactos do Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) em favelas cariocas. A pesquisa tem como foco três favelas da cidade do Rio de Janeiro – Cantagalo/Pavão-Pavãozinho, Babilônia/Chapéu Mangueira e Rocinha –, que receberam não só obras públicas por meio do PAC-UAP, mas também tiveram a experiência das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Ao analisar o histórico de ações comunitárias, seja por meio de associações de moradores, ONGs ou coletivos, fica evidente que as mulheres são agentes ativas na mudança das favelas e da cidade onde vivem. Um outro foco de atuação das mulheres na favela é o empreendedorismo, com a criação de negócios na favela. Para ilustrar rapidamente este papel, podemos destacar a participação feminina na pessoa de Michelle Silva na cofundação do jornal *Fala Roça*. Criada e ainda moradora da Rocinha, formada em Comunicação, Silva tem uma atuação nessa mídia independente, de forma a prestar um serviço de comunicação autônomo para os moradores e também para as redes externas à favela.

Outro exemplo de empreendedorismo na Rocinha é o Coopa-Roca – Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha, com mais de 35 anos de existência, sob a gestão de Maria Teresa Leal. De forma cooperativada, esse projeto permite que as mulheres trabalhem em casa, conciliando casa e trabalho. Centenas de artesãs foram capacitadas no projeto, que foi se ampliando ao longo do tempo e ganhou visibilidade nacional e internacional, segundo o *site* da cooperativa.

Na Rocinha, foram identificadas pelo grupo de pesquisa 81 ONGs e iniciativas com participação local. Estas foram catalogadas e separadas em diversas áreas de atuação (Figura 2). Cresceram em número após o início do PAC-UAP as iniciativas que distribuem informação sobre o dia a dia da favela para os moradores, por meio de jornais impressos ou virtuais e páginas nas redes sociais.

**ONGs, Coletivos e Mídias Comunitárias na Rocinha:
Temáticas Predominantes**

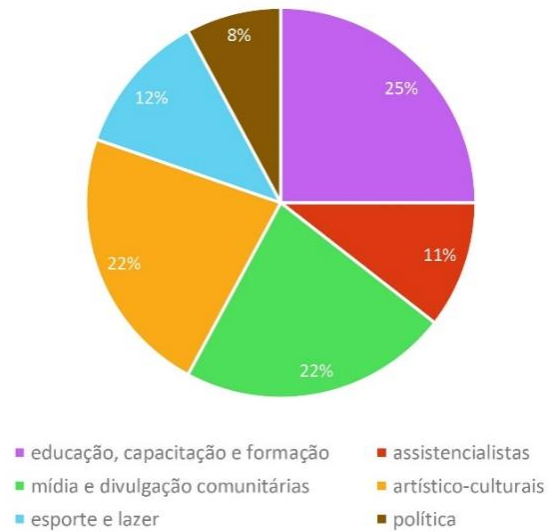


Figura 2: Dados sobre as ações solidárias presentes na Rocinha. Fonte: Dados coletados pelo grupo de pesquisa Urbanismo e Práticas Urbanísticas e Sociais, em 2020.

Destaca-se a página Rocinha.org que, além de divulgar notícias sobre tiroteios, operações policiais, empregos e cursos gratuitos, chegou a organizar um programa que oferecia ingresso gratuito para cinema e teatro aos moradores. Estão presentes também importantes iniciativas culturais, como o Museu Sankofa – Memória e História da Rocinha, criado em 2008, que coleta histórias de moradores para criar um patrimônio imaterial histórico da favela e que conta com um *site* para reunir todos esses dados, o Memória Rocinha, em parceria com o Instituto Moreira Salles.

Embora as lideranças masculinas ainda sejam predominantes, a participação das mulheres é forte, principalmente nas iniciativas relacionadas à educação e capacitação dos moradores (Figura 3). O gráfico a seguir mostra que as mulheres estão à frente de movimentos com diversas temáticas, em sua maioria com o intuito de trazer inclusão social e melhor qualidade de vida aos moradores da Rocinha.

ONGs, Coletivos e Mídias Comunitárias na Rocinha: Lideranças Femininas - Temáticas Predominantes

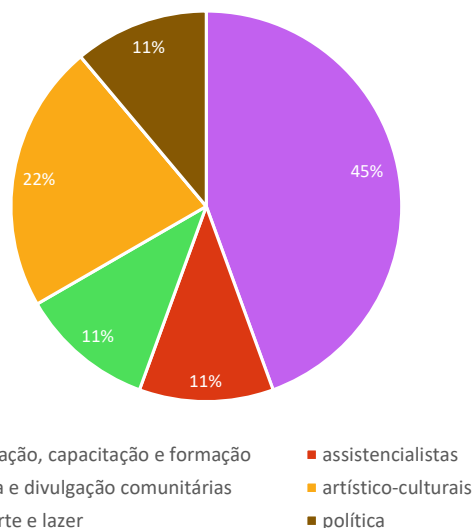


Figura 3: Dados sobre as lideranças femininas dentre as ações solidárias presentes na Rocinha. Fonte: Dados coletados pelo grupo de pesquisa Urbanismo e Práticas Urbanísticas e Sociais, em 2020.

Iniciativas com liderança feminina, como a Coopa-Roca – acima mencionada, trabalham capacitando mulheres para que possam gerar renda e ampliar o orçamento familiar. O Coopa-Roca atualmente coordena o trabalho de mais de cem mulheres moradoras da Rocinha, que trabalham de suas casas, sem se afastar do cuidado dos filhos e da família. O reconhecimento das nuances do trabalho da mulher, que não se limita ao emprego, mas se expande até os cuidados domésticos, faz parte da missão dessas iniciativas locais, que buscam melhorar a qualidade de vida das moradoras da favela.

As mulheres também estão profundamente inseridas nas discussões políticas dentro da Rocinha: elas dividem a liderança de dois dos principais coletivos com essas temáticas: o Rocinha Resiste e o Rocinha sem Fronteiras. O segundo é formado por moradores e voluntários para criar um diálogo que esclareça os direitos de quem mora e trabalha na favela. Em reuniões mensais, os participantes buscam ajudar os moradores com questões relacionadas principalmente a saneamento básico e moradia digna, como, por exemplo as remoções causadas pelos projetos de urbanização, como o Comunidade Cidade, ou as consequências dos deslizamentos e enchentes de janeiro de 2018. O movimento feminista também está presente na Rocinha na forma de grupos como o Coletivo de Mulheres que Estudam Mulheres (Comem), uma rede feminina de solidariedade horizontal, e a União de Mulheres Pró Melhoramento da Roup Suja, que atua atendendo crianças e famílias da Roup Suja – um sub-bairro da Rocinha – por meio de assistência social, saúde e educação.

A pandemia da Covid-19: ações solidárias e repercussões

Com a chegada da Covid-19 ao país em março de 2020, as favelas do Rio de Janeiro precisaram dar uma resposta rápida à crescente ameaça da pandemia. Além do perigo da doença, a pandemia revelou outros cenários de opressão no país: a necessidade de isolamento social, uma das medidas mais eficazes contra o vírus, segundo a Organização Mundial da Saúde, deixou as mulheres mais vulneráveis à violência doméstica. No interior das favelas a situação se agravou. Embora não se tenha dados oficiais para a Favela da Rocinha, pesquisas realizadas na Baixada Fluminense mostram que o confinamento à vida domiciliar com a quarentena dificultou a elaboração do boletim de ocorrência e gerou um padrão de piora em muitos assentamentos subnormais.

A pandemia de Covid-19 atinge o Estado do Rio de Janeiro com bastante força, mostrando a vulnerabilidade do sistema de saúde para lidar em tão pouco tempo com tantos casos de contaminação. Sendo uma cidade com alta densidade construída e com tantos assentamentos precários, a Covid-19 disseminou-se rapidamente nos primeiros três meses de 2020. Nas favelas, nas quais a infraestrutura de saneamento básico e as condições habitacionais são muito precárias, com situações de pouca ventilação e excesso de moradores por unidade habitacional, a disseminação do vírus alastrou-se rapidamente. Até maio de 2020, a estimativa de casos de Covid-19 na favela da Rocinha, segundo o jornal *Fala Roça*, era de 90 casos confirmados e 17 óbitos. Os dados oficiais mais recentes do Data.Rio da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro apontam que até o final de 2020, a Favela da Rocinha teve 989 casos confirmados e 64 óbitos. Tem-se que ter em conta a subnotificação (DATA.RIO, 2020).

No interior da Rocinha, foram mapeados pelo grupo de pesquisa pelo menos 20 ONGs e coletivos que se reorganizaram para atender às demandas que surgiram, de máscaras, materiais de limpeza e até mesmo de cestas básicas para atender aos que perderam seus empregos. Novas iniciativas foram criadas, a exemplo do Favela Sem Corona, que promoveu campanhas de conscientização, distribuição de testes de Covid-19 e de EPIs para os profissionais de saúde que atuaram dentro da favela.

O Coletivo Rocinha Resiste já vinha atuando como rede de apoio em situações emergenciais, como no caso das enchentes em 2019, e rapidamente se adaptou, fazendo parte da elaboração do Plano de Ação contra o vírus nas favelas do Rio e oferecendo um curso gratuito de meios de comunicação comunitária para registro da Covid-19 na Rocinha. Ao mesmo tempo, também serviu como rede que conecta doadores e voluntários com as instituições de assistência locais. Este coletivo tem uma presença feminina bastante significativa, e duas das cofundadoras são mulheres moradoras da Rocinha, Michelle Lacerda e Magda Gomes⁸.

As lideranças femininas também se articularam para contribuir para a saúde dos moradores da Rocinha: as mulheres da União de Mulheres Pró Melhoramento da Roup Suja, que precisaram fechar as creches comunitárias para evitar o contágio,

⁸ Michelle Silva é graduada em Gestão de Recursos Humanos e assessora parlamentar atuante na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj.

captaram doações e montaram cestas básicas para 100 famílias da territorialidade da Roupas Sujas que dependiam das refeições nas escolas para alimentar suas crianças. Já a Coopa-Roca foi responsável por uma ação que produziu 500 mil máscaras de tecido em colaboração com costureiras de outras regiões, para serem distribuídas em áreas vulneráveis do Estado do Rio.

No entanto, a pandemia também tem efeitos negativos sobre o empoderamento das mulheres em áreas de vulnerabilidade, como aponta recente estudo da seção Mulheres das Organizações das Nações Unidas (ONU). Segundo a nota, anos de progresso limitado e frágil na igualdade de gênero e dos direitos das mulheres podem regredir significativamente.

Em uma outra reportagem na ONU-Mulheres destacam-se também os efeitos da desigualdade racial e de gênero durante a pandemia no Brasil, onde as perdas financeiras e de saúde decorrentes do vírus recaem com muito mais força sobre mulheres, negros e pobres. Segundo a reportagem, o emprego informal abrange 39% dos trabalhadores e trabalhadoras pretas e pardas, contra 29,9% de brancos e brancas. São essas pessoas que mais perderam renda na pandemia⁹.

A pesquisadora Márcia Lima, que coordena estudo sobre a pandemia de Covid-19 com foco nas desigualdades raciais e de gênero, aponta que são as mulheres negras as mais atingidas, pois muitas são trabalhadoras domésticas que perderam seus empregos, ou estão sujeitas a condições de muita vulnerabilidade no trabalho¹⁰.

Nesse cenário, as ações solidárias durante a pandemia de Covid-19 na Rocinha revestem-se de suma importância, pois buscam atender de diversas formas as pessoas mais atingidas pela pandemia, seja com alimentos, materiais de limpeza, máscaras, atendimento psicossocial, dentre as principais. As ONGs e coletivos atuantes antes da pandemia em assuntos de defesa dos interesses da comunidade rapidamente absorveram novos papéis e entraram na linha de frente das ações comunitárias.

Considerações finais

Este artigo procurou destacar a importância histórica das mulheres na construção do espaço urbano e social da favela da Rocinha, desde sua participação nos espaços de trabalho, como creches e postos de saúde, como também nas lutas diárias pelas melhorias das condições de vida da comunidade. A participação comunitária já existente ganhou ímpeto com as políticas institucionais de participação fomentadas pelo trabalho social durante a implementação do PAC-UAP na Rocinha, e apesar de ganhos e perdas do projeto, estimulou novos coletivos e ações solidárias, seja contra remoções forçadas, seja na ajuda em redes de solidariedade durante as enchentes de 2018. Em vários episódios de

⁹ Este tema foi levantado em uma das quatro *lives* da série “Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em tempos de crise e da pandemia Covid-19”, promovidas pelo Canal Preto e pela ONU Mulheres.

¹⁰ Depoimento de Marcia Lima, professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e coordenadora do Afro-Núcleo de Pesquisa sobre Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Afro-Cebrap).

violência e de desastres, verifica-se a presença dessas ONGs e coletivos em ação de luta, de resistência e de apoio em rede.

Os desafios diários do viver em um território conflagrado impulsionam as mulheres na direção da luta por condições melhores e mais seguras de vida, mostrando que o papel feminino na construção da sociedade dentro da favela é de agente ativo, e não passivo. O contínuo aumento da violência na favela é uma das maiores preocupações da vida na Rocinha, e quando somado ao número de quase 50% de chefes de domicílio femininas, mostra as condições desafiadoras com as quais essas mulheres precisam lidar diariamente.

A liderança das mulheres da Rocinha é notória e vem desde o início da história deste assentamento, quando as mulheres protagonizaram diversos movimentos para melhorar o saneamento e a educação do lugar. Hoje em dia, as ONGs e Redes de Solidariedade contam com a ação dessas líderes para continuar trazendo oportunidades e melhorias para a favela, inclusive mais recentemente, durante a pandemia de Covid-19 no país.

Apesar dos desafios impostos pela pandemia e pela violência, as mulheres faveladas, especialmente as da Rocinha, continuaram se unindo, promovendo ações solidárias, protagonizando no âmbito das ONGs, creches e postos de saúde um papel importante e, como sempre, cuidando da sua comunidade.

REFERÊNCIAS

- A COVID-19 encontra no Brasil uma enorme desigualdade racial, afirmam especialistas. *Nações Unidas Brasil*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/88991-covid-19-encontra-no-brasil-uma-enorme-desigualdade-racial-afirmam-especialistas>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- COOPA-ROCA. O artesanato têxtil no Rio de Janeiro e a Coopa-Roca 2017. Disponível em: <https://www.coopa-roca.com.br/single-post/2017/10/27/Nossa-Hist%C3%B3ria-1>. Acesso em: 7 jan. 2021.
- COUTINHO, M. da S. R. A Radical Strategy to Deal with Slum Upgrading in the City of Rio de Janeiro, *In*: VINCENT-GESLIN, S.; PEDRAZZINI, Y.; ADLY, H.; ZORRO, Y. (ed.). *Translating the city: interdisciplinarity in urban studies*. Oxford and Lausanne, Routledge/EPFL Press, 2015. p. 57-72.
- DOSSIÊ MULHER 2019. *Instituto de Segurança Pública*. Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/Mulher.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- FREIRE-MEDEIROS, B. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. *Rev. Bras. Ci. Soc. [on-line]*, v. 22, n. 65, p. 61-72, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 maio 2021.

FROIO, N. Prestando homenagem às mulheres da favela no Dia Internacional da Mulher. *RioOnWatch*, Rio de Janeiro, 8 mar. 2015. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=13638>. Acesso em: 24 ago. 2020.

LEON, F. Periferias da Baixada Fluminense têm violência doméstica potencializada pelo coronavírus. *RioOnWatch*, Rio de Janeiro, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=47487>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MEIRELLES, R.; ATHAYDE, C. *Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira*. São Paulo: Gente, 2014.

MUSEU SANKOFA. *Linha do Tempo – Memória Rocinha*. Disponível em: <http://memoriarocinha.com.br/linha-do-tempo/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

PAINEL RIO COVID-19. *DATA.RIO*. Disponível em: https://www.data.rio/app/painel-rio-covid-19?fbclid=IwAR2eZbt5_EOpeXwMQXGYX0nzEoNyYWVa1_VD692BQ4WyPs6F-MwMIEiZN4w. Acesso em: 7 jan. 2021.

PANDEMIA pode prejudicar frágil progresso alcançado para mulheres e meninas, alerta chefe da ONU. *Nações Unidas Brasil*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/89213-pandemia-pode-prejudicar-fragil-progresso-alcancado-para-mulheres-e-meninas-alerta-chefe-da>. Acesso em: 27 ago. 2020.

PICCOLO, C. Até 30% dos moradores da Rocinha correm risco de remoção se o plano de reurbanização do governo avançar. *RioOnWatch*, Rio de Janeiro, 21 dez. 2019. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=44853>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SABREN. *Sistema de assentamentos de baixa renda*. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SEGALA, L. *O riscado do balão japonês: trabalho comunitário na Rocinha (1977-1982)*. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS-Museu Nacional.

SEGALA, L.; FERREIRA, T.; e UNIÃO PRÓ-MELHORAMENTOS DOS MORADORES DA ROCINHA (org.). *Varal de lembranças: histórias da Rocinha*. Rio de Janeiro: Editora Tempo e Presença/SEC/MEC/FNDE, 1983.

SEGALA, L.; FIRMINO, A. C. *Memória Social, museu e trabalho comunitário na Rocinha*. Cultura e extensão universitária: A democratização do conhecimento. São João Del Rei: Malta, 2010.

SEGALA, L. (org.). *Museu comunitário, performance memorial e disputas políticas: o caso do Sankofa Museu na Rocinha, região metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laboep/ Feuff, 2013.

TABAK, B. Maior favela do país, Rocinha discorda de dados de população do IBGE. *G1*, Rio. Rio de Janeiro, 21 dez. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/12/maior-favela-do-pais-rocinha-discorda-de-dados-de-populacao-do-ibge.html>. Acesso em: 26 ago. 2020.

TAVARES, R. B. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VIVA FAVELA. Dona Eliza, a educação e a Rocinha. 2014. (9m23s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=476&v=RBAI0y3UaqY&feature=emb_logo. Acesso em: 27 ago. 2020.

Unforeseeable situations: a confined reflection

Situações imprevisíveis: uma reflexão confinada

Situaciones impredecibles: una reflexión confinada

Tânia A. Cardoso, MA Urbanism at PROURB, UFRJ, PhD Candidate at ASCA, University of Amsterdam, Amsterdam, The Netherlands.

E-mail: t.a.cardoso@uva.nl

 <http://orcid.org/0000-0001-6625-1986>

To cite this article: CARDOSO, T. A. Unforeseeable situations: a confined reflection. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 78-93, 2021. DOI10.5935/cadernospos.v21n1p78-93.

Submissão: 2020-08-31

Aceite: 2020-11-10

Resumo

Situações imprevisíveis: uma reflexão confinada reflete o impacto das recentes restrições de confinamento na prática de pesquisa urbana incorporada apresentado num formato acadêmico não tradicional: ilustração cidadã. É um percurso não sequencial que destaca espaços específicos e, sobretudo, espaços emblemáticos da cidade de Amsterdã, ao mesmo tempo que os confronta com a realidade da ausência. Os espaços vazios são justapostos com conversas fantasmas, memórias superficiais da minha própria prática corporificada de caminhar, contrastando a superficialidade da realidade de superlotação turística na cidade de Amsterdã com os seus elementos físicos sólidos que permanecem mesmo sem esse superlotação. Desenhar nas ruas e aprender com essa interação com o espaço urbano é uma parte importante da minha pesquisa artística. No entanto, o cotidiano mudou rapidamente nos últimos meses devido ao surgimento e disseminação do novo coronavírus Sars-CoV-2 ao redor do mundo. Enquanto me encontro confinada atrás das paredes da minha casa, volto-me para essas ilustrações da cidade para refletir sobre meu papel como pesquisadora

urbana, sobre como lidar com a doença e sobre as implicações do confinamento na prática da pesquisa artística e corporificada.

Palavras-chave: Ilustração cidadina; Incorporação; Práticas artísticas; Investigação urbana feminista; Imaginação urbana.

Abstract

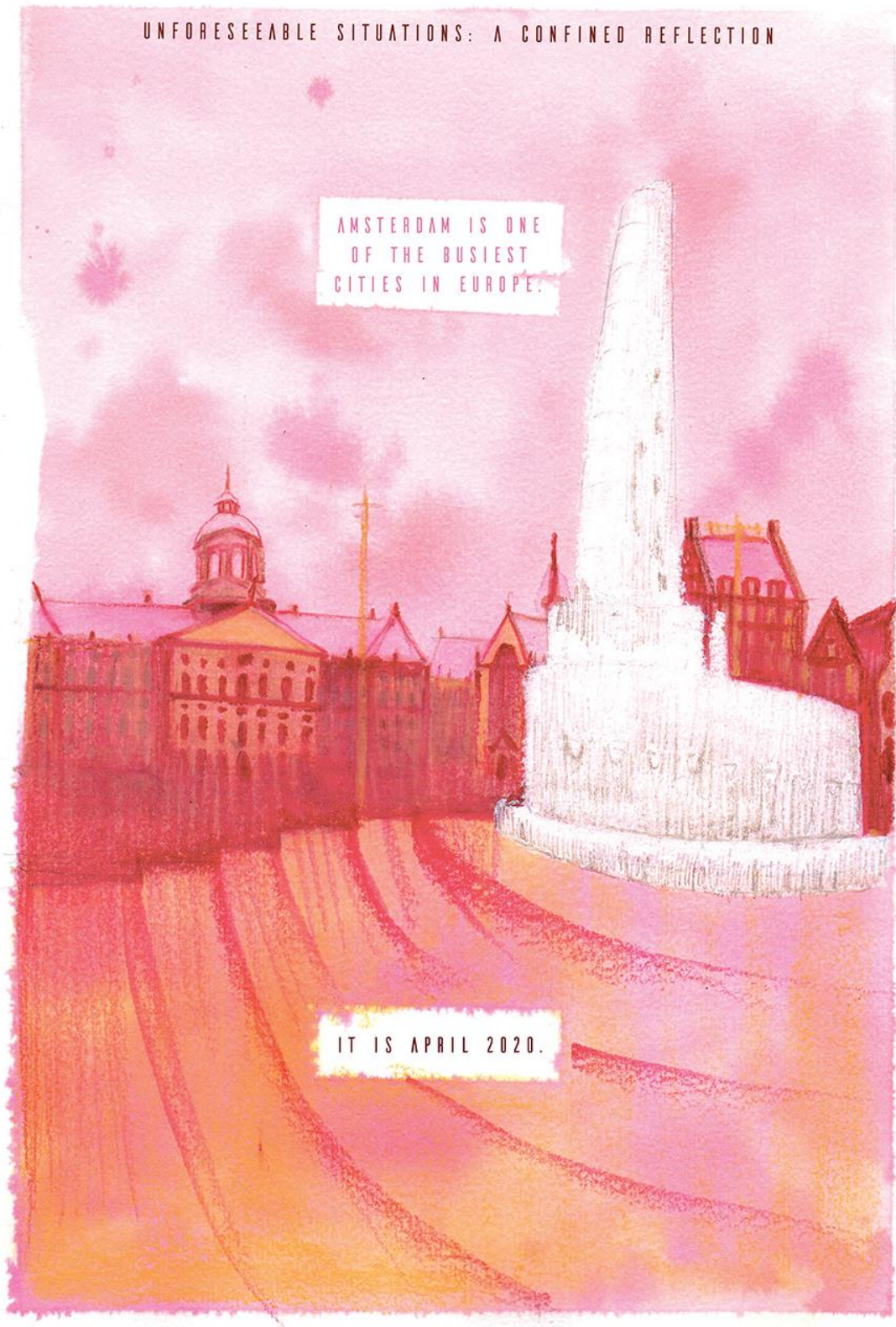
Unforeseeable Situations: A Confined Reflection considers the impact of the latest confinement restrictions on the urban embodied research practice in a non-traditional academic format: city illustration. It is a non-sequential route that highlights specific and mostly iconic spaces in the city of Amsterdam while confronting them with the reality of absence. The empty spaces are juxtaposed by ghost conversations, superficial memories of my own embodied practice of walking, contrasting the superficiality of the overcrowded tourist reality in the city of Amsterdam with the solid physical elements that remain in place even without it. Drawing in the streets and learning from this interaction with urban space is an important part of my artistic research. However, everyday life, in general, has quickly changed in these last months due to the emergence and dissemination of the novel coronavirus SARS-CoV-2 around the world. As I find myself confined behind the walls of my house, I turn to these city illustrations to reflect on my role as a female urban researcher, learning how to cope with chronic illness, and the implications of confinement in the practice of artistic and embodied research.

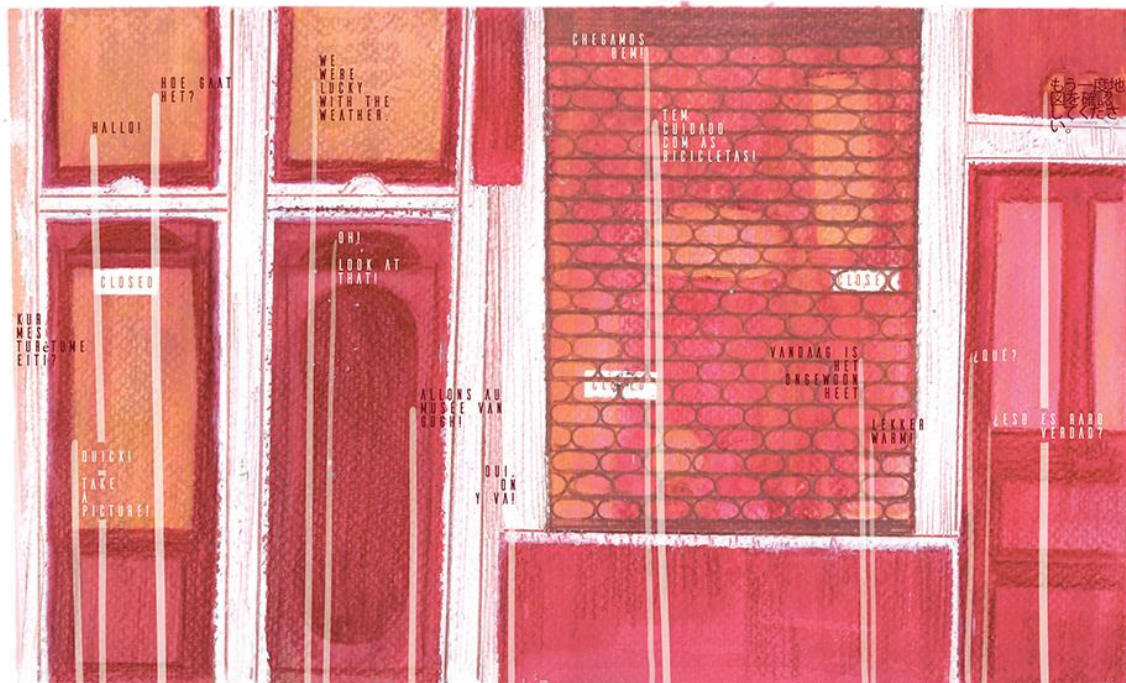
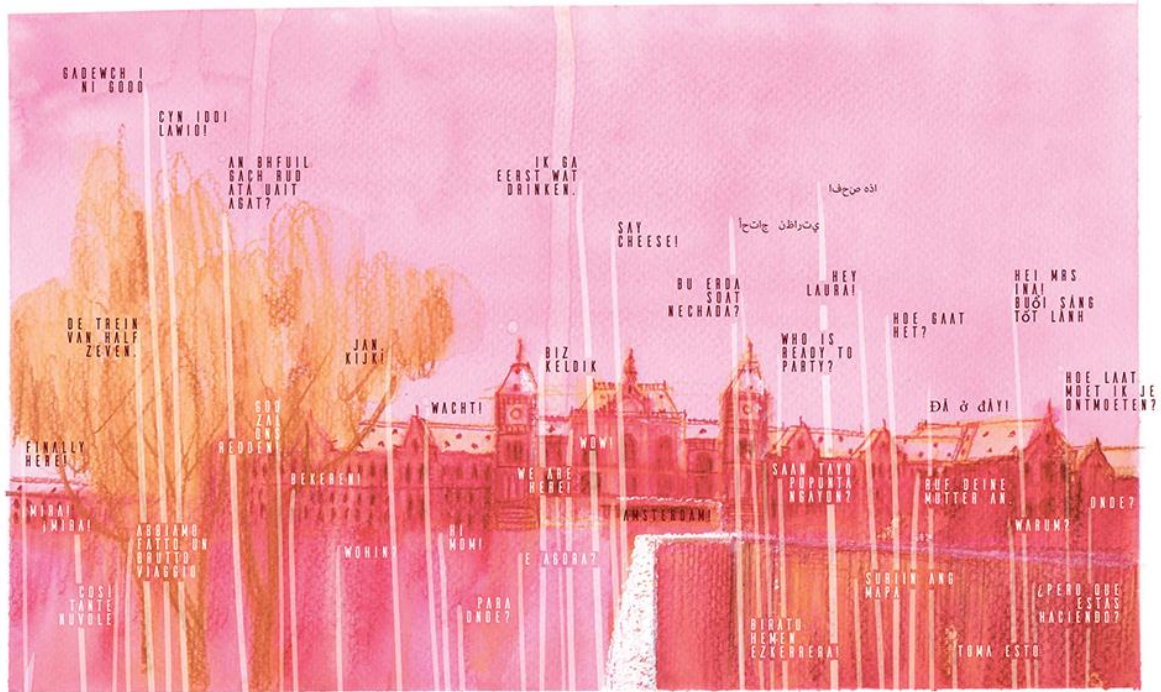
Keywords: City Illustration; Embodiment; Artistic practices; Feminist urban research; Urban imaginary.

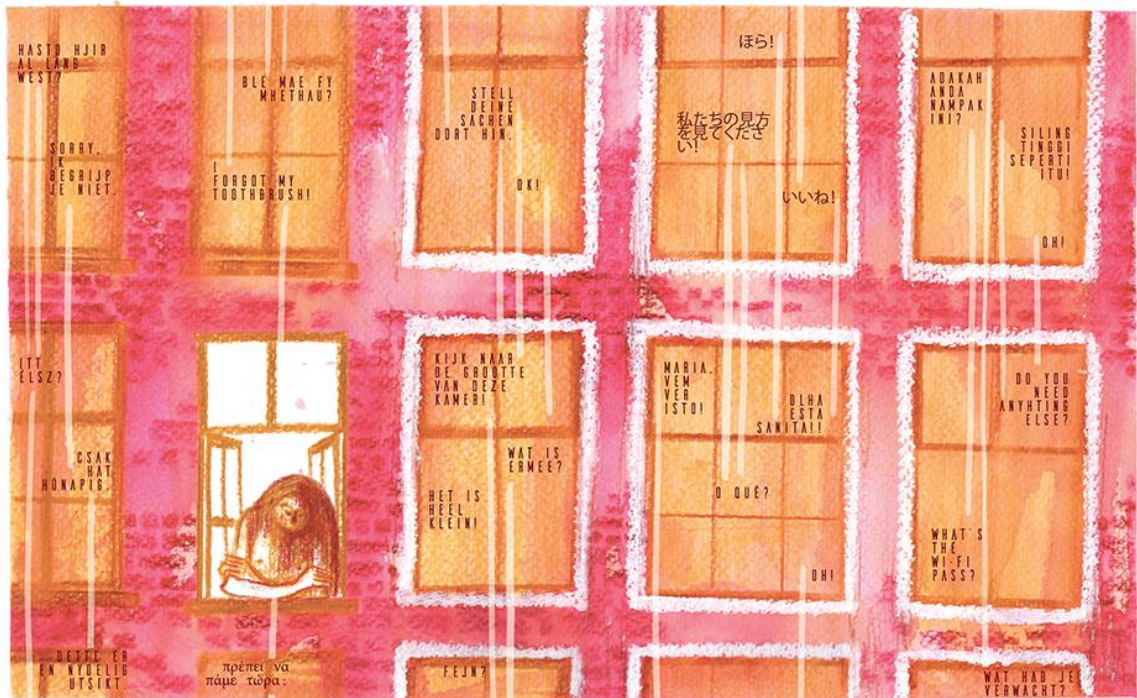
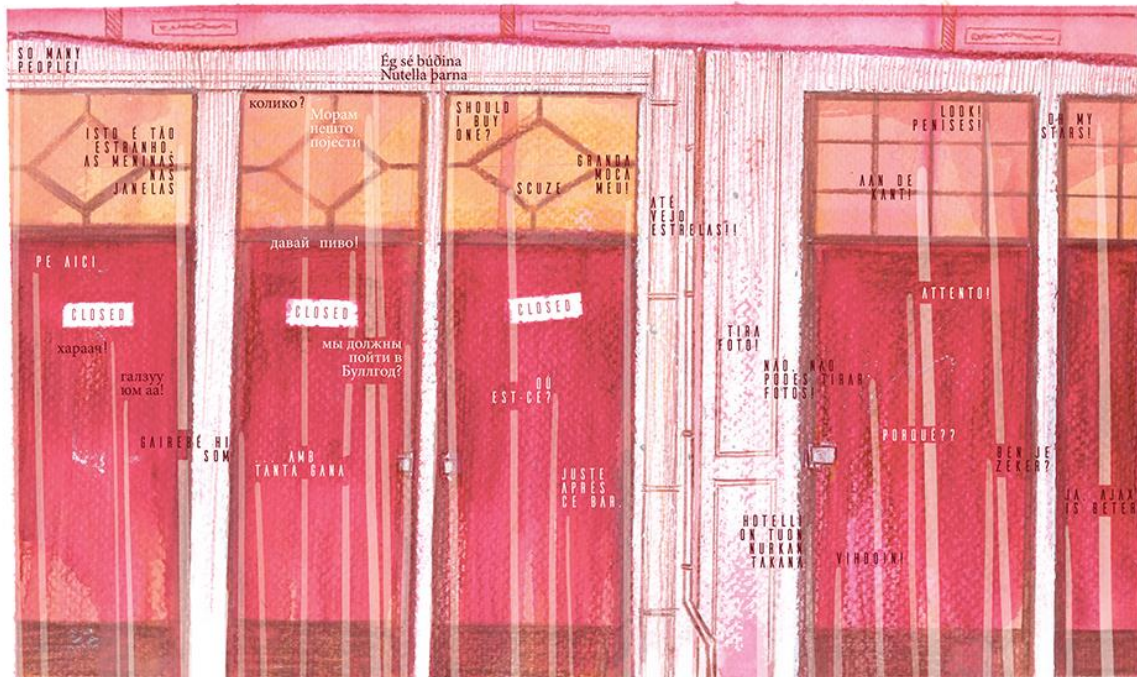
Resumen

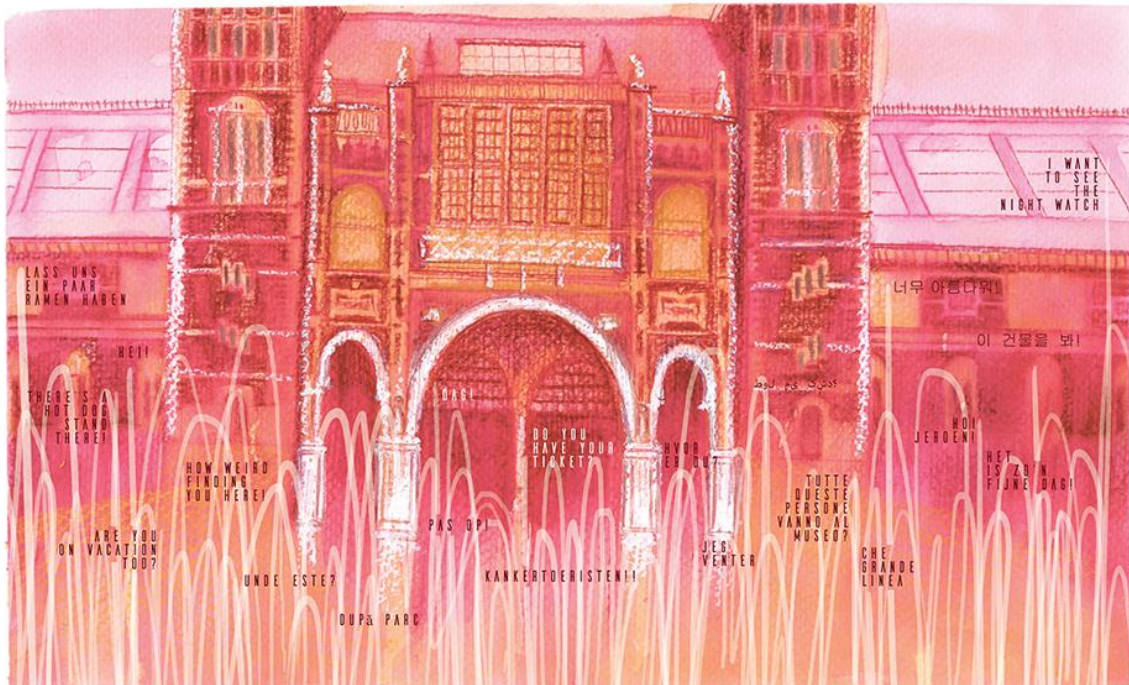
Situaciones Impredecibles: una Reflexión Confinada refleja el impacto de las recientes limitaciones en la práctica de la investigación urbana incorporada presentada en un formato académico no tradicional: la ilustración de la ciudad. Se trata de un recorrido no secuencial que resalta espacios concretos y, sobre todo, espacios emblemáticos de la ciudad de Amsterdam, al mismo tiempo que los confronta con la realidad de la ausencia. Los espacios vacíos se yuxtaponen con conversaciones fantasmas, recuerdos superficiales de mi propia práctica encarnada de caminar, contrastando la superficialidad de la realidad del hacinamiento turístico en la ciudad de Amsterdam con sus sólidos elementos físicos que permanecen incluso sin ella. Dibujar en las calles y aprender de esta interacción con el espacio urbano es una parte importante de mi investigación artística. Sin embargo, la vida cotidiana ha cambiado rápidamente en los últimos meses debido a la aparición y propagación del nuevo coronavirus SARS-CoV-2 en todo el mundo. Mientras estoy confinado detrás de las paredes de mi casa, recurro a estas ilustraciones de la ciudad para reflexionar sobre mi papel como investigador urbano, sobre cómo lidiar con las enfermedades y sobre las implicaciones del confinamiento en la práctica de la investigación artística y incorporada.

Palabras clave: Ilustración de la Ciudad; Incorporación; Práticas artísticas; Investigación Urbana feminista; Imaginación urbana.









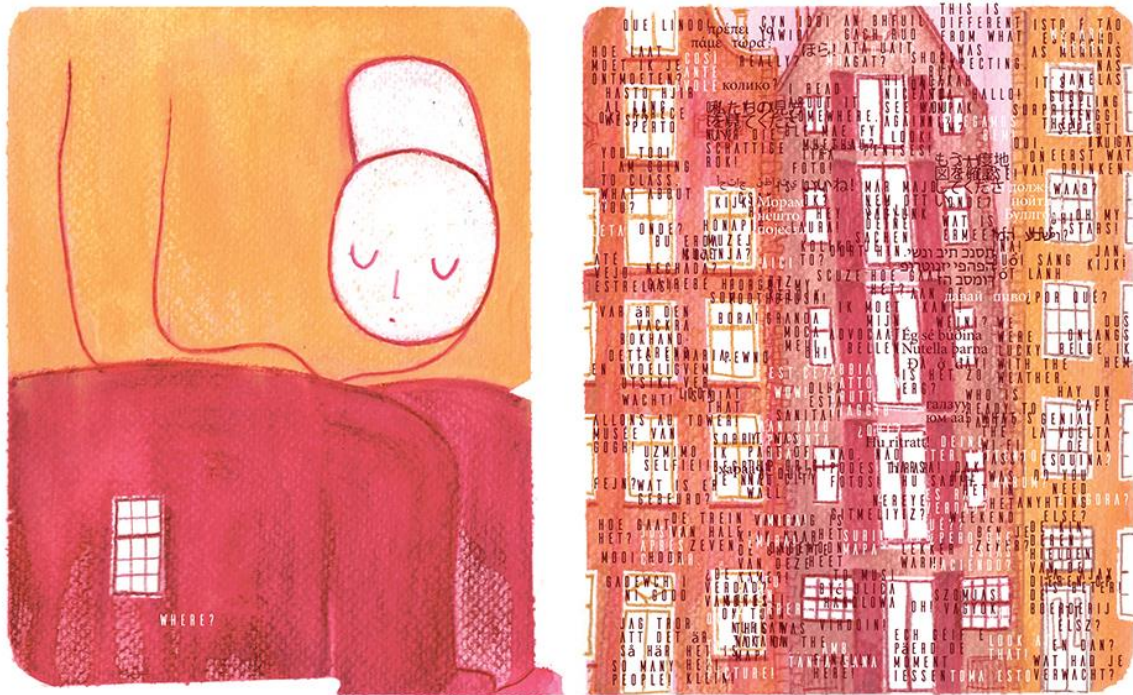




Figure 1-10: The city illustrations depicted in this article are akin to a picturebook based on walking practices in Amsterdam and on the retracing of those memories throughout a pandemic, 2020. Mixed media – borrowing from the medium specificities of picturebooks to create hybrid images where text and illustration are part of the same whole. The techniques used are washes of watery Kuretake watercolor on watercolor paper (Fabriano 300g), CaranD'ache Supracolor II watercolor colored pencils, and finishing on Adobe Photoshop. Amsterdam.

Unforeseeable situations: a confined reflection draws upon the impact of the latest confinement restrictions on urban embodied research practice in a non-traditional academic format: city illustration. Therefore, this article was divided into two different sections: the city illustrations that compose the visual narrative, followed by an introduction to my artistic practice. In this introduction, I will explain the main concepts and motivations behind these pieces of illustration but will not analyse them in full detail. I intend to let the pieces speak for themselves to allow readers to make a free, open-ended interpretation. This introduction will thus start by explaining my overall PhD research and the main concepts from which these illustrations developed¹.

My PhD research investigates how cities have been a vital component of visual storytelling and reportages in illustration that disclose urban space and its everyday practices. I explore the potential of illustration to be an intensive engagement between the illustrator and the city and, simultaneously, to create a discursive space in its lines which reveals the city as a complex entity through alternative and multiple perspectives. By combining theory and praxis, I intend to demonstrate through my artistic practice how the phenomenon of illustrated cities can be found at the intersection between urban experience, place and illustration. My understanding of illustration is reminiscent of Johanna Drucker's use of 'graphical knowledge' as that which relates to or contains graphic elements in order to send a message meaning that the resulting city illustration can graphically emphasize practices taking place in the city's space, reflecting on its mobility, while being an element of mobility itself (Drucker, 2006). Illustrated cities, such as the one presented in this article, are ground-based illustrations of urban settings propelled by the intent to communicate through visual narratives focusing on the purpose of generating meaning and producing qualitative knowledge (Brinkerhoff and McIlwain Nishimura 2019:2; Doyle et al. 2019: xix). Urban illustrators aim to clarify and evoke the subject of the city in an impactful, literal, or even metaphorical way by expressing meaningful content, using different visual signs and compositions.

The particular series of illustrations I am displaying in this article created mid-April 2020 when it was clear to me, as an individual suffering with chronic illness, that the fast progression of the SARS-CoV-2 virus would not allow me to maintain embodied work on the streets of Amsterdam - therefore forcing me to rethink my usual methodologies. This illustrated contribution also reflects a gendered place of the city, as my personal choices as an urban artist tend to be locations that are frequently crowded, where a lone woman may go unnoticed². Drawing in the streets is a subtle activity, but one that also disrupts the normative functions of space, as in turn, it may attract a lot of curiosity. Additionally, the illustrations presented were more than just retraced steps of past walks - they were critically constructed pieces based on sensorial memories. It is understood, in this way, that city illustration can reflect the tension between having been immersed in the city in the past (the performance of movement in urban space), and the remembrance of the mechanisms put in place to build it (memory and illustration). The re-

¹ This research is made possible with the support of FCT, the Portuguese National Funding Agency for Science, Research and Technology.

² For more on questions related to gendered urban space please see Kern (2020); for question related to the role of the woman in comics please see Chute (2010).

enactment of the embodied experience and the retraced path becomes a visual narrative of city activities, exposing its rhythms and the overall movements of its inhabitants.

The performance of my artistic practice can be structured around several characteristics that can be defined by complex dynamics built from traditional binaries (documentary/fiction; time/duration; look/gaze; motion/stillness; body/memory; public/private) - aiming to go beyond them and to allow the transition of the illustrator/walker from observed to observer/researcher. In other words, by defying the traditional binaries, urban illustrators may engage in a myriad of outside interactions and reveal the city's multiplicities. The conditions for my artistic practice in the streets amid a pandemic led me to a place of absence and memory, and consequently one of melancholy, expressed in the pages of the city illustrations I created. Building on this reflection and following the experience of confinement of these last months, I argue that the process of absence is as important as the process of presence in the performance of my urban artistic practice as research, as it reinforces and works on the fringes of performance and documentation, of sensing and of remembering, and of first impact and consequent reflection, not being quite one aspect or the other but somewhere in-between.

My artistic practice as research involves a series of embodied practices in different cities in Europe. The outcomes expressed in solo illustrations, small zines, and sketchbooks that I create as short narratives each revealing one walking performance or urban experiment. The choice of Amsterdam as a case study in this article has two main reasons. The first is practicality. Amsterdam is the city where I currently work and my artistic use of its streets, still fresh in my memory, had to change amidst a pandemic. This is a reflection on those changes. The second reason is the contrast between the processes of everyday life in a city such as Amsterdam. Many city dwellers, such as tourists and commuting workers, found themselves restricted and prevented from travelling freely which completely changed Amsterdam's cityscape and daily-life.

Building on Tim Ingold's (2011) work on the importance of graphic anthropology to understand and describe the world, I argue that drawing is an ability to understand and engage with the urban space in which I find myself in both as an illustrator and as a researcher. Recognizing the complex nature of my artistic practice, I combined different disciplines to engage with both embodied practices and graphical elements. I integrate a methodology loosely based on site-specific practices of walking in the city based on psychogeographical practices developed by authors such as Michel de Certeau (1984), Alison Powell (2018) and Guy Debord's Situationist International (1958[2009]), with the research methodologies of urban sketching (CAMPANARIO, 2012) and comic journalism (ARCHER, 2013; CHUTE, 2016; MICKWITZ, 2016; SACCO, 2012), which capture lived experiences of a non-fictional nature in a graphic drawn element. Through this mixed methodology, the illustrator may also enhance their ability to find their way around the city, as the drawn line is a prevalence that reflects the illustrator's thinking, evidencing a motion where the traces done on a paper surface are information added in real-time (INGOLD 2011, p. 222). By integrating these methodologies, I create a site-specific drawing experience as a performance act - likewise, a reflexive ability to simultaneously learn about the city and generate a critical process through which urban knowledge is

constructed and communicated. These methods aspire to blend my artistic practice as a performer/observer with my documented critical analysis as a researcher, hoping to inspire further experimentation in urban space.

Considering that urban space filled with the diversity of practices composed by the experience of bodies in motion through an ever-changing environment, one can suggest that this experience is a movement full of social and cultural significance (HARVEY, 2014). The rendering of urban space in illustration reveals that the lines of mobility between two spatial elements are full of activity. Space, according to de Certeau (1984, p. 117), is “a practiced place”, composed of the intersections between urban practices and dwellers’ movements, and considered a separate entity from its geographical configuration (place). Therefore, walking and drawing relate as practices in space that can create resistance, appropriation, and interpretation in a geographical place (DE CERTEAU 1984, xiv). Striving “for accuracy within a drawn work’s subjective framework” (SACCO 2012, xi), drawing, and city illustration, can simultaneously cause these lines of space, as defined by de Certeau, and the illustrator’s sensibility to move between reality and imagination while standing on their own.

Walking, and drawing in this sense, becomes a form of agency that allows the formation of affective attachment to space. Walking, or *dérive* as defined by Guy Debord (1958 [2009], p. 77-78), establishes the collection of psychogeographical articulations through the flow of events in the city, and their different units of environment and inhabitance. The drawing up of the practice based on psychogeography establishes walking as a structured activity with set time limits and routes. Occasionally, certain rules might be placed in order to limit the experience to a certain area or focus. However, despite every constraint of walking, drawing still has the freedom to explore. The illustrator might follow the city flow, reject it or even modify it while being immersed in space and retracing these choices on paper. For example, the illustrator walks through the streets watching their steps and surroundings, constantly changing the position of the eyes from the ground to the skies, gathering optical information and if possible, recording that on paper. Original plans may be thwarted by interesting textures, sounds, smells and other strong signals which have intervened in the process of walking, therefore triggering changes in direction and focus. In other words, the illustrator creates a rhythmic succession of movement and pause as something catches their senses while scanning the horizon. Slowing down or speeding up (prolonging the drawing or not) depends on how the senses play out through the city. In this sense, space becomes a sum of movements in the city. In the case of urban illustrators, these methodologies of walking in combination with drawing allow the illustrator to read urban space at a slow pace, to specifically allow the senses to take over and learn from them. The attachment to space created through this engagement is a result of the way the bodily senses mediate the illustrator’s routine activities in space, performed as both observation and documentation. These experiences and sensations are stored not only in the memory of the illustrator who has walked and defined the rhythms of the city, but in their sketchbook as well.

Pedro Salgado (2007, p. 6) suggests:

Seeing is not the same as observing. Scientific exploration/investigation is based on observation. So is drawing. Through a drawing, it is possible to better observe, understand, register, and communicate scientific facts and concepts. For the most part, science reaches those closely involved with it as well as a broader audience using images generated by drawing [...] it intends to tell a story, corresponding to a specific perspective of the model it represents [...] The best scientific illustrations are those that seek to balance these two strands: Art and Science³ (SALGADO, 2007, p. 6).

Understood in this way, both scientific investigation and drawing are acts of intense observation, record, and communication that intend to explore the world and tell its stories. Ingold (2011, p. 222-224) takes a similar stance as Salgado by regarding the practice of drawing as indispensable for the field of ethnography, adding that besides observation, drawing is a crucial ability for ethnographic description. Following these perspectives, I suggest that the inherent ability of the illustrator-researcher to question urban reality allows for a critical, open-ended reflection in a non-totalizing form – a way to think about the world while being in it through various conceptual and material possibilities (COTTER, 2019, p. 12-14). By gathering elements from different disciplines, artistic research questions traditional fields and methodologies of thinking, focusing on alternative processes of thought and experience (DE ASSIS; D'ERRICO, 2020, 1-3). Although still facing several challenges posed by the academic world, the artist as a researcher (not unlike a scientist) seeks to explore the particularities of practiced experiments. The focus on 'thinking by doing' turns research processes into creative acts in a permanent state of uncertainty and flow, blurring boundaries and problematising conventional practices in the fields with which it relates (DE ASSIS; D'ERRICO, 2020, p. 5). With a predominance in empirical experiments and reasoning, artistic practice becomes a scientific paradigm to understand how artists reflect on their surroundings (MUSTAQIM, 2018, p. 56). It aims to rethink artistic practices from within questioning its own creativity processes by looking into and intersecting with other fields of knowledge. This means that by exploring artistic practice, the researcher permeates every level of the research through creativity in hopes of understanding not only their practices, but also the world itself.

As mentioned previously, choices of routes, landscapes and landmarks depicted in the illustrations presented in this article not only influenced by their iconicity or popularity in the city of Amsterdam but also reflect a gendered view and experience of the city based on my artistic practice as research. As Leslie Kern (2020, p. 13) argues: "women still experience the city through a set of barriers - physical, social, economic, and symbolic – that shape their daily lives in ways that

³ Translation from the Portuguese by the author of the article: "Ver não é o mesmo que observar. A exploração/ investigação científica baseia-se na observação. O desenho também. Através do desenho é possível observar melhor, entender, registar e comunicar factos e conceitos da ciência. Por seu lado, a ciência chega aos seus intervenientes e ao grande público através de imagens geradas pelo desenho. [...] Cada desenho científico pretende contar uma história, corresponde a uma perspectiva particular do modelo a representar [...] As melhores ilustrações científicas são as que procuram equilibrar estas duas vertentes. Arte e Ciência" (SALGADO, 2007, p. 6).

are deeply (although not only) gendered". While walking in the city, I observed that the ordinary processes of daily life structured in specific rhythms and activities of which only a few seem to be properly design for women. I have found from my artistic practices' experience that disrupting the traditional notions of womanly activity in certain areas may seem out of the norm and bring about confusion. Ordinary urban practices and movements of city dwellers conform to the structure of the city and its guidelines. However, according to de Certeau (1984, p. xiv), unusual movements, such as walking and drawing, may be active elements of appropriation of the environment that surrounds typical city dwellers, producing a change in the perception of their urban space. This change rarely goes unnoticed.

The act of lingering or drawing in the streets of Amsterdam would sometimes raise suspicion. This would happen, for example, in Kalverstraat, a street currently known for its shopping and touristic activities where intently observing and quickly drawing is looked at as suspicious; or in quieter neighbourhoods where my practices were interpreted as institutional acts (municipality) provoking worry in the inhabitants. When drawing in a group, in sketchcrawls or with the urban sketchers, these questions were simply non-existent. The simple act of me being in the street alone, as a woman illustrator, was not seen as ordinary. My embodied practice and the remembering of that practice has allowed me to reflect on how my identity as a woman dictates the types of choices available to me. This site-specificity becomes a part of my body as a space for interaction with the city, considering my personal experiences are reflected in the movement of drawing. The fact that there are no illustrations at night, or that I have not performed any walking practices during the pandemic but chose to work from memory raises pertinent questions related to my body's security and healthiness, as well as awareness of the role of women in the city. "We anticipate these questions and they shape our mental maps as much as any actual threat" (KERN, 2020, p. 15). This constitutes what Kern (2020, p. 14) argues as the "woman's fear in cities" which disrupts female experience in a city, in conscious or even unconscious ways.

Nonetheless, artistic practice is allowing me to face these unconscious fears as cities can equally become a place where rules can be disrupted, boundaries can be blurred or broken, and new roles can be obtained. According to de Certeau (1984, p. 161), these spatial practices may act as a response to technologies that encourage the disembodiment of everyday life, especially of women. My investigation as illustrator-researcher desires to take on the unknown and unpredictability of the embodied practice in the city as part of the processes of urban understanding. These motivations shape the level of engagement of my drawing practices as I walk through the street and emphasize the process of 'thinking by doing'. A constant response to the environment I find myself in.

Although the act of walking can be outlined in a map by its trajectory, the action stays invisible for those who read it (INGOLD 2002, p. 234; DE CERTEAU 1984, p. 115). However, de Certeau (1984, p. 161-162) suggests that the art of building a route through walking is equivalent to the art of narrative. As such, drawing as artistic research may be an alternative mode of understanding the environment in which the illustrator finds herself in and an act of giving shape to the rhetorics of walking revealing the invisible actions through a visual narrative. Daily life, de

Certeau (1984) suggests, is conceived poetically and mystically, often aided by chance. Those who are on the ground floor, outside of panoptical visibility, are the ones who inhabit space and ordinarily experience urban life creating a metaphorical urban mesh drawn by their embodiment and memory. This implies that the results of this cultural construction will have a symbolic structure in their representation based on the projection of the illustrator's body in urban space. Therefore, by linking the illustrator is moving body in urban space with the gesture of their hands in a paper drawing, an important tool to understand and describe an empirical and phenomenological world i revealed.

Ingold (2011, p. 179) states: 'As a technique of observation, drawing is unrivalled'. Yet, drawing appears to remain overlooked in different disciplines, from anthropology to urban studies, in the connection between observation and description due to its status of unimportance when compared to other renderings of the city especially text, photography, and film. However, considering artistic practice as research as an alternative mode of thinking, I argue that the act of illustration is a process in which the illustrator-researcher uses the practice of drawing to understand the environment in which she finds herself in. The resulting illustrations depict the tension between performance and documentation as processes of engagement with both real and imaginary spaces creating a hybrid discursive space. The results are reflexive pieces that simultaneously allow the artist to learn about the city and to generate critical processes in the illustration through which sensible urban knowledge is constructed and communicated. Through the combined methodology mentioned previously, I am able to blend my artistic practice as an observer/performer with my documented critical analysis as a researcher, hoping to inspire further experimentation in creative urban practices.

It was in my artistic practice, particularly the tensions between performance and documentation amplified by this pandemic, that I found the need to reflect about the presence of the illustrator in the streets, the memory of that event and the importance of absence in the processes of urban documentation through illustration⁴. The awareness of the illustrator in the streets is replicated in the construction of the illustrator's experience through memory in the drawing, no differently from the performance of the whole moving body through the street. According to Ingold (2002, p. 103): memory is more than a mind's storage where information is preserved, it is in fact "an activity situated in the world". Building on Ingold's perception of memory, I state that the memory of embodied practices is also a site-specific activity as important for the reflexivity of my artistic practice as walking and drawing in the street⁵. The act of remembering through illustration preserves the contents of everyday life experience and of drawing *in situ* (on location) and implies the externalization of acquired knowledge into paper. The body, both through embodied experience in the city and through the gesture on paper, becomes the mediator to capture the moment. The question that concerns

4 Such urban experience may resemble Walter Benjamin's concept of *Erlebnis* e *Erfahrung* where the former refers to the lived and witnessed experience focusing on the internal flows of existence, and the later refers to a learning experience in which something fundamental is gained in encounters through the possibilities of communication and construction of collective meaning. Their combination allows for the enrichment of the traditional experience. For more on the two modalities of experience *Erlebnis* e *Erfahrung* present in his seminal essay "The Storyteller: Reflections on the Works of Nikolai Leskov " please see Benjamin (1968[2007]).

5 For more on questions regarding memory and place please see Ingold, 2002.

my artistic practice while in confinement is: what is the meaning of memory and absence for a site-specific methodology? Part of the answer lies in the illustrated space created by the tension between the acts of performance and documentation of the illustrator-researcher caught in the struggle of being in the environment and remembering the environment. Another part lies in the graphic languages used to construct these illustrations as pieces of information that are transmitted and disseminated from the artist's urban experience to others. The illustration becomes in this way not just an object of memory but the practice of memory in which the illustrator retraces her movement through the environment as she gestures these experiences through pencil, watercolour or ink on paper.

Conclusion

In closing, I have shown how artistic practice as research, through city illustration, may raise questions of self-reflexivity as well as create a continuous space for experience and discourse. Particularly in my practice, I found that the processes of being physically embodied in an urban space through the act of walking could not be surpassed by the bodily activity of remembering that same space only with hand gestures in the paper pages of illustrations. The tension between the female movement of the body in the city and the re-enactment of this experience through a visual narrative emphasizes the rhythms and flows (or lack of them) of urban experiences of everyday life. In this sense, the illustrations reflect and question normative urban activities that were taken for granted before this pandemic. Simple activities such as going to a shopping street are, as of this moment, either forbidden or discouraged. The processes in which these illustrations were constructed have shown that absence, through memory, is as important as the process of embodiment in the city, of being present. It rather reflects on different aspects of the urban embodied experience, of critical thought and sensible reflection, and reinforces the importance of the illustrated city created by the tension between performance and documentation as an open-ended and ongoing process.

REFERENCES

- ARCHER, D. *Blog What is comics journalism? 2013*. Disponível em: <http://www.archcomix.com/comics-journalism/>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- BENJAMIN, W. The storyteller: reflections on the works of nikolai leskov. *In: BENJAMIN, W. Illuminations: essays and reflections*. New York, NY: Schocken Books, 1968 [2007].
- BRINKERHOFF, R.; MCLLWAIN NISHIMURA, M. Image and meaning, prehistory - 1500 CE. *In: DOYLE, S.; GROVE, J.; SHERMAN, W. (ed.). History of illustration*. New York, NY: Bloomsbury Publishing, 2019. p. 2-15.
- CAMPANARIO, G. *The art of urban sketching: drawing on location around the world*. Beverly, MA: Quarry Books, 2012.
- CHUTE, H. L. *Graphic women: life narrative and contemporary comics*. New York, NY: Colombia University Press, 2010.

- CHUTE, H. L. *Disaster drawn: visual witness, comics, and documentary form*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016.
- COTTER, L. *Reclaiming artistic research*. Berlin: Hatje Cantz Verlag, 2019. p. 9-23.
- DE ASSIS, P.; D'ERRICO, L. Introduction. In: DE ASSIS, P.; D'ERRICO, L. *Artistic research: charting a field in expansion*. London: Rowman & Littlefield International Ltd, 2019. p. 1-11.
- DE CERTEAU, M. *The practice of everyday life*. London: University of California Press, 1984.
- DEBORD, G. Theory of the Dérive. In: MCDONOUGH, T. (Ed.). *The situationists and the city*. London: Verso, 1958 [2009].
- INGOLD, T. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. New York, NY: Routledge, 2002.
- INGOLD, T. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. New York, NY: Routledge, 2011.
- HARVEY, A. Walking, drawing, indexing: representing bodily experience of landscape. New American Notes Online. 2014. Website. Disponível em: <https://nanocrit.com/issues/issue6/walking-drawing-indexing-representing-bodily-experience-landscape>. Acesso em: 5 jan. 2019.
- KERN, L. *Feminist city: claiming space in a man-made world*. London: Verso, 2020.
- MICKWITZ, N. *Documentary comics*. New York: Palgrave Macmillan US, 2016.
- MUSTAQIM, K. Drawing perform's: an artistic research. *International Journal of Creative and Arts Studies*, v. 5, n. 1, p. 55-66, 29 out. 2018.
- POWELL, A. Alison Powell on data walking. *TMG Journal for Media History*, v. 21, n. 2, p. 146, 1º nov. 2018.
- SACCO, J. *Journalism*. London: Jonathan Cape, 2012.
- SALGADO, P. Um desenho (científico) por uma História (natural). *IMAGINAR: Revista da Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual*, n. 48, p. 6-9, jul. 2007.


A contribuição da análise interseccional e espacial da desigualdade de gênero no município de São Paulo

Contribution of spatial and interseccional analysis of gender inequalities in the city of Sao Paulo

La contribución del análisis interseccional y espacial de las desigualdades de género en la ciudad de São Paulo

Luciana Fukimoto Itikawa, pesquisadora colaboradora do Instituto de Estudos Avançados da USP, pós-doutora pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Membro do Conselho Diretor da Women in Informal Employment Globalizing and Organizing.

E-mail: luciana.itikawa@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9957-7138>

Para citar este artigo: ITIKAWA, L. F. A contribuição da análise interseccional e espacial da desigualdade de gênero no município de São Paulo. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 94-113, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p94-113.

Submissão: 2020-09-03

Aceite: 2021-02-08

Resumo

No Brasil, os indicadores de desigualdade de gênero frequentemente apontam condições desfavoráveis às mulheres no que diz respeito aos rendimentos, tempo no trabalho reprodutivo, divisão sexual do trabalho produtivo etc. No exame dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, incluindo o ODS5,

cruzamentos de classe e raça são pouco explorados. Quando esses indicadores são confrontados e espacializados com outros, tais como trabalho (formal e informal); infraestrutura urbana (tempo de deslocamento, condições habitacionais etc.); violências (racismo, feminicídio e demais violências contra a mulher); bem como indicadores da Covid-19, é possível avaliar que a variável localização é determinante na identificação de como e onde estão as mulheres mais afetadas pelas desigualdades de gênero. Os mapas podem contribuir na revisão da literatura sobre interseccionalidade na medida em que identificam que as desigualdades de gênero são mais ou menos intensas e concentradas no território quando sobrepomos as demais vulnerabilidades sociais. O objetivo é que essa abordagem conjugada possa dar subsídio para políticas públicas mais inclusivas e precisas espacialmente. Foram utilizadas as últimas bases de dados espacializáveis municipal, estadual e federal.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Gênero; Geoprocessamento; Segregação; Desigualdade.

Abstract

In Brazil, indicators of gender inequality are often shown to be unfavorable to women with regard to income, time in reproductive work, sexual division of productive labor etc. In examining the 17 UN Sustainable Development Goals (SDGs), including SDG 5, class and race are little explored. When these indicators are compared and spacialized with others, such as labor (formal and informal); urban infrastructure (travel time, housing conditions etc.); violence (racism, femicide and other violence against women); as well as even COVID-19 indicators, it is possible to assess that location variable is crucial in identifying how and where the women are most affected by gender inequalities. Spatial analysis can contribute to the approach of the literature on intersectionality as it identifies that gender inequalities are more or less intense and concentrated throughout the territory when we overlap other social vulnerabilities. The goal of this approach is to provide support for more inclusive and spatially accurate public policies. The latest municipal, state and federal spatializable databases were used.

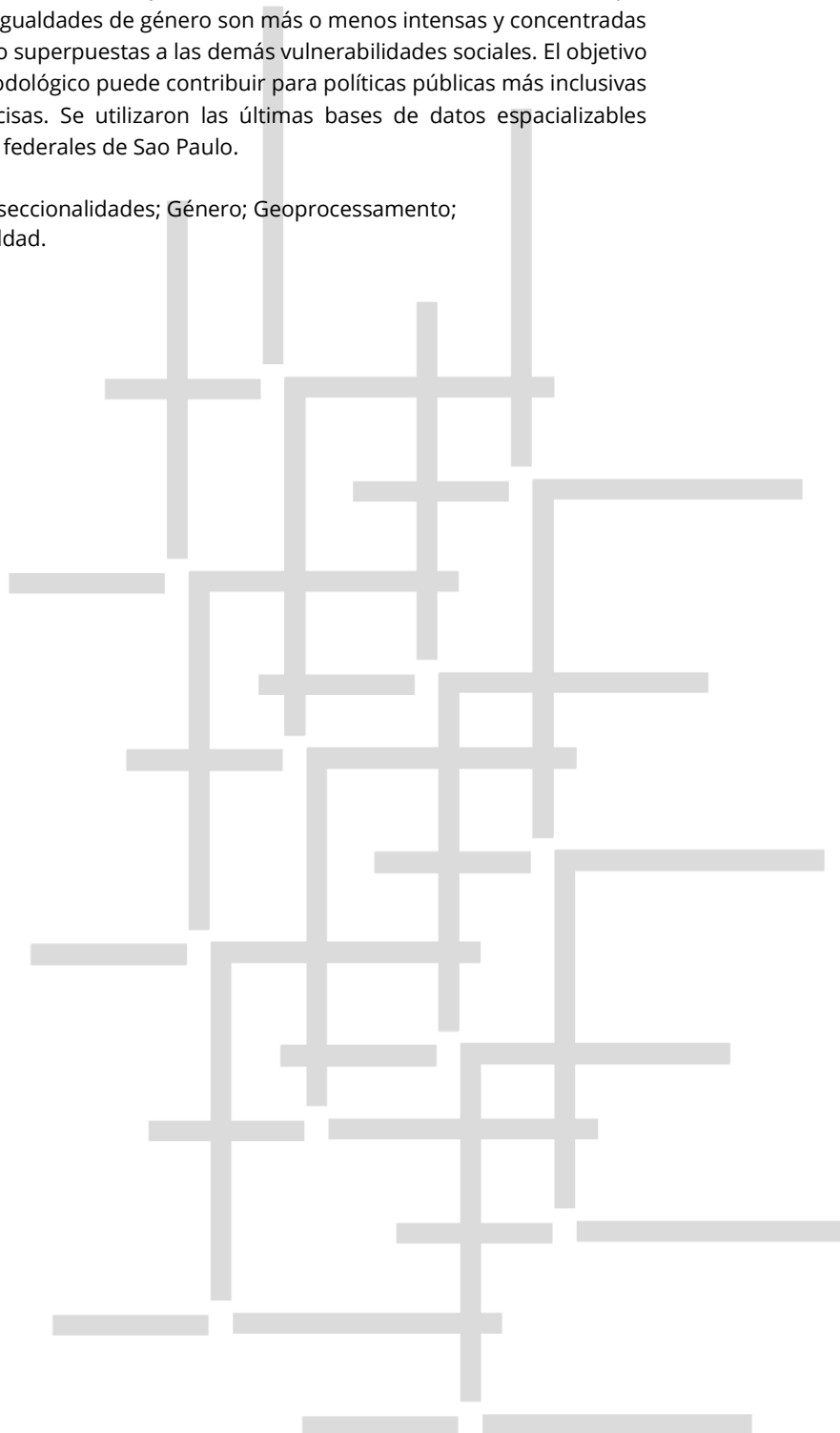
Keywords: Interseccionalidade; Gender; Geospatial data processing; Segregation; Inequality.

Resumen

En Brasil, los indicadores de desigualdad de género a menudo se presentan como desfavorables para las mujeres en términos de ingresos, tiempo en el trabajo reproductivo, división sexual del productivo, etc. Al examinar los 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la ONU, incluso el ODS 5, clases y razas son poco exploradas. Cuando se comparan e espacializan estos indicadores, con otros como trabajo (formal y informal), infraestructura (tiempo de viaje, vivienda, etc.), violencia (racismo y otras violencias contra las mujeres), así como los casos y muertes por Covid-19, es posible evaluar que la variable ubicación es crucial en la identificación de cómo

y dónde están las mujeres más afectadas por las desigualdades de género. El análisis espacial puede contribuir al abordaje de la interseccionalidad en la medida en que identifica que las desigualdades de género son más o menos intensas y concentradas en el territorio cuando superpuestas a las demás vulnerabilidades sociales. El objetivo de este enfoque metodológico puede contribuir para políticas públicas más inclusivas y espacialmente precisas. Se utilizaron las últimas bases de datos espacializables municipal, estatales y federales de Sao Paulo.

Palabras clave: Interseccionalidades; Género; Geoprocessamento; Segregación; Desigualdad.



INTRODUÇÃO

Dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU, aquele que menciona igualdade de gênero, o ODS 5, é genérico quanto aos diferentes impactos quando cruzamos classe, raça e as demais opressões quanto à orientação sexual, à religião etc. Tal sobreposição desses e outros fatores é sentida como acúmulo e não somente como elementos de diferenciação separadamente. A seguir, apresentamos brevemente o debate sobre interseccionalidade dos estudos feministas e como isso pode ser demonstrado espacialmente.

No Brasil e no mundo, os indicadores de desigualdade de gênero são apresentados frequentemente desfavoráveis às mulheres no que diz respeito aos rendimentos, acesso aos recursos e oportunidades, entre outros. Entretanto, essas desigualdades se expressam diferentemente no território.

Quando esses indicadores são confrontados com outros, como trabalho (formal e informal), infraestrutura urbana (tempo de deslocamento, condições habitacionais etc.), violências (racismo e violências contra a mulher) e até os de casos e óbitos por Covid-19, é possível avaliar que a variável localização é determinante para a identificação de como e onde estão as mulheres mais afetadas pelas desigualdades de gênero.

O objetivo da espacialização das desigualdades de gênero, além de servir como referência para formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, é ser uma ferramenta de consulta, reivindicação e *advocacy* de movimentos organizados de mulheres e de direitos humanos. Uma vez que não se trata de uma matéria pertinente somente ao Poder Público, o acesso democrático aos dados também pode impulsionar a chamada à responsabilidade de instituições privadas no compromisso com a equidade de gênero.

Para trazer à tona as subordinações, opressões e explorações das mulheres no espaço, foi necessária a revisão da literatura e o mapeamento de alguns indicadores de gênero. O primeiro conjunto de indicadores são os que mostram a desigualdade de gênero no trabalho reprodutivo doméstico. Os demais nove indicadores são: socioeconômicos, raciais, urbanos, de trabalho, violência e saúde, que estão espacializados em mapas a partir dos últimos anos das últimas bases de dados territorializáveis. Para esta pesquisa, foram utilizados no Município de São Paulo as bases municipal, estadual e federal anuais e decenais.

Em uma avaliação preliminar dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre as mulheres por meio da espacialização dos dados mais recentes e dos indicadores em números relativos, observa-se que, não por acaso, mulheres que vivem em domicílios com mais de seis moradores são as mais afetadas e estão nos distritos com assentamentos precários. Por esse motivo, não são as mulheres de todos os territórios que vivenciam da mesma forma as crises política e econômica, que já vinham se intensificando antes da pandemia.

A análise espacial pode contribuir na abordagem da literatura sobre interseccionalidade na medida em que identifica que as desigualdades de gênero são mais ou menos intensas e concentradas no território quando sobrepomos às demais vulnerabilidades sociais.

A contribuição da análise espacial sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) foram criados pelos países no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, para adotarem a Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável. Os objetivos dos 17 ODSs são: acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas. A compreensão de que os impactos ambientais não podem estar desassociados dos indicadores de pobreza e desigualdade é um grande avanço na articulação e ação globais para enfrentá-los simultaneamente.

Os objetivos do ODS 5, por sua vez, são alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas a partir de nove tópicos: 1) discriminação; 2) violências contra a mulher; 3) práticas nocivas contra a mulher; 4) trabalho de assistência e doméstico não remunerados; 5) participação plena, efetiva e liderança na vida política, econômica e pública; 6) acesso universal à saúde sexual e reprodutiva; 7) equidade no acesso aos recursos econômicos, naturais, políticos e à terra; 8) acesso às tecnologias de informação e comunicação; 9) políticas públicas para empoderamento de mulheres em todos os níveis.

A Agenda 2030, e particularmente o ODS5, ao colocar a questão da desigualdade de gênero como elemento importante a ser enfrentado na concertação global e local de governos, mercados e comunidades, entretanto, recebeu críticas por algumas feministas do Sul Global por, pelo menos, duas razões: 1) por não verem desafiadas nessas agendas as relações de poder em nível local e global; 2) por terem falhado desde sua implementação ao ancorarem-se no feminismo liberal, que coloca a equidade de gênero no âmbito do crescimento econômico (ESQUIVEL, 2016; STRUCKMANN, 2017).

Segundo esses questionamentos, seria necessário reconhecer que a desigualdade de gênero está lastreada nas dimensões do patriarcalismo, racismo e neoliberalismo. Tal agenda de equidade de gênero não seria alcançada enquanto cultural e economicamente essas relações de poder se mantiverem intactas. Seria necessário evidenciar que nos fatores para a discriminação, além de gênero, também estão raça, etnia, classe, nacionalidade, orientação sexual, religião etc. É como se as políticas públicas e corporativas não endereçassem os vários vetores das relações de subordinação, opressão e exploração. A revisão da literatura sobre esse debate está a seguir.

A variável localização seria, portanto, um recurso para evidenciar que as desigualdades territoriais não se fundamentam apenas, segundo o ODS 5, na discriminação, subordinação e exclusão por gênero de forma geral sobre todas as

mulheres e uniforme no território. Por exemplo, se esta mulher for negra em trabalhos informais precários, ou sofre violência doméstica e respectivo abalo psicológico, ela teria, portanto, condições diferentes para “fortalecer-se”.

A literatura sobre segregação socioespacial, em especial no município de São Paulo, tem evoluído muito na superação da lógica dualista e binária entre centro e periferia; ou gradativa, marcada pelos modelos dos anéis consecutivos até o final da década de 1990 (CAMARGO *et al.*, 1976; PASTERNAK, 2002). Tal literatura seria depois revisada não somente porque percebeu descontinuidades nessas oposições e gradações, quanto pelo fato de que a desigualdade poderia acontecer na escala intraurbana, com a leitura pormenorizada dos setores censitários e pela existência de outros centros de inclusão no meio leste de São Paulo (BÓGUS; PASTERNAK, 2015; MARQUES, 2014). O estado da arte na segunda década do século XXI mostra novos padrões urbano-demográficos, a partir da junção de indicadores ambientais, sanitários, criminais, habitacionais e de mobilidade que se manifestam em espalhamentos, congelamentos e adensamentos diferentes entre os setores censitários (NERY; SOUZA; ADORNO, 2019). Na análise feita neste artigo, a partir dos resultados dos mapas a seguir, veremos como essas interpretações mais recentes ajudam na compreensão sobre as interseccionalidades. Por essa razão, os mapas reúnem indicadores que, se analisados conjuntamente, mostram que mulheres em determinados territórios no município de São Paulo sofrem sobreposição e acúmulo de vulnerabilidades, precariedades e violências. Assim, tais mulheres teriam desiguais condições para galgar cargos de liderança, serem respeitadas nas suas identidades ou terem acesso equânime aos recursos.

O debate sobre interseccionalidade e as desigualdades territoriais de gênero

O debate sobre interseccionalidade, ou seja, a compreensão de que a desigualdade e discriminação por gênero teriam que incluir as demais opressões, não por acaso, foi provocado sobretudo pelas feministas negras dos continentes americano e africano (DAVIS, 2016; ADICHIE, 2017). As variáveis raça e classe seriam determinantes porque as nuances de opressão, a lógica punitivista, o controle dos corpos, a divisão racial do trabalho e a desumanização da mulher seriam desproporcionalmente mais intensos sobre negras e negros.

O feminismo negro, portanto, reivindica que a luta feminista não seja somente para promoção da equidade de gênero, como também quer direcionar todas as formas de controle hegemônico que regulam estereótipos, conformidades e legitimações. Essa interpretação pretende romper não só com os padrões de feminilidade, correção e aceitação de mulheres, como também com as hierarquias, tutelas e subordinações de classe e raça. Conceitos como imagens de controle definido por Collins (2019) e desvalorização continuada de Hooks (2014) apontariam que são as mulheres negras as maiores vítimas da construção de narrativas persistentes de naturalização das conformidades e legimidades sobre o que é belo, permitido e aceitável. O debate da interseccionalidade de gênero, raça e classe evidenciou que a equidade não chegou às negras, malgrado os avanços e conquistas das mulheres nos séculos XX e XXI.

Da literatura internacional, o feminismo marxista, que absorveu parte também do feminismo negro, tem colocado no centro, além do problema secular da diferença de rendimentos entre homens e mulheres, a persistência da divisão sexual do trabalho produtivo e a permanência da construção social da afetividade no trabalho feminino. O neoliberalismo sustentaria não só a precarização e exploração capitalista da mais-valia sobre os trabalhadores, como também os padrões patriarcais mascarariam que a reprodução da força de trabalho estaria apoiada sobre o trabalho reprodutivo feminino não remunerado, sem o qual o produtivo não existiria (FEDERICI, 2019; OXFAM, 2019).

A contribuição fundamental da literatura brasileira sobre as desigualdades de gênero tem como importante marco referencial Jesus (1958) e sua clareza sobre as hierarquias de raça com efeitos sobre educação, segurança na posse, qualidade da habitação e do trabalho etc. Ainda no final da ditadura, Saffioti (1981) trouxe aporte nas abordagens de classe e sobre o patriarcado, documentando as violências contra a mulher, bem como Gonzalez (1982) demonstrou que o negro, e especificamente a mulher negra, não se beneficiaram do crescimento econômico na década de 1970 e continuaram em trabalhos mais precarizados.

Recentemente, teríamos uma nova geração do feminismo negro que denuncia a ausência da raça na literatura e no debate feminista brasileiro. Pior: seria alvo ainda do menosprezo do feminismo branco ao reduzir a questão da raça como uma questão identitária, sem considerar o racismo estrutural. O feminismo branco, para as autoras negras, ao desconhecer as realidades vividas, excluir referências da literatura negra e menosprezar negras e negros nos processos participativos, manteria compulsoriamente à margem essa população da construção do conhecimento e até dos projetos urbanos (FRANCO; FRANCISCO; TAVARES, 2019; RIBEIRO, 2017).

Metodologia

Este artigo optou pela combinação entre revisão da literatura e estudo de caso do município de São Paulo. A revisão teórica da literatura sobre interseccionalidade e segregação socioespacial abrangeu especificamente o período de 52 anos. O primeiro conjunto de dados de desigualdade de gênero é sobre diferença de tempo na divisão sexual do trabalho reprodutivo, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (Pnad) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os demais nove conjuntos selecionados estão expostos nos mapas a seguir: indicadores socioeconômicos, raciais, urbanos, trabalho formal e informal, violência contra a mulher, racismo/injúria racial, saúde (casos e óbitos por Covid-19). O método para espacialização dos dados abertos públicos é a junção tabular de textos delimitados com edição das camadas vetoriais em *software* aberto QGIS. Em todos os indicadores selecionados foram utilizadas as últimas fontes de dados abertos nacionais que são espacializáveis, a seguir:

- 1) Para os dados socioeconômicos, urbanos e raciais foi utilizado o Censo Universo decenal de 2010 do IBGE. Como é a última base de dados com melhor nível de detalhamento intraurbano, por utilizar os setores censitários,

com menor perímetro de dados agregados, possibilita um grau de precisão melhor para avaliar as desigualdades territoriais.

- 2) O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) é extraído a partir dos dados dos censos decenais do IBGE, a partir da reunião de uma cesta de indicadores pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).
- 3) Os assentamentos precários – loteamentos precários, favelas e cortiços, são transcritos a partir dos perímetros cadastrados pela Secretaria de Habitação (Sehab) em 2015. Alguns dos equipamentos de violência contra a mulher também foram extraídos do Portal Geosampa da Prefeitura de São Paulo. Os demais equipamentos do Governo do Estado foram geocodificados no Google Maps.
- 4) Os microdados do trabalho formal foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) Estabelecimentos e Vínculos do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de 2017. Para o trabalho informal de mulheres foram extraídos os microdados da última Pesquisa Origem e Destino do Metrô de São Paulo (OD/Metrô). Ambos são de 2017 para comparação dos dois indicadores para o mesmo ano.
- 5) As violências de racismo/ injúria racial e os cinco tipos de violência contra a mulher, definidos pela Lei Maria da Penha (física, moral, psicológica, sexual e patrimonial), são provenientes dos registros de violência nas delegacias da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) em 2019 e 2020 (janeiro a abril).
- 6) Os dados de saúde de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e óbitos por Covid-19 foram extraídos da base de dados, até junho de 2020, da Coordenação de Epidemiologia e Informação (CEInfo) da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS-PMSP).

Análise dos Resultados

Figura 1: Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo, ano e situação da ocupação

sexo		2016	2017	2018	2019		
Total		16,7	16,5	16,8	16,8		
Homens		11,0	10,8	10,9	11,0		
Mulheres		20,9	20,9	21,3	21,4		
sexo	situação ocupação	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total		16,8	16,3	17,1	17,3	16,2	14,8
Homens	total	11	11,2	10,5	11,3	11,4	9,7
Mulheres	total	21,4	20,6	21,8	22,1	20,2	19
Homens	ocupados	10,4	10,8	10	10,7	10,7	9,3
Mulheres	ocupadas	18,5	18,4	19,1	18,8	17,7	16,8
Homens	não ocupados	12,1	12,1	11,1	12,6	13,2	10,9
Mulheres	não ocupadas	24,0	22,2	23,6	25,4	22,9	21,4

Figura 1: A tabela acima mostra a divisão sexual no trabalho reprodutivo doméstico. Os dados evidenciam que a mulher gasta o dobro do tempo em relação aos homens, mesmo entre os não ocupados, em toda a série histórica. Em relação às regiões do Brasil, o Sudeste se destaca com o maior índice.

Em relação aos mapas da Figura 2, foram selecionados apenas dois indicadores socioeconômicos: renda domiciliar mensal em domicílios particulares do Censo Universo 2010 IBGE e o IPVS 2010 Seade. O IPVS mede a vulnerabilidade social a partir dos seguintes indicadores: a) socioeconômica: renda domiciliar *per capita*, rendimento médio da mulher responsável pelo domicílio, porcentagem de domicílios com renda domiciliar *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (SM) e até $\frac{1}{4}$ SM, % de pessoas responsáveis pelo domicílio alfabetizadas; b) demográfica: % de pessoas responsáveis de 10 a 29 anos; % de mulheres responsáveis de 10 a 29 anos; idade média das pessoas responsáveis, % de crianças de 0 a 5 anos de idade. A gradação da vulnerabilidade social é dividida em seis grupos: 1) baixíssima; 2) muito baixa; 3) baixa; 4) média; 5) alta; 6) muito alta.

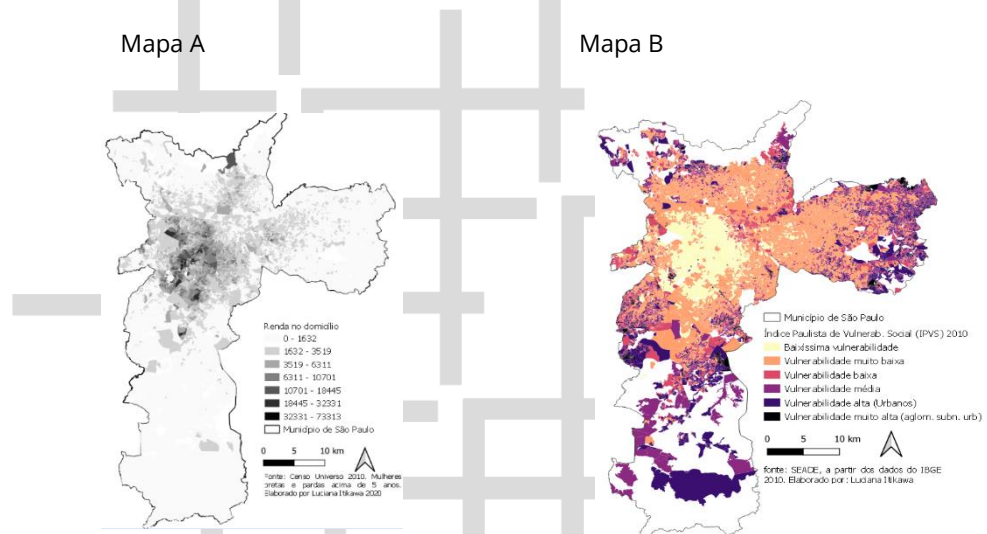
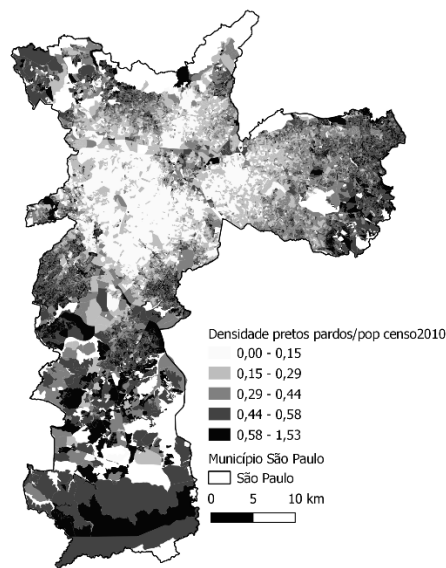


Figura 2: Indicadores socioeconômicos. Mapa A: Rendimentos nominais mensais domiciliares por setores censitários. Fonte: Censo Universo 2010, IBGE. Mapa B: IPVS 2010. Fonte: Seade (2010).

O Mapa A demonstra que as maiores rendas não estão somente concentradas no quadrante sudoeste, como também em alguns perímetros do extremo nordeste e sul, revelando as discontinuidades citadas anteriormente. O Mapa B com o IPVS, além de integrar os dados de gênero como marcadores de vulnerabilidade social, mostra que alguns dos perímetros de alta renda na periferia assinalados anteriormente são vizinhos daqueles com os índices de vulnerabilidade alta ou muito alta. Chama a atenção o fato de que porções da área central tenham pessoas de baixa renda e vulnerabilidade alta. Esses últimos coincidirão com a localização de pretas e pardas, de assentamentos precários e casos de violência contra a mulher, racismo e Covid-19 nos próximos mapas.

O conjunto de indicadores da Figura 3 mostra a localização de domicílios de pretos e pardos, a partir do recorte do total da população preta e parda dividido pela população total em cada setor censitário, ou seja, densidade populacional de pretos e pardos.

Mapa C



Mapa D

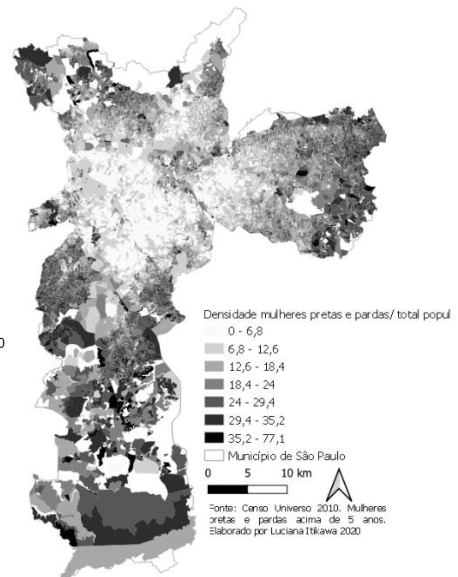


Figura 3: Mapas com indicadores raciais. Mapa C: Densidade de homens e mulheres pretos e pardos. Mapa D: Densidade de mulheres pretas e pardas. Fonte: Censo Universo 2010, IBGE.

Quando reunimos toda a população preta e parda (Mapa C), ou somente as mulheres pretas e pardas (Mapa D), vemos que não há diferenciação entre homens e mulheres quanto à concentração nas periferias e em algumas porções da área central, demonstrando uma fortíssima segregação socioespacial por raça. Entretanto, a localização periférica e central dos negros não é regra quando fazemos o recorte trabalho formal e escolaridade, conforme veremos a seguir.

A Figura 4 apresenta três mapas com indicadores urbanos: o Mapa E, as localizações de domicílios em assentamentos precários: loteamentos irregulares, favelas e cortiços do Geosampa 2015. O Mapa F, os domicílios com mais de seis moradores chefiados por mulheres, por setores censitários do IBGE 2010. O Mapa G, tempo de deslocamento entre casa e trabalho de mulheres por conta própria, uma das categorias de maior participação no trabalho informal do IBGE.

Mapa E

Mapa F

Mapa G

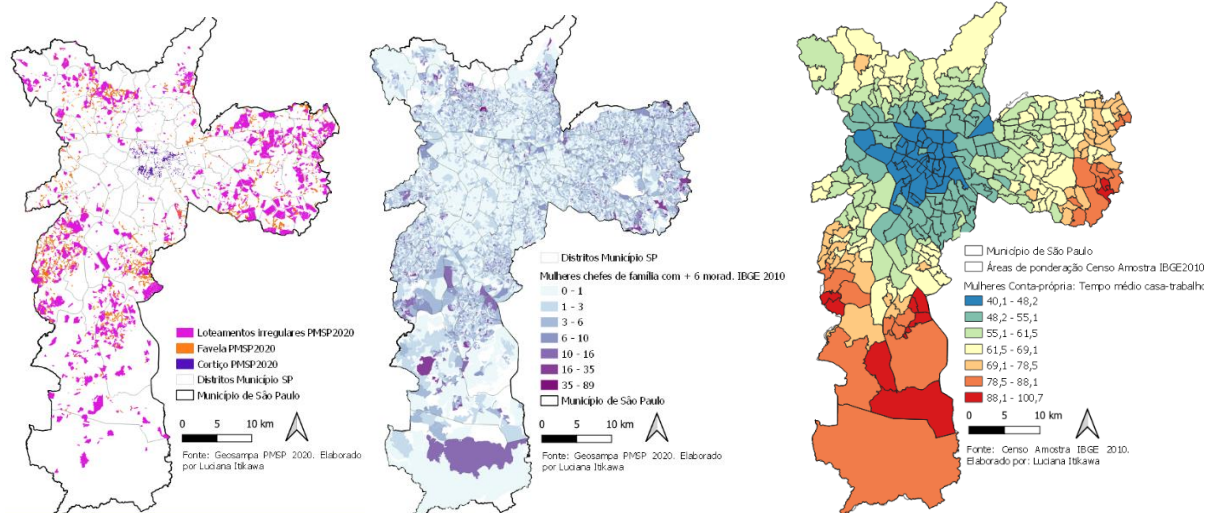
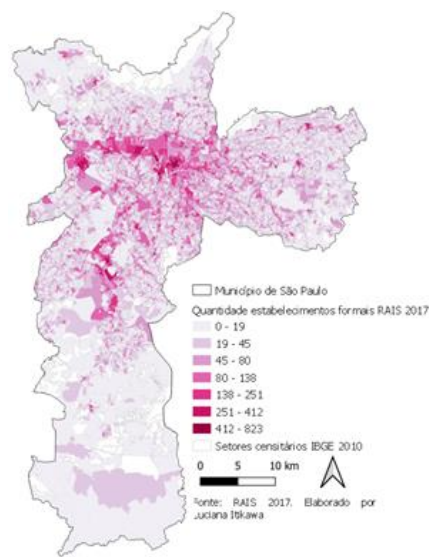


Figura 4: Mapas com indicadores urbanos. Mapa E: Localização de assentamentos precários: loteamentos irregulares (rosa), cortiços (azul) e favelas (laranja). Fonte: Geosampa (2015); Mapa F: Mulheres chefes de família em domicílios com mais de seis moradores (por setores censitários). Fonte: IBGE (2010); Mapa G: Tempo de deslocamento (em minutos) de mulheres trabalhadoras por conta própria (em áreas de ponderação). Fonte: IBGE (2010).

Os mapas com indicadores urbanos, assentamentos precários, adensamento habitacional com chefia de família feminina e tempo de deslocamento de trabalhadoras por conta própria demonstram que as mulheres que vivem nas porções centrais, em condições habitacionais precárias (tipo e adensamento populacional), mesmo sendo trabalhadoras por conta própria, ainda assim diferem das mulheres com as mesmas características na periferia, em termos do tempo que gastam de deslocamento entre casa e trabalho. Nesse caso, a localização aqui é determinante quando se trata do tempo que sobra para estas últimas no trabalho reprodutivo doméstico.

A Figura 5 mostra o Mapa H, com a localização dos estabelecimentos formais e o Mapa I, com a localização dos empregos formais, ambos espacializados por setores censitários, a partir das informações da Rais de 2017 para efeito de comparação com o trabalho informal a seguir.

Mapa H



Mapa I

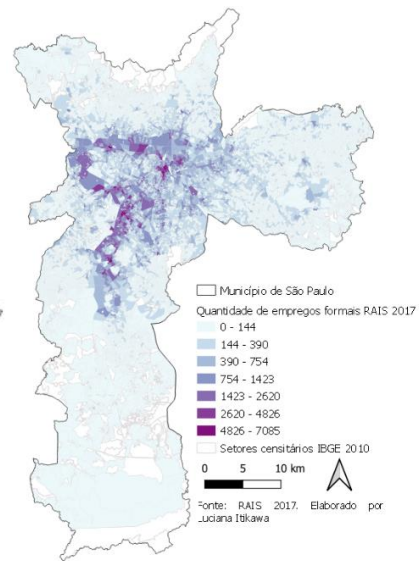
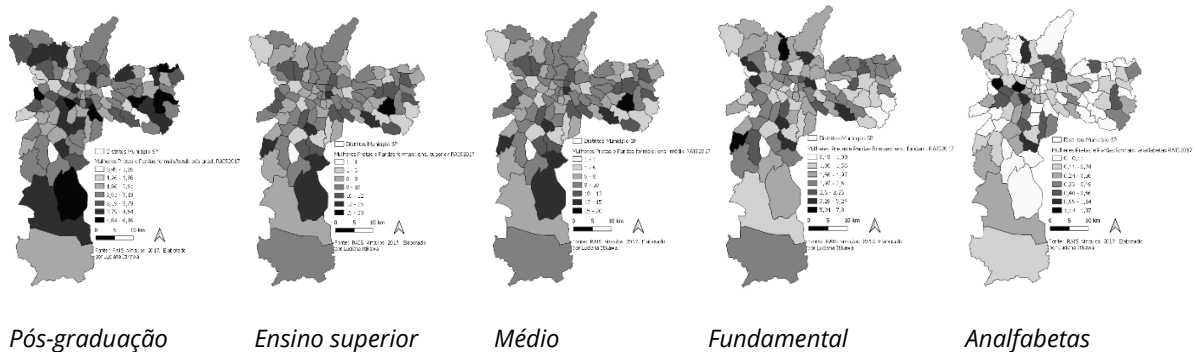


Figura 5: Mapas com indicadores de trabalho formal. Mapa H: Localização dos estabelecimentos de trabalho formal por setores censitários. Mapa I: Localização dos empregos formais por setores censitários. Fonte: Rais 2017 (MTE).

Os Mapas H e I, apesar da sutil diferença em intensidade na concentração do número de estabelecimentos formais, no primeiro, e no número de vínculos de empregos formais, no segundo, *grosso modo*, mostram a importante participação nas porções dos territórios no centro expandido, vetor sudeste, leste e ao longo das marginais Tietê e Pinheiros. A sutil diferença entre as localizações de estabelecimentos e empregos está na concentração em maior número para o último no quadrante sudoeste. Considerando que as maiores concentrações de mulheres negras estão em alguns distritos do centro e nas periferias noroeste, leste e sul, a localização dos domicílios das trabalhadoras formais negras em distritos periféricos prova que estas são as mais afetadas em relação ao maior tempo de deslocamento casa-trabalho.

A Figura 6 mostra a localização dos domicílios das mulheres trabalhadoras formais, extraídas segundo sua escolaridade e separada aqui por raça, da Rais Vínculos 2017. Os dados foram agregados por distritos porque essa é a única informação de localização disponível para esta fonte.

Conjunto de mapas J: trabalhadoras formais pretas e pardas, segundo grau de escolaridade.



Conjunto de Mapas K: trabalhadoras formais brancas, segundo grau de escolaridade

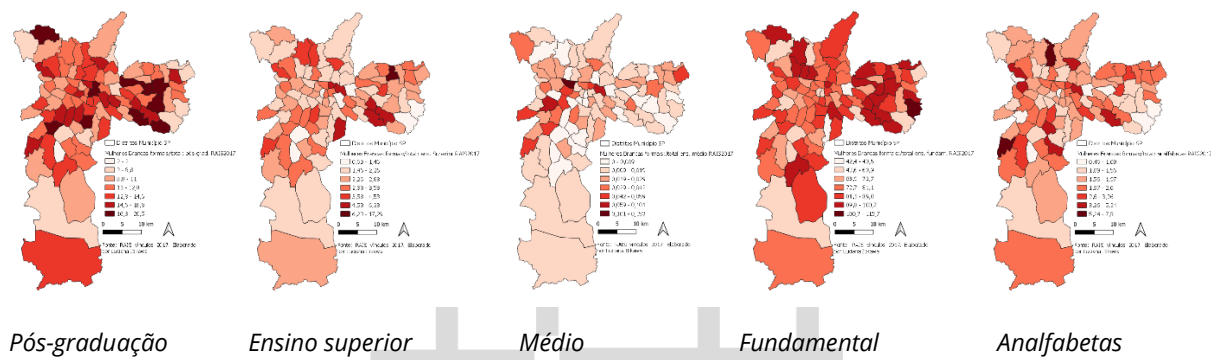
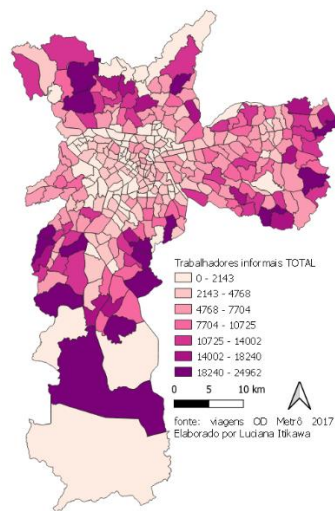


Figura 6: Mapas com indicadores de trabalho formal. Conjunto de Mapas J: Trabalhadoras Formais pretas e pardas segundo escolaridade. Conjunto de Mapas K: trabalhadoras formais brancas segundo escolaridade. Fonte: RAIS Vínculos 2017 MTE.

O conjunto de mapas na Figura 6 mostra, da esquerda para a direita, o grau de escolaridade das pessoas com pós-graduação até as analfabetas. O conjunto de Mapas J mostra a localização dos domicílios das trabalhadoras formais pretas e pardas. O conjunto de Mapas K mostra a localização dos domicílios das trabalhadoras formais brancas. É possível notar que as trabalhadoras formais pretas e pardas que possuem grau de escolaridade com pós-graduação e ensino superior convivem ou são vizinhas de alguns dos mesmos distritos que os domicílios de brancas. Isso pode estar relacionado ao fato de que emprego formal e escolaridade são fatores de inclusão social por possibilitarem arcar com os custos da terra mais altos nos distritos de maior renda.

A Figura 7 mostra a localização dos domicílios dos trabalhadores informais da pesquisa OD/Metrô 2017, segundo os perímetros das zonas OD. Com os microdados foi possível fazer os recortes de trabalho informal e gênero. Infelizmente, a OD/Metrô não possui recorte de raça.

Mapa L



Mapa M

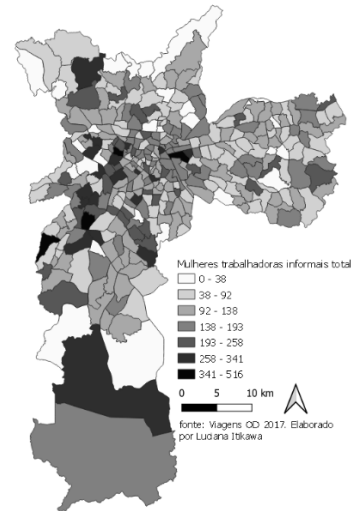


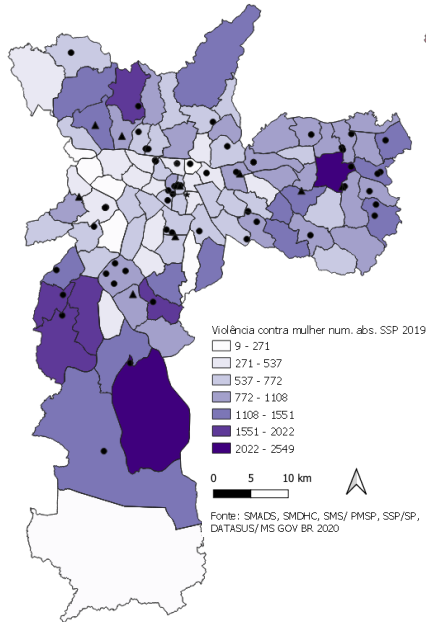
Figura 7: Mapas com indicadores de trabalho informal. Mapa L: Trabalhadores informais total; Mapa M: Trabalhadoras informais mulheres. Fonte: Pesquisa OD 2017 Metrô.

O trabalho informal é um dos indicadores explícitos da desigualdade de gênero no território, na medida em que evidencia padrões diferentes territoriais entre homens e mulheres. O Mapa L é a somatória de domicílios de trabalhadores informais homens e mulheres, o Mapa M mostra apenas os das mulheres. A diferença entre os padrões entre os mapas significa que a informalidade atinge também as mulheres que ocupam as porções do território com renda mais alta. A informalidade não seria exclusividade, portanto, no caso do recorte de gênero, das classes de renda baixa.

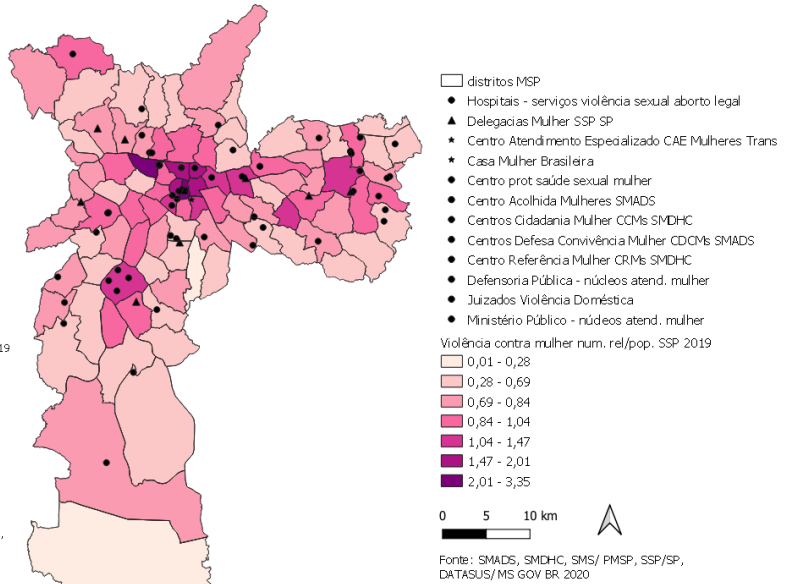
A Figura 8 mostra um conjunto de mapas com a espacialização das ocorrências registradas de violência contra a mulher nas delegacias da SSP-SP nos anos de 2019 e 2020 (janeiro a abril) em números absolutos e relativos (números violências/total da população). Foram espacializados também os equipamentos de proteção à mulher dos governos municipais (centros de acolhida, referência, cidadania e convivência da mulher) e estaduais (núcleos da Defensoria e Ministério Público, juizados estaduais).

Mapas N, 2019

números absolutos

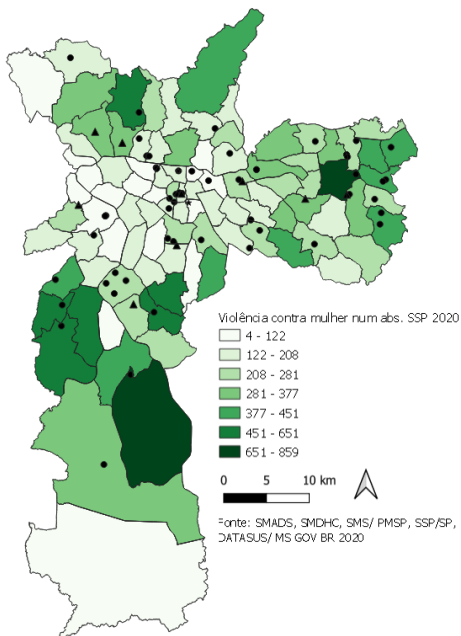


números relativos



Mapas O: 2020

números absolutos



números relativos

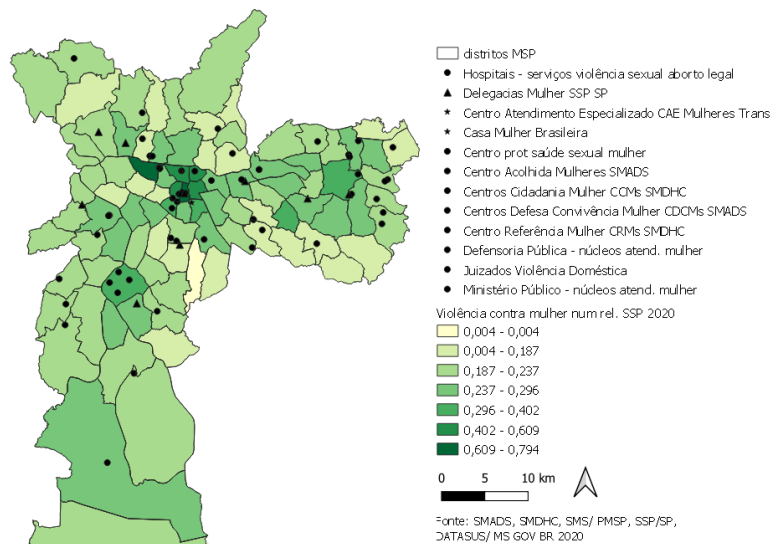


Figura 8: Mapas com indicadores de violência contra a mulher- conjunto de Mapas N: cinco violências contra a mulher em 2019, Mapas O: cinco violências contra a mulher em 2020 (janeiro a abril). Fonte: SSP-SP.

Ao confrontar os mapas de violência contra a mulher em seus números absolutos (total de ocorrências) com os relativos (ocorrências/população), é possível perceber que, em números absolutos, de fato, alguns distritos da periferia chocam pelos altos índices. Por outro lado, quando olhamos os números relativos, é possível perceber a concentração de casos em alguns distritos do centro expandido, incluindo Sé, Bom Retiro, Pari, Brás, Barra Funda etc. Em torno de 60% das violências são praticadas nos domicílios, seguidos dos espaços públicos e estabelecimentos de uso coletivo nos dois anos. A concentração no centro expandido se deve ao fato de que nesses locais, além da existência de domicílios, há notória oferta de comércio/ serviços, escritórios e grande circulação de pessoas nos espaços públicos. Percebe-se a ausência de equipamentos de proteção à mulher em alguns distritos com altos números relativos, como o distrito Aricanduva.

A Figura 9 mostra o Mapa P com a espacialização da densidade dos domicílios da população preta e parda por setores censitários, com gráficos das violências registradas de injúria racial e o crime de racismo nas delegacias da SSP-SP por distrito para os anos de 2017 a 2019.

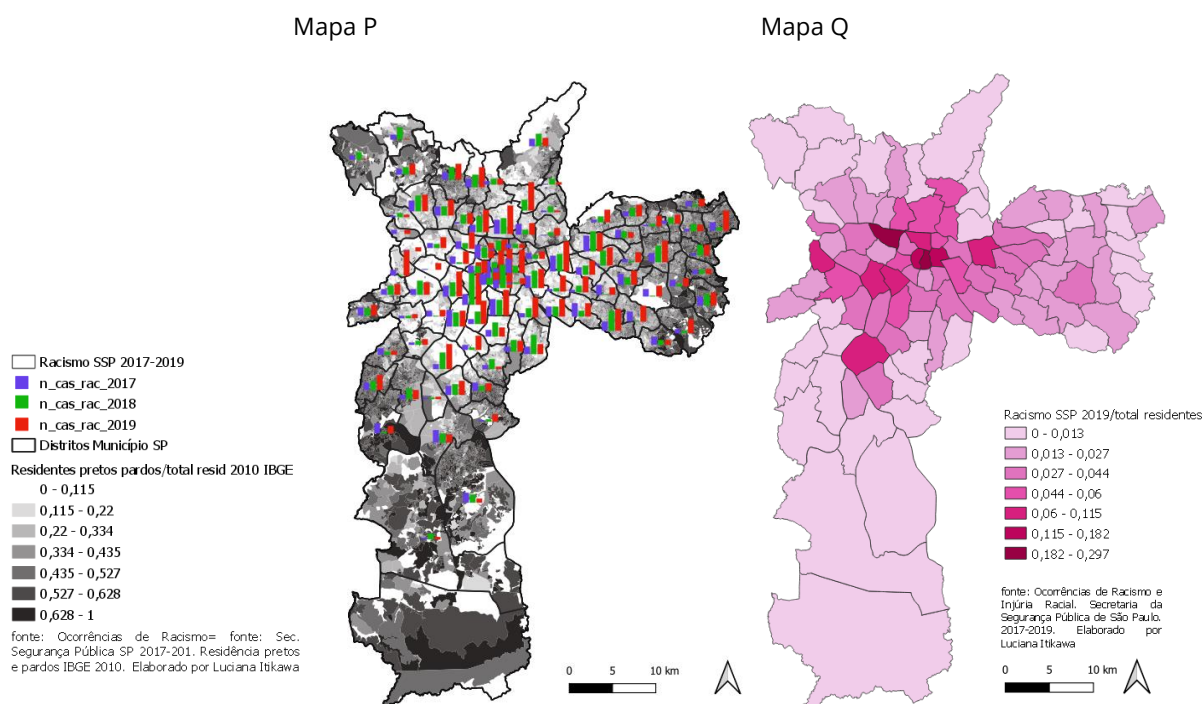


Figura 9: Mapas com indicadores de racismo. Mapa P: densidade de pretos e pardos por setores censitários e racismo/injúria racial de 2017 a 2019. Mapa Q: números relativos racismo/injúria racial pela quantidade da população por distrito 2019. Fonte: Censo Universo IBGE 2010 e SSP-SP.

No Mapa P, estão as ocorrências em números absolutos por distrito: em 2017, eram 1.271 violências; em 2018, 1.536; em 2019, 2.320. Ou seja, nesse período quase dobrou. Temos neste mapa pelo menos quatro situações: área central, com densidade de pretos e pardos com muitos casos de racismo; quadrante sudoeste, com maioria de brancos, alguns com poucos casos de racismo (Vila Leopoldina), outros com muitos casos (Jardim Paulista); periferias, com poucos. O Mapa Q mostra as ocorrências em números relativos. A concentração no centro expandido pode estar relacionada ao racismo estrutural nos distritos com alta oferta de empregos, comércio, serviços etc.

A Figura 10 mostra o Mapa R com os números relativos de casos de SRAG; e o Mapa S, com os números relativos de óbitos por Covid-19, com dados até junho de 2020.

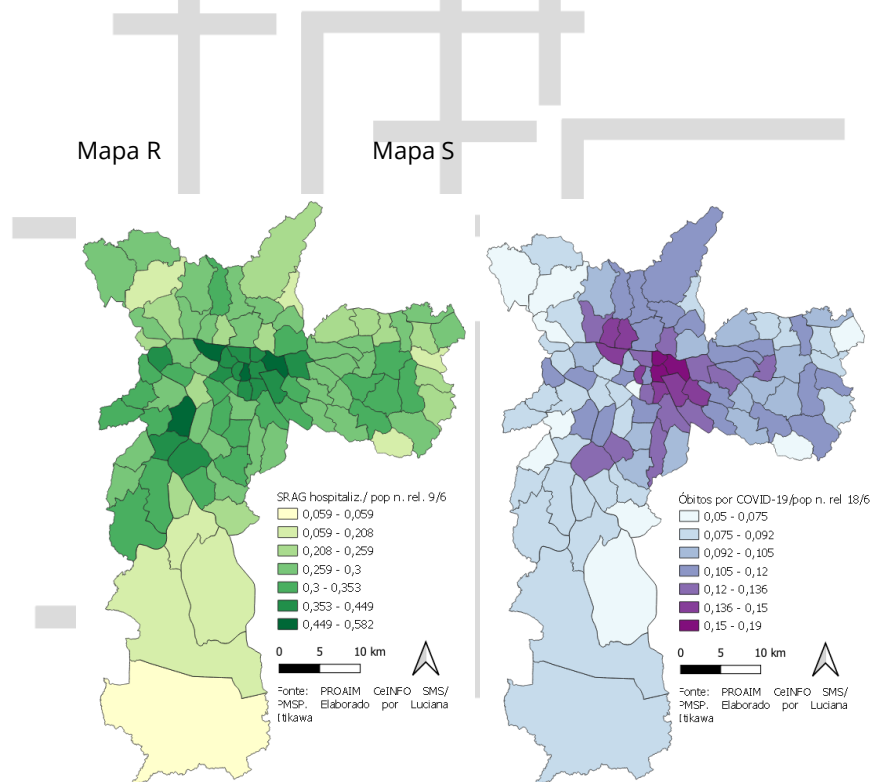


Figura 10: Mapas com indicadores de saúde. Mapa R: Casos de SRAG. Mapa S: Óbitos por Covid-19. Acumulado até junho 2020. Fonte: CEInfo SMS-PMSP.

Os Mapas R e S, que mostram os números relativos de casos e óbitos por Covid-19, coincidem com a existência de domicílios em assentamentos precários e adensados e de larga oferta de estabelecimentos de uso coletivo, conforme vimos nos mapas anteriores.

Os distritos que chamaram a atenção pela recorrência simultaneamente, ao sobrepormos os indicadores de vulnerabilidade social, precariedade habitacional, tempo de deslocamento casa-trabalho, trabalho informal,

violência contra a mulher, racismo, casos e óbitos por Covid-19 em números absolutos, são: Brasilândia, Aricanduva, Sapopemba, Sacomã e Itaquera. Em números relativos, destacam-se os distritos: Sé, República, Pari, Brás, Belém, Aricanduva e Barra Funda.

Considerações finais

Com alguns poucos conjuntos de indicadores temáticos – socioeconômicos, urbanos, de trabalho, violências e saúde –, foi possível notar que as vulnerabilidades, precariedades e opressões recaem de formas diferentes sobre as mulheres no território. São diferentes porque exclusões, violências ou subordinações são vividas na medida da combinação das suas identidades de raça, classe e, sobretudo, localização no espaço urbano. Mulheres que vivem em algumas porções da área central e em alguns distritos da periferia identificados acima viveriam ainda uma sobreposição de uma ou mais vulnerabilidades ou precariedades, até todas as listadas anteriormente. Os conjuntos de mapas também chamam a atenção sobre o acúmulo de vulnerabilidades e precariedades sobre os territórios com densidade de mulheres pretas e pardas. Entretanto, quando estas possuem alta escolaridade, compartilhariam condições socioeconômicas, urbanas e de violência semelhantes às das brancas.

Outros indicadores relevantes seriam necessários para somar a leitura destes expostos, como as violências homofóbica/transfóbica, religião e nacionalidade. Seria ainda interessante que a combinação desses fatores não fosse apenas identificada como sobreposição temática, com correlação espacial, mas que fossem calculados índices com intensidades maiores ou menores de predisposição ou acúmulo de desigualdades de gênero.

Do ponto de vista científico, geoprocessamento como ferramenta de análise pode contribuir para escancarar as minúcias das desigualdades socioespaciais, sobretudo o ODS5, que são apresentadas muitas vezes como médias genéricas em territórios amplos, complexos e heterogêneos. Para além da compreensão geral das desigualdades de gênero na escala do município, dados com maior grau de detalhamento, a partir de parâmetros geográficos em escala compatível às instâncias locais, podem ser subsídio para políticas públicas focalizadas e mais precisas. A apropriação democrática de dados abertos pode contribuir também na quebra de paradigma da administração pública pautada no clientelismo, no qual ações seletivas existem como moeda de troca por voto. Mapas como esses permitiriam protagonismo das lideranças locais não só na reivindicação por direitos a todas as mulheres do município como autonomia na proposição de políticas públicas locais.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. *Para educar crianças feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. (org.). *São Paulo: transformações da ordem urbana*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- CAMARGO, C.P.F. *et al. São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.
- COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESQUIVEL, V. Power and the Sustainable Development Goals: a feminist analysis. *Gender & Development*, v. 24, n. 1, p. 9-23, 2016. DOI: 10.1080/13552074.2016.1147872.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRANCO, M.; FRANCISCO, M.; TAVARES, R. Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade. Os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro. In: IBDU. *Direito à Cidade: uma outra visão de gênero*. São Paulo: IBDU, 2017.
- GONZALEZ, L. O Golpe de 64, o novo modelo econômico e a população negra. In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- JESUS, C.M. *Quarto de Despejo*. São Paulo: Ática, 1958.
- HOOKS, B. *Não sou eu uma mulher*. Mulher negra e feminismo. São Paulo: Plataforma Gueto, 2014.
- MARQUES, E. A Metrópole de São Paulo no início do século XXI. *Revista USP*, jul. 2014.
- NERY, M. B.; SOUZA, A. A. L.; ADORNO, S. Os padrões urbano-demográficos da capital paulista. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 97, set./out. 2019.
- OXFAM. *Tempo de cuidar*. O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global de desigualdade. 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forumeconomico-de-davos/tempo-de-cuidar>. Acesso em: 22 set. 2020.
- PASTERNAK, S. Cidades dos anéis. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, n. 28, p.1-62, 2002.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, H. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*. São Paulo: Hucitec, 1981.

STRUCKMANN, C. *A postcolonial feminist critique of the 2030 Agenda for Sustainable Development: a South African application*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Stellenbosch University, Stellenbosch, 2017.


Urbanismo e empoderamento feminino: uma perspectiva aplicada às favelas

Urbanism and female empowerment: a perspective applied to the favelas

Urbanismo y empoderamiento femenino: una perspectiva aplicada a las favelas


Júlia Romano Daibert, mestre, Universitat Politècnica de Catalunya e Delft University of Technology.

E-mail: judaibert@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9882-1290>

Yara Coelho Neves, mestre, Universidade Federal da Bahia.

E-mail: yara.neves@arquitetura.ufjf.br

 <https://orcid.org/0000-0002-6425-3221>

Para citar este artigo: DAIBERT, J. R.; NEVES, Y. C. Urbanismo e empoderamento feminino: uma perspectiva aplicada às favelas. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 114-126, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p114-126.

Submissão: 2020-08-31

Aceite: 2021-12-10

Resumo

Historicamente, nossas cidades foram pensadas para e por homens, brancos, das classes média e alta. Enquanto isso, a mulher foi relegada ao espaço doméstico, realizando todo tipo de trabalho considerado não produtivo. Todavia, a lógica de nossa sociedade se modificou substancialmente a partir da segunda metade do século XX em diante e a mulher passou a se colocar de maneira efetiva nos espaços públicos de nossas cidades. Para além disso, ao nos atentarmos para o recorte racial, a mulher negra sempre esteve ocupando os espaços públicos da urbe pela necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho. Dados dos últimos 20 anos apontam que o local em que se estabelece essa população feminina e negra nas nossas cidades são os chamados aglomerados subnormais, ou seja, as favelas. Outros estudos apontam, ainda, que nessas comunidades, são as mulheres que encabeçam as lutas por melhorias nos espaços. Sendo assim, o presente artigo debate a apropriação dos espaços públicos sob a perspectiva de gênero, raça e classe. Ao final, levanta-se o debate sobre formas alternativas e saudáveis de produzir um espaço público autogerido nas favelas, buscando favorecer a lógica de usos complexos e demandas deste corpo feminino negro no local em que habitam.

Palavras-chave: Urbanismo de gênero; Raça; Favela; Hortas urbanas; Mulher.

Abstract

Historically, our cities have been designed for and by white, middle and upper class' men. Meanwhile, women were relegated to the domestic, private space, doing all kinds of work considered non-productive. However, the logic of our society has changed substantially, and from the second half of the twentieth century onwards, women have come to place themselves effectively in the public spaces of our cities. Furthermore, when looking at the racial profile, black women, have always been occupying the public spaces of the city due to the early need of having a job. Researches from the last 20 years show that the place where this female and black population is established in our cities are the so-called subnormal agglomerations, that is, the favelas. Other studies also point out that, in these communities, it is women who lead the struggle for improvements in spaces. Therefore, this article discusses the appropriation of public spaces from the perspective of gender, race and class. In the end, it raises debate about alternative and healthy ways of producing a self-managed public space in the favelas, seeking to favor the logic of complex uses and demands of this black female body in the place where they live.

Keywords: Gender Urbanism; Race; Slums; Urban Farms, Woman.

Resumen

Históricamente, nuestras ciudades fueron pensadas para y por hombres blancos, de las clases medias y altas de la sociedad. Mientras tanto, la mujer fue relegada al espacio del hogar, privado, realizando el trabajo considerado no productivo.

Todavía, la lógica de nuestra sociedad cambió considerablemente a partir de la segunda mitad del siglo XX, cuando la mujer empezó a ubicarse y a vivenciar los espacios públicos de las ciudades. Además, al observar la perspectiva racial, la mujer negra, siempre estuvo ocupando los espacios públicos de la urbe por la necesidad de incorporarse prematuramente en el mercado laboral. Los datos de los últimos 20 años muestran que los espacios donde se encuentra esa población femenina y negra en nuestras ciudades son los conocidos asentamientos informales, o sea, las "favelas". Otros estudios apuntan, todavía, que en esas comunidades, son las mujeres las que lideran las luchas por mejoras en los espacios. Por lo tanto, el presente artículo discute la apropiación de los espacios públicos a través de la perspectiva de género, raza y clase. Al final, se plantea el debate en relación a las formas alternativas y saludables de producir un espacio público autogestionado en las "favelas", buscando favorecer la lógica de los usos complejos y demandas del cuerpo femenino negro en el sitio donde habitan.

Palabras Clave: Urbanismo feminista; Raza; Asentamientos informales; Huertos Urbanos, Mujeres.

INTRODUÇÃO

Os países da América Latina possuem muita desigualdade social. No ano de 2019, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a região foi apontada com a maior desigualdade de renda no relatório de desenvolvimento humano. De acordo com os dados de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organizações das Nações Unidas (ONU), também de 2019, que têm como critérios padrões mundiais de educação, saúde e expectativa de vida, o Brasil caiu uma posição em relação ao ano passado e ocupa a 79ª colocação no *ranking*, fazendo parte da lista de países de “alto desenvolvimento humano”. Todavia, a desigualdade social ainda é um dos principais problemas no país.

O reflexo desses problemas fica gritante quando observamos os grandes centros urbanos, como as capitais estaduais, por exemplo. Historicamente, o grande fluxo de chegada de novos habitantes, oriundos das cidades do interior e até de outros estados, em busca de novas oportunidades de emprego e uma maior qualidade de vida, que ocorreu principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, deixou cicatrizes na história da urbanização das metrópoles.

Durante o século XX, com a crescente industrialização e a atração constante de mão de obra para as grandes cidades, o preço do território urbanizado se elevou substancialmente. Assim, a população mais empobrecida se viu obrigada a ocupar territórios periféricos desprovidos ou providos com pouca infraestrutura aglomerando-se precariamente em residências insalubres (BONDUKI, 1998, p. 17-19). É nesse contexto que se inicia um forte processo de segregação urbana que se consolidou com o passar dos anos, não apenas nas grandes metrópoles, mas também nas cidades de médio porte (PASTERNAK; D’OTTAVIANO, 2016) e pode ser observado até a atualidade.

Para além da generalização constante de uma análise calcada simplesmente na questão relativa à classe social dos habitantes dos territórios periféricos, é importante refletirmos sobre outras instâncias que podem trazer constatações muito esclarecedoras sobre o perfil das desigualdades no solo urbano. Nesse sentido, o recorte de gênero se faz extremamente necessário. Sabe-se que, historicamente, o interior das residências, onde está a vida privada, foi construído como o espaço da mulher, enquanto a rua, o público, foi atribuído ao homem (MONTANER; MUXÍ, 2014). Gilberto Freyre, em seu livro *Sobrados e Mucambos* (1936), fala sobre essa divisão que dava ao homem todas as oportunidades de

iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos. E uma vez por outra, em um tipo de sociedade católica como a brasileira, ao contato com o confessor (FREYRE, 1936, p. 129).

Atrelado ao recorte de gênero, é fundamental pensarmos a questão racial, afinal, como dito pela arquiteta e urbanista Joice Berth (2018), “A lógica casa grande/senzala foi reproduzida no desenho das cidades, onde há alta concentração de pessoas brancas num determinado lugar e negros em outro”.

Em seu livro *O que é lugar de fala?*, a filósofa Djamilia Ribeiro (2017), pautada pelas teorias da escritora Grada Kilomba, traz à tona a discussão sobre a invisibilidade da mulher negra em uma sociedade constituída pela supremacia branca e masculina, “ser essa antítese da branquitude e masculinidade dificulta que ela [a mulher negra] seja vista como sujeito” (RIBEIRO, 2017, p. 44). “Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de *Outro do Outro*” (RIBEIRO, 2017, p. 39).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgados ainda no ano de 2011, os domicílios chefiados por mulheres negras são os que se encontram em piores condições de habitabilidade (BRASIL, 2011, p. 31). Seja por conta de sua localização em assentamentos subnormais, ou pela falta de serviços básicos como esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo.

Portanto, muitas vezes, são essas mulheres as protagonistas nas lutas por melhorias em suas comunidades. De acordo com Monteiro *et al.* (2018, p. 293), as mulheres têm ganhado um lugar de destaque na luta por moradia ao se constituírem como sujeitas de luta. “Isso se evidencia em seu agenciamento político não somente no interior das comunidades, mas ocupando espaços diversos e atuando em diferentes escalas territoriais, institucionais e de poder”.

É nesta perspectiva que se coloca o presente artigo, buscando um debate acerca da presença da mulher preta, pobre e favelada nos espaços públicos de suas comunidades. Além disso, levanta-se o debate sobre formas alternativas e saudáveis de produzir um espaço público autogerido nas favelas, buscando favorecer a lógica de usos complexos e demandas deste corpo feminino negro no local em que habitam.

PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO, PRIVATIZAÇÃO DO GÊNERO

O território formal de nossas cidades tem como base as necessidades de uma sociedade patriarcal e capitalista, tendo sido pensadas para os homens brancos da classe média, que possuem seu veículo próprio e se deslocam de casa para o trabalho. Em seu livro *Guerra dos Lugares*, Raquel Rolnik (2015, p. 195) coloca que nos últimos 250 anos, a relação da sociedade com o território teve o domínio da propriedade privada individual. Segundo a autora, este movimento teve início com os cercamentos das terras comunais na Europa do século XVIII. Esses cercamentos ocorriam tendo como explicação estimular a eficiência agrícola e o aumento da produção de alimentos. Entretanto, este aumento da produção não significou, necessariamente, um aumento da quantidade de alimentos disponível para as pessoas das classes de rendas mais baixas, mas sim para o mercado e exportação.

Para os trabalhadores, isso representou dois séculos de fome, da mesma forma que, atualmente, mesmo nas áreas

mais férteis da África, da Ásia e da América Latina, a desnutrição é endêmica, devido à destruição da posse comum da terra e da política de “exportação ou morte” (FEDERICI, 2017, p. 136).

Foi esse processo de privatização da terra que marcou a separação entre terra e trabalho e consagrou o Estado liberal uma vez que, segundo Marx (1969, p. 43-44, apud ROLNIK, 2015, p. 195), se a terra estivesse à livre disposição de todas as pessoas, não haveria motivos para alguém precisar vender a própria força de trabalho e, assim, estaria faltando o principal elemento para a formação da produção capitalista. As políticas de expropriação das terras tiveram uma maior afetação sobre as mulheres, uma vez que, para elas, era muito mais difícil tornarem-se trabalhadoras nômades ou pedintes devido à exposição à violência masculina (FEDERICI, 2017, p. 144). Além disso, sua mobilidade era dificultada pela gravidez e cuidado com a prole. Dessa forma, as mulheres acabaram cada vez mais confinadas ao trabalho reprodutivo, enquanto as cidades se desenvolviam, cada vez mais, tendo a figura masculina como central. Podemos dizer que

o modelo de cidade na qual vivemos atualmente se desenvolveu sobre a sustentação da divisão sexual do trabalho. O espaço se configura a partir do dualismo público-privado que segrega o espaço segundo duas esferas, a produtiva e a reprodutiva, e designa funções específicas com categorias genéricas do masculino e do feminino, produzindo assim um sistema binário ofensivo (COL.LECTIU Punt 6, 2019).

A partir dessa construção social-histórica, entendeu-se que à mulher caberia o espaço recluso do lar, limitando-a “ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos. E uma vez por outra, em um tipo de sociedade católica como a brasileira, ao contato com o confessor” (FREYRE, 1936, p.129). Por outro lado, o espaço público seria o lugar do homem, entendido como o ser que sai do lar todos os dias em busca do sustento, que tem o domínio e o direito de legislar sobre o próprio corpo e, portanto, sobre os territórios que este corpo utiliza, habita, entrecruza.

Os limites entre o público e privado foram explicitados com a definição das esferas sexuais e da delimitação de espaços para os sexos. A representação do lar, da família, em termos naturais, e da esfera pública, ao contrário, como instância histórica, foi uma herança vitoriana da qual emerge o dualismo público/privado, reafirmando o privado como espaço da mulher, ao destacar a maternidade como necessidade e o espaço privado como *locus* da realização das potencialidades femininas (MATOS, 1995, 1996 apud MATOS; BORELLI; SCHWARTZ, 2015).

Obviamente, a construção da figura da mulher do lar vem se dissolvendo na atual sociedade. Apesar de alguns olhares mais conservadores ainda seguirem propagando esta visão do feminino, desde meados do século XX, lutas feministas por igualdade de direitos emergiram e a mulher iniciou um processo de retomada

de espaços em diversos sentidos. No século XXI, esse processo se intensificou e se estabeleceu de forma contínua e os questionamentos levantados acerca do “lugar de mulher” seguem despontando reflexão. É clara a necessidade de este debate alcançar as questões relativas ao direito à cidade, uma vez que, na prática, devido ao acúmulo de inúmeras funções com as jornadas triplas assumidas, as mulheres utilizam as cidades de uma forma muito mais complexa que os homens. A realidade da mulher do lar, construída historicamente nos últimos 200 anos, já não se efetiva há muito tempo e, na verdade, para uma certa parcela da população feminina, nunca se efetivou. Quando o recorte de gênero se entrecruza com o recorte de classe e raça, isso fica muito claro.

Mesmo que a ocupação das cidades pelos corpos femininos tenha crescido, os espaços públicos não se modificaram para acolhê-los. Pelo contrário, nossas cidades seguem violentas e perigosas, além de fisicamente deficientes e com mobilidade insuficiente para atender às demandas femininas. Além disso, a tentativa de controle sobre os corpos das mulheres em diversos níveis são cada vez mais crescentes e se refletem nos espaços das cidades. Ainda assim, muitas vezes, as mulheres são as protagonistas nas lutas por melhorias em suas comunidades. De acordo com Monteiro *et al.* (2018, p. 293), as mulheres têm ganhado um lugar de destaque na luta por moradia ao se constituírem como sujeitas de luta.

Retomando a questão da interseccionalidade entre classe, gênero e raça, é mister ressaltar que o corpo negro feminino vibra na cidade de forma diferente do corpo branco feminino e a cidade oferece oportunidades diferentes para ambos. É notório que quando falamos desse corpo negro e pobre, estamos falando da periferia, dos assentamentos precários, dos solos urbanos informais. De maneira geral, é na cidade informal que se estabelece a população negra, pobre, LGBTQI+ (que muitas vezes necessita deixar sua família de origem por não serem aceitos), a mãe solo com baixa escolaridade, a mulher independente (CORREIA; COELHO; SALES, 2018).

O corpo favelado

Segundo a última Projeção da População Mundial da Organização das Nações Unidas¹, o Brasil é um dos países mais populosos do mundo e ocupa o sexto lugar neste *ranking*, com uma população de 211 milhões de pessoas, ficando atrás apenas de China, Índia, Estados Unidos, Indonésia e Paquistão.

Com uma população tão numerosa e diversos problemas de desigualdade social e econômica, a ocupação do solo urbano brasileiro se dá de maneira extremamente desordenada. A Política Nacional de Habitação adotou a denominação “assentamentos precários” para categorizar assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda (BRASIL, 2004, p. 37). Nessa categoria estão inclusos cortiços, favelas, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e

¹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/paquista-ou-ultrapassa-o-brasil-em-lista-de-paises-mais-populosos-do-mundo/#:~:text=Segundo%20a%20Proje%C3%A7%C3%A3o%20de%20Popula%C3%A7%C3%A3o,no%20top%205%20do%20ranking>. Acesso em: 1º dez. 2020.

que se encontram irregulares ou degradados (DENALDI, 2013, p. 99). Caracterizadas pela ilegalidade e exclusão social, as favelas são definidas pelo IBGE como “aglomerados subnormais”, ou seja:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010).

O país possui 13.151 aglomerados subnormais divididos entre 734 municípios, totalizando 5.127.747 domicílios, 7,8% do total nacional de domicílios. Dentre os estados com maior número de aglomerados subnormais, São Paulo lidera o *ranking*, seguido de Rio de Janeiro e Bahia (IBGE). Segundo a Pesquisa do Fórum Nova Favela Brasileira (2015), a maioria dos moradores dessas comunidades é negra, cerca de 67%. Além disso, a mesma pesquisa apontou que 6,3 milhões de mulheres brasileiras vivem em favelas e 69% delas são negras; dessas, 70% têm filhos e 58% delas tiveram o primeiro filho antes dos 20 anos. Além disso, a pesquisa mostra ainda que as mulheres são protagonistas nas favelas: 44% dos lares nas favelas são chefiados por mulheres.

Segundo Monteiro *et al.* (2018, p. 290), as mulheres dessas comunidades autoconstruídas e autourbanizadas são capazes de criar arranjos de cooperação para adaptar da melhor forma a sua vida e a de suas famílias. Assim, muitas vezes, quando têm que trabalhar fora, as mulheres contam com ajuda de vizinhas para o cuidado com as crianças que, por sua vez, brincam todas juntas nas ruas, pois todos se conhecem e se cuidam. Além da rede de cooperação no cuidado com a prole, muitas mulheres conseguem o sustento de sua família por meio de trabalhos realizados em casa, como artesanato ou a venda de comida (MONTEIRO *et al.*, 2018).

É por estarem tão conectadas às suas comunidades que muitas mulheres lideram lutas por melhorias nesses espaços.

Os movimentos sociais sempre foram espaços potentes de resistência que redimensionaram, muitas vezes, o papel socialmente construído para a mulher e subverteram o lugar do “feminino” na política (NASCIUTTI, 2016 *apud* MONTEIRO *et al.*, 2018).

Sendo assim, as mulheres se colocam como protagonistas na produção cotidiana de espaço nas favelas. A autogestão do espaço público dessas comunidades deve refletir as demandas incorporadas pelo dia a dia do corpo feminino que entrecruza os lugares de maneira complexa.

Nesse sentido, nos colocamos a refletir sobre formas de apropriações de espaços públicos nas favelas pela autogestão feminina, que busque atender às suas demandas dentro desta lógica do cooperativismo já existente no território e que possa, ainda, reverberar no viés econômico.

Hortas urbanas comunitárias como meio para ocupar

É fundamental ressaltar que, quando falamos de cidade, espaços urbanos, sejam eles quais forem, cada recorte de lugar possui distintas particularidades. Até mesmo territórios com algumas especificidades semelhantes, como é o caso das favelas brasileiras localizadas nas grandes metrópoles e capitais, quando observados de perto, com um olhar sensível e cuidadoso, fazem emergir singularidades próprias. Tratamos aqui de uma investigação teórica que, ao ser aplicada de maneira prática no território urbano, deve levar em conta os diversos fatores de cada lugar. Sendo assim, as elucubrações aqui dispostas tiveram como foco as necessidades observadas a partir das questões de gênero, raça e classe.

De maneira geral, nos territórios informais, faltam equipamentos urbanos formais de lazer. Uma ação possível para mitigar essa falta e ainda atribuir valores ligados a pautas ambientais, de saúde, econômicas, sociais e de empoderamento seria a implantação de hortas urbanas nas comunidades, uma vez que, por meio delas, a população pode ter mais controle sobre sua saúde e suas condições de vida (em nível individual e coletivo), proporcionando melhorias nas condições de bem-estar (HONDA, 2018, p. 23-24).

Por ser um território autoconstruído sem, muitas vezes, análises de conforto ambiental mais aprofundadas, geralmente as favelas possuem problemas relacionados à falta de ventilação e aquecimento demasiado. A implementação de uma horta comunitária nesse contexto auxilia substancialmente a melhorar o microclima, oferecendo áreas de sombreamento, além de poder ser utilizada como estratégia de resfriamento evaporativo e umidificação (BARBOSA, 2005, p. 28).

Outro fator importante seria a produção do próprio alimento *in loco*. Esse tipo de ação tem um impacto ambiental muito positivo, uma vez que extingiria o consumo de embalagens descartáveis, minimizando a produção de resíduos. As emissões atmosféricas ligadas ao transporte dos alimentos também sofrem um impacto positivo, pois, uma vez que a produção seria local, não demandaria deslocamento. Além disso, a produção orgânica dos alimentos na comunidade faz com que se reduza o consumo de agrotóxicos pelas pessoas e gera um consumo consciente dos alimentos saudáveis. A implementação das hortas contribui, ainda, para o bem-estar e a inclusão social das pessoas por meio da promoção da solidariedade e da entreatajuda (COSTA, 2017).

As pessoas com dificuldades de saúde, psicológicas, sociais ou econômicas, reencontram-se com uma atividade produtiva e com a natureza, o que contribui para melhorar a sua saúde, facilitar a sua aprendizagem e o seu conhecimento da natureza, aumentar a sua autoestima e, conseqüentemente, a sua participação na vida social (COSTA, 2017, p. 15).

No que tange à economia, poderia ser gerada uma economia circular em vez de uma economia linear. A diferença das duas economias citadas é de fácil compreensão e de suma importância. A economia circular está atrelada à preocupação ambiental, sendo um processo econômico no qual se preza a reutilização e recuperação de resíduos, reinserindo-os no ciclo produtivo, a fim de

evitar desperdício e desequilíbrios ambientais (FOSTER; ROBERTO; IGARI, 2016, p. 3). Nesse processo, a produção e consumo dos produtos entram em um ciclo sem fim, em que o final de uma etapa se torna o início de outra. Ou seja, em vez de se jogarem fora os resíduos dos alimentos, eles são reaproveitados e reutilizados nas hortas comunitárias como adubos para a geração de futuros alimentos. Já a economia linear abrange como etapas do processo a extração, a produção e o descarte, em que se pode ver o início, o meio e o fim da atividade, não se preocupando com o critério sustentabilidade.

Além das questões ambientais e econômicas, o debate tangencia, também, a questão social. Algumas análises realizadas em cidades como Embu das Artes – SP (COSTA *et al.*, 2015) e Guarulhos – SP (HONDA, 2018), por exemplo, onde existem hortas comunitárias em comunidades, demonstram a sua potência como ferramenta social de convívio, estreitamento de laços e empoderamento das mulheres. Aponta-se que, por intermédio do trabalho coletivo no cultivo das hortaliças, os laços sociais entre as moradoras das comunidades são fortalecidos, gerando redes de apoio mútuas e muito necessárias. Além disso, a relação das mulheres com o próprio espaço em que habitam melhora substancialmente.

Ao pensarmos sobre empoderamento, não podemos deixar de citar um tema muito estudado atualmente, o ecofeminismo. As ideias do ecofeminismo combatem a fragmentação do sistema cartesiano mecanicista e não se direcionam apenas às mulheres, mas, sim, a todos os seres humanos que se aproximam de um entendimento com as questões naturais (SALLEH, 1992; GARCIA, 2012). O movimento surge como expressão e consegue conectar a emancipação das mulheres com a preservação da natureza. O ecofeminismo se preocupa com todos que vivem sob formas de opressão e não apenas com o gênero feminino. Assim como o “urbanismo feminista”, que reconhece a diversidade das pessoas sem normalizar modelos (COL.LECTIU, 2019, p. 14-15), a causa procura abranger a pluralidade dos seres vivos atendendo às minorias, independentemente de classe social, gênero ou raça, além de incluir em suas prioridades a preocupação com a natureza.

Conclusão

As reflexões aqui trazidas, que apontaram ao final para o debate sobre as hortas urbanas, são parte de estudos relacionados a formas de apropriação dos espaços públicos das favelas por mulheres, negras e pobres. Obviamente, as demandas são inúmeras e, portanto, suas possibilidades também. Todavia, o recorte temático escolhido vem complementar uma discussão muito mais ampla que, a cada dia, emerge com mais força no campo da Arquitetura e do Urbanismo.

É necessário repensarmos nossas formas de fazer cidade a partir da perspectiva de gênero, raça e classe. É fundamental olharmos para dentro das comunidades informais presentes em nossas cidades com um olhar agregador, buscando compreendê-las como parte integrante e genuína do desenvolvimento das cidades brasileiras.

Levantamos o debate acerca das hortas urbanas, pois acreditamos que podem funcionar como agregadoras ao empoderamento das mulheres de comunidades e como forma de ocupação saudável do espaço. Podem, ainda, contribuir com a

renda dessas mulheres que já buscam, no mercado informal nos espaços que habitam, o sustento de suas famílias.

É preciso positivar a presença feminina nos espaços públicos, é fundamental incentivar a ocupação e a apropriação a partir de usos que contribuam para as demandas desse grupo que, por muitos anos, vêm sendo invisibilizadas. O investimento em políticas afirmativas desse tipo é indispensável e a luta das mulheres segue forte, produzindo os espaços das nossas cidades cotidianamente e cada vez mais encabeçando lutas importantes.

“É preciso estar atenta e forte” (VELOSO, 1969)! E nós estamos!

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. *Áreas verdes e qualidade térmica em ambientes urbanos: estudo em microclimas de Maceió (AL)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.
- BERTH, J. As cidades brasileiras não foram projetadas para a diversidade. *Casa Vogue*, 2018. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Casa-Vogue-Experience/noticia/2018/11/cidades-brasileiras-nao-foram-projetadas-para-diversidade-disse-arquiteta-joyce-berth.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Política Nacional de Habitação*. Brasília: Presidência da República, Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>. Acesso em 25 ago. 2020.
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- COLLECTIU Punt 6. *Urbanismo feminista: por una transformación radical de los espacios de vida*. Barcelona: Virus, 2019.
- CORREIA, A.; COELHO, C.; SALES, L. *Cidade interseccional: o direito à cidade nas perspectivas de gênero e raça*. Observatório das Metrópoles, 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/o-direito-cidade-nas-perspectivas-de-genero-e-raca/>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- COSTA, C. G. A. et al. *Hortas comunitárias como atividade promotora de saúde: uma experiência em Unidades Básicas de Saúde*. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2015.v20n10/3099-3110/pt/> Acesso em: 28 nov. 2020.

- COSTA, N. *et al.* *Benefícios sociais, ambientais e económicos das hortas sociais biológicas do Município da Póvoa de Lanhoso*. Lisboa: Associação Portuguesa de Horticultura (APH), 2017.
- DATA FAVELA. *Fórum Nova Favela Brasileira*, 2015. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AM/Anexos/Apresentacao%20A7%20A3o_2%20BA%20Forum%20Favela_Consolidado.pdf. Acesso em: 1º dez. 2020.
- DENALDI, R. (org.). *Planejamento habitacional: notas sobre a precariedade e terra nos Planos Locais de Habitação*. São Paulo: Annablume, 2013. 308 p.
- FEDERICI, S. *Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERREIRA, K. S. G. R. da. *Urbanismo feminista*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2017.
- FOSTER, A.; ROBERTO, S. S.; IGARI, A. T. Economia circular e resíduos sólidos: uma revisão sistemática sobre a eficiência ambiental e econômica. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E AMBIENTE, 2016, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2016.
- FRANCO, M. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1936.
- GARCIA, L. G. *Ecofeminismo – a teoria das conexões*. Material Didático da Disciplina de Sociedade e Natureza. Mestrado Prodema/UFPB, 2012. 48 p.
- HONDA, S. Omori. *Pesquisa-ação na implantação de horta comunitária: empoderamento e sustentabilidade na periferia de Guarulhos*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Diretoria de Geociências*. Coordenação de Geografia e Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2020.
- MATOS, M. I.; BORELLI, A.; SCHWARTZ, R. *Gênero, terceiro setor e desenvolvimento: quebraadeiras - uma luta pela preservação do meio ambiente e cultura dos babaquais*. 1. ed. São Paulo: Verona, 2015.
- MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. A cidade próxima: o urbanismo sem gênero. In: *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTEIRO, P. *et al.* O protagonismo feminino na luta contra as remoções do rio de janeiro. In: TANAKA, G. *et al.* (org.). *Viva a Vila Autódromo: o plano popular e a luta contra a remoção*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. Favelas no Brasil e em São Paulo: avanços nas análises a partir da Leitura Territorial do Censo de 2010*. *Cadernos Metrôpolis*, v. 18, n. 35, p. 75-100, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S223699962016000100075&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 20 ago. 2020.

PINHEIRO, L. *et al.* *Retrato da desigualdade de gênero e raça*. 3. ed. Brasília: Ipea. 2008. 36 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/terceiraediacao.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento. 2017. 112 p.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SALLEH, A. *Ecosocialismo-Ecofeminismo*. *Nueva Sociedad*, n. 122, p. 230-233, nov./dez. 1992. Disponível em: http://nuso.org/upload/articulos/2190_1.pdf. Acesso em: 16 agosto de 2020.

SOUZA, L. L. *Gênero, periferia e identidade: coletivo "Nós, mulheres da periferia"*. TCC – São Paulo: Celacc/ECA – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. 16 p.

VARANDA, A. P. de M. *Gênero e práticas econômicas comunitárias na produção do espaço das favelas do Rio de Janeiro*. Curitiba: Appris, 2018.

VELOSO, C. [compositor e intérprete]. *Divino maravilhoso*. São Paulo: Philips Records, 1969. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Emu4JrrfpM0>. Acesso em: 30 ago. 2020.


Reinserção de áreas em declínio à dinâmica urbana: conceitos e instrumentos de apoio à elaboração de intervenções urbanas

Reinserction of deteriorated urban spaces to urban
dynamics: concepts and instruments to support
urban interventions

Reinserción de áreas en deterioro a la dinámica
urbana: conceptos e instrumentos para apoyar las
intervenciones urbanas


Artur Rocci, mestre em Arquitetura e Urbanismo, PPGFAU/UnB.

E-mail: alcrocci@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6051-9774>

*Maria do Carmo Bezerra, PhD., professora associada da Faculdade de Arquitetura e
urbanismo Universidade de Brasília.*

E-mail: macarmo@unb.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7736-5265>

Para citar este artigo: ROCCI, A.; BEZERRA, M. do C. Reinserção de áreas em declínio à dinâmica urbana: conceitos e instrumentos de apoio à elaboração de intervenções urbanas. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 127-144, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p127-144.

Submissão: 2020-01-24

Aceite: 2020-07-15

Resumo

O artigo discute as intervenções urbanas voltadas à reintegração de espaços degradados à dinâmica urbana como forma de promoção da cidade sustentável, dado que significam o reaproveitamento de recursos espaciais, socioeconômicos e ambientais. A análise foca a necessidade de uma adequada identificação do que levou o espaço a não mais responder às demandas da cidade e a definição de instrumentos urbanísticos para que as intervenções sejam duradouras. A metodologia investiga a evolução das abordagens de intervenções urbanas para correlacionar com os tipos de declínio urbano e discute o potencial dos instrumentos urbanísticos de gestão urbana para apoiar tais intervenções. O estudo empírico utiliza os resultados da base teórica para analisar os três projetos ganhadores do concurso, destinados a reintegrar a avenida W3 Sul em Brasília à dinâmica da cidade: diagnósticos, intervenções e instrumentos urbanísticos propostos para sua implantação. Como resultado, destaca-se que a maioria dos projetos se pauta em melhorias do desenho urbano com poucas alterações de uso e sem apontar instrumentos de gestão capazes de promover a integração à dinâmica urbana da área.

Palavras-chave: Requalificação urbana; Intervenções urbanas; Instrumentos urbanísticos; operações urbanas; Brasília.

Abstract

The paper discusses urban interventions directed to the reintegration of degraded spaces to urban dynamics as a form to promote the sustainable city; *i.e.* the reuse of spatial, socioeconomic and environmental resources. The analysis focus on a proper identification of what led the urban space not to attend the demands of the city anymore and on a definition of urban instruments of management which can help urban interventions be more durable. The methodology examines the evolution of different approaches of urban interventions in order to correlate types of urban degraded spaces and discusses the potencial of urban management tools to support these interventions. The empiric study uses the results of the theoretical investigation to analyze the three winners of the public contest destined to reintegrate the South W3 avenue in Brasilia to the city dynamics: diagnosis, interventions and urban instruments of management tools proposed for its implantation. The results pointed out the emphasis on urban design improvements in the projects and few changes of the uses without indicating urban instruments of management tools capable of promoting the reinsercion of degraded areas to the urban dynamics of the city.

Keywords: Deteriorated urban spaces; Urban interventions; Management tools; Public-Private Partnerships; Brasilia.

Resumen

El artículo analiza las intervenciones urbanas destinadas a la reintegración de espacios degradados a la dinámica urbana como una forma de promover una ciudad sostenible, ya que significan la reutilización de recursos espaciales, socioeconómicos y ambientales. El análisis se centra en la necesidad de una identificación adecuada de lo que llevó al espacio a dejar de responder a las demandas de la ciudad y en la definición

de instrumentos de planificación urbana para que las intervenciones sean duraderas. La metodología investiga la evolución de los enfoques de las intervenciones urbanas para correlacionarlos con los tipos de declive urbano y analiza el potencial de los instrumentos de planificación urbana para apoyar tales intervenciones. El estudio empírico utiliza los resultados de la base teórica para analizar los tres proyectos ganadores del concurso destinados a reintegrar la Avenida W3 Sul en Brasilia a la dinámica de la ciudad: diagnósticos, intervenciones e instrumentos urbanos propuestos para su implementación. Como resultado, se destaca que la mayoría de los proyectos se basan en mejoras en el diseño urbano con pocos cambios en el uso y sin señalar instrumentos de gestión capaces de promover la integración de la dinámica urbana del área.

Palabras Clave: Requalificación urbana; Intervenciones urbanas; Instrumentos urbanos; Asociaciones Público-Privadas; Brasilia.

INTRODUÇÃO

A lógica das cidades sustentáveis remete ao estudo do reaproveitamento dos espaços urbanos, sendo uma de suas expressões a dinamização de áreas urbanas em declínio, reutilizando espaços bem localizados com infraestrutura e reduzindo pressões de expansão sobre os espaços naturais (SOUZA, 2012). Um desafio é reinventar frações da cidade consolidada, inserindo a diversidade de usos que o momento atual demanda e qualificando os espaços urbanos para a apropriação da população.

A grande maioria das iniciativas no país, relativas a esse tipo de intervenção urbana, tende a ter um período inicial de atração, geralmente sustentada por iniciativas do poder local que promove eventos e incentiva a visita da nova área, que se segue por um abandono, o que significa que não ocorreu o atendimento de demandas que a cidade considera necessárias. A pergunta que fica é: qual a correlação entre as razões de declínio, a lógica da intervenção realizada e as reais necessidades da cidade?

Assim, antes de definir a intervenção urbana a ser adotada é preciso identificar as causas de declínio, as demandas existentes por espaços na cidade e as possibilidades de adequabilidade da área a essas novas funções.

As cidades, desde muitos anos, têm passado por intervenções transformadoras de seu território já consolidado, e esses processos receberam diferentes denominações, como renovação, reabilitação, revitalização, requalificação e outras terminologias semelhantes (SIMÕES JÚNIOR, 1994; DEL RIO, 2001; e HERZOG, 2011). Existe entre os diferentes conceitos uma relação tanto com a concepção de gestão urbana adotada como com as causas do declínio da área em questão. Igualmente, existem instrumentos urbanísticos que potencializam essas “reutilizações urbanas” em maior ou menor consonância com a promoção da sustentabilidade socioeconômica da área.

Essas são questões motivadoras da discussão que aqui se procede com o objetivo de enfrentar o desafio da reinserção de áreas em declínio à dinâmica urbana. Para alcançar o objetivo, foram caracterizadas as diferenças conceituais entre os tipos de intervenção e identificados os instrumentos urbanísticos que podem ser utilizados de modo que a intervenção no espaço urbano se dê com maior assertividade em resposta às especificidades locais. Um estudo empírico para identificar como esses passos ocorrem na prática das intervenções urbanas foi utilizado tomando como objeto os projetos ganhadores do concurso para revitalização da avenida W3 Sul, em Brasília.

A avenida W3 Sul, um dos eixos estruturantes do Plano Piloto de Brasília, localiza-se a oeste da cidade, separando uma área comercial de uma área residencial. Nos anos de 1960 e 1970 despontou como a mais importante avenida comercial de Brasília. A partir dos anos 1980 se inicia um processo de abandono, já se configurando como área em declínio há mais de uma década. O fato coincide com a estruturação de outras áreas da cidade, que passaram a desempenhar o seu papel, de forma inicial dentro do próprio Plano Piloto e, mais adiante, pela formação de outras centralidades (CAVALCANTE, 2009) no contexto do

conglomerado urbano do DF. Hoje, seu comércio está em decadência, o que se reflete em sua manutenção.

Como resultado, visa-se contribuir com a discussão do melhor tipo de intervenção e de instrumentos urbanísticos para reinserção na avenida à dinâmica urbana de Brasília, aprendizado que pode ser replicado para outros contextos.

Referências conceituais

É frequente a discussão sobre a morte das cidades, mesmo considerando que o processo de urbanização continua se expandindo no mundo e que mais de 50% da população mundial vive em cidades. O entendimento do fenômeno está ligado às características unifomizadas que os espaços urbanos passaram a adquirir pela adoção dos mesmos modelos e normas urbanísticas, que quase sempre não consideram as especificidades locais. Por outro lado, a crença de que as normas e modelos respondem à "verdade técnica" faz com que os espaços não evoluam se adaptando às novas demandas (BEZERRA; MARTINS; PINHEIRO, 2018).

Nesse sentido, vale discutir o que se considera um espaço com vitalidade e urbanidade e aquele que carece de intervenções para readequá-lo às necessidades das cidades, ou seja, à dinâmica urbana.

Visões sobre a dinâmica urbana

O dinamismo de um espaço urbano é função da relação entre a quantidade de pessoas que usufruem e vivem no ambiente urbano e da oferta de espaços de integração social disponível. Não se trata de uma relação quantitativa, mas qualitativa que é dada pela configuração urbana, ou seja, pelo arranjo espacial entre os espaços públicos e privados para atender o desempenho das atividades (BEZERRA; MARTINS; PINHEIRO, 2018).

Segundo os estudos de Gehl (2015) e Jacobs (2000), um espaço público de qualidade é aquele que apresenta uma gama complexa de atividades versáteis e diversificadas, sendo capaz de atrair pessoas tanto para caminhadas breves quanto para permanência. É comum pessoas preferirem caminhar por uma rua movimentada a uma rua deserta justamente por apresentar maior vida, opções de atividades e sensação de segurança. Portanto, se o objetivo é conseguir cidades vivas e atrativas, é fundamental prestar atenção no potencial de atração que os espaços geram e nas oportunidades de permanência.

A densidade é a característica mais apontada por autores (SABOYA, 2016; GEHL, 2015; JACOBS, 2000) que abordam o tema da dinâmica urbana e possui fundamento nas possibilidades que traz para outras características ao espaço. A maior densidade de habitantes está associada a um espaço que gera um leque de equipamentos, serviços, comércios e atividades de lazer, cultura e entretenimento, contribuindo para espaços multifuncionais. Esse conjunto de atividades leva à dinamização, que possui na pujança da economia local um de seus indicadores. Por outro lado, a densidade também permite um melhor aproveitamento de infraestrutura de mobilidade e transporte público,

saneamento e energia, que por sua vez atraem serviços para a localidade fechando um ciclo de benefícios.

Entretanto, uma mesma densidade pode ter configurações diferentes que levam ou não a espaços propícios ao dinamismo. Essas configurações são dadas por um conjunto de normas que advêm: (i) dos parcelamentos no que tange, em especial, ao sistema viário; (ii) do tamanho e disposição de lotes; (iii) das áreas públicas e (iv) das características das edificações, como aberturas, afastamentos, alturas, enfim, a área construída. Fatores que juntos, definem a densidade que determinada área terá e como essa estará disposta no espaço da cidade.

A partir da crítica ao urbanismo modernista, Rogers (2012) divide o espaço urbano em dois grupos: espaços multifuncionais e monofuncionais. Os espaços multifuncionais são aqueles que possuem uma variedade de usos e, dessa forma, atraem uma maior diversidade de pessoas e usuários. São espaços multifuncionais aqueles que abrigam usos como praças, ruas, mercados, parques, cafés, lojas e habitações. O seu oposto seriam os espaços monofuncionais, marcados pela segregação de usos e o espalhamento urbano que, de modo geral, respondem às características do urbanismo modernista. A análise de Rogers (2012) leva ao entendimento de que a promoção do espaço multifuncional gera diversidade social e seria capaz de promover a economia local proporcionando aos habitantes os recursos característicos das cidades. A partir das discussões sobre espaços mono e multifuncionais, assim como entre compactos e dispersos, abre-se o debate sobre as experiências de vivências urbanas, que para muitos explica o declínio de áreas urbanas e que possuiriam raízes no urbanismo modernista (HOLANDA, 2002).

Fatores de declínio das áreas urbanas

Por que uma área da cidade entra em declínio de suas funções? Causas e efeitos muitas vezes se confundem, mas podemos dizer que as causas e efeitos têm origens internas e externas à área ou à cidade (VARGAS; CASTILHO, 2006). O declínio nunca se deve a uma causa pontual e por isso as intervenções urbanas de caráter pontual dificilmente são exitosas.

Com relação às causas de origens externas à cidade, as mais recorrentes dizem respeito à concorrência com cidades próximas, que podem conjugar aspectos locais ou econômicos mais favoráveis. Nos dias atuais, essas concorrências existem em nível planetário, em várias cidades concorrem para definir um *branding* (INGALLINA; PARK, 2005) que atraia negócios e pessoas que garantam seu protagonismo global.

Entre as causas internas à cidade, ainda é possível destacar aquelas que dizem respeito à concorrência entre áreas de uma mesma cidade pela criação de novas centralidades, espontâneas ou induzidas pelo planejamento. São comuns as estratégias de expansão urbana predatórias entre as diversas áreas da cidade, onde se gera oferta imobiliária mais promissora com avanços tecnológicos não encontrados nos centros mais antigos em detrimento de investimentos nas áreas consolidadas (VARGAS; CASTILHO, 2006).

Existe outro fator externo de declínio de frações urbanas que se refere à dinâmica das atividades econômicas, *stricto sensu*, e que possuem forte impacto na alteração dos espaços urbanos. As inovações tecnológicas associadas à indústria têm gerado novas demandas espaciais, pois passam a demandar outra localização em função de necessidades logísticas ou de mão de obra. Isso ocorreu com maior impacto em cidades da primeira onda de industrialização, mas, também, em áreas de cidades de países emergentes. Um reflexo direto se deu em áreas industriais e zonas portuárias e até áreas comerciais que foram sendo abandonadas. São áreas que tiveram um auge econômico, que se cristalizaram no tempo e passaram a não atender novas demandas socioeconômicas (VARGAS; CASTILHO, 2006).

Ainda de natureza interna, mas com caráter local, da área que se encontra em declínio, destaca-se o conjunto de normas urbanísticas que regulam a área e que podem não estar mais respondendo às demandas associadas às possíveis atividades que a área poderia ocupar no conjunto da cidade. Dentro desse conjunto de normas, pode-se incluir aquelas que resultam em dotar ou não os espaços públicos e privados de qualidades para novos usos, que levam à desatualização tecnológica das edificações e ao desempenho do sistema viário e trânsito (BEZERRA; MARTINS; PINHEIRO, 2018).

Em decorrência das causas aparecem os efeitos, que muitas vezes são confundidos como se fossem a razão do declínio. Abandono e desocupação de edificações residenciais, comerciais e de serviços; apropriação não regulamentada de espaços públicos e ocupação de edificações por usos ilegais. Tudo isso ocorre como consequência de um espaço que não mais responde às necessidades que a população demanda da área. São decorrentes da ausência de ajustes no ordenamento territorial realizados em tempo hábil, antes de essas consequências se configurarem.

Em síntese, verifica-se que alguns fatores podem ser apontados como deflagradores de declínio de uma área urbana: (i) concorrência entre cidades que disputam utilizando aspectos locais, serviços, normas e tecnologias urbanas como atrativos econômicos; (ii) a expansão urbana que cria novas centralidades em detrimento de investimentos em áreas já consolidadas; (iii) mudanças no cenário econômico e modelos de produção que abandonam zonas industriais e portuárias; (iv) novas tipologias comerciais que torna desatualizado o comércio varejista que trazia vitalidade aos centros das cidades.

Diferentes conceitos para intervenções em áreas urbanas em declínio

De início, vale destacar os tipos mais recorrentes de áreas em declínio. Segundo Vargas e Castilho (2006), os conceitos de deterioração e degradação são os mais utilizados. As diferenças estão associadas à perda da função de espaços urbanos, ao dano ou à ruína de suas estruturas físicas ou ao rebaixamento do valor econômico de determinado lugar. A deterioração se associa mais às estruturas físicas e a degradação acontece quando, além de as estruturas físicas estarem em risco, verifica-se uma decadência econômica.

Tomando como base essa terminologia que caracteriza duas situações que podem acometer uma fração urbana e, tendo em conta a necessidade de intervenção na área para sua dinamização e integração à cidade, cabe definir as estratégias de intervenção diante do tipo de problema identificado.

A pergunta seria: quais características de um projeto urbano com potencial de promover essas mudanças não se referem apenas às condições físicas do espaço? Ao longo da história do urbanismo podemos nomear algumas abordagens que foram sendo adotadas, já que o fenômeno não é recente. É possível diferenciar algumas posturas conceituais que levam a modelos urbanísticos diferentes como: renovação, revitalização, reabilitação e requalificação. Uma breve revisão bibliográfica (SIMÕES JÚNIOR, 1994; DEL RIO, 2001; HERZOG, 2011; MEDEIROS, 2015) levou à elaboração dos quadros 1 e 2.

Principais características das intervenções urbanas		
	Renovação Urbana	Reabilitação Urbana
Objetivos	Atender as novas demandas da sociedade (estilos de vida e organização do funcionamento) na era industrial.	Melhoria na vitalidade dos espaços com atendimento aos moradores locais (ênfase no social).
Estratégias	Cria um cenário urbano pautado no embelezamento, higienismo e sanitarismo da cidade; implanta uma nova morfologia pautada na arquitetura internacional como repertório. Processo técnico e com decisões políticas.	Reutilização dos mesmos conjuntos urbanos como forma de preservação do patrimônio e manutenção da cultura urbana; Processo de planejamento participativo com os habitantes locais e decisões políticas.
Escala espacial	Utilizada para qualquer área da cidade.	Mais utilizado em áreas centrais.
Intervenção no espaço físico	Demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes e substituição por um novo padrão urbano; Construção de conjuntos habitacionais e grandes avenidas.	Conservação e preservação do patrimônio histórico e identidade local. Melhorias nos espaços públicos e edifícios, infraestrutura já existente e instalação de novos equipamentos públicos.
Resultados	Predomínio de espaços homogêneos, monofuncionais e monumentais. Normamente com aspectos históricos locais apagados; Readequação à nova função urbana estabelecida.	Conjuntos urbanos conservados e preservados; Melhoria das condições de habitação da população local sem necessariamente instalar novas atividades econômicas; Baixa chance de se manter sem o contínuo aporte de recursos públicos.

Quadro 1: Definições de tipologias de intervenção para reversão de declínio de áreas urbanas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Principais características das intervenções urbanas		
	Revitalização urbana	Requalificação urbana
Objetivos	Melhoria na vitalidade do ponto de vista social, cultural e, principalmente, econômico.	Intervenções que buscam uma nova função para a área que a revitalize do ponto de vista social econômico e cultural. Atribui uma nova qualificação a área.
Estratégias	Reutilização dos mesmos conjuntos urbanos procurando agregar valor econômico ao patrimônio por meio de atividades culturais e de turismo; Criação de nova imagem para cidade com valores locais e internacionais; Processo participativo com ênfase nos agentes culturais e de turismo com decisões políticas.	Agrega reutilização de conjuntos existentes de alto valor histórico-cultural com alterações do uso de solo para atender novas atividades econômicas que responda as necessidades socioeconômicas da atualidade; Processo participativo com envolvimento de agentes internos e externos à área. Participação de atores do setor privado e público com decisão política.
Escala espacial	Mais utilizada em áreas centrais, waterfronts e zonas portuárias.	Mais utilizada em áreas centrais, waterfronts, zonas portuárias.
Intervenção no espaço físico	Conservação e preservação do patrimônio histórico e identidade local. Melhorias nos espaços públicos e edifícios e da infraestrutura. Valorização e ressignificação de símbolos antigos sem inibir símbolos modernos.	Preservação do patrimônio histórico mais relevante e construção de projetos símbolo da intervenção; Alteração da estrutura urbana com atualização tecnológica e de mobilidade. Desenho do espaço público com novas infraestruturas e equipamentos; Prioridade ao uso misto das atividades urbanas.
Resultados	Conjuntos urbanos preservados. Melhoria das condições de habitação da população local com inserção de atividades econômicas de cultura e turismo. Criação de nova imagem da área na cidade e no cenário econômico do turismo; Dependência do poder público para manutenção e regulação dos espaços.	Área degradada inserida a dinâmica urbana pela definição de novas funções urbanas; Criação de nova imagem da cidade num cenário econômico global competitivo; Grande possibilidade de gentrificação; Tendência a necessitar de menores recursos públicos para manutenção dado o interesse das atividades econômicas instaladas na área.

Quadro 2: Definições de tipologias de intervenção para reversão de declínio de áreas urbanas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar da similaridade em várias das abordagens referidas, existe certo consenso de que a renovação se trata de uma intervenção drástica e que desconsidera a história do lugar e tem sido pouco adotada na atualidade. A requalificação tem sido o enfoque mais adotado para enfrentamento dos problemas de áreas que necessitam de ressignificação de seus espaços para que possam responder às novas demandas socioeconômicas de que a cidade necessita, dado que sua antiga função foi perdida. A reabilitação promove intervenções físicas com ênfase nos aspectos sociais voltados para atender os grupos em estado de risco instalados na área e a revitalização está associada a melhorias urbanas sem necessariamente uma alteração da dinâmica socioeconômica, mas para manutenção da atividade anterior que a área possuía.

Avaliação do potencial dos diferentes tipos de instrumentos urbanísticos para promoção da requalificação urbana

O estudo de adequação entre os instrumentos urbanísticos e as intervenções urbanas se deu com o objetivo de identificar aqueles que melhor apoiam a integração à dinâmica da cidade com foco em intervenções de requalificação urbana. Como visto, a requalificação de uma área não se dá apenas como

resultado de obras físicas, ou seja, um projeto urbanístico; faz-se necessário um arranjo de gestão para articular os aspectos de ordenamento territorial com os de natureza socioeconômica. Assim, cabe verificar na legislação urbana brasileira os instrumentos que podem apoiar os projetos voltados a resgatar a dinâmica urbana de forma duradoura.

O Estatuto da Cidade – EC, Lei Federal 10.257/2001, estabeleceu diversas diretrizes que visam promover o desenvolvimento urbano e apresentou instrumentos para a gestão do espaço das cidades. O EC combina instrumentos tradicionais e instrumentos inovadores de modo a aumentar as possibilidades para que os municípios estabeleçam uma ordem urbanística mais eficiente e justa.

Com os instrumentos tradicionais de planejamento urbano de regulação físico-territorial como o zoneamento, parcelamento do solo e código de obras (onde definem-se regras para gabarito, afastamentos, taxa de ocupação, índice máximo de aproveitamento do solo etc.), pode-se agir sobre forma, volume, densidade, limites de altura e obrigatoriedade de áreas livres para uma determinada área.

Já os instrumentos mais recentes de natureza tributária e financeira possuem como princípio a recuperação de mais-valias e buscam um retorno à comunidade dos incrementos de valor da terra decorrente de ações diversas e investimentos públicos.

Segundo o Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (Ministério das Cidades, 2008), instrumentos como: edificação ou utilização compulsória, Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU progressivo; desapropriação; tombamento de imóveis, direito de superfície; direito de preempção; outorga onerosa do direito de construir; transferência do direito de construir; consórcio imobiliário; concessão do direito real de uso; concessão de uso especial para fins de moradia e outros não foram originalmente concebidos com foco em reintegração urbana de áreas em declínio, mas podem ser utilizados para um melhor desempenho desse tipo de intervenção urbana.

Os instrumentos de recuperação de mais-valias de caráter estratégico têm sido utilizados por grandes projetos urbanos com atuação em áreas em declínio no plano internacional. Cidades de diversos países (Londres, Barcelona e Boston, para citar algumas mais conhecidas) utilizaram tais instrumentos urbanísticos para recuperar parte do incremento do valor da terra decorrente de intervenções em áreas antes em declínio que lograram a reinserção à dinâmica urbana por meio de parcerias público-privadas.

Após análise da contribuição dos instrumentos de incentivo ao desenvolvimento urbano para facilitar intervenções urbanas, que pode ser encontrada em Rocci (2017), destaca-se o potencial da Operação Urbana Consorciada – OUC. Trata-se de um instrumento que viabiliza transformações estruturais no território da cidade, articulando diferentes atores sociais para a redefinição do potencial econômico local com geração de recursos ao poder público para investir nas melhorias de infraestrutura urbana capaz de atingir objetivos urbanísticos e sociais.

Avaliação dos projetos para reintegração da avenida W3 Sul à dinâmica urbana de Brasília

Várias iniciativas para reverter o processo de declínio da avenida W3 Sul em Brasília foram adotadas pelo poder público no decorrer dos anos. As primeiras iniciativas surgem em 1982 e até hoje a área integra o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) de 2009, como área prioritária de intervenção para reinserção na dinâmica urbana (GDF, 2009).

O projeto de urbanismo de Brasília, concebido por Lúcio Costa, está estruturado por eixos viários que atribuem forma ao desenho da cidade, sendo responsáveis por sua legibilidade como um todo. Os mais simbólicos são o Eixo Rodoviário, que define as áreas residenciais e se intercepta ortogonalmente com o Eixo Monumental, onde estão os principais edifícios governamentais, e juntos definem a forma de “avião” da cidade. A avenida W3 é, também, um desses eixos localizados paralelamente ao eixo rodoviário a oeste, entre as Quadras 700 e 300 (Figura 1).

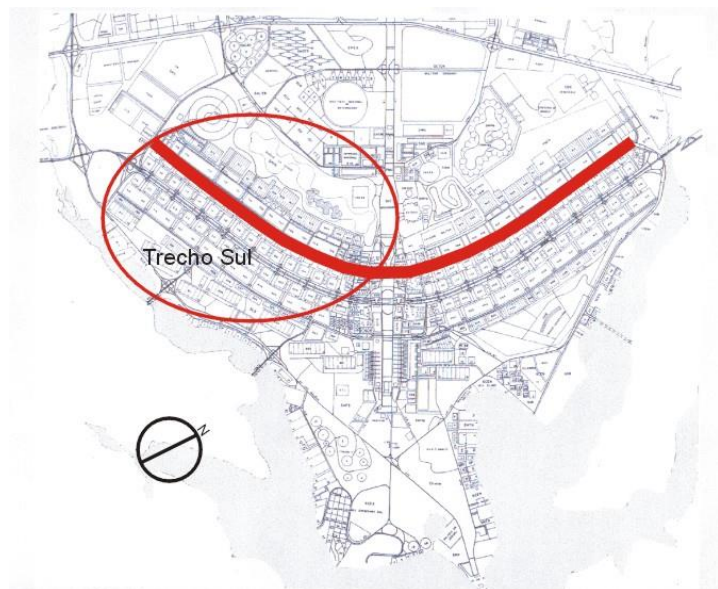


Figura 1: Plano Piloto de Brasília com Avenida W3, marcada em vermelho com destaque da W3 Sul. Fonte: Pdot-DF, 2009, adaptada pelos autores.

Em 2002, o Governo do Distrito Federal – GDF firmou convênio com o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB para a promoção do “Concurso público nacional de ideias e estudos preliminares de arquitetura e urbanismo para a revitalização da avenida W3 Sul e Norte”. Foram apresentadas 22 propostas e premiados três projetos que serão analisados a partir das referências conceituais expostas.

A avaliação procedida se deu sobre os fatores identificados como relevantes para o êxito de uma intervenção urbana de área em declínio: (i) pertinência dos diagnósticos sobre as causas externas e internas de declínio da área; (ii) a natureza

das propostas em relação ao problema real e/ou identificado pelos autores; (iii) instrumentos urbanísticos definidos para apoio da implementação e gestão.

De início, foi realizada pelos autores uma leitura das causas de declínio da avenida W3 Sul que irá, também, balizar a análise dos projetos. A avenida possui predominantemente razões internas à cidade e externas à área que explicam seu declínio. Essas decorrem de fatores históricos de implantação da cidade de Brasília. Em seu apogeu, nas décadas de 1960 e 1970, era a mais importante avenida comercial da cidade e ponto de encontro obrigatório (Figura 2). Tratava-se da única área comercial e de serviços implantada no Plano Piloto, pois nem os comércios locais, que ficam junto às superquadras residenciais, nem o Setor Comercial Sul, na área central, haviam sido construídos. Em paralelo à implantação dessas áreas ao longo das décadas de 1970 e 1980, outras áreas foram se consolidando, como o corredor de serviços da Estrada Parque de Indústria e Abastecimento – Epia, onde se instalaram *shoppings centers* e supermercados. A Epia está localizada de forma equidistante entre o Plano Piloto e outros núcleos urbanos do conjunto urbano do DF. Assim, novas centralidades vão se estruturando e, nesse contexto, a W3 Sul aos poucos perdeu sua atratividade, não atendendo mais como comércio local, nem como centro de atividades de profissionais liberais e congêneres e tampouco como centro comercial microrregional.



Figura 2: Encontros na Avenida W3 Sul (1965). Fonte: Arquivo Público do DF. Figura 3: Vista geral das lojas fechadas depois de ocupadas por um comércio popular (2000). Fonte: Jornal Correio Braziliense (on-line).

Internamente à área, como consequência, vão se instalando indicadores de declínio. As edificações se tornam defasadas em termos de tecnologias e materiais, o acesso a pé e por carros é dificultado e o declínio do comércio leva a uma manutenção deficiente (Figura 3).

A partir das causas apresentadas de degradação da W3 Sul surge a questão: as propostas do concurso exploram as demandas que podem responder às expectativas sociais atuais de modo a atribuir novos usos capazes de reinserir o espaço na dinâmica urbana?

Uma análise dos diagnósticos e das propostas se encontra em síntese no Quadro 3, onde se veem as causas de degradação que são apontadas pelos autores,

subdivididas em causas externas e causas internas à área; natureza das propostas subdivididas em melhorias do espaço público, diretrizes de ocupação do solo e instrumentos urbanísticos para sua implantação e gestão.

Projetos	Diagnósticos		Natureza das propostas		
	Causas externas	Causas internas	Melhorias do espaço público	Diretrizes de ocupação do solo	Instrumentos de gestão
1º lugar	Não houve um diagnóstico o qual identifique as causas externas de degradação da avenida.	Faz referência a degradação do ambiente físico ambiental da avenida.	Recuperação dos espaços públicos das áreas residenciais, quadras 700. Duplicação da via W2. Criação de novos estacionamentos nas 700 e W2. Retirada de vagas do canteiro central da avenida.	Cria um corredor cultural; Cria praças temáticas nas entrequadras 700. Criar edifícios garagem e novos estacionamentos no subsolo.	A proposta não mencionou instrumentos de gestão a serem aplicados na área de modo a atingir os objetivos propostos.
2º lugar	Não houve um diagnóstico o qual identifique as causas externas de degradação da avenida.	Não houve um diagnóstico o qual identifique as causas internas de degradação da avenida.	Amplia as calçadas das quadras 500; Reduz o canteiro central e áreas de estacionamento. Acréscima uma nova faixa de embarque e desembarque e de passageiros dos dois lados da via. Cria passarelas suspensas ou subterrâneas para pedestres bem como viadutos para tráfego de veículos. Cria faixa preferencial de ônibus e baias nos pontos de parada.	Amplia a oferta de habitações e prestação de serviços. Estabelece usos mistos nas quadras 700 e 500; Cria garagens no subsolo ao longo da via W2. Altera gabaritos de áreas que margeiam a avenida e define uso misto.	Menciona uma série de instrumentos passíveis de utilização, mas não faz considerações sobre como os utilizar para alcançar os objetivos do projeto.
3º lugar	Apointa as novas configurações do espaço comercial que tendem a se concentrar em espaços fechados (shoppings) abandonando configurações de comércio de rua.	Uso do solo da avenida com somente um dos lados destinado a atividades comerciais. Configuração espacial com descontinuidades. Inadequações climáticas, de mobiliário urbano, passeios, travessias e acessos etc.	Elimina estacionamentos no canteiro central; Altera dimensão das faixas de rolamento e cria ciclovias longitudinais no canteiro central e transversais no sentido Leste-Oeste. Requalificação do espaço público com criação de garagens subterrâneas, vegetação e arborização nas calçadas; Proposta de mudança de gabarito e ocupação de vazios urbanos.	Altera gabarito e ocupação de vazios urbanos; Cria garagens subterrâneas privadas nas entrequadras das quadras 500 e praças das quadras 700. Define no novo limite do recuo do terreno.	Menciona uma série de instrumentos como participação da população e parcerias público-privadas, mas não faz considerações sobre como os utilizar para alcançar os objetivos do projeto.

Quadro 3: Avaliação da correlação entre diagnóstico e propostas dos projetos analisados.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Resultados da discussão

Definir com clareza o que deve ser objeto da intervenção de forma prioritária para alcançar o objetivo de reverter o declínio da área é o que garantirá assertividade ao projeto, sendo o caminho para reduzir o risco de grandes investimentos sem que de fato se enfrente o problema.

A requalificação, enquanto abordagem, como já referido, adéqua-se mais às causas de declínio da avenida W3 Sul e, portanto, exige novas funções urbanas com alteração de usos e formas de ocupação, demandando, necessariamente,

revisão de normas urbanísticas e envolvimento dos agentes da socioeconomia atuantes na cidade e no DF, e não só na avenida. Aliás, esse é um equívoco presente em muitos projetos dessa natureza: dificilmente se alavancará uma intervenção restringindo-se os agentes ao público-alvo que se encontra no local no momento da intervenção.

A síntese das propostas realizadas pelos vencedores do concurso diante das principais questões da pesquisa se encontra no Quadro 4.

QUESTÕES	Concurso público nacional de ideias e estudos preliminares de arquitetura e urbanismo para a revitalização das avenidas W3 Sul e Norte (2002)		
	1º lugar	2º lugar	3º lugar
Torna a área mais competitiva com outros espaços da cidade?	Indefinido, mas procura requalificar o espaço público definindo uma outra função (cultural) para a área.	Indefinido, mas sugere alteração de gabaritos e uso misto dos espaços o que em si são aspectos de dinamização econômica e urbanística de uma área. Procura requalificar o espaço público com grande ênfase no tema dos transportes.	Indefinido, mas procura requalificar o espaço público e definir uso misto. Procura requalificar o espaço público fornecendo mais oportunidades de acesso e melhores condições físicas.
Propõe novo uso?	Corredor Cultural e praças temáticas sem que se estabeleça como se articulam com outras atividades nem se existe demanda na cidade para absorver tantas áreas com essa atividade.	Não estabelece uma nova função urbana para a área, mas existe uma tendência de regularizar usos desconformes existentes entendidos como forma de adequar a dinâmica.	Não estabelece uma nova função urbana para a área, mas existe uma tendência de regularizar usos desconformes existentes entendidos como forma de adequar a dinâmica.
A proposta está enfrentando o problema?	Indefinido pois não se sabe como será implantado nem se existe viabilidade para o uso sugerido.	Indefinido.	Apensar de ter um diagnóstico que precisa as causas externas e internas para degradação as propostas não convergem, pois não se define uma nova função para a área apesar de reconhecer que hoje as que antes lá ocorriam não levam a dinâmica da área.

Quadro 4: Avaliação das propostas do Concurso de Projetos para a Av. W3 Sul. Fonte: Elaborado pelos autores.

O projeto que mais se alinha com a visão de estabelecer uma nova função para a área foi o vencedor. Propôs a função de um corredor cultural sem, no entanto, chegar a detalhar instrumentos urbanísticos para sua viabilização, e sem as necessárias propostas referentes à configuração urbana. Contraditoriamente, não possui um diagnóstico claro sobre as causas da degradação da área. Além do mais, o projeto não apresenta uma expressão espacial da intervenção, não possui desenhos.

No percurso oposto, o 3º colocado aponta causas internas e externas para o declínio, mas propõe, de modo geral, apenas melhorias físicas internas à área. Propostas de novo desenho de mobiliário, pisos, redesenho das vias. Estimula alguns usos comerciais e, no caso mais proativo, propõe alterações no gabarito das quadras 500 e 700. Vale destacar que melhoria das calçadas não pode se constituir em um aspecto decisivo para reinserção urbana, pois, no caso de Brasília, os comércios locais possuem igual ou pior condição de espaços públicos e não estão em declínio (Figuras 4 e 5).

O 2º colocado não apresenta um diagnóstico tão preciso quanto o 3º colocado, mas possui uma abordagem mais próxima da requalificação por apontar a diversificação de usos com inclusão do uso habitacional como proposta. Esse é

um ponto favorável para reinserção na dinâmica urbana, apesar de isoladamente não garantir a reintegração urbana (Figuras 4 e 5).

De modo geral, as propostas de intervenção primam pela ênfase nas melhorias físicas e estéticas sem repensar a avenida no contexto do Plano Piloto e do DF como um todo. Conjuntamente, refletem alinhamento com o conceito de revitalização urbana. Esse tipo de intervenção parte da premissa de que o foco do problema está na própria avenida, que as causas que a levaram ao declínio foram internas e que existe algo a ser “revitalizado”.

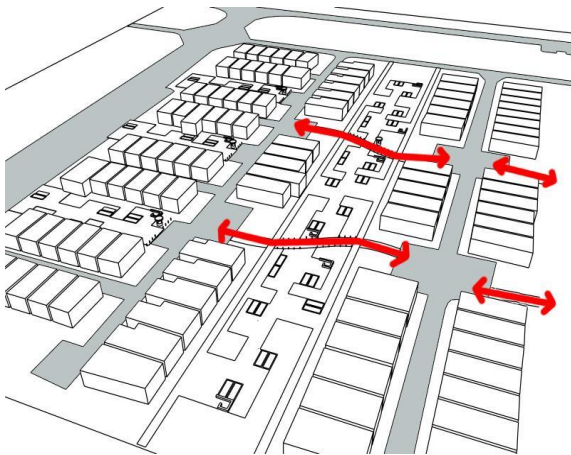


Figura 4: Malha viária local.
Fonte: Reis (2003), 2º colocado no Concurso.



Figura 5: Áreas de uso comum no interior das quadras 700.
Fonte: Reis (2003), 2º colocado no Concurso.



Figura 6: Proposta de volumetria no trecho sul.
Fonte: Holanda (2003) 3º colocado no Concurso.



Figura 7: Proposta das novas calçadas para o trecho sul.
Fonte: Holanda (2003) 3º colocado no Concurso.

Como último ponto de análise, destaca-se o tratamento dado pelos projetos vencedores aos instrumentos urbanísticos de gestão. O que se verifica é uma listagem extensiva de quase todos os instrumentos apresentados no EC. Esse fato talvez se deva à época da realização do concurso (2002), apenas um ano após a edição do EC, quando existia pouco conhecimento sobre sua aplicação.

O instrumento da OUC, que se destacou na revisão conceitual como um instrumento urbanístico de boa adequação a propostas de requalificação, chega

a ser vislumbrado como possibilidade nas três propostas. Entretanto, é apenas referido como uma fonte de recursos, sem dialogar com as intervenções, deixando a entender que, havendo recursos públicos, se poderia prescindir do instrumento. Denota um engano sobre o uso do instrumento que constitui em si a ponte necessária entre poder público e os investimentos privados para que se obtenha êxito em uma intervenção urbana de reinserção urbanística duradoura.

Diante desse exemplo da avenida W3 Sul, que pode ser transposto para outros contextos, verifica-se que somente por meio de uma análise prévia ampla das causas internas e externas de declínio de uma área é possível identificar a concepção de uma intervenção urbana de área em declínio.

Considerações finais

Após analisar as diferenças conceituais entre as abordagens de intervenções urbanas, verificou-se que a requalificação urbana, que pressupõe atribuir uma nova imagem aliada a um novo uso para o espaço, é a que melhor se adequa à avenida W3 Sul em Brasília, uma vez que seu declínio decorre de causas externas à avenida e que estão associadas à lógica de estruturação da cidade de Brasília e do Distrito Federal.

Assim, definir um novo uso para que a avenida ocupe um novo lugar próprio dentro do contexto da cidade deve ser o norte para qualquer intervenção com chance de êxito em sua reinserção à dinâmica urbana. Acerca dos instrumentos urbanísticos com potencial e aplicabilidade para viabilizar transformações estruturais na cidade, auxiliando projetos de intervenções urbanas, o estudo identificou a OUC como o mais apropriado. Trata-se de um instrumento que procura induzir um processo de reestruturação do território, alterando os parâmetros urbanísticos de uma área em consonância com o que requer o novo uso, aliando a iniciativa privada como agente indutor das modificações e investimentos necessários.

A discussão procedida aqui ganha atualidade no momento em que o Governo do Distrito Federal iniciou obras de intervenção na avenida W3 Sul desconsiderando os projetos aqui discutidos e optando por melhorias em calçadas e vias sob orientação dos próprios técnicos governamentais. Diante das discussões procedidas, existe um grande risco de que os investimentos realizados não obtenham êxito por tratar aspectos internos e acessórios ao problema de declínio da área. Mesmo que hoje as Operações Urbanas já contem com muitas experiências implantadas, esse não foi o caminho trilhado. Por fim, uma questão que merece destaque para que seja implantada uma OUC em Brasília refere-se ao tombamento do conjunto urbano da cidade, tanto no plano internacional pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco como pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

REFERÊNCIAS

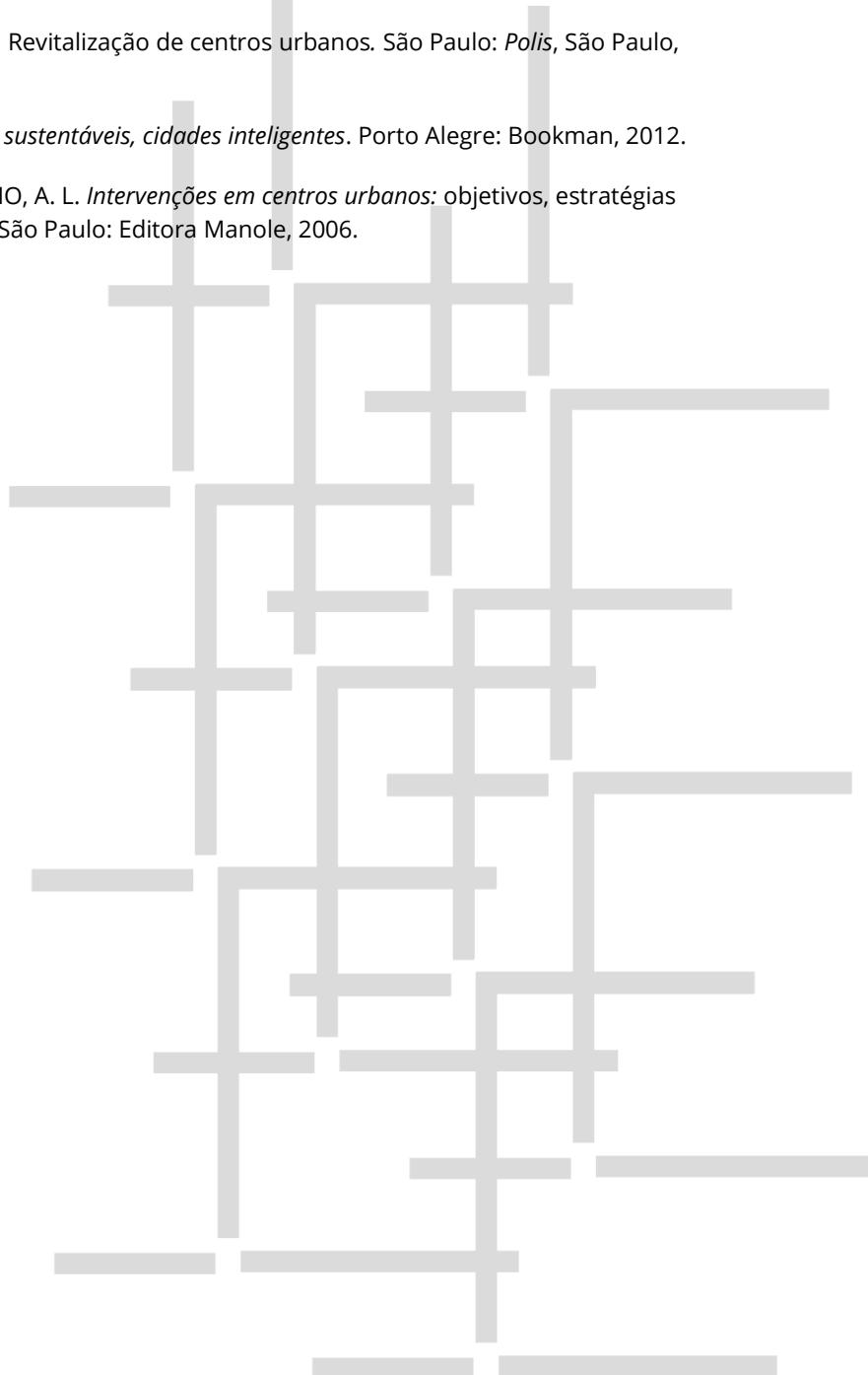
- BEZERRA, M. C. L.; MARTINS, G. C.; PINHEIRO, J. S. Configuração urbana indutora de dinamismo e deterioração urbana: estudo das áreas centrais de Brasília. *Revista Paranoá*, Brasília: PPGFAU, UnB, n. 21, 2018.
- BRASIL. Ministério das Cidades/AECI. *Manual de reabilitação de áreas urbanas centrais*. Brasília: Ministério das Cidades, Brasília, 2008.
- CAVALCANTE, C. V. *Formação e transformação da centralidade intraurbana em Brasília*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- DEL RIO, V. Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos. *Arquitextos*, Vitruvius, 2001. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.015/859>. Acesso em: 2 maio 2021.
- GEHL, J. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Programa de revitalização dos setores centrais. Versão Preliminar, 2009. Disponível em: http://www.segeth.df.gov.br/projetos/Revitalizacao_Setores_Centrais/Revitalizacao_Setores_Centrais.pdf. Acesso em: 2 maio 2021.
- HERZOG, C. Revitalização ou maquiagem urbana? *Minha Cidade*, Vitruvius, abr. 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.129/3828>. Acesso em: 2 maio 2021.
- HOLANDA, F. O. *Espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- INGALLINA, P.; PARK, J, Y. City Marketing et espaces de Consommation. Les nouveaux enjeux de L'attractivité urbaine. *Urbanisme*, n. 344, 2005.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MEDEIROS, A. E. Intervenção patrimonial. In: ROMERO, M. A. B.; FERNANDES, J. T. (org.) *Reabilitação ambiental sustentável arquitetônica e urbanística*. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, 2015.
- ROCCI, A. L. C. *Reintegração da avenida W3 Sul à dinâmica urbana de Brasília: adequabilidade das intervenções e dos instrumentos de gestão urbana*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAU-UnB, Brasília, 2017.
- ROGERS, R. *Cidades para um pequeno planeta*. São Paulo: Editora G. Gili, 2012.

SABOYA, R. T. de. *Fatores morfológicos da vitalidade urbana*. Parte 1. Densidade de usos e pessoas. 2016. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya>. Acesso em: 3 maio 2021.

SIMÕES JÚNIOR, J. G. Revitalização de centros urbanos. São Paulo: *Polis*, São Paulo, n. 19, 1994.

SOUZA, C. L. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

VARGAS, H.; CASTILHO, A. L. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. São Paulo: Editora Manole, 2006.




Entre o patrimônio cultural e o direito à moradia: desafios do papel social da Arquitetura e Urbanismo em Alcântara-MA

Between cultural heritage and the right to housing: challenges of the social role of Architecture and Urbanism in Alcântara-MA

Entre el patrimonio cultural y el derecho a la vivienda: desafíos del papel social de la Arquitectura y el Urbanismo en Alcântara-MA


Luís Fernando de Sousa Araujo, mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão.

E-mail: luisfernando.araujoo@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7934-0117>

Grete Pflueger, doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Prourb-UFRJ) e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão.

E-mail: gretepfl@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9376-8689>

Para citar este artigo: ARAUJO, L. F. S.; PFLUEGER, G. Entre o patrimônio cultural e o direito à moradia: desafios do papel social da Arquitetura e Urbanismo em Alcântara-MA. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 145-161, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p145-161.

Submissão: 2020-05-30

Aceite: 2021-04-08

Resumo

A partir de um viés dialético, a pesquisa busca demonstrar, por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, as contradições da política habitacional tradicional e, por outro lado, apresenta a Assessoria Técnica, baseada na Lei 11.888/2008, como uma alternativa no acesso ao direito à moradia por parte das pessoas de baixa renda. Como objeto de estudo foi escolhido o bairro Baixão do Lobato, em Alcântara (MA), local de conflito fundiário devido à legislação patrimonial e ambiental da cidade. Por meio desse caso, constata-se que a assessoria, apesar de se apresentar como uma alternativa para se cumprir a função social do projeto, possui dificuldades de execução como burocracia pública, falta de recursos, predominância do caráter assistencialista, e, não raro, interesses particulares e políticos contrários à garantia do direito à moradia. Assim, pode-se dizer que, mesmo o morador estando à margem dos processos decisórios, a política habitacional tradicional ainda se apresenta como opção principal no acesso à casa própria no Brasil.

Palavras-chave: Política habitacional; Assessoria técnica; Arquitetura; Patrimônio; Alcântara.

Abstract

From a dialectical bias, the research seeks to demonstrate, through bibliographic research and field research, the contradictions of traditional housing policy and, on the other hand, presents the Technical Advisory, based on Law 11888/2008, as an alternative in access low-income people's right to housing. As the object of study, the Baixão do Lobato neighborhood in Alcântara (MA) was chosen, a place of land conflict due to the city's patrimonial and environmental legislation. Through this case, it appears that the consultancy, despite presenting itself as an alternative to fulfill the social function of the project, has difficulties of execution such as public bureaucracy, lack of resources, the predominance of the assistance character, and often, interests individuals and politicians against the guarantee of the right to housing. Thus, it can be said that, even though the resident is at the margin of decision-making processes, traditional housing policy still presents itself as the main option in accessing home ownership in Brazil.

Keywords: Housing Policy; Technical Advisory; Architecture; Heritage; Alcântara.

Resumen

A partir de un sesgo dialéctico, la investigación busca demostrar, a través de la investigación bibliográfica y de campo, las contradicciones de la política tradicional de vivienda y, por otro lado, presenta el Asesor Técnico, basado en la Ley 11.888/2008, como una alternativa de acceso al derecho de las personas de bajos ingresos a la vivienda. Como objeto de estudio, se eligió el barrio Baixão do Lobato en Alcântara (MA), un lugar de conflicto de tierras debido a la legislación patrimonial y ambiental de la ciudad. A través de este caso, parece que la consultoría, a pesar de presentarse como una alternativa para cumplir con la función social del proyecto, tiene dificultades de

ejecución como la burocracia pública, la falta de recursos, el predominio del carácter de asistencia y, a menudo, intereses individuos y políticos contra la garantía del derecho a la vivienda. Por lo tanto, se puede decir que, a pesar de que el residente se encuentra al margen de los procesos de toma de decisiones, la política de vivienda tradicional todavía se presenta como la principal opción para acceder a la propiedad de la vivienda en Brasil.

Palabras clave: Política de vivienda; Asesoría técnica; Arquitectura; Patrimonio; Alcântara.

INTRODUÇÃO¹

O acesso à moradia para as pessoas de baixa renda se apresenta, historicamente, como uma questão central nos governos. O investimento em moradia, além de aumentar a geração de emprego e renda, contribui de forma positiva para os programas políticos dos governantes. É preciso observar o fato de que as grandes construtoras do Brasil, em períodos de investimento maciço em obras públicas, como a construção de casas, conseguem atingir lucros altíssimos. Embora o Estado tenha o interesse de melhorar a vida dos que não possuem casa, é fato que desde 1964 o déficit habitacional² do Brasil se mantém na ordem de 6 milhões de unidades. Segundo dados da Fundação João Pinheiro³ – FJP (2018), esses números chegam atualmente a 6.355.744 de unidades habitacionais.

A política habitacional tradicional, representada pelo Banco Nacional da Habitação, na década de 1970 mostrou-se ineficiente para resolver os problemas de moradia do país. Dessa forma, comunidades, juntamente com técnicos (arquitetos e engenheiros), começaram a buscar alternativas para o problema, o que acabou contribuindo para a organização do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, em 1985. Segundo Maricato (1996), esse movimento congregava várias entidades e organizações sociais na busca por uma cidade mais justa e que oferecesse igualdade de condições para seus moradores, visando, segundo a autora, beneficiar principalmente os “espoliados urbanos”, ou seja, aquelas pessoas que em virtude do processo de urbanização e produção da cidade, a partir de lógicas mercadológicas, não conseguiam viver de maneira digna na cidade.

Como um dos desdobramentos da reforma urbana, pode-se dizer que essa cooperação entre técnicos e comunidade na luta pelo direito à moradia culminou, mais recentemente, na regulamentação da Lei n. 11.888/2008, a chamada Lei da Assistência Técnica, que, embora ainda tenha pouca expressividade em âmbito nacional, tem como grande diferencial a possibilidade de participação popular em todas as etapas do processo de execução das moradias. Os principais interessados, os moradores, estão presentes desde a fase de projeto arquitetônico, passando pela administração da obra e do orçamento, até a entrega final das construções. Nesse sentido, o foco não é aquecer a economia ou diminuir virtualmente a quantidade de “espoliados urbanos”, mas oferecer moradia de qualidade a quem realmente precisa, a partir de um projeto socialmente elaborado para resolver as demandas habitacionais das pessoas de baixa renda. No entanto, essa relação entre técnicos e comunidade já nasce com obstáculos metodológicos impostos em virtude da nomenclatura utilizada, que

1 Pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com reflexões posteriores à dissertação de mestrado defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) sob a orientação de Grete Pflueger.

2 Noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

3 “Criada em 1969, a Fundação João Pinheiro é uma instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Fonte de conhecimento e informações para o desenvolvimento do estado e do país, tem como característica a contínua inovação na produção de estatísticas e na criação de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais” (MINAS GERAIS, 2019).

acaba hierarquizando e distanciando os sujeitos envolvidos no processo, como demonstrado por Kapp (2018):

Assistência conota uma adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos [...], enquanto assessoria condiz mais com uma perspectiva crítica dessas relações de dominação, ou seja, não necessariamente os técnicos são considerados autores das soluções habitacionais, pelo contrário, elas são pensadas e desenvolvidas em conjunto com os moradores (KAPP, 2018, p. 222).

A assistência técnica conota uma relação de assistencialismo dos técnicos para com a comunidade. Nesse sentido, adota-se aqui a nomenclatura Assessoria Técnica, pois entende-se que o papel social do arquiteto e urbanista, e por consequência do projeto, deve servir aos interesses do morador, e não ao de uma lógica projetual que tem se mostrado falha para resolver os problemas habitacionais das populações de baixa renda quando é retirado das comunidades o poder de decisão.

O mais recente programa habitacional executado em nível nacional, demoninados Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) já havia contratado, até 2016, 4.503.231 unidades no Brasil. Percebe-se que o programa avançou bastante por construir milhares de unidades habitacionais, no entanto, também é fato que não conseguiu fazer habitação de qualidade que pudesse melhorar o cotidiano dos moradores e das cidades. O Maranhão, por ser um dos estados mais pobres da federação, ganhou papel de destaque por meio do programa. Foi contratado no estado um total de 174.278 unidades (MOREIRA *et al.*, 2017).

Na cidade de Alcântara, no Maranhão, o PMCMV, entre 2010 e 2014, chegou a construir 632 unidades habitacionais, tanto em áreas urbanas quanto rurais (MINHA... 2015). A cidade possui sítio histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 1948. Em 1980, devido a sua posição geográfica estratégica, recebeu a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), uma base militar para lançamento de foguetes, ligada ao Ministério da Aeronáutica, que tinha como premissa alavancar o programa espacial brasileiro. Durante a instalação do CLA, diversas comunidades quilombolas foram expulsas de suas terras ou realocadas, mudando completamente seu modo de vida e de moradia (PFLUEGER, 2012).

Muitos moradores do bairro Baixão do Lobato em Alcântara se fixaram no local, devido ao êxodo rural provocado pela implantação do CLA. Com a aprovação da Lei Municipal n. 224/1997 – Lei de Uso e Ocupação do Solo –, que desconsiderou a ocupação existente e transformou o local em uma Área de Preservação Ambiental (APA), como forma de criar uma área de influência para proteger o entorno das edificações históricas, os moradores do bairro acabaram se tornando ocupantes ilegais. Dessa forma, à margem dos programas habitacionais que beneficiaram a cidade, o processo de consolidação do bairro continuou em curso, e, sem fiscalização pública, várias famílias se instalaram após a lei.

O Ministério Público Federal (MPF), autor da ação civil pública protocolada em 2011, exigiu da prefeitura um projeto de regularização fundiária para as casas. No entanto, a prefeitura, desde 2002, tinha o entendimento de que já havia resolvido

a questão, em razão da criação da Emenda de Lei n. 272/2002, que transformava especificamente esse bairro em Zona de Expansão Urbana, o que permitiria sua ocupação. Porém, a Lei n. 224/1997 não poderia sofrer alteração sem anuência do MP e do IPHAN – Superintendência do Iphan no Maranhão –, já que Alcântara é tombada em nível federal. Dessa forma, a emenda não foi reconhecida pelo Ministério Público, que exigiu da prefeitura, em 2018, novo estudo para a regularização fundiária.

Quadro habitacional no Maranhão e a assessoria técnica

Com relação à Assessoria Técnica no Maranhão, diferentemente de outros estados, ainda há poucas experiências. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo tem encorajado o maior engajamento de arquitetos e engenheiros nessa questão, pois acredita-se que pode ser benéfico para o país, visto que cerca de 85% das construções no Brasil não possuem acompanhamento técnico. É a chamada autoconstrução (CAU/BR, 2015). Inclusive, esse seria um dos objetivos da Lei da Assistência Técnica (11.888/2008) que, segundo Leitão (2014), pode ser comparado ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a área da saúde, ou à Defensoria Pública, para a área da justiça.

Seguindo nessa linha de raciocínio, o Maranhão possui uma grande demanda para assessoria técnica, pois segundo a Fundação João Pinheiro (2018), o déficit habitacional apurado no estado estava na ordem de 392.308 unidades, sendo 172.333 nas áreas urbanas e 219.975 nas áreas rurais. O maior quantitativo nas áreas rurais revela uma característica local que se difere dos demais estados da federação, onde o déficit se concentra mais nas áreas urbanas.

Sobre a inadequação dos domicílios⁴, a Fundação João Pinheiro (2018) apontou a quantidade de unidades habitacionais que não fazem parte do déficit, mas que apresentam alguma inadequação. São famílias que possuem uma habitação, porém não vivem com qualidade de vida devido aos seguintes fatores considerados: inadequação fundiária (27.816 unidades); domicílios sem banheiro (6.767 unidades); domicílios com pelo menos um tipo de carência de infraestrutura (484.799 unidades); adensamento excessivo (29.312 unidades) e cobertura inadequada (9.017 unidades). Os dados apresentados referem-se apenas às áreas urbanas.

Na área rural, no que concerne a comunidades quilombolas, antigos posseiros e ribeirinhos, a demanda mais urgente é por regularização fundiária e posterior adequação habitacional. Os conflitos urbanos também merecem destaque nessa questão, pois a expulsão de comunidades em assentamentos precários para ações de reintegração de posse ou por demanda do mercado imobiliário revela-se um grande obstáculo ao direito à moradia e ao cumprimento da função social da cidade (MARANHÃO, 2012).

4 Reflete problemas na qualidade de vida dos moradores. Não estão relacionadas ao dimensionamento do estoque de habitações e sim a especificidades internas delas: inadequação fundiária, domicílio sem banheiro, carência de infraestrutura, adensamento excessivo e cobertura inadequada (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

Em Alcântara, por intermédio do PMCMV, até 2014, foram investidos R\$ 57 milhões pela política habitacional (MINHA... 2015). O objetivo do programa na cidade era substituir as casas de taipa por casas construídas com alvenaria de tijolo cozido. Não era permitido qualquer intervenção na planta baixa por parte das famílias. Mesmo com a grande quantidade de dinheiro investido não se conseguiu inserir o morador nos processos decisórios, visto que o programa apresentava uma casa modelo para todas as famílias, sem considerar necessidades individuais ou aspectos climáticos e culturais para sua implantação e execução. O planejamento urbano e tampouco a política habitacional, nesse período, não conseguiram alcançar os moradores do bairro Baixão do Lobato; dessa forma, encontram-se, segundo a legislação, com seus imóveis em situação irregular.

Essa situação é comum quando da ocorrência do êxodo rural, pois a escolha dos imigrantes de autoconstruir em áreas que não interessam ao mercado imobiliário, como terrenos públicos, encostas, sobre rios e em áreas de preservação ambiental ou patrimonial, decorre da falta de opção por lotes e casas com preços acessíveis oferecidos pelas imobiliárias ou pelo setor público. Não raro, as construções em áreas ilegais acabam se tornando alvo de processos judiciais para despejo das famílias, muitas vezes sem possibilidade de diálogo.

Nessa questão, também entra em discussão o papel social do arquiteto, que é muitas vezes discriminado por ser um profissional que geralmente só a classe alta pode contratar. Essas novas possibilidades apresentadas pela assessoria técnica, portanto, podem projetar o arquiteto e o engenheiro como prestadores de serviço para toda a sociedade, revelando a importância do papel social também do projeto, principalmente, para as pessoas de baixa renda (CUNHA *et al.*, 2007).

As experiências em assessoria têm mostrado que não necessariamente a solução para os problemas é valorizada, mas sim o processo para que as comunidades com força própria consigam articular suas demandas, sejam elas urbanas, habitacionais ou sociais, e a partir daí buscar melhorias em seus territórios. Nesse processo, é inconteste que há uma verdadeira apropriação do espaço e articulação de necessidades pelos moradores. Nesse âmbito, os arquitetos e engenheiros precisam, na verdade, estabelecer uma relação horizontal com os assessorados, o que pode se apresentar como um grande desafio para os profissionais. Para esclarecer melhor essa questão, Kapp e Baltazar (2016) ensinam:

Muitos grupos sociais foram historicamente destituídos de seus meios de sobrevivência, perdendo a capacidade de produzirem a si mesmos a partir da escassez, e passando a se submeter a contextos nos quais bens e serviços modernos – aos quais têm pouco ou nenhum acesso – representam o único padrão ‘digno’ de vida. O argumento comumente usado em favor da assistência e do assistencialismo é a dificuldade que esses grupos têm de superarem sua condição por conta própria. Contudo, há uma diferença relevante entre prestar assistência na perspectiva de que as pessoas se adaptem cada vez melhor a um padrão prescrito de necessidades e satisfações ou, inversamente, buscar uma assessoria na

perspectiva de que consigam articular suas próprias demandas e orquestrar, com autonomia crescente, os meios de satisfazê-las (KAPP; BALTAZAR, 2016, p. 5).

Em virtude do problema fundiário existente em Alcântara, os técnicos da prefeitura pensaram em uma estratégia de assessoria que pudesse mitigar o impasse entre as pessoas que moram no Baixão do Lobato, o Ministério Público e o próprio poder municipal.

Alcântara: do patrimônio cultural ao direito à moradia

O município de Alcântara está localizado na mesorregião Norte do estado do Maranhão, como mostra a Figura 1. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada em 2018, no município, era de 22.083 habitantes. A renda média da população em 2016 estava em torno de 3,3 salários mínimos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,573 (BRASIL, 2017).

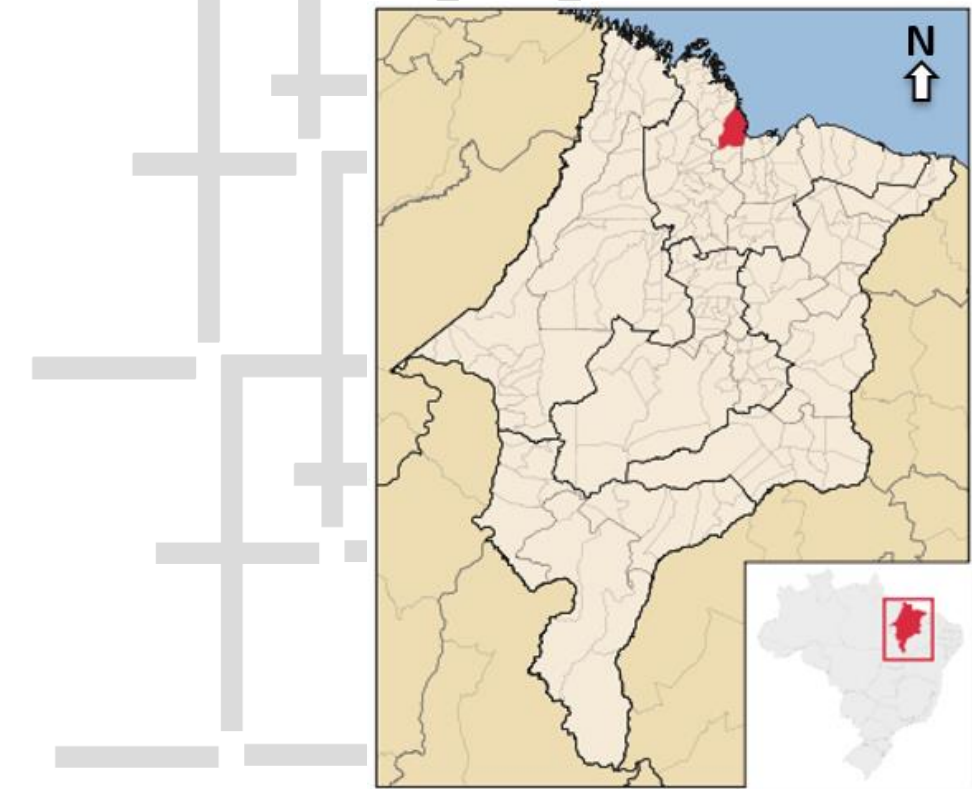


Figura 1: Localização do município de Alcântara (sem escala). Fonte: Abreu (2006).

O local onde hoje existe a cidade de Alcântara foi inicialmente habitado pelos índios tapuios da aldeia Tapuitapera. Devido à localização estratégica em termos de segurança, guardada pela Baía de São Marcos, foi fundada e colonizada pelos portugueses em 1648 como uma vila religiosa. Sua expansão urbana ocorreu em volta das igrejas e edificações oficiais. Assim, até 1750 a vila, que passou a se chamar Santo Antônio de Alcântara, não sofreu grandes transformações de ordem econômica e social. No entanto, no final do século XVIII, conheceu seu apogeu, com a instalação de engenhos e fazendas e a construção de casarões e sobrados executados pela aristocracia, devido aos grandes ganhos com a exploração do algodão.

Com a abolição dos escravos, que se instalaram em quilombos longe do centro, e o declínio econômico do ciclo do algodão, a elite migrou para São Luís, capital do estado. Assim, entre o século XIX e boa parte do século XX, a cidade voltou a suas origens pacatas. Com a falta de investimentos públicos na cidade, e sem o apoio do setor privado, os prédios começam a sofrer processos de arruinação devido ao abandono e ao vandalismo.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (na época denominado Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), diante do abandono e fragilidade das construções históricas de Alcântara, aprovou em 1948 seu tombamento como conjunto patrimonial, para que dessa forma pudesse realizar ações para a preservação. Em 1980 houve a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. Esse empreendimento trouxe muitas mudanças econômicas e sociais para a cidade em curto prazo, no entanto, no longo prazo, não conseguiu mudar a situação de estagnação da cidade.

O crescimento urbano recente de Alcântara ocorreu mais pelo êxodo rural do que pela oferta de empregos na cidade. Muitas famílias foram morar na sede do município, em áreas periféricas do Centro Histórico. A Figura 2 demonstra a expansão urbana da cidade ao longo de sua história. É possível perceber o espraiamento da cidade a partir da implantação do CLA. A área denominada Baixão do Lobato é uma ocupação que se formou nessa época, onde atualmente há um conflito fundiário em curso e os moradores sofrem com a insegurança jurídica, por não possuírem os títulos de suas casas.

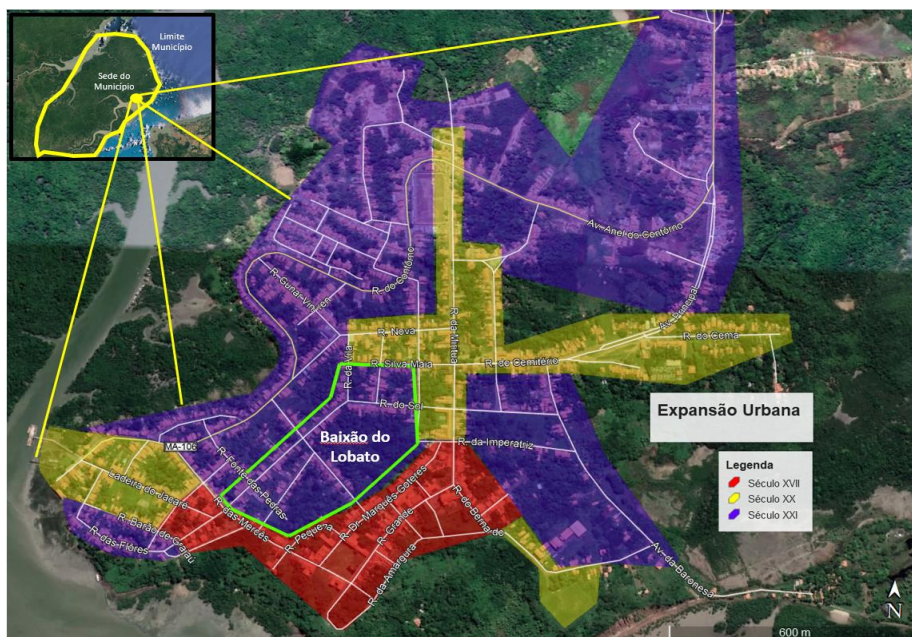


Figura 2: Expansão urbana de Alcântara entre 1648 e 2018. Em destaque, APA Baixão do Lobato. Fonte: Pflueger (2002); Google Earth (2019).

Considerando que os bens naturais no entorno do casario colonial poderiam servir como área de mitigação de impacto visual devido às novas edificações, e ainda que a paisagem urbana sem a preservação dos elementos naturais diminuiria seu valor histórico, “em 1990, foi apresentada uma proposta para a área de tombamento do sítio histórico que considerou, não apenas os bens de natureza urbana, arquitetônica e arqueológica, mas incluiu, também, os bens naturais [...]” (BRASIL, 2014). Também nesse ano o sítio foi tombado pelo governo estadual. Já em 2006, foi elaborado o Plano Diretor Participativo de Alcântara, mas sua execução torna-se complexa devido à pouca capacidade técnica e recursos escassos, acrescentando a isso as várias nuances da cidade patrimônio, cidade espacial e cidade de conflitos fundiários.

Entre a legislação e a realidade

A prefeitura de Alcântara não possui recursos técnicos suficientes para realizar a regularização fundiária de, pelo menos, 113 famílias que moram no bairro Baixão do Lobato, como é exigido pelo Ministério Público (MP). Além disso, o MP determina que a prefeitura impeça a construção de novas moradias no local, bem como realize ações de demolição daquelas que possuem mais de um pavimento, pois alega que influenciam a ambiência do casario histórico.

O que se percebe é que a urbanização da Zona de Preservação Ambiental do Baixão do Lobato é uma consequência da pouca organização municipal para adotar medidas preventivas com o objetivo de ordenar com qualidade o crescimento populacional e a expansão urbana. A tipologia mais comum das casas do bairro está representada na Figura 3.



Figura 3: Fachada de casa típica no bairro Baixão do Lobato, em Alcântara-MA. Fonte: Araujo (2019). (Arquivo do autor).

No começo da década de 1990, a prefeitura autorizou a exploração dessa área com algumas pessoas demarcando terrenos e construindo armações de casas de taipa. Após, era dada entrada com o projeto de edificação e pagamento de taxa de aforamento na prefeitura. Contudo, o Iphan não liberou a área em questão para ocupação. Passado esse período, já na gestão seguinte, a área foi liberada totalmente com aforamentos para construção de casas.

Devido à urbanização da área, foi criada em 2002 a Emenda de Lei n. 272/2002, modificando os dispositivos da Lei Municipal n. 224/1997, que disciplina a ocupação urbana na sede do município de Alcântara, estabelecendo nova delimitação ao zoneamento da área do Baixão do Lobato, que era uma Zona de Preservação Ambiental e passou a ser uma Zona de Expansão Urbana. Com isso, a prefeitura tinha o objetivo de legalizar as ocupações. No entanto, os mapas oficiais não foram corrigidos, bem como a mudança foi feita sem anuência do Iphan.

As pessoas que moram na Área do Baixão do Lobato se sentem ameaçadas com o risco de despejo, pois não possuem a titularidade da terra. Durante visitas ao bairro para levantamento da área e registro fotográfico, perceberam-se olhares curiosos – por vezes, pessoas entravam em suas casas e fechavam as janelas, e alguns moradores chegaram a questionar os motivos da visita ao bairro. A situação revela que os moradores entendem que há uma situação de risco na área. A real demanda do MP exige da prefeitura a regularização fundiária dos lotes, pois, assim como o Iphan, reconhecem que a situação de ocupação já se tornou irreversível, como mostra o fragmento textual retirado do processo que originou a sentença da Ação Civil Pública:

Desse modo, dada a irreversibilidade da situação observada na área em questão, entendemos que cabe agora, de modo urgente, disciplinar sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo de modo que o impacto já causado não seja ampliado e que os casos que destoam negativamente sejam

revestidos (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, 2017, p. 5).

A maioria das famílias vive no local há pelo menos 15 anos. A prefeitura, inclusive, já instalou uma pré-escola no bairro (Figura 4) e existem comércios e prestação de serviços. Ou seja, a área já se consolidou como parte do tecido urbano da cidade. Além disso, na região existe uma insegurança gerada devido à presença do tráfico de drogas, o que indica o pouco investimento do poder público no local.



Figura 4: Creche municipal e casa típica no bairro Baixão do Lobato. Fonte: Araujo (2019). (Arquivo do autor).

A situação dos moradores é preocupante ao se constatar que muitos deles chegaram até o local porque foram retirados de suas terras em decorrência da implantação do CLA. Apesar dos instrumentos legais, que são usados indiscriminadamente pelo poder público e pela iniciativa privada para justificar seus objetivos, é alarmante que as pessoas tenham que viver em constante apreensão por conta do pouco poder de luta e organização.

A partir de 1997, quando a área foi transformada em Área de Preservação Ambiental (APA), o processo de ocupação se intensificou. Em 2018 foi realizado pela prefeitura um levantamento geográfico e fotográfico, bem como um relatório da situação das casas inseridas no bairro, para ser anexado como parte da resposta à ação civil pública do MP. A Figura 5 ilustra o levantamento realizado e as ruas onde as ocupações são consideradas irregulares – linha pontilhada – dentro da APA.



Figura 5: Levantamento urbano da APA Baixão do Lobato em interface com moradias (sem escala).
 Fonte: Alcântara (2018).

De posse da solicitação do Ministério Público, uma equipe técnica formada por advogado, arquiteto e ambientalista da prefeitura se reuniu informalmente, em meados de 2018, para pensar em uma estratégia que pudesse resolver o impasse. A ideia seria fornecer uma parceria entre a prefeitura e os moradores, a fim de que estes conseguissem a regularização de suas casas.

Ao mesmo tempo, a Câmara de Vereadores, juntamente com um representante do Iphan e a equipe técnica, iniciou as discussões para modificação da Lei de Zoneamento da Cidade. Nessa nova proposta, a área do Baixão do Lobato seria modificada de Zona de Proteção Ambiental (ZPA) para Zona de Expansão Urbana (ZEU), ou seja, deixaria de ser uma zona restritiva para construção de casas e edificações, passando a se tornar uma zona liberada para expansão urbana, inclusive com acréscimo de novas construções. Esse mesmo processo já havia sido feito pela emenda de Lei n. 229/2002. Contudo, dessa vez, a lei atualizaria o uso e ocupação do solo de toda a cidade, como solicitava o MP. Após seis meses de discussões na Câmara, a proposta foi finalizada e levada à 3ª Superintendência do Iphan, em São Luís, que apesar de ter apoiado a iniciativa da prefeitura, não incentivou a aprovação da lei, pois alegou que para as discussões deveriam estar presentes não só a sociedade civil, mas também o MP, a Defensoria Pública e técnicos do Iphan, sob o risco de os vereadores serem acusados de improbidade administrativa, já que a cidade é tombada em âmbito federal.

Com a mudança para Zona de Expansão Urbana e com o auxílio da equipe técnica da prefeitura, seria possível oferecer o título de propriedade para os moradores do Baixão. No entanto, diante das ressalvas do Iphan, no final do ano de 2018, os vereadores engavetaram a proposta de atualização da lei. Assim, durante as reuniões da equipe técnica, foi constatado que seria inviável, sem a atualização da lei, realizar qualquer processo de entrega de títulos das propriedades.

Outra alternativa pensada pela equipe técnica foi que a comunidade se organizasse em torno de uma associação de moradores, para que se tornasse possível contratar uma assessoria técnica independente que prestasse suporte à comunidade na busca por seus direitos. No entanto, essa ação precisaria ser uma iniciativa da comunidade. Após essa reunião, o ambientalista e o arquiteto que faziam parte da equipe saíram do quadro de servidores da prefeitura e as discussões sobre a área foram cessadas.

O atual prefeito, quando questionado a respeito dessa situação, mostrou-se solidário com os moradores do bairro. Na opinião dele, as famílias devem permanecer no local. No entanto, quando perguntado se a prefeitura teria algum plano ou projeto, não deu resposta. O chefe de gabinete da prefeitura também foi procurado para falar sobre a situação, mas disse que desconhece o assunto. Durante a pesquisa, descobriu-se, ainda, que o secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos do município possui residência no Baixão do Lobato. Quando questionado, mostrou-se bastante preocupado, porém não conseguiu responder a nenhum questionamento sobre a situação.

Uma contradição observada é que, apesar de os moradores não possuírem título de propriedade, pagam impostos para a prefeitura pela ocupação dos lotes. Percebe-se, então, que a administração pública abre caminho para atingir seus objetivos, nesse caso de arrecadação, mas não para agir em favor do direito à moradia.

Conclusões

Dessa leitura, depreende-se que o objetivo da política habitacional não é resolver os problemas de moradia no Brasil. Pelo contrário, essa política tem gerado novas complexidades urbanas, que contribuem para o distanciamento do papel social da arquitetura no meio urbano.

Durante a pesquisa realizada, percebeu-se que a Assessoria Técnica é uma alternativa à política habitacional tradicional que não necessariamente potencializa a solução imediata para os problemas de moradia, mas foca o processo para que as comunidades, com força própria, consigam articular suas demandas e, a partir daí, busquem melhorias em seus territórios, o que colabora para uma verdadeira apropriação do espaço pelos moradores.

A situação de Alcântara revela a dificuldade de uma cidade histórica em compatibilizar a preservação ambiental e o seu patrimônio cultural com o direito à moradia, surgindo nesse cenário dinâmicas que prejudicam sua própria população, gerando inclusive conflitos fundiários.

A tentativa de realizar assessoria técnica à comunidade do Baixão do Lobato evidenciou a dificuldade de ação de profissionais que estão no quadro de servidores da prefeitura para a realização de um trabalho em prol das pessoas do próprio município. Essa situação é típica de pequenas cidades que possuem quadro técnico e recursos orçamentários limitados. Além disso, o momento histórico da comunidade aponta uma certa desagregação das pessoas no tocante ao objetivo de lutar por seus direitos. A legislação – que é bastante desarticulada – dificulta a ação tanto de técnicos quanto da comunidade. Assim, a burocracia típica do setor público travou os processos participativos para a assessoria técnica no bairro.

No bairro Baixão do Lobato, após resposta encaminhada ao Ministério Público sobre a situação, as discussões sobre o assunto ficaram menos intensas. A aparente apatia dos moradores diante da situação releva certa insegurança pelo desconhecimento de seus direitos. As forças políticas, nesse processo, não parecem estar interessadas em resolver o conflito fundiário. Dessa forma, a expansão do bairro continua em curso, avançando sobre a paisagem histórica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. L. Localização de Alcântara. Wikipedia, 2006. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Alc%C3%A2ntara_\(Maranh%C3%A3o\)#/media/Ficheiro:Maranhao_Municip_Alcantara.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Alc%C3%A2ntara_(Maranh%C3%A3o)#/media/Ficheiro:Maranhao_Municip_Alcantara.svg). Acesso em: 26 set. 2019.
- ALCÂNTARA (Município). Lei n. 224, de 1997. Dispõe sobre o Plano de Preservação da Cidade de Alcântara/MA: Zoneamento Territorial, Preservação dos Bens Culturais, Naturais e Uso e Ocupação do Solo. Alcântara, MA, 1997.
- ALCÂNTARA. Emenda n. 272/2002. Altera a Lei Municipal N°224/1997, transformando a Zona de Preservação Ambiental Baixão do Lobato em Zona de Expansão Urbana. Alcântara, MA, 2006.
- ALCÂNTARA. Prefeitura de Alcântara. *Levantamento urbano da APA Baixão do Lobato*. Alcântara: Prefeitura Municipal, 2018. 10 p.
- BRASIL. Lei n. 11.888/2008. Assegura às famílias de baixa renda Assistência Técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124/2005. Brasília, 24 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em: 30 out. 2018.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Alcântara. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/panorama>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério do Turismo. *Alcântara (MA)*. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/345>. Acesso em: 5 abr. 2021.

- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *Datafolha: como o brasileiro constrói*. 2015. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/como-o-brasileiro-constroiu/>. Acesso em: 30 out. 2017.
- CUNHA, E. M. P.; ARRUDA, A. M. V.; MEDEIROS, Y. (org.). *Experiências em habitação de interesse social no Brasil*. Brasília: Ministério das Cidades, Secretária Nacional de Habitação, 2007.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil 2015. Organização Raquel de Mattos Vianna*. Belo Horizonte: FJP, 2018. 78 p.
- GOOGLE EARTH (software). Estados Unidos. Disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>. Acesso em: 14 set. 2018. Versão 2019.
- KAPP, S. Grupos socioespaciais ou a quem serve a assessoria técnica. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, São Paulo, v.20, n.2, p. 221-236, maio-ago. 2018.
- KAPP, S.; BALTAZAR, A. P. Assessoria técnica com interfaces. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4., 2016, Porto Alegre. *Anais [...]* Porto Alegre: Enanparq, 2016. p. 2-23.
- LEITÃO, G. AT e projeto de arquitetura e urbanismo e de engenharia. In: SALAZAR, J.; STROHER, L.; GRAZIA, G. (org.). *Assistência Técnica e Direito à Cidade*. Rio de Janeiro: Edições, 2014. p. 65-74.
- MARANHÃO. Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Maranhão – Relatório Síntese Maranhão: Governo Estadual / Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano. Primeira Impressão: maio 2012. 77 p.
- MARICATO, E. Reforma urbana: limites e possibilidades uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. dos (org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1996. 430 p.
- MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. *Quem somos*. 2019. Disponível em: <http://novosite.fjp.mg.gov.br/a-fjp/>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- MINHA Casa Minha Vida: veja quantidade de imóveis entregues e recursos aplicados por cidade do Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=Programa-Minha-Casa-Minha-Vida:-Veja-quantidade-de-imoveis-entregues-e-recursos-aplicados-por-municipio-do-Brasil>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- MOREIRA, V. de S.; SILVEIRA, S. de F. R.; EUCLYDES, F. M. Minha Casa, Minha Vida em números: quais conclusões podemos extrair? In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 4., 2017, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa, 2017. p. 494-613.

PFLUEGER, G. *Propostas para preservação e valorização do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico de Alcântara – Maranhão*. São Luís: [s. n.], 2012. 60 p.

PFLUEGER, G. *De Tapuitapera a Villa D'Alcântara composição urbana e arquitetônica de Alcântara no Maranhão*. 2002. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO. Sentença n. Processo n. 0014071-14.2011.4.01.3700. Relator: Juiz Ricardo Felipe Rodrigues Macieira. São Luís, MA, 6 de outubro de 2017. Ação Civil Pública. São Luís, 2017.

Estudo preliminar de reurbanização do Parque da Grotta da Bela Vista

Preliminary study of redevelopment of the Park Grotta of Bela Vista

Estudo preliminar de reurbanización de la Parque de La Grotta de la Bela Vista

Arquiteto: Paulo A. Mendes da Rocha

Para citar este artigo: ROCHA, P. A. M. da *et. al.* Estudo preliminar de reurbanização do Parque da Grotta da Bela Vista. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 162-171, 2021.

Submissão: 2021-06-07

Resumo

Estudo de urbanização ampliando a concepção do zoneamento, no sentido de uma compreensão espacial das peculiaridades do bairro, propondo um futuro desejável através de intervenção arquitetônicas na paisagem.

Palavras-chave: Bela Vista; Habitação; Escola; Lazer; Densidade habitacional; Ocupação do solo; Aproveitamento recursos.

Abstract

Urbanization study expanding the design of zoning, in the sense of a spatial understanding of the peculiarities of the neighborhood, proposing a desirable future through architectural intervention in the landscape.

Keywords: Bela Vista; Housing; School; Leisure; Housing density; Land occupation; Resource use.

Resumen

Estudio de urbanización ampliando el diseño de la zonificación, en el sentido de una comprensión espacial de las peculiaridades del barrio, proponiendo un futuro deseable a través de la intervención arquitectónica en el paisaje.

Palabras-clave: Bela Vista; Vivienda; Escuela; Ocio; Densidad de vivienda; Ocupación de la tierra; Uso de los recursos.

FICHA TÉCNICA

São Paulo, 1974.

Cliente: Prefeitura Municipal do Município de São Paulo.
COGEP – Coordenadoria geral de Planejamento da Prefeitura de São Paulo.
EMURB – Empresa Municipal de Urbanização.

Arquiteto:
Paulo Mendes da Rocha

Colaboradores:
Professor Flávio L. Motta
Arquiteto José Cláudio Gomes
Arquiteto Benedito Lima de Toledo
Socióloga Maria Ruth do Amaral Sampaio
Maestro Samuel Kerr
Arquiteto Koiti Mori
Arquiteta Klara Kaiser

Pesquisas socioeconômicas e levantamento de dados gerais:
CONSULTEC – Sociedade civil de planejamento e consultas técnicas
TLDA., diretamente contratada pela COGEP.

reurbanização se fará nas áreas que podem ser consideradas livres. O conjunto de remodelações previstas parte de um desenho básico: proteção e arborização densa das encostas, ajardinamento de algumas invasões daquela arborização, nas baixadas, quando a topografia permitir, em meio a vegetação de grande porte, alguns aproveitamentos com jardins de áreas ditas de "miolo de quadra", que ainda estão livres.

O tráfego de transporte de pessoas e serviços será local: as ruas Rocha e Almirante Marques Leão, com mão única, e ligações oportunas na área, como anéis, alimentam o parque, seus estacionamentos, garagens e acessos em geral, uma vez que nessa área serão locadas todas as edificações: habitação, principalmente, atendendo aos índices de densidade recomendados; comércio, escola, diversões e um centro de espetáculos populares (Figura 2: Croqui 1).

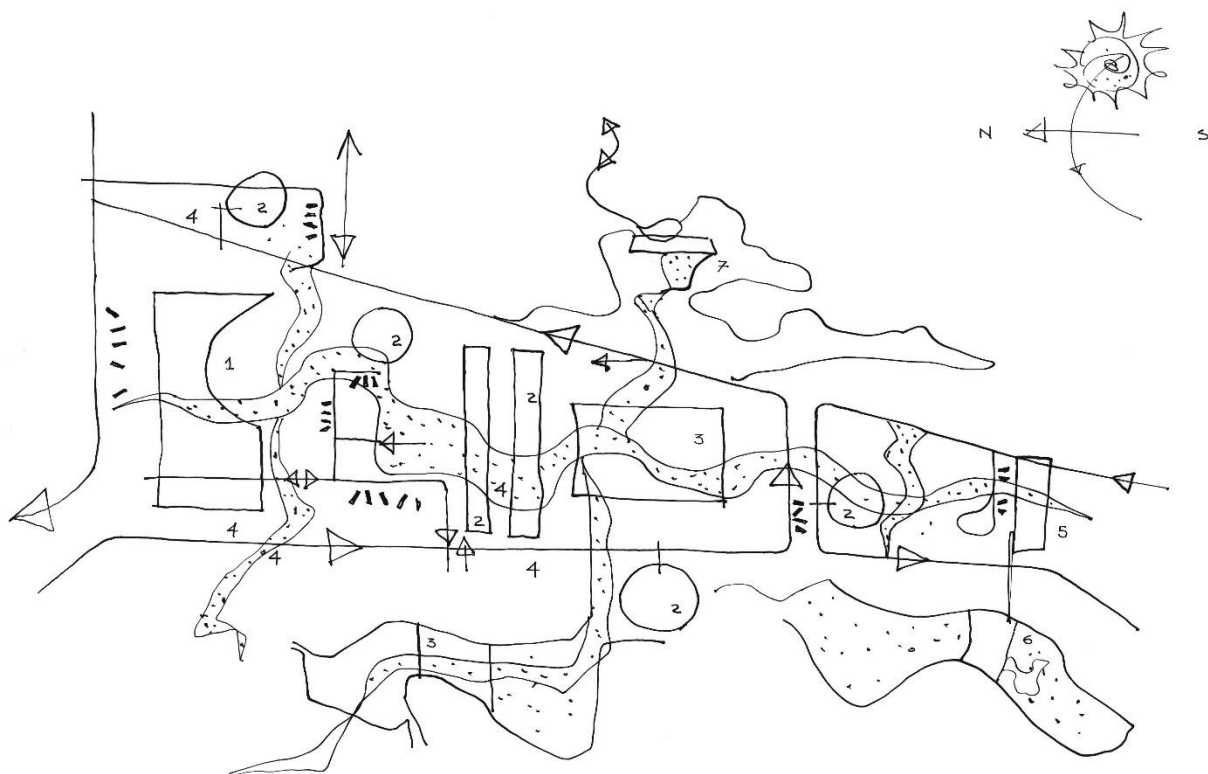


Figura 2: Croqui 1. Fonte: Escritório Paulo Mendes da Rocha.

Essas ruas são também de tráfego lento, união secundária com os bairros adjacentes e com o centro. O transporte rápido de maior porte, inclusive metrô, está nas vizinhanças, cerca de 1 km. A ligação com a matriz, Bela Vista, é natural, pelas ruas existentes. Não há proposta de abertura de novas ruas. Está prevista a extinção da Cardeal Leme e a valorização da rua Una com pequena praça de ligação entre a escola e os campos de esportes, através de três edifícios habitacionais, dois existentes e um novo, proposto. Todos os edifícios existentes na área, em bom estado, foram conservados. Para o comércio foi previsto, além das áreas especiais, o aproveitamento dos térreos e sobrelojas ao longo da rua Rocha, nos edifícios existentes (Figura 3: Croqui 2).

Com o mesmo intuito de organizar a parte nova com as construções que deverão permanecer na área, por sua qualidade e destino, habitação, o projeto propõe também desapropriações em andares intermediários, com cota adequada, destinadas a melhorar a condição de habitabilidade dos imóveis, transformados em varandas abertas para as visuais do parque e jardins dos miolos de quadra a meia encosta (Figura 3: Croqui 3).

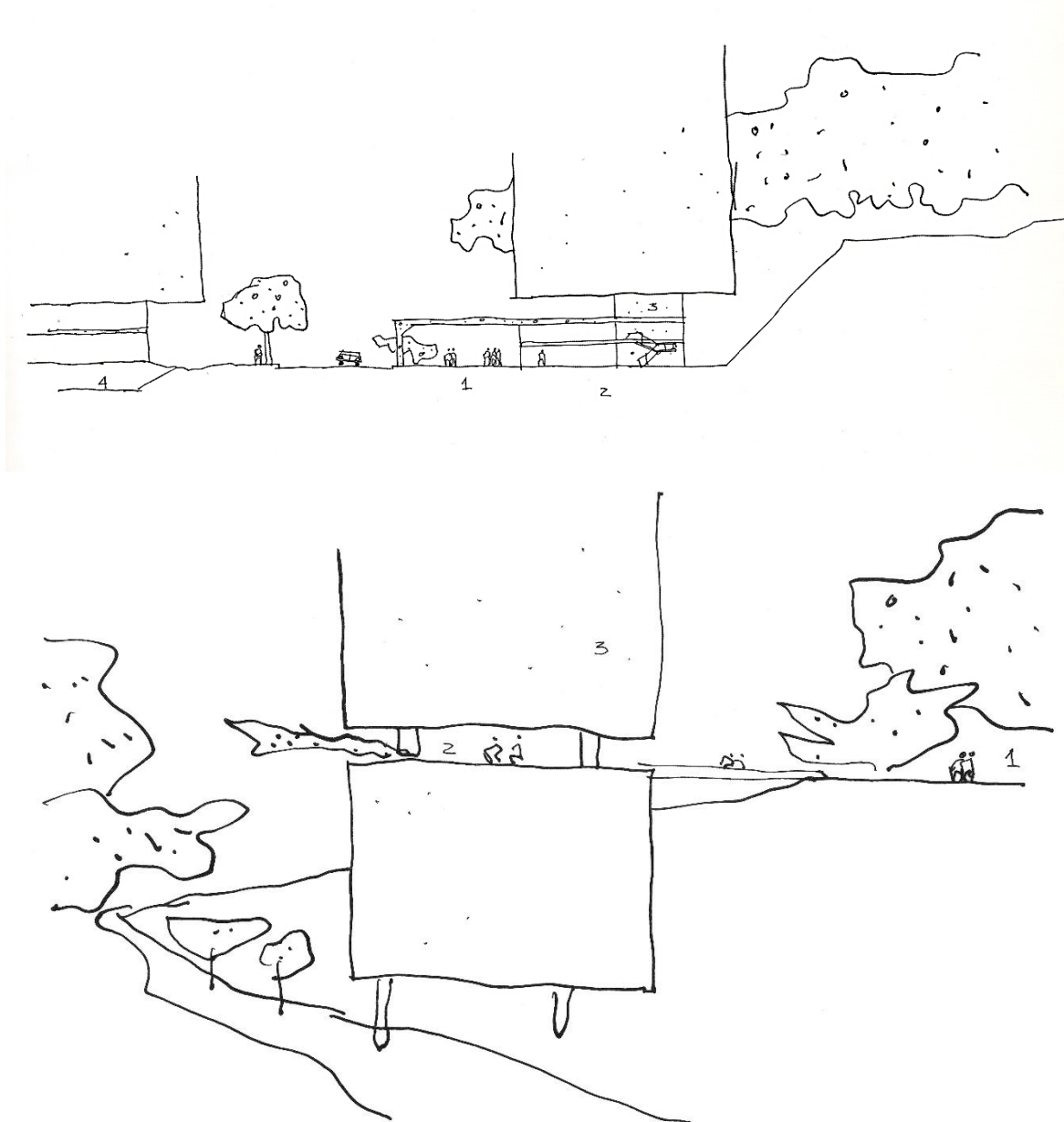


Figura 3: Croqui 2: 1. galerias; 2. lojas, sobrelojas, na Rua Rocha; 3. terraços; 4. cinemas e diversões. Croqui 3: 1. miolo das quadras, jardins; 2. andares desapropriados; 3. edifícios existentes. Fonte: Escritório Paulo Mendes da Rocha.

Algumas situações particulares, como a existência de dois edifícios sem recuos laterais com intervalo de dois lotes no início da rua Rocha, junto à área do centro de espetáculos previsto, são tratadas também como projetos especiais, com casa de baile, galeria de comércio, cinema no subsolo. Com projetos como esse equilibra-se a situação espacial e organiza-se o chão, o passeio a pé pela área do parque no sentido transversal (Figura 4: Centro de espetáculos populares; Figura 5: Croqui 4).

O Centro de Espetáculos Populares será a sede das escolas de samba da região. Grande recinto com quadra de evoluções, palanque da bateria e arquibancadas nos jardins do parque, bar e instalações complementares, recintos fechados para montagens de costura, depósitos etc. (Figura 4: Centro de espetáculos populares; Figura 5: Croqui 5).

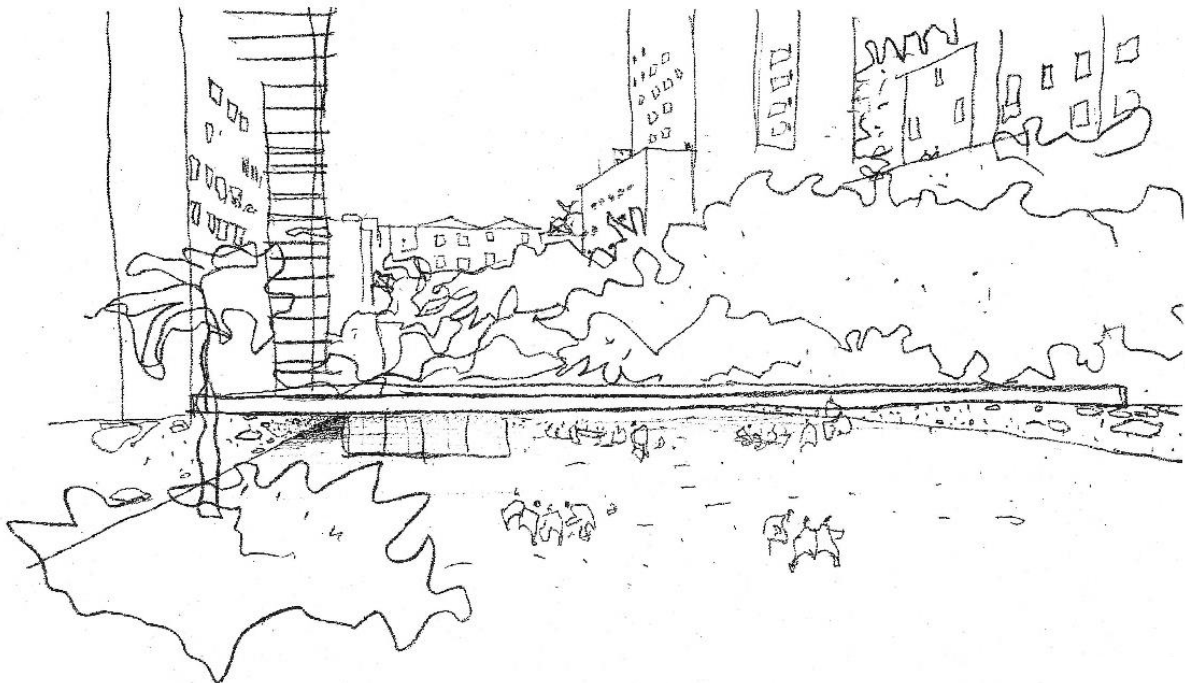


Figura 4: Centro de espetáculos populares. Fonte: Escritório Paulo Mendes da Rocha.

croqui 5

1. quadra de evoluções
2. praça geral
3. rampa
4. arquibancadas
5. bar
6. subsolos - sanitários, depósitos e oficinas
7. andar superior - escola de música
8. palanque de bateria
9. subsolo - camarins, costura

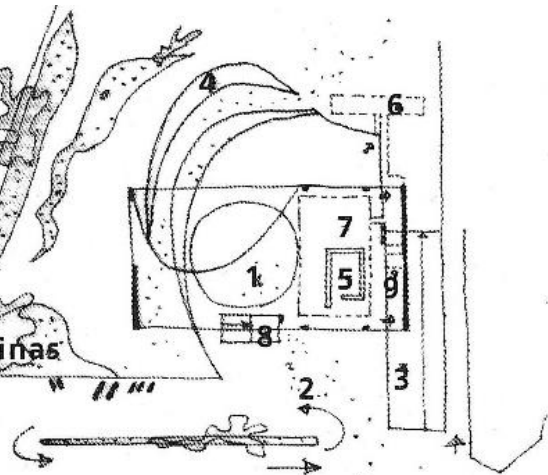


Figura 5: Croqui 5. Fonte: Escritório Paulo Mendes da Rocha.

O conjunto habitacional no meio da área, ligando a rua Rocha e a Almirante Marques Leão, como praça, é o núcleo do projeto, com galerias de comércio, no térreo e sobrelojas, andar reservado a atividades recreativas e associativas, com circulação independente, apartamentos e garagem para cerca de oitocentas vagas no subsolo, servido à área em geral (Figura 6: Croqui 6; Figura 7: Habitação no parque).

croqui 6

1. praça arborizada
2. academias esportivas, clubes e associações
3. lojas e sobre-lojas
4. apartamentos
5. ruas de serviço - parque
6. garagens

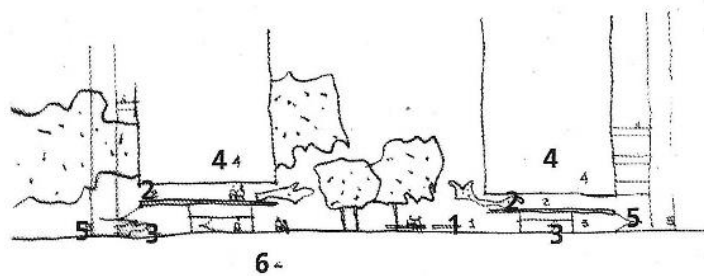


Figura 6: Croqui 6. Fonte: Escritório Paulo Mendes da Rocha.

Para completar a densidade habitacional adequada, além de um lote entre edifícios existentes na rua Rocha, junto à rua São Vicente, o projeto adota um edifício-tipo que se repete quatro vezes, com planta circular, para aproveitar melhor as implantações difíceis e deslocar-se visualmente dos edifícios existentes aproveitáveis. São quinze andares iguais mas divididos espacialmente três a três, com uma área comum, de sorte a unir unidades como numa "vila" de três andares, com circulação vertical independente da geral do edifício. Essas praças de recreação voltam-se para a melhor paisagem em cada um dos edifícios. Todos os pisos térreos serão livres, com jardins e passeios contínuos. Essas habitações de baixo custo serão dotadas de qualidades diversas das usualmente preconizadas pelo comércio de imóveis em geral: elevadores lentos e amplos, inclusive para mudanças, área de recreação entre andares, paradas só nas praças de recreação, isto é, cinco vezes em cada edifício, jardins livres e abertos para a área do parque, escola dentro do parque, comércio local (Figura 7: Croqui 7; Figura 8: Habitação no parque).

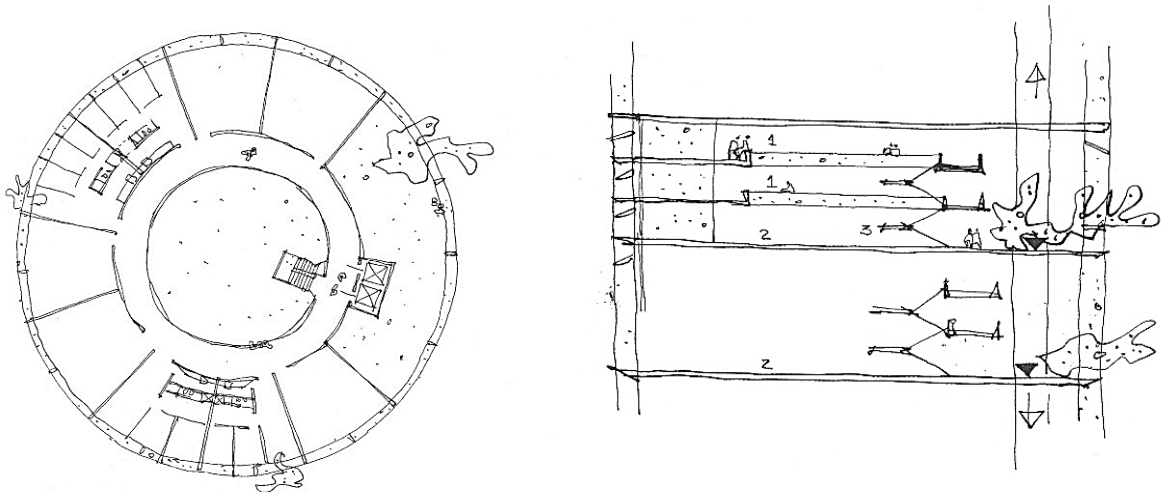


Figura 7: Apartamentos (planta e corte): 1. Andar tipo; 2. Andar com jardim, parada de elevadores; 3. Circulação exclusiva do conjunto três andares. Fonte: Escritório Paulo Mendes da Rocha.

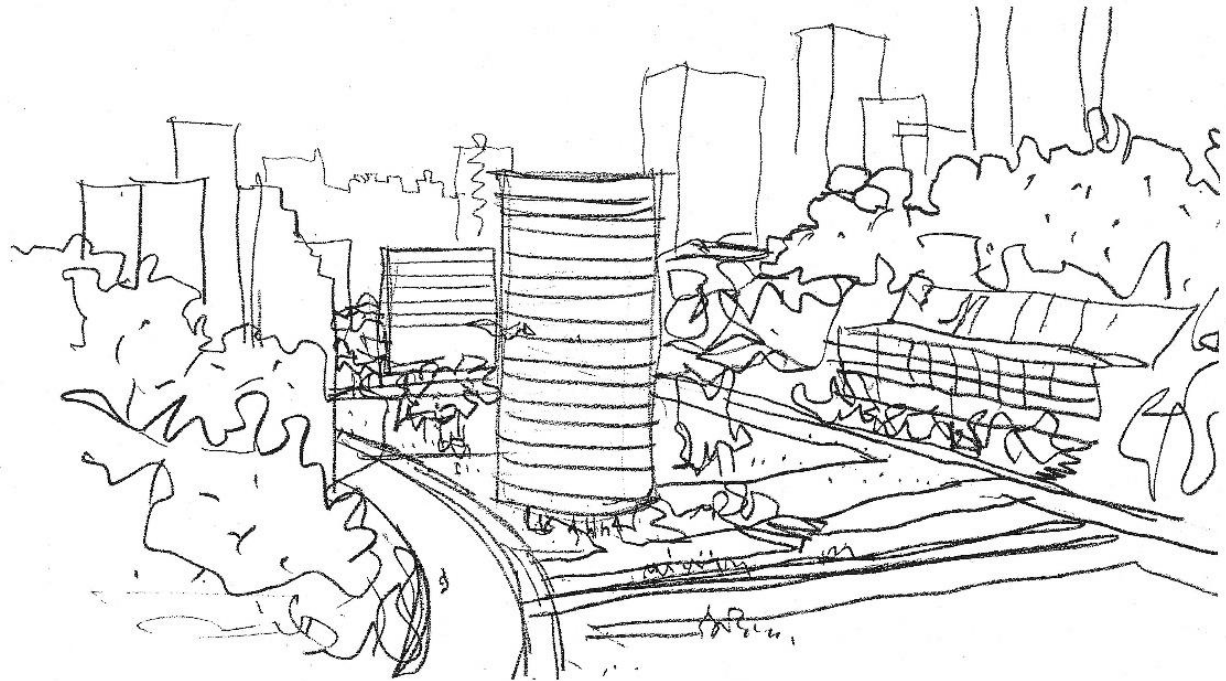


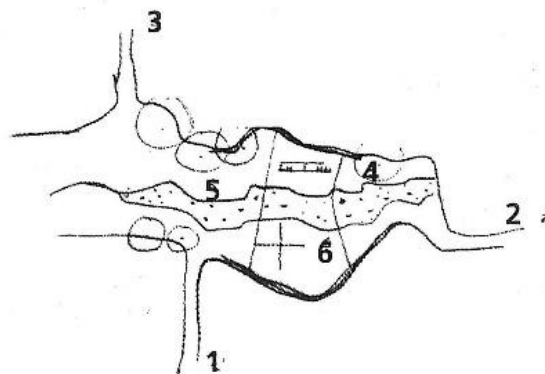
Figura 8: Habitação no parque. Fonte: Escritório Paulo Mendes da Rocha.

A Escola é um conjunto de três recintos, um como continuação do parque central, edifício principal da escola de 1º. e 2º. Graus, com quadra de esportes coberta, jardim, cantina; outro, em frente, do outro lado da rua Rocha, num miolo de quadra, ligado por meio de passagem elevada para pedestres, parque infantil, creche, pré-primário e posto de puericultura. O terceiro centro é comum à escola e aos habitantes em geral, na faixa etária adequada. São campos de esporte e quadras de jogos, além da pequena praça onde está a rua Una, atravessando um conjunto de três edifícios de habitação, um novo e dois existentes (Figura 9: Croqui 8).

A região alta pelo eixo do vale e ao lado junto à rua Dr. Seng, ficou reservada para hotel, com parque, piscina e restaurante, atendendo ao centro da cidade e à zona da avenida Paulista (Figura 9: Croqui 9).

croqui 8

1. rua Rocha
2. rua Itapeva
3. rua Silvia
4. Parque infantil
5. Pré-primário
6. edifício do centro infantil integrado



croqui 9

1. hotel
2. parque, piscina e restaurante

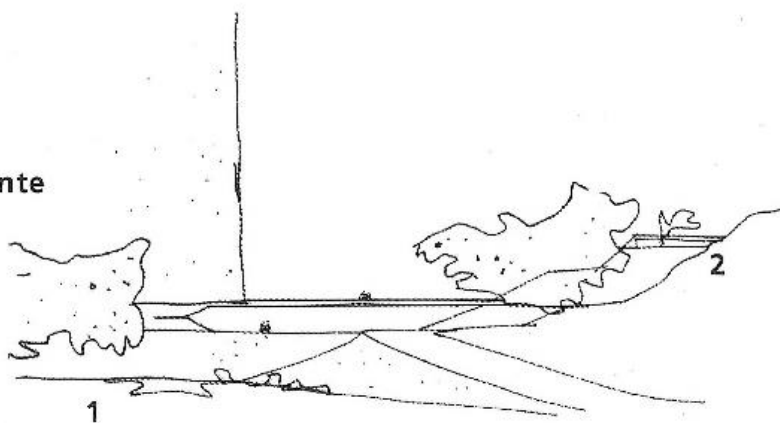


Figura 9: Croquis 8 e 9. Fonte: Escritório Paulo Mendes da Rocha.

